cyan magenta amarelo preto

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2023.04.07 06:48:14 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sexta-feira, sábado, domingo e segunda-feira, 7, 8, 9 e 10 de abril de 2023 • Nº 1536 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

Cardeal Tempesta

Domingo de Páscoa na Ressurreição do Senhor

PÁGINA 5

MARÇO

Poupança tem retirada de R$ 6 bilhões

Após retiradas recordes em janeiro e fevereiro, a fuga de recursos da aplicação financeira mais tradicional dos brasileiros desacelerou. Em março, os brasileiros sacaram R$ 6,09 bilhões a mais do que depositaram na caderneta de poupança, informou nesta quinta-feira o Banco Central (BC). A retirada líquida - saques menos depósitos - caiu 60,36% em relação a março do ano passado, quando os correntistas retiraram R$ 15,36 bilhões a mais do que depositaram. Com o desempenho de março, a poupança acumula retirada líquida de R$ 51,23 bilhões no acumulado do ano. Apesar da desaceleração no mês passado, a aplicação registrou a maior retirada acumulada para o período desde 1995, impulsionada pela fuga expressiva de recursos no início do ano. No primeiro trimestre do ano passado, os saques superavam os depósitos em R$ 40,37 bilhões. Em 2022, a caderneta registrou fuga líquida - mais saques que depósitos - recorde de R$ 103,24 bilhões. PÁGINA 2

IBGE

Produção industrial cai em janeiro em 8 regiões

A Pesquisa Industrial Mensal Regional (PIM), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, registrou queda de 0,2% da indústria nacional no acumulado em 12 meses, até janeiro. Houve recuo na produção industrial de 0,3% em oito estados em janeiro, com os maiores resultados negativos no Rio Grande do Sul (3,4%), São Paulo (3,1%) e Mato Grosso (2%). Também tiveram queda Rio de Janeiro (1%), Santa Catarina (1%), Pará (0,4%), Paraná (0,3%) e Bahia (0,2%). Em movimento contrário, Espírito Santo e Pernambuco apresentaram expansões de 18,6% e 17,3%, respectivamente, as mais elevadas no mês. As demais variações positivas ficaram com GO (2,5%), AM (2,4%), CE (1,5%) e MG (0,6%). PÁGINA 2

DISTORÇÕES

Haddad quer taxar empresas superricas e cortar privilégios

VALTER CAMPANATO/ABRASIL

O ministro Fernando Haddad (**foto**) (Fazenda) disse nesta quinta-feira considerar o sistema tributário brasileiro "muito injusto" e que o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pretende corrigir distorções taxando grandes empresas para reduzir privilégios de superricos que estão "mamando no Orçamento público". "Eu, como cidadão, considero muito injusto nosso sistema tributário. Não acho justo fazer recair ajuste (fiscal) sobre quem está precisando de um empurrão para subir na vida, para crescer e para se desenvolver. E manter essas tetas abertas pelo Orçamento, sem transparência", disse. "A minha vontade é listar o que está acontecendo. Para onde está indo o dinheiro público? Quando o cidadão souber o que está acontecendo, ele vai se indignar. 'O meu salário não sobe para esse bilionário continuar mamando no Orçamento público?'", acrescentou. "Vamos escancarar isso para o país tomar uma decisão sobre o que ele quer ser." De acordo com o ministro, haverá cada vez mais clareza sobre os beneficiados. "O Congresso vai pedir a lista e eu vou dar." Haddad vem defendendo que é preciso cobrar impostos de quem não paga e quer restringir empresas que contam com benefícios fiscais concedidos por estados via ICMS de abaterem IRPJ e CSLL, dois tributos federais, ao fechar brechas legais para essa opção quando a atividade é de custeio (permitindo apenas para investimentos). PÁGINA 2

REDES SOCIAIS

PF investigará atuação no País de grupos neonazistas

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flavio Dino, informou, nesta quinta-feira, que determinou a instauração de inquérito pela Polícia Federal (PF) para investigar a atuação interestadual de organismos nazistas. A medida foi anunciada em publicação nas redes sociais. "Assinei agora determinação à Polícia Federal para que instaure inquérito policial sobre organismos nazistas e/ou neonazistas no Brasil, já que há indícios de atuação interestadual. Há possível configuração de crimes previstos na Lei 7.716/89", anunciou o ministro. A lei prevê punição para os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. PÁGINA 18

EDUCAÇÃO

MARCELO CAMARGO/ABRASIL

Lula diz que governo pretende aperfeiçoar novo ensino médio

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) (**foto**) disse, nesta quinta-feira, que não vai revogar, mas aperfeiçoar o novo ensino médio, implementado na gestão do seu antecessor, Jair Bolsonaro (PL). "Esse programa educacional do ensino médio, tal como estava tentando aprimorar. Não vamos revogar. Suspendemos e vamos discutir com todas as entidades interessadas em discutir como aperfeiçoar o Ensino Médio desse país", disse. "E nós vamos suspender por um período até a gente fazer acordo que deixe todas as pessoas satisfeitas com ensino médio nesse país. Não foi revogada. Foi suspensa para que a gente rediscuta com a sociedade brasileira ligada a educação o que que a agente quer para o novo ensino médio", completou. PÁGINA 18

INDICADORES

IBOVESPA: -0,15% / 100.821,73 / -156,12 / Volume: R$ 16.877.741.295 / Negócios: 2.962.106

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
ALPARGATAS PN N1	7.50	+5.04	+0.36
3R PETROLEUMON NM	29.020	+4.84	+1.340
AREZZO CO ON NM	62.47	+4.71	+2.81
LOJAS RENNERON NM	15.71	+4.94	+0.74
BBSEGURIDADEON NM	34.05	+4.29	+1.40

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
GRUPO NATURAON NM	11.20	–5.49	–0.65
MELIUZ ON NM	0.890	–3.26	–0.030
TOTVS ON NM	27.24	–4.08	–1.16
ASSAI ON NM	13.630	–2.43	–0.340
JBS ON NM	16.79	–2.50	–0.43

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
VALE ON NM	76.75	–0.18	–0.14
GRUPO NATURAON NM	11.20	–5.49	–0.65
PETROBRAS PN N2	24.00	–1.44	–0.35
PETRORIO ON NM	34.86	+4.06	+1.36
AMBEV S/A ON	14.43	+0.21	+0.03

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	33.485,29	+0,01
NASDAQ Composite	12.087,956	+0,76
Euro STOXX 50	4.308,62	+0,36
CAC 40	7.333,58	+0,24
FTSE 100	7.741,56	+1,03
DAX 30	15.597,89	+0,50

Salário mínimo	R$ 1.302,00	IGP-M	0,05% (mar.)	EURO turismo	
Ufir	R$ 3,7053	IPCA (5)	0,76% (mar.)	Compra: 5,5720	Venda: 5,7520
Taxa Selic		CDI		DÓLAR Ptax - BC	
(22/03)	13,75%	0,20	até o dia 06/abr.	Compra: 5,0677	Venda: 5,0683
Poupança 3		OURO		DÓLAR comercial	
(7/4)	0,58%	BM&F/grama	R$ 3291,50	Compra: 5,0570	Venda: 5,0576
TR (prefixada)		EURO Comercial		DÓLAR turismo	
(abr./04)	0,1742%	Compra: 5,5234	Venda: 5,5240	Compra: 5,0737	Venda: 5,2537

MERCADOS

Dólar sobe 0,19%; Bolsa fecha com leve queda de 0,15%

Em uma sessão de liquidez reduzida por conta do feriado da Sexta-Feira Santa que mantém os mercados fechados, o dólar e os juros futuros registraram alta nesta quinta-feira.

Após terminar o pregão anterior em queda de 0,66%, a moeda americana reverteu a tendência para fechar o dia em leve alta de 0,19%, a R$ 5,059 na venda, ficando praticamente estável no acumulado da semana.

No mercado de juros futuros, o contrato para janeiro de 2024 avançou de 13,22% para 13,26%, o título para janeiro de 2026 subiu de 11,81% para 11,90%, enquanto o contrato para 2027 passou de 11,9% para 12%.

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), operou perto da estabilidade durante toda a sessão, encerrando os negócios com leve queda de 0,15%, aos 100.820 pontos. Na semana, o índice recuou 1,04%, tendo marcado nesta quinta a segunda queda seguida, após fechar em baixa de 0,88% no pregão passado, quando os investidores reagiram principalmente ao anúncio de mudança na política de preços da Petrobras.

Na sessão desta quinta-feira, as ações de petroleiras privadas estiveram entre as maiores altas do dia, com ganhos de 5,2% da 3R Petroleum e de 4,3% da PetroRio. Já as ações da Petrobras recuaram cerca de 1,2%.

No setor de saneamento, os papéis da Sabesp subiram 0,7%.

Na semana, entre as maiores quedas na Bolsa, as ações da Natura cederam 15,15%, segundo dados compilados pela plataforma TradeMap. Só nesta quinta, os papéis da empresa de cosméticos caíram 5,5%.

Em Nova York, o Nasdaq avançou 0,76% e o S&P 500 teve alta de 0,36%, enquanto o Dow Jones fechou estável.

MARÇO

Poupança tem retirada líquida de R$ 6,09 bi

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Após retiradas recordes em janeiro e fevereiro, a fuga de recursos da aplicação financeira mais tradicional dos brasileiros desacelerou. Em março, os brasileiros sacaram R$ 6,09 bilhões a mais do que depositaram na caderneta de poupança, informou nesta quinta-feira o Banco Central (BC).

A retirada líquida - saques menos depósitos - caiu 60,36% em relação a março do ano passado, quando os correntistas retiraram R$ 15,36 bilhões a mais do que depositaram.

Com o desempenho de março, a poupança acumula retirada líquida de R$ 51,23 bilhões no acumulado do ano. Apesar da desaceleração no mês passado, a aplicação registrou a maior retirada acumulada para o período desde 1995, impulsionada pela fuga expressiva de recursos no início do ano. No primeiro trimestre do ano passado, os saques superavam os depósitos em R$ 40,37 bilhões.

Em 2022, a caderneta registrou fuga líquida - mais saques que depósitos - recorde de R$ 103,24 bilhões, num cenário de inflação e endividamento altos. Os rendimentos voltaram a ganhar da inflação por causa dos aumentos da taxa Selic (juros básicos da economia), mas outras aplicações de renda fixa são mais atraentes que a poupança.

Em 2020, a poupança tinha registrado captação líquida (depósitos menos saques) recorde de R$ 166,31 bilhões. Contribuiu para o resultado a instabilidade no mercado de títulos públicos no início da pandemia da covid-19 e o pagamento do auxílio emergencial, que foi depositado em contas poupança digitais da Caixa Econômica Federal.

Em 2021, a poupança teve retirada líquida de R$ 35,5 bilhões. A aplicação foi pressionada pelo fim do auxílio emergencial, pelos rendimentos baixos e pelo endividamento maior dos brasileiros.

RENDIMENTO

Até recentemente, a poupança rendia 70% da taxa Selic. Desde dezembro do ano passado, a aplicação passou a render o equivalente à taxa referencial (TR) mais 6,17% ao ano, porque a Selic voltou a ficar acima de 8,5% ao ano. Atualmente, os juros básicos estão em 13,75% ao ano, o que fez a aplicação financeira deixar de perder para a inflação pela primeira vez desde meados de 2020.

Nota

COM FUGA DE INVESTIDORES, FUNDOS TÊM RESGATES DE R$ 82 BILHÕES NO 1° TRIMESTRE

Em um cenário de juros altos com a Selic em 13,75% no qual os investidores têm dado preferência à alocação direta em títulos de renda fixa, a indústria de fundos de investimento encerrou o primeiro trimestre com saques líquidos de R$ 82,1 bilhões, o primeiro resultado negativo para o período desde 2019, segundo dados divulgados nesta quinta-feira pela Anbima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais). O resultado representa uma forte reversão de tendência em comparação ao mesmo período do ano passado, quando houve captação líquida de R$ 42,6 bilhões. Segundo Pedro Rudge, vice-presidente da Anbima, a fuga de recursos dos fundos não foi um movimento exclusivo do mercado brasileiro, com um sentimento de maior aversão ao risco também entre os investidores nos Estados Unidos e na Europa, em um cenário global de crise bancária e aumento de juros nos países desenvolvidos para combater a pressão inflacionária.

DISTORÇÕES

Haddad quer taxar empresas superricas e cortar privilégios

O ministro Fernando Haddad (Fazenda) disse nesta quinta-feira considerar o sistema tributário brasileiro "muito injusto" e que o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pretende corrigir distorções taxando grandes empresas para reduzir privilégios de superricos que estão "mamando no Orçamento público".

"Eu, como cidadão, considero muito injusto nosso sistema tributário. Não acho justo fazer recair ajuste (fiscal) sobre quem está precisando de um empurrão para subir na vida, para crescer e para se desenvolver. E manter essas tetas abertas pelo Orçamento, sem transparência", disse.

"A minha vontade é listar o que está acontecendo. Para onde está indo o dinheiro público? Quando o cidadão souber o que está acontecendo, ele vai se indignar. 'O meu salário não sobe para esse bilionário continuar mamando no Orçamento público?'", acrescentou. "Vamos escancarar isso para o país tomar uma decisão sobre o que ele quer ser."

De acordo com o ministro, haverá cada vez mais clareza sobre os beneficiados. "O Congresso vai pedir a lista e eu vou dar."

Haddad vem defendendo que é preciso cobrar impostos de quem não paga e quer restringir empresas que contam com benefícios fiscais concedidos por estados via ICMS de abaterem IRPJ e CSLL, dois tributos federais, ao fechar brechas legais para essa opção quando a atividade é de custeio (permitindo apenas para investimentos).

Segundo estimativa da Fazenda, o Estado brasileiro subvenciona custeio de empresas no patamar de R$ 88 bilhões. De acordo com o ministro, o governo avalia tributar cerca de 500 companhias de grande porte que se encaixam nessas condições.

"Não estamos falando da pequena empresa, da média empresa, não estamos falando sequer da grande empresa. Estamos falando de enormes empresas", enfatizou Haddad.

"De 400 a 500 empresas com superlucros, que, por expedientes, na minha opinião, ilegítimos, fizeram constar no sistema tributário, que é indefensável, como subvencionar o custeio de uma empresa que está tendo lucro. Se uma empresa está tendo lucro, por que o governo vai entrar com dinheiro subvencionando essa empresa?" afirmou.

O titular da Fazenda também comentou que o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, fez um cálculo que mostra que o país deixa de arrecadar cerca de R$ 300 bilhões com distorções tributárias.

"Ele [Roberto Campos Neto] próprio fez exercício no Banco Central sobre o rol de barbaridades do nosso sistema tributário, que está beneficiando quem não precisa, ele chegou à conta de R$ 300 bilhões", disse.

Haddad afirmou ainda que a última palavra cabe ao Congresso Nacional. "Se ele (Congresso) não quiser fazer com que as empresas bilionárias paguem um pouco a mais (de imposto) do que pagam hoje, porque pagam muito pouco, ele vai ter que olhar para o outro lado e cortar na carne de quem não tem, de quem está no osso."

Plano fiscal vai exigir queda da taxa de juros, diz Haddad

O ministro Fernando Haddad (Fazenda) afirmou nesta quinta-feira que o plano fiscal proposto pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que promete colocar as contas públicas em ordem, exigirá uma queda da taxa básica de juros (Selic) –hoje fixada em 13,75% ao ano.

"Isso (plano fiscal) vai exigir, mais do que permitir, uma queda da taxa de juros, porque se as contas estão em ordem, não tem por que pagar um juro tão alto, que é o maior do mundo hoje", afirmou Haddad em entrevista à BandNews TV.

Por plano, o ministro refere-se não apenas ao arcabouço fiscal proposto, mas também ao pacote de medidas que pode elevar a arrecadação federal entre R$ 100 bilhões e R$ 150 bilhões por ano, nas contas do governo.

"Penso que está havendo convergência entre a política fiscal, receitas e despesas, e a monetária, que cuida da inflação e da trajetória da dívida pública", acrescentou.

Segundo Haddad, o governo está recompondo a base fiscal do Estado. "O Estado precisa ter um Orçamento e esse Orçamento tem de ser suficiente para honrar os seus compromissos legais e manter seu compromisso de responsabilidade com as contas públicas", disse.

IBGE

Produção industrial recua em janeiro em 8 locais pesquisados

CRISTINA INDIO DO BRASIL/ABRASIL

A Pesquisa Industrial Mensal Regional (PIM), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), registrou queda de 0,2% da indústria nacional no acumulado em 12 meses, até janeiro. Houve recuo na produção industrial de 0,3% em oito estados em janeiro, com os maiores resultados negativos no Rio Grande do Sul (3,4%), São Paulo (3,1%) e Mato Grosso (2%). Também tiveram queda Rio de Janeiro (1%), Santa Catarina (1%), Pará (0,4%), Paraná (0,3%) e Bahia (0,2%).

Em movimento contrário, Espírito Santo e Pernambuco apresentaram expansões de 18,6% e 17,3%, respectivamente, as mais elevadas no mês. As demais variações positivas ficaram com Goiás (2,5%), Amazonas (2,4%), Ceará (1,5%) e Minas Gerais (0,6%).

A queda da produção industrial em São Paulo ocorreu depois do recuo de 0,8% no mês anterior e resultou em uma retração de 3,9% da indústria do estado nesses dois meses. Para o analista da pesquisa, Bernardo Almeida, o desempenho da indústria paulista, na comparação com dezembro, provocou a maior influência sobre o resultado nacional e foi impactado pelos setores de derivados de petróleo e de veículos.

A pesquisa mostrou ainda que o recuo de janeiro no Rio Grande do Sul, relacionado ao setor de derivados de petróleo, eliminou o ganho de 1,9% registrado no mês anterior. Mas, segundo o analista, não foi o único impacto. O setor de produtos do fumo também exerceu uma influência negativa sobre a indústria gaúcha. "Além de ser a maior retração entre os locais investigados pela pesquisa, o resultado negativo da produção do Rio Grande do Sul foi o segundo de maior influência sobre o índice nacional", diz o IBGE.

Já em Mato Grosso, a queda interrompeu dois meses seguidos de expansão, depois de acumular ganho de 9,3% no período. "Nesse estado, houve queda na produção de alimentos e, secundariamente, também houve o impacto negativo no setor de bebidas", disse Bernardo Almeida.

ACUMULADO

Apesar da queda de 0,2% da indústria no acumulado em 12 meses, nove estados pesquisados apresentaram melhores desempenhos frente aos índices de dezembro de 2022. Entre eles, os principais ganhos foram no Ceará, de queda de 4,9% para queda de 2,9%; no Pará de menos 9,1% para menos 7,5%), em Minas Gerais (de -1,3% para 0,1%) e no Amazonas (de 3,8% para 5,1%). Já as maiores perdas foram em Mato Grosso (de 19,4% para 13,7%), no Espírito Santo (de -8,4% para -9,7%) e em Goiás (de 1,4% para 0,4%).

IMPOSTOS

Comércio pede que Congresso vote contra MP

A Unecs (União Nacional de Entidades do Comércio e Serviços) foi pedir ao Congresso que derrube a MP (medida provisória) que exclui o ICMS da base de cálculo dos créditos de contribuição para PIS e Cofins. Em um posicionamento enviado aos parlamentares na quarta-feira passada, a entidade afirma que a medida vai aumentar a arrecadação e impactar os preços de bens e serviços. Para a Unecs, que reúne associações como Abrasel (de bares e restaurantes), Abras (de supermercados) e Abad (de atacadistas e distribuidores de produtos industrializados), a proposta do governo cria um problema tributário quando retira da sua base de cálculo o ICMS destacado nas notas fiscais de compras junto aos fornecedores.

A expectativa do Ministério da Fazenda é arrecadar R$ 30 bilhões com o ajuste tributário anunciado por Haddad no pacote fiscal em janeiro. A medida tem relação com o julgamento no STF que retirou o ICMS da base de cálculo de PIS e Cofins nas operações de venda feitas pelas empresas.

Segundo o governo, o problema é que o julgamento não contemplou as aquisições de insumos das companhias, que continuavam considerando o ICMS na base de cálculo dos tributos federais nessas operações porque isso era mais vantajoso -elas ficam com um crédito tributário maior a ser abatido posteriormente.

A Unecs contesta essa visão e afirma que o objetivo do governo é apenas "o aumento da arrecadação do PIS e da Cofins, onerando os serviços e bens comercializados e, consequentemente, a população brasileira que, ao final, consome tais serviços e bens".

Entidades como a FecomercioSP e a CACB também já se posicionaram contra a MP.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

GÁS NATURAL AÇU INFRAESTRUTURA S.A.

CNPJ: 27.982.942/0001-79

Balanços patrimoniais em 31/12/2022 e 2021 Em MR$

Ativo	Nota	2022	2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	11.064	28.139
Depósitos bancários vinculados	10	160.689	146.647
Contas a receber–partes relacionadas	11	85	66
Despesas antecipadas		5	–
Impostos a recuperar	12	1.866	1.593
I.R. e C.S. a recuperar	12	13.499	8.485
		187.208	184.930
Ativos não circulantes mantidos para venda	13	–	213.953
Total do ativo circulante		187.208	398.883
Não circulante			
Mútuos a receber–partes relacionadas	11	82.075	73.171
Participações societárias	14	516.139	701.809
Imobilizado	15	878	601
Intangível	16	3	4
Total do não ativo circulante		599.095	775.585
Total do ativo		786.303	1.174.468
Passivo	**Nota**	**2022**	**2021**
Circulante			
Fornecedores	17	50	20
Salários e encargos a pagar	18	229	640
Contas a pagar–partes relacionadas	11	280	193
Impostos e contribuições a recolher	19	144	105
I.R. e C.S. a recolher	19	11.743	6.736
		12.446	7.694
Passivo não circulantes mantidos para venda	13	–	26.028
Total do passivo circulante		12.446	33.722
Não circulante			
Impostos diferidos	20	24.726	24.726
Total do passivo não circulante		24.726	24.726
Patrimônio líquido	21		
Capital social		650.756	650.756
Reservas de capital		442.541	650.756
Ajuste de avalição patrimonial		(48.917)	(42.185)
Prejuízos acumulados		(295.249)	(143.307)
Total do patrimônio líquido		749.131	1.116.020
Total do passivo e patrimônio líquido		786.303	1.174.468

Demonstrações dos resultados em 31/12/2022 e 2021 Em MR$

	Nota	2022	2021
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	22	(3.382)	(19.719)
Outras perdas	9	2	(20)
Ganho/Perda Alienação de Investimentos	23	–	163.438
Outras receitas		2	–
Outras despesas		(2)	–
Resultado antes do resultado financeiro, equivalência patrimonial		(3.380)	143.699
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	24	42.197	13.781
Despesas financeiras	24	(79)	(1.851)
Total Resultado financeiro		42.118	11.930
Resultado de equivalência patrimonial	14	(178.937)	(179.591)
Resultado antes dos impostos		(140.199)	(23.962)
I.R. e C.S. corrente	20	(11.743)	(6.736)
I.R. e C.S. diferido	20	–	(24.726)
Prejuízo líquido do exercício		(151.942)	(55.424)

Demonstrações dos resultados abrangentes em 31/12/2022 e 2021 *Em MR$*

	2022	2021
Prejuízo líquido do exercício	(151.942)	(55.424)
Operações continuadas		
Reconhecimento do hedge via equivalência	(6.732)	1.284
Operações descontinuadas		
Efeito no resultado do exercício de resultados abrangentes pela perda de controle na alienação de investimentos	–	(6.881)
Ganhos e perdas operações hedge	–	(15.932)
Total do resultado abrangente do exercício	(158.674)	(76.953)

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31/12/2022 e 2021 Em MR$

	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	(140.199)	(23.962)
Itens de resultado que não afetam o caixa:		
Depreciação e amortização	46	47
Baixa do imobilizado	8	-
Juros sobre mútuo	(24.385)	(6.982)
Variação monetária	3	-
Outras perdas	(2)	20
Ganho na venda e remensuração de investimentos	-	(163.438)
Resultado de equivalência patrimonial	178.937	179.591
Resultado líquido ajustado	14.408	(14.724)
(Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos:		
Impostos a recuperar	(471)	(1.449)
Despesas antecipadas	(5)	-
Adiantamentos	-	1
Contas a receber – partes relacionadas	(17)	5.079
Fornecedores	27	(93)
Contas a pagar – partes relacionadas	87	(9.628)
Impostos e contribuições a recolher	(6.697)	58
Salários e encargos a pagar	(411)	(362)
Caixa gerado pelas (utilizados nas) atividades operacionais	6.921	(21.118)
I.R. e C.S. pagos	(4.816)	(8.484)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais	2.105	(29.602)
Fluxo de caixa nas atividades de investimentos		
Aquisição de bens do imobilizado	(330)	(257)
Depósitos bancários vinculados	(14.042)	(146.647)
Alienação de operações descontinuadas	-	409.035
Mútuo concedido – UTE GNA I	-	(164.149)
Mútuo recebido – UTE GNA I	-	95.222
Mútuo recebido juros – UTE GNA I	-	493
Mútuo concedido – UTE GNA II	-	(138.113)
Disponível para venda – recebimento	203.407	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(2.780)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	189.035	52.804
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital por acionista–controlador	-	903
Aumento de capital por acionista–não controlador	-	1.362
Reserva de capital–controlador	-	837
Reserva de capital–não controlador	-	1.428
Recompra de ações	(208.215)	-
Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de financiamentos	(208.215)	4.530
Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa	(17.075)	27.732
No início do exercício	28.139	407
No fim do exercício	11.064	28.139
Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa	(17.075)	27.732

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2022 e 2021 Em MR$

	Capital social		Reserva de capital	Outros resultados abrangentes				
	Capital social	Capital a integralizar	Ágio e deságio na emissão de ações	Ganho/Perda na variação percentual em investida	Bônus de subscrição Siemens	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 1º/01/2021	648.568	(77)	635.291	(43.469)	13.200	22.813	(87.883)	1.188.443
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	(55.424)	(55.424)
Aumento de capital	2.254	11						2.265
Constituição de reserva de capital	-	-	2.265	-	-	-	-	2.265
ORA reconhecido no resultado pela perda de controle na alienação de investimentos	-	-	-	-	-	(6.881)	-	(6.881)
Reconhecimento do Hedge via equivalência – perda de controle	-	-	-	-	-	(15.932)	-	(15.932)
Reconhecimento do Hedge via equivalência	-	-	-	-	-	1.284	-	1.284
Saldo em 31/12/2021	650.822	(66)	637.556	(43.469)	13.200	1.284	(143.307)	1.116.020
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	(151.942)	(151.942)
Recompra de ações (nota 21 patrimônio líquido)	-	-	(208.215)	-	-	-	-	(208.215)
Reconhecimento do Hedge via equivalência	-	-	-	-	-	(6.732)	-	(6.732)
Saldo em 31/12/2022	650.822	(66)	429.341	(43.469)	13.200	(5.448)	(295.249)	749.131

Notas explicativas às DFs ***(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma):*** **1. Contexto operacional:** A Gás Natural Açu Infraestrutura S.A. ("GNA Infra" ou "Cia.") foi constituída em 2/05/2017, e em 21/08/2017 foi efetuada a transformação do tipo jurídico da Cia. que, passou de sociedade empresarial limitada para sociedade por ações de capital fechado, alterando a razão social de Terminal de Regaseificação do Açu Ltda. para Gás Natural Açu Infraestrutura Ltda. Possui como controladora direta a Gás Natural Açu S.A. ("GNA HoldCo") e controladora indireta Prumo Logística S.A ("Prumo"). A GNA Infra possui investimento societário na UTE GNA I Geração de Energia S.A. ("UTE GNA I"). A Cia. e sua controlada tem como objetivo desenvolver compra e venda de gás natural liquefeito ("GNL"), processamento, beneficiamento e tratamento de gás natural (oriundo da produção offshore e de regaseificação de GNL), geração, transmissão e comercialização de energia e de capacidade elétrica e ainda intermediação na compra e venda de energia e de capacidade elétrica. A controlada em conjunto UTE GNA I opera (i) uma usina termelétrica de ciclo combinado a gás de cerca de 1.338 MW que atenderá às obrigações contratuais da UTE Novo Tempo derivadas de seus contratos de comercialização de energia; (ii) um terminal de regaseificação de GNL ("Terminal de Regaseificação"), o qual disponibilizará capacidade para importar gás natural para o Projeto UTE GNA I, para futuras usinas de energia, e para outros projetos potenciais na área Industrial do Porto do Açu. A empresa faz parte do desenvolvimento do chamado "Açu Gás Hub", localizado estrategicamente no nordeste do RJ, que pretende oferecer uma solução logística eficiente para a comercialização e o consumo de gás natural e seus produtos. A usina termelétrica da controlada em conjunto UTE GNA I, em conjunto com o Terminal de Regaseificação de GNL e a Linha de Transmissão 345 kV, entraram em operação comercial, com as devidas autorizações regulatórias, em 16/09/2021. Após início da operação comercial em setembro de 2021, a UTE GNA I, permaneceu em despacho até a primeira quinzena de fev./2022, período no qual a ONS solicitou a interrupção do despacho em razão do aumento dos níveis de armazenamento em todos os subsistemas do SIN, especialmente nos subsistemas SE/CO, NE e N. A partir de jan./2021 a empresa UTE GNA I passou a contar com um novo acionista em sua estrutura societária, a empresa SPIC Brasil Energia Participações S.A. ("SPIC"). Com a entrada da SPIC e diluição da participação societária da GNA Infra na UTE GNA I de 67% para 45%, constatou-se, estritamente de acordo com as normas contábeis, que houve a perda de controle da GNA Infra sobre sua investida. Pelos motivos citados, a GNA Infra passa a ter o controle compartilhado com os restantes acionistas. Desta forma, após a perda de controle, o investimento da GNA Infra na empresa UTE GNA I foi reavaliado a valor justo da transação. No acordo dos acionistas, existem termos contratuais que estabelecem opção de compra para a SPIC e opção de venda para os restantes acionistas (GNA Infra e Siemens Par), exercível entre 12 meses e 36 meses após o início de operação comercial, para a SPIC tornar-se detentora de 100% das ações da UTE GNA I. No exercício dessas opções, a transação será executada a valor justo através de avaliação realizada por avaliador independente. Nesses termos são estabelecidas condições precedentes para o fechamento, incluindo aprovação/waiver dos credores e reorganizações que, com base na experiência passada, levariam em torno de 6 meses para serem obtidas/realizadas. Devido as condições precedentes não há evidências para o reconhecimento contábil destas opções. A Cia. continuará monitorando fatores acima que podem influenciar o reconhecimento inicial e preço das opções, as quais em possível evento, serão mensurados a valor justo na medida em que ela possuir valor por se tornar exercível. A UTE GNA I encontra-se em discussão com a BP Gas Marketing ("bpGM") – parte do grupo econômico BP, seu fornecedor de gás natural liquefeito, acerca da interpretação do mecanismo de precificação do LNG Sale and Purchase Agreement, celebrado por e entre a bpGM e a Cia., em 17/11/2017. A Cia. segue cumprindo todas as obrigações previstas nos contratos celebrados com a bpGM. Nesse espírito, a Cia. pagou, em 07/03/2022 e 11/03/2022, os valores em discussão para a bpGM, reservando-se ao direito de ser reembolsada de qualquer pagamento em valor superior ao devido, incluindo juros. No dia 29/07/2022 a UTE GNA I propôs procedimento arbitral contra a bp Gás Marketing ltd. ("bpGM") com o objetivo de discutir os valores cobrados pela bpGM e pagos provisoriamente pela UTE GNA I em relação a certas cargas de GNL utilizadas em atendimento às notificações de despacho do Operador Nacional do Sistema ("ONS"), no âmbito do LNG Sale and Purchase Agreement ("LNG SPA") e do Short Term LNG Sale and Purchase Agreement ("Short Term LNG SPA"), ambos celebrados entre bpGM e a UTE GNA I. Por fim, em 01/03/2023 a UTE GNA I apresentou suas alegações iniciais ao Tribunal Arbitral, e em 14/06/2023 a bpGM apresentará sua defesa. A UTE GNA I informa que a propositura do procedimento arbitral não resultará em impacto nas operações do projeto, ou na continuidade do fornecimento de GNL nos termos do LNG SPA. Conforme mencionado na nota explicativa 13, em 19/09/2022, foi concluído o processo de reestruturação societária da UTE GNA II Geração de Energia S.A ("UTE GNA II"), que representa a consolidação dos acordos entre os acionistas. Foram transferidas as ações detidas pela GNA Infra na UTE GNA II para a Junergy Ltda ("Junergy") e BP Gás & Power ("BPGIL"). A Cia. também trabalha no desenvolvimento de novos projetos, com o intuito de participar em futuros leilões de energia, de modo a viabilizar a implantação de outros empreendimentos. ***Licenças e autorizações:*** A controlada em conjunto UTE GNA I possui licenças ambientais preliminares para 1,3 GW em termelétrica em ciclo combinado. **Descrição:** Licença prévia e de instalação aprovando a concepção localização, e implantação de canteiro de obras temporário e área aproximadamente 65.000m², contemplando a supressão de 277 indivíduos arbóreos nativos isolados em área de 5,89ha de pasto e de 0,06ha de cercas vivas de espécie exótica Euphorbia tirucalli (gaiolinha) e agrupamentos de espécie exótica Syzygium cumini (jamelão). **Documento:** LPI nº IN047115. **Data de Emissão:** 12/11/2018. **Vigência:** 12/11/2023. **Descrição:** Licença de Operação para Linha de Transmissão Açu-Campos de 345 kV, com aproximadamente 52 km de extensão e a subestação UTE Novo Tempo GNA II (UTE GNA I). **Documento:** LO Nº IN006540. **Data de Emissão:** 26/05/2020. **Vigência:** 26/05/2030. **Descrição:** (i) Ficam excluídas as condições de validade nº 15 e 21. (ii) Fica incluída a condição de validade n°41: 41-Atender à Resolução INEA n° 64/2012, que dispõe sobre a apresentação de Inventário de Emissão de Gases de Efeito Estufa para fins de licenciamento ambiental no RJ. (iii) Ficam alteradas as condições de validade nº 8, 14, 17, 32.6 e 32.7: 8- A empresa deverá exigir, via contrato, a vinculação das empresas terceirizadas ao PROCON FUMAÇA PRETA (Resolução CONEMA Nº. 58/13) e enviar anualmente cópia ao INEA. Caso possua ou venha a adquirir frota veicular a diesel própria, deverá atender à NOP-INEA-14. 14- Atender à NOP INEA–01: Programa de monitoramento de emissões de fontes fixas para a atmosfera–PROMON AR, aprovada pela Resolução CONEMA N° 84/2018, monitorando, semestralmente, as chaminés dos geradores de energia elétrica, para os parâmetros: Material Particulado Total (MPT), Oxidos de Nitrogênio (NOx) e Óxidos de Enxofre (SOx). 17- Aferir níveis de pressão sonora utilizando metodologia atualizada condizente com a norma estabelecida pela ABNT NBR 10151:2019 Versão Corrigida: 2020. 32.6- Realizar campanhas semestrais para os Programas de Monitoramento da Fauna Terrestre, Monitoramento da Biota Marinha, Monitoramento de Cetáceos e Monitoramento dos Quelônios. 32.7- Manter durante toda a operação o programa de foto mitigação ambiental e evitar a formação de horizonte luminoso, conforme determina a Portaria nº. 11/95 do IBAMA/MMA. **Documento:** LO Nº IN051350 / AVB004490. **Data de Emissão:** 28/05/2020. **Vigência:** 26/05/2030. **Descrição:** Licença autoriza a operação da Usina Termelétrica UTE GNA I, a gás natural, com capacidade instalada de 1.338,3MW em ciclo combinado e sua infraestrutura auxiliar (utilidades, tratamento de água e unidade de dessalinização, prédios administrativos, oficina, contêineres, sala de estocagem e laboratório), além da realização de captura, transporte, resgate e monitoramento de fauna silvestre, na FAZENDA SACO DANTAS, S/N, AREA 1 E AREA 2–UTE GNA I–PRAIA DO AÇU, município SÃO JOÃO DA BARRA. **Documento:** LO Nº IN051787. **Data de Emissão:** 08/12/2020. **Vigência:** 08/12/2028. **Descrição:** Autorização de Supressão de Vegetação de 0,068 ha, cuja localização encontra-se delimitada pelas seguintes coordenadas, em projeção UTM e datum. **Documento:** ASV Nº 2033.9.2021.28072. **Data de Emissão:** 13/08/2021. **Vigência:** 13/08/2023. ***a. Continuidade operacional:*** A Cia. reconheceu um prejuízo líquido de R$ 151.942 para o exercício findo em 31/12/2022 e (R$ 55.424 em 31/12/2021) e, o ativo circulante excede o passivo circulante em R$ 174.762 (e R$ 365.161 em 31/12/2021). • **UTE GNA I:** A controlada em conjunto UTE GNA I auferiu prejuízo líquido no montante de R$ 398.611 para o período findo em 31/12/2022 (e prejuízo líquido de R$ 346.291 em 31/12/2021), e nessa data, o passivo circulante excede o ativo circulante em R$ 3.098.543 (o passivo circulante excede o ativo circulante em R$ 173.058 em 31/12/2021). Para o exercício de 2022, em decorrência de eventos não recorrentes, foi apurado o índice de Cobertura sobre o Serviço da Dívida ("ICSD") abaixo do limite estabelecido em contrato no montante de 1,10 vezes. Devido à quebra de covenant, a UTE GNA I fez a transferência do empréstimo que estava no passivo não circulante para o passivo circulante no montante de R$3.062.751 em função do não atingimento do covenants. O que ocasionou em um aumento de seu capital circulante líquido negativo. Esse aumento não gera incerteza sobre a continuidade operacional, devido aos seguintes pontos: • Comprometimento de contribuição de capital dos acionistas conforme previsto contratualmente em prazo e montante para curar o covenant, evitando o inadimplemento perante dívida; • A contribuição de capital dos acionistas descrita acima acontecerá da seguinte forma: • Os acionistas HoldCo e Siemens Energy autorizam a GNA Infra a utilizar parcialmente a sua conta ACEC (*Additional Contingent Equity Commitments*) conforme mencionado na nota 10; • A GNA Infra juntamente com os outros acionistas da UTE GNA I aportam em conjunto na Cia. para o processo de cura descrito acima. • Com a entrada em operação comercial da UTE GNA II (prevista para 2025), haverá o compartilhamento de custos a partir do seu comissionamento (em meados de 2024), o que irá gerar uma diminuição dos custos da UTE GNA I; • A avaliação dos fluxos de caixa futuros demonstra que a UTE GNA I terá geração de caixa suficiente para pagamentos das parcelas da dívida e de seus compromissos. Com todos os pontos citados acima, a Administração não reconhece incerteza sobre a capacidade operacional da sua controlada em conjunto UTE GNA I. Em função da avaliação efetuada, a Administração entende que o plano de negócios, demonstra que a Cia. obterá recursos financeiros suficientes para gerar fluxo de caixa no futuro previsível. Portanto, as DFs da Cia. foram preparadas com base em continuidade operacional.

2 Empresas do grupo

Controlador em conjunto	País	Participação acionária 31/12/2022	Participação acionária 31/12/2021
UTE GNA I Geração de Energia S.A. (UTE GNA I)	Brasil	44,89%	44,89%
UTE GNA II Geração de Energia S.A. (UTE GNA II) (a)	Brasil	-	44,88%

(a) Em 28/01/2021 houve a subscrição de novas ações da UTE GNA II para a entrada da SPIC no montante de R$ 280.000 por 33% de participação, onde a parcela da GNA Infra foi R$ 125.673. Em 17/11/2021 foram celebrados acordos entre os acionistas com condições precedentes para a saída da GNA Infra na participação da UTE GNA II. Constante destes acordos o montante total de subscrição da SPIC foi reduzido de R$ 280.000 para R$ 219.000. Em 19/09/2022, foi concluído o processo de reestruturação societária da UTE GNA II, que representa a consolidação dos acordos entre os acionistas. Foram transferidas as ações detidas pela GNA Infra na UTE GNA II para a Junergy e BPGIL. **3 Base de preparação: Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC):** As DFs foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A emissão dessas DFs foi autorizada pela Diretoria em 30/03/2023. Detalhes sobre as políticas contábeis da Cia. estão apresentadas na nota explicativa 7. **4 Base de mensuração:** As DFs foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de instrumentos financeiros que foram mensurados pelo valor justo por meio do resultado e instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **5 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas DFs estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Cia.. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **6 Uso de estimativas e julgamentos:** Julgamentos, estimativas e premissas são utilizados para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das DFs da Cia.. A determinação destas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem a avaliação de vida útil do ativo imobilizado, a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados, a avaliação do valor recuperável do I.R. e C.S. diferidos, dentre outros de sua controlada em conjunto que pode impactar o investimento reconhecido na Cia.. A liquidação futura das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas DFs devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Cia. revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31/12/2021 e 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal está incluída: • **Nota explicativa 13 – Ativo e passivo mantido para venda –** determinação do valor justo menos custos de venda da Cia., de ativos mantidos para venda. • **Nota 16.1** – Avaliação de trigger para impairment: principais premissas em relação aos valores recuperáveis dos ativos, incluindo a recuperabilidade dos investimentos; **7 Principais políticas contábeis:** A Cia. aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas DFs, salvo indicação ao contrário. **a. Base de Consolidação:** ***(i) Perda de controle:*** Quando a Cia. perde o controle sobre uma controlada, desreconhece os ativos e passivos e passa a reconhecer o resultado das operações dessa antiga controlada pelo método de equivalência patrimonial a partir do mês em que ocorre a perda de controle, e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Cia. retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada ao seu valor justo na data em que há a perda de controle. A Cia. utilizou como base o CPC 36 (R3) B99 e ICPC 09 (R2) e reclassificou para resultado do exercício os ganhos reconhecidos até a data da perda de controle, anteriormente classificados como outros resultados abrangentes. ***(ii) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial:*** Os investimentos da Cia. em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem sua participação em empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures). Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Cia. o controle compartilhado da entidade e dá a Cia. direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as DFs incluem a participação da Cia. no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas DFs individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método. **b. Operações descontinuadas:** Uma operação descontinuada é um componente de um negócio da Cia. que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto da Cia. e que: • Representam uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações; • São parte de um plano individual coordenado para venda de uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações; ou • São de uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de revenda. A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações do resultado e do resultado abrangente comparativas são reapresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo. **c. Instrumentos financeiros:** ***(i) Ativos financeiros:*** Aos ativos financeiros incluem caixa e equivalente de caixa, contas a receber entre partes relacionadas e derivativos. A Cia. reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Cia. se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro que não possua um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido dos custos de transação que são atribuíveis à sua aquisição ou emissão–para um item que não é a valor justo por meio do resultado (VJR). Um contas a receber de partes relacionadas sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. A Cia. deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Cia. transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Cia. não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro. *Classificação e Mensuração Subsequente:* No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes) ou VJR (Valor justo por meio do resultado, com base: • No modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros; • Nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A Cia. mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxo de caixa contratual; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro darem origem em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Cia. pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir. Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Cia. altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no 1º dia do 1º exercício subsequente à mudança no modelo de negócios. **Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Ativos financeiros a VJR:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **Ativos financeiros a Custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por Impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o Impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. ***(ii) Passivos Financeiros:*** Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. A Cia. deixa de conhecer um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram. Nó não reconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. ***(iii) Instrumentos financeiros derivativos:*** A Cia. faz uso de derivativos com o objetivo de proteção das suas exposições ao risco de moeda estrangeira e taxa de juros, utilizando a contabilização de hedge (hedge accounting). A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício e/ou em contas específicas no patrimônio líquido. No início de relacionamentos de hedge designados, a Cia. documenta o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para a realização do hedge. A Cia. também documenta a relação econômica entre o item coberto e o instrumento de cobertura, incluindo se as alterações nos fluxos de caixa do item coberto e do instrumento de cobertura devem compensar-se mutuamente. *Hedges de fluxo de caixa:* Quando um derivativo é designado como instrumento de hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida e acumulada em outros resultados abrangentes–ORA, e são limitadas à mudança cumulativa no valor justo do item protegido por hedge, determinado com base no valor presente, desde a designação do hedge. Qualquer parcela ineficaz de mudanças no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilidade de hedge ou se o instrumento de hedge for vendido, rescindido, exercido ou expirar, a contabilidade de hedge será descontinuada prospectivamente. **d. Imobilizado:** ***Reconhecimento e mensuração:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. ***Depreciação:*** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. Definida em termos da utilização esperada do ativo para a entidade. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado em uso são as seguintes: Móveis e utensílios: 10 anos; Equipamentos de informática: 5 anos; Máquinas e equipamentos: 10 anos. **e. Intangível:** Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), quando aplicável. A vida útil estimada do ativo intangível são: Licença de uso de Software: 5 anos. **f. Redução ao valor recuperável (*"impairment"*): *Ativos não financeiros:*** Os valores contábeis dos ativos não financeiros com vida útil definida são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado anualmente. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado anualmente. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa ("UGC") exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao calcular o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita as condições de mercados vigentes quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes a UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a outros ativos (exceto ágio) é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. ***Ativos financeiros não-derivativos:*** A Cia. reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: • Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; **g. I.R. e C.S.:** O I.R. e a C.S. do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para I.R. e 9% sobre o lucro tributável para C.S. sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de C.S., limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com I.R. e C.S. compreende os impostos de renda e C.S. correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. ***Despesas de I.R. e C.S. corrente:*** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. ***Despesas de I.R. e C.S. diferido:*** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de DFs e os usados para fins de tributação. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante

GÁS NATURAL AÇU INFRAESTRUTURA S.A.

CNPJ: 27.982.942/0001-79

com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação–ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Cia. determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. Por mensuração e determinação do valor justo, a Cia. utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. A Cia. optou pelo nível 3 na mensuração ao valor justo na operação de ativo disponível para venda. **k. Moeda estrangeira:** ***Transações em moeda estrangeira:*** Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Cia. pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **l. Ativos e passivos mantidos para venda e operações descontinuadas:** Os ativos e passivos não circulantes ou grupo de ativos e passivos mantidos para venda ou distribuição são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo. Os ativos e passivos, ou grupo de ativos e passivos, mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidas para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado. Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados, e qualquer investimento mensurado pelo método da equivalência patrimonial não é mais sujeito à aplicação do método. Em atendimento a norma CPC 31/IFRS 5–ativos e passivos mantidos para venda e operações descontinuadas, a Cia. evidenciou em suas DFs os efeitos das operações descontinuadas nas: • Demonstrações do resultado do exercício; • Demonstrações dos resultados abrangentes; • Demonstrações do fluxo de caixa; • Nota explicativas 9–Ativos e passivos mantidos para venda; • Nota explicativa 14 – Investimentos; • Nota explicativa 15 – Imobilizado; • Nota explicativa 16 – Intangível; • Nota explicativa 23 – Despesas gerais administrativas; • Nota Explicativa 24 – Ganho/Perda Alienação de Investimentos • Nota explicativa 25 – Resultado financeiro. **8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º/01/2022. A Cia. não adotou essas normas na preparação destas DFs. As seguintes normas alteradas e interpretações estão sendo avaliadas pela Cia., que não espera impactos significativos nas DFs: • CPC 50 / IFRS 17–Contratos de Seguros; • Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2); • Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8). • Classificação dos passivos como circulante e não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1); • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12).

9 Caixa e equivalente de caixa	**2022**	**2021**
Caixa e bancos	45	32
Aplicações financeiras		
Aplicações financeiras	11.037	28.127
	11.037	**28.127**
	11.082	**28.159**
Provisão de perda esperada (a)	(18)	(20)
Total	**11.064**	**28.139**

(a) As perdas financeiras estimadas foram calculadas com base nas taxas de perda de um estudo de Corporate Default publicado pela S&P em 03/04/2022 e 2021, referente a 15 anos de dados coletados pela mesma sobre o risco de default de empresas em cada nível de rating. O saldo de caixa e equivalente de caixa em 31/12/2022 e 2021 é composto por conta corrente nos bancos Santander, Bradesco, Itaú e Daycoval, aplicação em CDB no Santander e Daycoval, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. O caixa e equivalentes de caixa são detidos com contrapartes bancárias e financeiras, que foram agrupados em 5 níveis, separados entre AAA e BB de acordo com seu rating na Standard & Poor's. Conforme apresentado na tabela abaixo, as contrapartes em que a Cia. possui saldos em aberto em 31/12/2022 são classificadas em AAA, com base na média de suas classificações. A posição de perda estimada no caixa e equivalentes de caixa foi calculada com base na taxa de perda esperada de 12 meses e reflete os prazos de vencimento das exposições de risco.

Em milhares de Reais

Nível de Risco	Rating	Saldo Bruto	Taxa de perda (1)	Provisão de Perda
Nível 1	AAA	11.082	0,01%	(18)

Taxa de Perda considera o Global Corporate Average Default Rate para 1 ano divulgado pela S&P em 03/04/2022. A movimentação da perda estimada no ano foi:

Saldo em 31/12/2020	(1)
Adição	(19)
Saldo em 31/12/2021	(20)
Reversão	2
Saldo em 31/12/2022	(18)

10 Depósitos bancários vinculados:

	2022	2021
Depósito vinculado	160.689	146.647
Total	**160.689**	**146.647**
Circulante	160.689	146.647
Total	**160.689**	**146.647**

Em 28/01/2021, a GNA Infra constituiu depósitos vinculados junto ao Citibank Brasil, agente de contas dos financiadores da UTE GNA I. O montante de R$ 142.891, acordado com os financiadores da UTE GNA I e conforme estabelecido nos contratos de financiamento, foi aplicado em um fundo de investimentos do BNPP, como Escrow Account, para garantia de serviço da dívida da controlada em conjunto UTE GNA I, e será realizado caso a controlada em conjunto UTE GNA I não tenha recursos próprios para o pagamento da parcela da dívida. Em 25/06/2021, a Cia. utilizou parte do saldo da conta Escrow para realizar um mútuo para a controlada em conjunto UTE GNA I a fim de efetuar o pagamento do serviço da dívida vincendo em 1º/07/2021. Este mútuo foi quitado em 09/08/2021 com recursos provenientes da emissão de debêntures da controlada em conjunto UTE GNA I. Conforme mencionado na nota 1 parte do valor que está em depósito bancário vinculado será destinado para ACEC da controlada em conjunto UTE GNA I, respeitando os prazos estabelecidos do Acordo de Equity Cure. O valor residual após a utilização do ACEC da controlada em conjunto UTE GNA I, manterá a finalidade de cobertura de serviço da dívida da UTE GNA I, caso haja a necessidade. A movimentação em 31/12/2022 da aplicação financeira foi:

	Fundo de Investimento BNPP	Total
Saldo em 31/12/2020	–	–
Constituição de depósito vinculado	142.891	142.891
Resgate parte do depósito vinculado	(95.223)	(95.223)
Recebimento parte do depósito vinculado	95.223	95.223
Rendimento de aplicações financeiras	3.756	3.756
Saldo em 31/12/2021	**146.647**	**146.647**
Rendimento de aplicações financeiras	14.042	14.042
Saldo em 31/12/2022	**160.689**	**160.689**

11 Partes relacionadas: A Cia. adota as práticas de Governança Corporativa recomendadas e/ou exigidas pela legislação e regulamentação em vigor. O Acordo de Acionistas da Cia. estabelece diretrizes que visam assegurar que as transações entre a Cia. e suas partes relacionadas sejam realizadas no melhor interesse da GNA, com independência e transparência, de forma a prevenir situações de potencial conflito de interesses quando da realização de operações envolvendo partes relacionadas. Além disso, o Código de Conduta da GNA estabelece regras com o objetivo de prevenir situações de conflito de interesses envolvendo qualquer colaborador da Cia., as quais são aplicáveis a todos os colaboradores e *stakeholders* da GNA. Em conformidade com a Lei das S.A., os membros do Conselho de Administração da Cia. estão proibidos de deliberar sobre qualquer matéria ou de atuar em quaisquer operações ou negócios nos quais tenham interesses conflitantes com os da Cia.. Os principais saldos de ativos e passivos em 31/12/2022 e 2021, relativos às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do período, são decorrentes de transações da Cia. com empresas sob controle comum, acionistas, membros da Administração e outras partes relacionadas, como segue:

Ativo:	**2022**	**2021**
Contas a receber–circulante		
GNA HoldCo – Acionista direto (a)	62	48
UTE GNA I – Controlado em conjunto (a)	11	9
UTE GNA II – Investida de acionista não controlador pertencente ao mesmo grupo econômico (a) e (c)	12	9
Total	**85**	**66**
Mútuos a receber–não circulante		
UTE GNA I – Controlado em conjunto (d)	82.075	73.171
Total	**82.075**	**73.171**
Passivo:		
Contas a pagar–Circulante		
GNA HoldCo – Acionista direto (a)	32	20
UTE GNA I – Controlado em conjunto (a)	248	173
Total	**280**	**193**
Resultado:		
Gastos compartilhados	**2022**	**2021**
GNA HoldCo – Acionista direto (a)	273	553
UTE GNA I – Controlado em conjunto (a)	(2.386)	(1.720)
UTE GNA II – Investida de acionista não controlador pertencente ao mesmo grupo econômico (a)	60	364
Prumo Logística S.A – Acionista indireto (b)	-	409
Porto do Açu Operações S.A – Investida do acionista (b)	-	316
Total	**(2.053)**	**(78)**
Receitas financeiras	**2022**	**2021**
UTE GNA I – Controlado em conjunto (d)	8.904	3.418
UTE GNA II – Investida de acionista não controlador pertencente ao mesmo grupo econômico (d)	15.481	3.564
Total	**24.385**	**6.982**

a. Contrato de compartilhamento de gastos com pessoal e outras despesas entre as empresas do Grupo GNA; b. Estorno da provisão de gastos do compartilhamento de despesas com pessoal e outras despesas gerais ocorridas entre as empresas do grupo GNA x Porto do Açu x Prumo. c. Transferência do valor do ativo e passivo não circulante disponível para venda referente a participação da UTE GNA II, conforme mencionado na nota explicativa 13 liquidado em 1º/11/2022; d. Em fevereiro, maio, junho e setembro de 2021, a GNA Infra, fez aportes nas controladas em conjunto UTE GNA I e UTE GNA II como mútuo. a. O mútuo com a UTE GNA II foi totalmente liquidado em 01/11/2022 com a conclusão da reorganização societária. b. O vencimento do mútuo entre UTE GNA I e GNA Infra estão vinculado aos pagamentos subordinados (*).Veja abaixo a movimentação:

	UTE GNA I 100% CDI (*)	UTE GNA II 100% CDI (i)	Total
Saldo em 31/12/2020	–	–	–
Liberação principal	164.149	138.113	302.262
Juros apropriados	3.418	3.564	6.982
IOF apropriado	3.112	–	3.112
Recebimento principal	(95.222)	–	(95.222)
Recebimento IOF	(1.793)	–	(1.793)
Recebimento juros	(493)	–	(493)
Transferência para ativo disponível para venda	–	(141.677)	(141.677)
Saldo em 31/12/2021	**73.171**	–	**73.171**
Juros apropriados	8.904	-	8.904
Saldo em 31/12/2022	**82.075**	–	**82.075**

(i) Em dezembro de 2021, a parcela do mútuo da UTE GNA II foi transferida para a linha do ativo disponível para venda. Em 1º/11/2022 foi recebido pela GNA Infra a parcela de juros, aportes e AFAC da UTE GNA II. (*) Contrato com acionistas com pagamento subordinado–Dentro do Acordo de acionistas na empresa UTE GNA I há contratos que possuem a cláusula de pagamento subordinado. Os contratos subordinados são: Porto do Açu contrato de arrendamento do terreno, contrato de O&M e LTMP parcela fixa com a Siemens Energy e contrato de Flexible fee com a BP Global. Os montantes referentes à remuneração dos membros da Administração estão apresentados abaixo:

	2022	2021
Diretores		
Pró-labore	–	(420)
Bônus	–	(354)
Benefícios e Encargos	–	(127)
Remuneração de diretoria (a)	(213)	189
Total	**(213)**	**(712)**

(a) Valor compartilhado com empresas do grupo.

12 Impostos a recuperar	**2022**	**2021**
Ativo circulante		
Impostos a recuperar		
I.R. retido na fonte ("IRRF")	1.866	1.593
Total	**1.866**	**1.593**
I.R. e C.S. a recuperar		
I.R. e C.S. ("IRPJ/CSLL")	13.499	8.485
Total	**13.499**	**8.485**

13 Ativos e passivos não circulantes mantidos para venda: Em 17/11/2021, BP Global Investments Limited ("BPGIL"), Gás Natural Açu S.A. ("GNA HoldCo"), Gás Natural Açu Infraestrutura as ("GNA Infra"), Prumo, Siemens Energy Finance BV ("SEF"), Siemens Gas and Power Holding, BV ("SGPH"), Siemens Energy Inc., SPIC Brasil Térmicas e Participações ("SPIC"), UTE GNA II, e, como interveniente- anuentes, Siemens Participações Ltda. ("Siemens Par") e UTE GNA I firmaram o Contrato "Notice to Proceed Agreement" ("Contrato NTP"), o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outros Covenants da UTE GNA II ("GNA II SPA"), o Contrato de Mútuo BPGIL, Contrato de Mútuo SPIC, Contrato de Empréstimo SEF (em conjunto, os "Empréstimos NTP") e documentação acessória. O Contrato NTP é o acordo principal que prevê regras sobre diversos assuntos relacionados à operação, com destaque para (i) a emissão, pela UTE GNA II, do Notice to Proceed ("NTP") no âmbito do Contrato de Engenharia, Aquisição e Construção ("Contrato EPC TPP GNA II"), celebrado entre a UTE GNA II, Siemens Aktiengesellschaft, Andrade Gutierrez Engenharia S.A. e AG Construções e Serviços S.A., em 21/01/2020, conforme alterado; (ii) a execução dos Empréstimos NTP entre UTE GNA II, por um lado, e BPGIL, SPIC e SEF, por outro; (iii) a alienação das ações UTE GNA II detidas pela GNA Infra à BPGIL e SGPH mediante a celebração do GNA II SPA; (iv) o aditamento ao Acordo de Acionistas UTE GNA II a ser celebrado no Closing do GNA II SPA; (v) a transferência das ações UTE GNA II da Siemens Par para a SGPH, entre outros assuntos. De acordo com os Empréstimos NTP, BPGIL, SPIC e SEF concederam empréstimos à UTE GNA II para cobrir, entre outros custos, o pagamento do NTP sob o Contrato EPC TPP GNA II, antes do Financial Closing, e custos e despesas relacionados ao projeto UTE GNA II. De acordo com o GNA II SPA, na data do Closing, a GNA Infra venderá e transferirá todas as suas ações da UTE GNA II para SGPH e BPGIL, ou qualquer de suas afiliadas. A consumação de tal operação estava sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes previstas no contrato, tais como a aprovação das autoridades de defesa da concorrência, anuência do BNDES, entre outras. Até setembro de 2022 a UTE GNA II desembolsou R$ 1.300 mil correspondentes às três tranches de um empréstimo ponte, onde efetuou a liquidação em 28/12/2022. Em atendimento ao CPC 31/IFRS 5–ativo disponível para venda, onde informa que o valor contábil a ser registrado deverá ser o menor entre o valor da transação e o valor do investimento contábil. A análise foi feita da seguinte forma: Conforme mencionado na nota 2, em 19/09/2022, foi concluído o processo de reestruturação societária da UTE GNA II, que representa a consolidação dos acordos entre os acionistas. Foram transferidas as ações detidas pela GNA Infra na UTE GNA II para a Junergy e BPGIL. O montante líquido de ativos e passivos disponível para venda é de R$ 187.925 e os juros referente ao mútuo entre GNA Infra e UTE GNA II é de R$ 15.482, totalizando um montante de R$ 203.407 no qual foi transferido para linha de contas a receber de partes relacionadas e foi liquidada em 1º/11/2022.

2022		2021	
Valor contábil (investimento)	Valor da transação	Valor contábil (investimento)	Valor da transação
-	-	R$ 121.935 – Parcela do investimento	R$ 141.676 – Mútuo em UTE GNA II
-	-	R$ 251.200 – Parcela registrada referente a perda de controle	R$ 46.249 – AFAC em UTE GNA II
-	-		R$ 26.028 – outros passivos financeiros
-	-	**R$ 373.135 – Total valor contábil**	**R$ 213.953 – Total valor da transação**

14 Participações societárias: a. Participação societária

2022	% de participação	Quantidade ações / quotas (mil)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Capital social	AFAC	Reserva de capital	Ajuste avaliação patrimonial	Prejuízo acumulado
UTE GNA I	44,89%	831.185	6.040.453	5.052.665	987.788	925.802	-	925.802	(1.865)	(861.951)
UTE GNA II (i)	- %	-	-	-	-	-	-	-	-	-

2021	% de participação	Quantidade ações / quotas (mil)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Capital social	AFAC	Reserva de capital	Ajuste avaliação patrimonial	Prejuízo acumulado
UTE GNA I	44,89%	831.185	7.648.328	6.246.933	1.401.395	925.802	-	925.802	13.131	(463.340)
UTE GNA II	44,89%	2.001	2.973.609	2.862.577	111.032	219.003	46.249	-	(65.063)	(89.157)

(i) Em 19/09/2022, foi concluído o processo de reestruturação societária da UTE GNA II, que representa a consolidação dos acordos entre os acionistas. Foram transferidas as ações detidas pela GNA Infra na UTE GNA II para a Junergy e BPGIL conforme mencionado na nota 13.

b. Movimentação dos investimentos

Investida direta	2021	Aumento de capital	Reserva de capital	Equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	AFAC	Atualização do Disponível para venda – janeiro de 2021	Efeito de diluição	Ajuste a valor justo	2022
UTE GNA I	701.809	-	-	(178.937)	(6.733)	-	-	-	-	516.139
Total	**701.809**	**-**	**-**	**(178.937)**	**(6.733)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**516.139**

Investida direta	2020	Aumento de capital	Reserva de capital	Equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	AFAC	Atualização do Disponível para venda – janeiro de 2021	Efeito de diluição	Ajuste a valor justo	Ativo mantido para venda	2021
UTE GNA I	793.926	-	-	(168.014)	(14.648)	-	17.822	-	72.723	-	701.809
UTE GNA II (i)	4.711	-	-	(11.577)	-	2.780	348	125.673	251.200	(373.135)	-
Total	**798.637**	**-**	**-**	**(179.591)**	**(14.648)**	**2.780**	**18.170**	**125.673**	**323.923**	**(373.135)**	**701.809**

(i) Em 31/12/2021, o investimento referente a parcela da empresa UTE GNA II estava mantido para venda. **Teste de valor recuperável para os ativos não circulantes (*"impairment"*):** De acordo com o CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos, a Administração avalia a recuperabilidade dos seus ativos quando existirem indicativos de desvalorização, de forma a verificar potenciais perdas por incapacidade de recuperação dos valores contábeis. Em face a discussão com a BP Gás Marketing ("bpGM") – parte do grupo econômico BP, fornecedor de gás natural liquefeito da UTE GNA I, acerca da interpretação do mecanismo de precificação do LNG Sale and Purchase Agreement, celebrado entre a bpGM e a UTE GNA I em 17/11/2017, a Cia. procedeu avaliação de recuperabilidade do seu investimento na controlada em conjunto UTE GNA I em 31/12/2021. Na data base da avaliação a Cia. utilizou o valor em uso tendo como base as premissas listadas abaixo que incluí fatores internos e externos: • Cenário macroeconômico do país; • Período do fluxo de caixa de 22 anos; • Taxa de desconto efetiva – custo de capital próprio efetivo *"ke"* de 11,79%. O Custo de capital próprio foi obtido através de um modelo CAPM que considerou uma amostra de empresas do mesmo segmento e seus respectivos riscos *"Unlevered Beta"*. A projeção da estrutura de capital utilizada para alavancagem do índice beta foi a mediana da estrutura das empresas contidas na amostra supracitada. Para a projeção do fluxo de caixa foram utilizadas premissas de curto e longo prazo baseadas no último ciclo orçamentário da UTE GNA I. Este exercício financeiro é realizado anualmente e contempla a avaliação e atualização de premissas de receitas e custos operacionais, incluindo volume de despacho, para toda a vigência do CCEAR (Contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado). Estes valores são atualizados no modelo financeiro da UTE GNA I onde são realizadas as projeções de resultados a nível de balanço patrimonial, demonstração de resultado do exercício e fluxo de caixa. Para o longo prazo o modelo financeiro da UTE GNA I considera os valores base do exercício orçamentário sendo reajustados com base em suas premissas contratuais específicas e índices projetados nos cenários macroeconômicos adotados, até a data fim dos CCEARs, maio de 2044. Em 31/12/2021, após revisão do teste de Impairment, a Cia. não identificou a necessidade de constituição de provisão para recuperabilidade de seus ativos da UTE GNA I. Para 31/12/2022 não houve mudanças nos fatores internos e externos que impactassem significativamente o teste efetuado em 31/12/2021 para a UTE GNA I, portanto, a Cia. não efetuou teste de Impairment. A Cia. analisou as premissas utilizadas para avaliação de trigger de Impairment e não identificou a necessidade de realização do teste.

15 Imobilizado	Gastos de desenvolvimento de projetos	Equipamentos de TI	Total
Saldo em 31/12/2020	276	113	389
Adições	257	–	257
Depreciação	–	(45)	(45)
Saldo em 31/12/2021	**533**	**68**	**601**
Custo	533	218	751
Depreciação acumulada	–	(150)	(150)
Saldo em 31/12/2021	**533**	**68**	**601**
Adições	330	–	330
Baixas	(6)	(2)	(8)
Depreciação	–	(45)	(45)
Saldo em 31/12/2022	**857**	**21**	**878**
Custo	857	210	1.067
Depreciação acumulada	–	(189)	(189)
Saldo em 31/12/2022	**857**	**21**	**878**
	-%	**20%**	**-**

16 Intangível	Licenças de uso de software	Total
Saldo em 31/12/2020	6	6
Amortização	(2)	(2)
Saldo em 31/12/2021	**4**	**4**
Custo	6	6
Amortização acumulada	(2)	(2)
Saldo em 31/12/2021	**4**	**4**
Amortização	(1)	(1)
Saldo em 31/12/2022	**3**	**3**
Custo	6	6
Amortização acumulada	(3)	(3)
Saldo em 31/12/2022	**3**	**3**
Taxa de amortização	**20%**	

17 Fornecedores	**2022**	**2021**
Fornecedores nacionais	11	20
Despesas provisionadas	39	-
Total	**50**	**20**

18 Salários e encargos a pagar	**2022**	**2021**
Gratificações a pagar	108	450
Férias	62	58
Encargos sobre férias	44	43
INSS	3	77
FGTS	5	4
Seguros	7	8
Total	**229**	**640**

19 Impostos e contribuições a recolher	**2022**	**2021**
Passivo circulante		
Impostos e contribuições a recolher		
I.R. retido na fonte ("IRRF")	14	14
PIS/COFINS a recolher	130	88
PIS/COFINS/ CSLL–Retenção	–	3
Total	**144**	**105**
I.R. e C.S. a recolher		
I.R. e C.S. ("IRPJ/CSLL")	11.743	6.736
Total	**11.887**	**6.841**

20 Impostos diferidos	**2022**	**2021**
Impostos diferidos passivo	24.726	24.726
Total	**24.726**	**24.726**

	Impostos diferidos ativos	Impostos diferidos passivos
Saldo em 31/12/2020	-	-
Diferença temporal–Remensurações participação valor justo	-	24.726
Saldo em 31 de dezembro 2021	**-**	**24.726**
Saldo em 31 de dezembro 2022	**-**	**24.726**

	2022	2021
Prejuízo contábil antes dos impostos	**(140.199)**	**(23.962)**
Alíquota I.R. e C.S.	34%	34%
I.R. e C.S. (base x alíquota)	**47.668**	**8.147**
Adições permanentes:		
Gratificação/Bônus retenção	–	(120)
INSS s/Bônus/Gratificações	–	(27)
Licença maternidade (Prorrogação 60 dias)	(8)	–
Multas indedutíveis	–	(8)
Equivalência patrimonial	(60.844)	(61.063)
Ganho na venda de investimento	–	18.665
Créditos fiscais não reconhecidos	–	22
Compensação de prejuízo fiscal de anos anteriores	1.395	2.898
Outros	22	–
Adicional IRPJ	24	24
Total do I.R. e C.S. do exercício	**(11.743)**	**(31.462)**
Corrente	(11.743)	(6.736)
Diferido	–	(24.726)
Total	**(11.743)**	**(31.462)**
Alíquota efetiva	**8,38%**	**131,30%**

21 Patrimônio líquido

Acionistas	2022 Quantidade de ações ordinárias	2022 % participação	2021 Quantidade de ações ordinárias	2021 % participação
GNA HoldCo (i)	8.179	93,02%	9.579	93,02%
Siemens Energy (i)	616	6,98%	719	6,98%
Total	**8.795**	**100,00%**	**10.298**	**100,00%**

(i) Na AGE de 01/07/2022, foi convencionado o cancelamento de até 3.010 ações pelo preço de ação de R$ 138.565,92, onde no exercício de 2022 foram canceladas 1.503 ações, que totalizam R$ 208.215, pagas no exercício de 2022. Estas ações canceladas eram referente ao caixa disponível, AFAC e Mútuo com a UTE GNA II. Esta parcela foi integralmente reduzida na linha de reserva de capital, informada na nota 21 letra b. O capital social não foi alterado. **a. Capital social:** Em 31/12/2022, o capital social da Cia. é de R$650.756, representado por 7.288 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

	Acionista		
Saldo Inicial	**GNA HoldCo**	**Siemens Energy**	**Capital Social**
01/01/2021	565.953	82.538	648.491
Data da integralização			
13/01/2021	69	-	69
04/02/2021	69	-	69
26/02/2021	208	-	208
26/02/2021	77	-	77
14/04/2021	239	1.395	1.634
25/08/2021	208	-	208
Total	**566.823**	**83.933**	**650.756**

b. Reserva de capital: Em 31/12/2022, a reserva de capital da Cia. é de R$442.541 e em 31/12/2021 R$ 650.756, onde a GNA HoldCo possui o montante de R$428.083 e a Siemens R$14.458 (Em 31/12/2021, a GNA HoldCo possuía R$621.936 e a Siemens R$28.820). Os aportes de aumento de Reserva de Capital efetuados no período estão demonstrados conforme abaixo:

	Acionista		Reserva
Saldo Inicial	**GNA HoldCo**	**Siemens**	**de capital**
01/01/2022	621.936	28.820	650.756
Data de integralização			
01/07/2022 (i) – Caixa disponível	(20.091)	(1.386)	(21.477)
01/11/2022 (i) – Pagamento recompra de ações	(173.762)	(12.976)	(186.738)
Saldo em 31/12/2022	**428.083**	**14.458**	**442.541**

c. Dividendos: As ações da Cia. participam em condições de igualdade na distribuição de dividendos, JSCP e demais benefícios aos acionistas. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício findo em 31/12/2022 e 2021, a Cia. apresentou prejuízo não havendo distribuição de dividendos.

d. Outros resultados abrangentes	2022	2021
Ganho/(perda) na variação percentual em investida (i)	(43.469)	(43.469)
Ajuste de avaliação patrimonial (ii)	(5.448)	1.284
Outros resultados abrangentes	**(48.917)**	**(42.185)**

(i) corresponde a parcela dos ajustes reflexos de investidas e efeitos patrimoniais da operação com a Siemens Participações em novembro de 2020; (ii) corresponde a parcela do hedge da UTE GNA I reconhecido via efeito reflexo da equivalência na GNA Infra.

22 Despesa gerais e administrativas	2022	2021
Pessoal	(2.304)	(1.890)
Consultoria e auditoria	(536)	(14.656)
TI e Telecom	(196)	(179)
Comunicação e assuntos institucionais	(66)	(117)
Serviços administrativos	(94)	(53)
Depreciação e amortização	(46)	(46)
Outros serviços de terceiros	(62)	(51)
Despesas gerais e manutenção	(27)	563
Viagens	(31)	(9)
Seguros	(15)	(15)
Despesas jurídicas	(7)	(3.261)
Impostos, multas e taxas	2	(5)
Total	**(3.382)**	**(19.719)**

23 Ganho/Perda Alienação de Investimentos

	2022 UTE GNA I	2022 UTE GNA II	2022 Total	2021 UTE GNA I	2021 UTE GNA II	2021 Total
Concretização da venda em janeiro de 2021 de 22,12% da UTE GNA I e UTE GNA II						
Alienação / subscrição das ações	-	-	-	409.035	125.673	534.708
Custo histórico–disponível para venda – janeiro de 2021	-	-	-	(373.216)	(1.972)	(375.188)
Reavaliação a valor justo	-	-	-	72.723	251.200	323.923
Baixa dos resultados abrangentes da parcela remanescente	-	-	-	6.881	-	6.881
	-	**-**	**-**	**115.423**	**374.901**	**490.324**
Classificação de ativo e passivo não circulante mantido para venda 44,88% da UTE GNA II						
Reavaliação a valor justo – acordo dos acionistas 17/11/2021	-	-	-	-	(326.886)	(326.886)
Ganho na alienação de investimentos	**-**	**-**	**-**	**115.423**	**48.015**	**163.438**

24 Resultado financeiro	2022	2021
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(3)	(2)
Comissões e corretagens	(1)	–
IOF	(66)	(1.751)
Juros e multas	(6)	(98)
Variação cambial	(3)	–
Total	**(79)**	**(1.851)**
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	17.471	6.797
Juros sobre mútuo (i)	24.385	6.982
Descontos obtidos	–	1
Juros ativos ou auferidos	341	1
Total	**42.197**	**13.781**
Resultado financeiro líquido	**42.118**	**11.930**

(i) Conforme mencionado na nota 13 foi reconhecido o montante de R$ 15.482 que é referente atualização de juros sobre o mútuo com a UTE GNA II do exercício de 2022. Esse montante foi liquidado em conjunto com o recebimento do montante do ativo disponível para venda. **25 Instrumentos Financeiros:** Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Cia. a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Cia., os gerenciamentos de risco e de capital exercidos pela Cia.. **25.1 Gerenciamento**

GÁS NATURAL AÇU INFRAESTRUTURA S.A.

CNPJ: 27.982.942/0001-79

de riscos: Visão geral – a Cia. apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a. Risco de crédito. b. Risco de mercado. c. Risco de liquidez. Estrutura de gerenciamento de risco – o gerenciamento de risco da Cia. visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Cia., por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações. A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Cia.. O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Cia.. ***a. Risco de Crédito:*** É o risco de a Cia. incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalente de caixa. ***b. Risco de Mercado:*** A utilização de instrumentos financeiros, pela Cia., tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de índices de preços e moedas. A Cia. e sua controlada em conjunto não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, relacionado as operações continuadas, porém eles são monitorados periodicamente pela Administração. A Cia. também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. O risco cambial e o risco de taxa de juros, que fazem parte da gestão do risco de mercado, são aplicáveis a controlada em conjunto UTE GNA I, que gerencia esses riscos da seguinte maneira: • ***Risco cambial:*** A controlada em conjunto, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seus saldos a pagar a fornecedores estrangeiros com exposição cambial durante a fase de construção e operação, para que não afete seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31/12/2022 e 2021, operações de hedge cambial. • ***Risco de taxas de juros:*** Este risco é oriundo da possibilidade de a Cia. incorrer perdas, devido a flutuações nas taxas de juros anuais e IPCA de dívida, tais como índices de preço, que impactem os resultados financeiros relativas aos rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Cia. monitora continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. ***c. Risco de liquidez:*** O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a Cia. não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Cia. busca constantemente a mitigação do risco de liquidez. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Todos os passivos da Cia. são obrigações de curto prazo. Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar a liquidez da Cia.. Em 31/12/2022, a Cia. mantinha um total de aplicações no curto prazo de R$ 11.037 (31/12/2021 R$ 28.127). **25.2 Estimativa de valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Cia. tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Cia.. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: • Nível 1–Preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos idênticos aos da Cia.; • Nível 2–Preços cotados com ou sem ajustes para ativos ou passivos similares com informações direta ou indiretamente em mercados ativos, exceto preços cotados incluídos no nível anterior. • Nível 3 – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos da Cia., assim como seu nível de mensuração, em 31/12/2022 e 31/12/2021.

		2022		2021	
	Nível	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)					
Caixa e equivalente de caixa	2	11.064	11.064	28.139	28.139
Depósito bancário vinculado	2	160.689	160.689	146.647	146.647
Contas a receber com partes relacionadas	2	85	85	66	66
Mútuos a receber – partes relacionadas	2	82.075	82.075	73.171	73.171
Passivos financeiros (Circulante/Não circulante)					
Fornecedores	2	50	50	20	20
Contas a pagar com partes relacionadas	2	280	280	193	193

Métodos e técnicas de avaliação: A Cia. entende que valor justo de fornecedores e contas a pagar com partes relacionadas, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, se aproxima do seu valor contábil. **26 Compromissos assumidos:** Em 31/12/2022, a Cia. apresentou compromissos assumidos de compras futuras no valor de R$ 963 (R$ 2.667 na em 31/12/2021).

	2022	2021	Descrição
Ativo			
Imobilizado/Intangível			
Gastos com desenvolvimento de projetos	94	74	Gastos com desenvolvimento de novos projetos
Total ativo	94	74	
Resultado			
Despesas Gerais e Administrativas	869	2.593	Gastos com viagens e estadias, locação de veículos, consultoria jurídica e benefícios funcionário.
Total resultado	869	2.593	
Total	963	2.667	

Bernardo de Araújo Chaves Perseke - Presidente; Gustavo Artur Ciocca Zeno - Diretor Financeiro; Fábio Herllain de Cerqueira - Contador CRC: 106.747/O-7 RJ

Relatório dos auditores independentes sobre as DFs: Aos Diretores e Acionistas da Gás Natural Açu Infraestrutura S.A RJ–RJ Opinião: Examinamos as DFs da Gás Natural Açu Infraestrutura S.A ("Cia."), que compreende o balanço patrimonial em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as DFs acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Gás Natural Açu Infraestrutura S.A em 31/12/2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das DFs". Somos independentes em relação à Cia., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas DFs:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das DFs de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de DFs livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das DFs, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cia. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das DFs, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cia. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 31/03/2023. KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC SP-014428/O-6 F-RJ; Juliana Ribeiro de Oliveira - Contadora CRC RJ-095335/O-0

Cardeal Tempesta

Orani João Tempesta, O.Cist
Arcebispo do Rio de Janeiro

Domingo de Páscoa na Ressurreição do Senhor

"Este é o dia que o Senhor fez para nós: Alegremo-nos e nele exultemos" (Sl 117/118)

Chegamos ao grande dia da Páscoa do Senhor, após ter celebrado a grande Vigília Pascal, cume da semana santa. Exultemos de alegria no Senhor, maravilhas Ele fez por nós. Através da ressurreição de Jesus contemplamos aquilo que vai acontecer conosco ao final de nossa vida terrena. A nossa vida aqui na terra é passageira, quando morremos não é fim, mas é o início de uma vida eterna ao lado de Deus. Meus irmãos, não precisamos ter visto o Senhor Ressuscitado para crer que Ele ressuscitou, mas por meio da fé acreditamos que Ele ressuscitou e está ao lado de Deus. Como diz o próprio Senhor: "Felizes os que creram sem ter visto". Nesse Domingo de alegria, a vida venceu a morte e abriu-nos o caminho da salvação.

Com a ressurreição de Jesus o Domingo ganha um novo significado para os cristãos, é o dia dedicado ao Senhor, dia da ressurreição. É o primeiro dia da semana, dia de ir à celebração Eucarística. O povo judeu e algumas outras religiões guardam o Sábado como o dia dedicado ao Senhor, pois não celebram a ressurreição de Jesus. Nós devemos zelar e guardar o Domingo, pois esse foi o dia que o Senhor fez para nós. Que a partir da ressurreição de Jesus possamos ter a fé impulsionada e acreditar na vida eterna.

O tempo pascal iniciado neste Domingo terá a duração de cinquenta dias, até ao Domingo de Pentecostes. De hoje até Domingo que vem (Domingo da misericórdia), celebraremos a oitava da Páscoa, ou seja, são oito dias com a mesma solenidade do Domingo de Páscoa. Nesses oito dias poderemos desejar uns aos outros feliz Páscoa. As missas podem ser solenes, entoando o hino do glória e Oração Eucarística I com textos especiais. No Domingo que vem celebraremos o segundo Domingo da Páscoa e vivenciando, na plenitude, o tempo pascal. Nesse período pascal, o Círio Pascal ficará aceso em todas as celebrações e será apagado ao final da missa de Pentecostes. O círio Pascal significa a luz de Cristo, é o próprio Cristo ressuscitado.

O ato penitencial da missa deste domingo é substituído pela aspersão da água benta. É usada a água que foi abençoada no Sábado Santo. Isso acontece porque somos convidados a ressurgir para uma vida nova e como aconteceu no Sábado, somos purificados e lavados pelas águas do batismo. Também nesta missa, antes da aclamação ao Evangelho, têm a sequência pascal, essa sequência aparece nas grandes solenidades, como por exemplo: Páscoa, Pentecostes e Natal. "Cantai, cristãos, afinal...".

A primeira leitura desse Domingo é do livro dos Atos dos apóstolos (At 10, 34a. 37-43). Durante o tempo da Páscoa, as duas leituras serão do Novo Testamento, e durante o tempo da Páscoa, vamos ouvir a leitura do livro dos Atos dos Apóstolos. O livro dos Atos dos Apóstolos retrata propriamente os atos dos apóstolos a partir da ressurreição de Jesus. É o livro que retrata o início da Igreja primitiva. Na leitura de hoje, Pedro, que era o líder do grupo dos apóstolos, toma a palavra e fala tudo o que aconteceu com Jesus, desde o início de sua vida pública até morte e ressurreição. Pedro ainda diz que os apóstolos são testemunhas do ressuscitado e todo aquele que nele crê tem o perdão dos pecados.

Nos dias atuais, nós, do mesmo modo que os apóstolos, somos chamados a continuar o anúncio do Evangelho, temos que anunciar o Reino de Deus como Jesus o fez. O Espírito Santo está conosco e nos ensinará as palavras que devemos dizer. Ele ressuscitou e ascendeu ao céu, mas deixou o seu Espírito Santo agindo por nós. Apesar dos ventos contrários que dão contra a Igreja, a Igreja permanece de pé, pois está fundada sob a proteção do Espírito Santo. O Espírito Santo faz novas todas as coisas e garante que, a cada ano, surjam novos cristãos. O Salmo responsorial é o 117 (118), e nos diz em seu refrão: "Este é o dia que o Senhor fez para nós: Alegremo-nos e n'Ele exultemos"! O Domingo é o dia que o Senhor fez para nós. O Domingo não é dia de tristeza ou de dor, mas é dia de alegria, pois o Senhor ressuscitou e quer que sejamos felizes.

Zona da Mata Geração S.A.

CNPJ 04.677.733/0001-16 – NIRE 33.300.348.107

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13/09/2022

1. Data, Hora e Local: No dia 13/09/2022, às 09:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 2º e 4º andares, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, Rio de Janeiro-RJ. **2. Convocação e Presença:** Assembleia realizada independentemente das formalidades de convocação, tendo em vista o comparecimento dos acionistas detentores da totalidade do capital social, conforme o Livro de Presença de Acionistas. **3. Mesa:** Sr. Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Presidente, Srta. Isis Paula Cerinotti – Secretária. **4. Ordem do Dia: (i)** redução do capital social da Companhia, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76; **(ii)** outros assuntos de interesse social. **5. Deliberações:** Os senhores acionistas, após análise e discussão dos assuntos constantes da Ordem do Dia, deliberaram, por unanimidade dos membros presentes: **5.1.** Com fundamento no artigo 173 da Lei nº 6.404/76, reduzir em **R$ 30.800.000,00** o capital social da Companhia, por julgá-lo excessivo em relação às necessidades operacionais e de investimento da Companhia, passando o capital social, portanto, de R$ 45.720.656,99 para R$ 14.920.656,99. **5.1.1.** Considerando que as ações em que se divide o capital social não têm valor nominal, é desnecessário o cancelamento de ações em consequência da redução de capital ora aprovada, passando o artigo 5º do estatuto social a vigorar com a seguinte redação: ***"Artigo 5º. O capital social é de R$ 14.920.656,99 dividido em 16.720.653 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal."*** **5.1.2.** O valor ora declarado deve ser pago aos acionistas conforme a disponibilidade de caixa da Sociedade e na proporção de sua participação no capital social, nos seguintes valores:

Acionistas	Qtde de Ações Ordinárias	%	Dividendos (em R$)
Elera Renováveis S.A.	16.720.652	99,9999940	30.799.998,15
Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira	1	0,0000060	1,85
Total	**16.720.653**	**100**	**30.800.000,00**

5.1.3. Registrar que o acionista Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira manifestou sua renúncia à parcela que lhe cabe em favor da acionista Elera Renováveis S.A.. **5.2.** Registrar que a redução de capital ora aprovada decorre da anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, conforme Despacho nº 2.458 de 05/09/2022, publicada no Diário Oficial da União em 09/09/2022. **5.3.** Consolidar a redação do estatuto social da Companhia, que passa a vigorar conforme o Anexo I à presente ata. **5.4.** Lavrar a presente ata em forma de sumário, nos termos do parágrafo 1º do artigo 130 da Lei nº 6.404/76. **6. Encerramento:** Nada mais a tratar, foi lavrada esta ata, sendo assinada pelos presentes. Rio de Janeiro-RJ, 13/09/2022. **7. Assinaturas:** Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Presidente da Mesa e Isis Paula Cerinotti Malhaes – Secretária. Acionistas: Elera Renováveis S.A. (representada neste ato por seus diretores Carlos Gustavo Nogari Andrioli e Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira) e Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira. **Isis Paula Cerinotti Malhaes** – Secretária Designada. **Anexo I – Estatuto Social. Capítulo I – Denominação, Sede, Foro, Filiais, Objeto e Duração. Artigo 1º. Zona da Mata Geração S/A** é uma sociedade anônima regida pelo presente Estatuto e pelas leis vigentes, tendo sua sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 2º e 4º andares, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 22.775-028 (Referência: entrada pela Av. Antonio Gallotti), podendo manter, abrir e fechar filiais, agências, depósitos, sucursais, escritórios ou quaisquer outros estabelecimentos, em qualquer localidade do país ou do exterior, por deliberação da Diretoria, independentemente de autorização da Assembleia Geral. **§ único**. A Sociedade tem filial: a) no Córrego da Sinceridade, Município de Reduto, às margens da Estrada Manhuaçu-Ipanema, situada a 5,3 km do Município de Manhuaçu, CEP 36.900-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.677.733/0009-73, e sob o NIRE 3190181279-5, denominada Central Geradora Hidrelétrica Roça Grande; b) na Estrada que liga Matipó à Caputira, no Município de Matipó, estado de Minas Gerais, CEP 35.367-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.677.733/0010-07, e sob o NIRE 3190181281-7, denominada Central Geradora Hidrelétrica Matipó; c) no Rio Jequitibá, a 2 km do trevo da estrada Manhuaçú-Manhumirim, no Município de Reduto, CEP 36.920-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.677.733/0011-98, e sob o NIRE 3190181282-5, denominada Central Geradora Hidrelétrica Cachoeira Alta; d) no Rodovia Miraí-Muriaé, a 6 km de Miraí, no Município de Miraí, no estado de Minas Gerais, CEP 36.790-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.677.733/0004-69, e sob o NIRE 3190181283-3, denominada Central Geradora Hidrelétrica Miguel Pereira; e) no Distrito de Dores da Vitória, a 6 km de Miraí, no Município de Miraí, estado de Minas Gerais, CEP 36.790-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.677.733/0005-40, e sob o NIRE 3190181284-1, denominada Central Geradora Hidrelétrica Santa Cecília; f) na Estrada Raul Soares-Granada, km 8, no Município de Raul Soares, estado de Minas Gerais, CEP 35.350-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.677.733/0007-01, e sob o NIRE 3190181286-8, denominada Aproveitamento Hidrelétrico João Camilo Penna; **Artigo 2º**. São os seguintes os objetivos sociais: a) atuação na indústria de energia elétrica nas áreas de geração e transmissão; e b) participação como quotista ou acionista em outras sociedades de quaisquer que sejam seus tipos e objetos sociais. **Artigo 3º**. A Companhia poderá ampliar suas atividades a todo e qualquer ramo que, direta ou indiretamente, tenha relação com seus objetivos sociais. **Artigo 4º-** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II – Capital Social. Artigo 5º.** O capital social é de R$ 14.920.656,99 dividido em 16.720.653 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **Capítulo III – Ações e Acionistas. Artigo 6º.** Observado que o número de ações preferenciais sem direito a voto, ou com voto restrito, não pode ultrapassar 2/3 do total das ações emitidas, a Companhia fica desde já autorizada: a) a criar classes de ações preferenciais mais favorecidas ou não que as já existentes ou que vierem a existir; b) a aumentar o número das ações ordinárias sem guardar proporção com as ações preferenciais de qualquer classe já existente ou que vierem a existir; c) a aumentar o número das ações preferenciais de qualquer classe sem guardar proporção com as demais classes já existentes ou que vierem a existir ou, ainda, com as ações ordinárias. **Artigo 7º**. As ações preferenciais, que serão nominativas, possuem as seguintes características: a) sem direito de voto; b) prioridade na distribuição de dividendos fixos, não cumulativos, de 1 % ao ano sobre o capital próprio atribuído a essa espécie de ações, dividendo a ser entre elas rateado igualmente; e c) prioridade no reembolso do capital, em caso de liquidação da Companhia, sem prêmio. **Artigo 8º**. As ações preferenciais sem direito de voto já existente; ou que vierem e ser emitidas, adquirirão o exercício desse direito se a Companhia, durante três exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos fixos ou mínimos a que fizerem jus, direito que conservarão até que passe a efetuar o pagamento de tais dividendos. As ações preferenciais sem voto e sem dividendos fixos ou mínimos não adquirirão jamais o exercício desse direito, mesmo se a Companhia deixar de lhes pagar os respectivos dividendos pelo período aqui previsto. **Artigo 9º**. Quando houver direito de preferência dos antigos acionistas, o prazo para seu exercício, se não se estipular outro maior, será de 30 dias contados de um dos dois seguintes eventos que antes ocorrer: a) primeira publicação da ata ou do extrato da ata que contiver a deliberação de aumento de capital; ou b) primeira publicação de específico aviso aos acionistas, quando este for feito pela administração. **Artigo 10.** Poderão ser emitidas sem direito de preferência para os antigos acionistas, ações de qualquer espécie, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, desde que a respectiva colocação seja feita mediante venda em bolsa ou subscrição pública ou, ainda, mediante permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos dos arts. 257 a 263 da Lei nº 6.404/76. Fica também excluído o direito de preferência para subscrição de ações nos termos de lei especial sobre incentivos fiscais. **Artigo 11.** Por decisão da Assembléia Geral de Acionistas, a Companhia poderá passar a manter suas ações nominativas sob a forma escritural, em contas de depósito, em nome de seus titulares, em instituição financeira que designar, sem emissão de certificados. **Artigo 12.** O acionista que, nos prazos marcados, não efetuar o pagamento das entradas ou prestações correspondentes às ações por ele subscritas ou adquiridas ficará de pleno direito constituído em mora, independente de notificação ou de interpelação judicial ou extrajudicial, sujeitando-se ao pagamento dos juros de 1 % ao mês, da correção monetária e da multa de 10% sobre o valor daquelas prestações ou entradas. **Capítulo IV – Assembléias Gerais dos Acionistas. Artigo 13.** A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos quatro primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. **§ 1º.** A mesa da Assembléia Geral será composta de um presidente e uni secretário, sendo aquele escolhido por aclamação ou eleição e este nomeado pelo presidente da Assembléia Geral, a quem compete dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões. **§ 2º.** Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às assembléias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 horas antes da reunião. **§ 3º.** Quinze dias antes da data das assembléias, ficarão suspensos os serviços cie transferências, conversão, agrupamento e desdobramento de certificados. **Capítulo V – Administração. Artigo 14.** A Companhia será administrada por urna Diretoria. **Artigo 15.** A remuneração global da Diretoria será fixada pela Assembléia Geral e sua divisão entre os membros será determinada pela Diretoria. **Artigo 16.** A sociedade será administrada por uma Diretoria composta de até 10 membros, sendo 1 Diretor Presidente. 1 Diretor Vice-Presidente e os demais Diretores sem designação específica, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandatos coincidentes de 1 ano, podendo ser reeleitos em conjunto ou separadamente. Após o término dos respectivos mandatos, os Diretores permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos Diretores eleitos. **§ 1º.** Admitir-se-á a existência de até 2 cargos vagos na Diretoria, podendo a Assembléia Geral determinar o exercício cumulativo, por um, das atribuições de outro diretor. **§ 2º.** Os Diretores serão substituídos, em suas ausências e impedimentos ocasionais, pelos demais membros da Diretoria. Em caso de ausência ou impedimento permanente, e desde que o número de membros remanescentes seja menor do que o mínimo previsto no caput deste artigo, a Assembleia Geral elegerá substituto, que exercerá o mandato até o término do prazo de gestão do diretor substituído. **§ 3º.** A Diretoria se reunirá sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros e com a presença da maioria deles, cabendo ao Diretor Presidente presidir as reuniões. **Artigo 17.** Ao Diretor Presidente competirá privativamente:a) exercer a administração geral dos negócios sociais; b) representar a Companhia, ativa ou passivamente, em juízo ou fora dele, inclusive nas assembléias das sociedades em que a Companhia detiver participações societárias; c) receber citação inicial; d) exercer a supervisão da administração geral da Companhia, coordenando as atividades dos demais Diretores; e) convocar e presidir as reuniões da Diretoria. Parágrafo único. Em suas ausências e impedimentos temporários ou permanente, o Diretor Presidente será substituído pelo Diretor Vice-Presidente. **Artigo 17-A.** – Ao Diretor Vice-Presidente compete substituir o Presidente nos impedimentos ocasionais ou ausência temporária ou permamente, praticando todos os atos de competência do substituído. **Artigo 18.** Ao Diretor sem designação específica competirá a elaboração de estudos e análises econômico-financeiras de projetos de investimento. **Artigo 19.** A representação ativa e passiva da companhia será exercida por 2 Diretores conjuntamente, por 1 Diretor em conjunto com um procurador especialmente nomeado ou por 2 procuradores em conjunto. **§ 1º.** A Companhia será, excepcionalmente, representada isoladamente por qualquer dos membros da Diretoria, nos casos de recebimento de citações ou notificações judiciais e na prestação de depoimento pessoal. **§ 2º.** A Diretoria poderá, ainda, designar 1 de seus membros ou constituir um procurador, para representar a Companhia em atos e operações específicas, no País ou no Exterior. **Artigo 20.** A Diretoria poderá constituir procuradores da Sociedade, sempre mediante a assinatura conjunta de 2 Diretores, devendo ser especificados os atos e operações que poderão praticar. **§ único.** As procurações terão sempre prazo determinado, não excedente a 1 ano, salvo aquelas que contemplarem os poderes da cláusula ad judicia. **Capítulo VI – Conselho Fiscal. Artigo 21.** A Companhia terá um Conselho Fiscal composto de 3 a 5 membros eletivos e suplentes em igual número, o qual entrará em funcionamento nos exercícios sociais em que for instalado pela assembléia geral que eleger os respectivos titulares, fixando-lhes a remuneração. **Artigo 22.** Os conselheiros fiscais terão as atribuições previstas cm lei e, nos casos de ausência, impedimento ou vacância, serão substituídos pelos suplentes. **Capítulo VII – Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Distribuição dos Resultados. Artigo 23.** O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano. **Artigo 24.** As demonstrações financeiras e a destinação dos resultados obedecerão às prescrições legais e às deste Estatuto Social. **§ único.** A Companhia levantará balanços semestrais, podendo fazê-lo também, a critério da administração, trimestralmente ou em períodos menores. **Artigo 25.** Satisfeitos os requisitos e limites legais, os administradores da Companhia terão direito a uma participação de até 10% sobre os resultados do período, após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda. A Assembléia Geral decidirá sobre a distribuição desta quota entre os Diretores, bem como o percentual a ser distribuído. **Artigo 26.** Do lucro líquido do exercício, 5% serão aplicados na constituição de reserva legal de que trata o art. 193 da Lei nº 6.404/76. **Artigo 27.** A Companhia distribuirá, entre todas as espécies de suas ações, como dividendo obrigatório, 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do art. 202, da Lei nº 6.404/76. **Artigo 28.** Após as destinações mencionadas nos artigos anteriores, o saldo do lucro líquido será destinado à: a) Reserva de Investimentos, limitada a 80% do capital social, para renovação e ampliação de instalações e para investimentos, com a finalidade de assegurar o desenvolvimento das atividades sociais; e/ou b) Reserva de Lucros, a qual, em conjunto com a reserva legal e demais reservas estatutárias, não poderá ultrapassar o capital social; ou terá outra destinação que lhe for dada pela Assembleia Geral. **Capítulo VIII – Dissolução, Liquidação e Extinção. Artigo 29.** A Companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção, nos casos previstos em lei. Durante o período e liquidação será mantida a Diretoria, competindo-lhe nomear o liquidante.

GNA

UTE GNA I GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 23.449.511/0001-90

Balanços patrimoniais em 31/12/2022 e 2021 Em MR$

	Nota	2022	2021
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	93.592	186.963
Depósitos bancários vinculados	9	98.178	180.958
Clientes	11	123.041	716.142
Contas a receber–partes relacionadas	10	149.631	149.374
Estoques	12	191.764	66.706
Adiantamentos		19.917	3.046
Despesas antecipadas	13	44.051	30.033
Impostos a recuperar	14	2.858	32.288
I.R. e C.S. a recuperar	14	16	16
Instrumentos financeiros derivativos	32	3.667	20.227
Outros valores a receber		25.590	–
Total do ativo circulante		**752.305**	**1.385.753**
Não circulante			
Despesas antecipadas	13	2.013	48
Impostos a recuperar	14	3	3
Impostos diferidos	15	434.943	222.237
Instrumentos financeiros derivativos	32	–	1.558
Depósitos bancários vinculados	9	10.472	10.659
Imobilizado	16	4.507.502	4.822.455
Intangível	17	30.268	31.565
Direito de uso	18	302.947	1.174.050
Total do não ativo circulante		**5.288.148**	**6.262.575**
Total do ativo		**6.040.453**	**7.648.328**
	Nota	**2022**	**2021**
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	19	127.094	174.845
Salários e encargos a pagar	20	11.601	13.496
Contas a pagar–partes relacionadas	10	191.821	533.798
Empréstimos e financiamentos	24	3.351.522	325.176
Impostos e contribuições a recolher	21	5.469	53.281
Encargos setoriais e benefícios tributários	22	640	26.223
Instrumentos financeiros derivativos	32	8.042	2.696
Obrigações com terceiros	23	–	272.767
Passivos de arrendamento	18	154.579	156.449
Outras Contas a Pagar		80	80
Total do passivo circulante		**3.850.848**	**1.558.811**
Não circulante			
Fornecedores	19	39.725	–
Contas a pagar–partes relacionadas	10	382.532	131.535
Mútuo–partes relacionadas	10	192.443	171.568
Empréstimos e financiamentos	24	–	2.925.867
Encargos setoriais e benefícios tributários	22	32.188	–
Passivos de arrendamento	18	554.929	1.459.152
Total do passivo não circulante		**1.201.817**	**4.688.122**
Patrimônio líquido	26		
Capital social		925.802	925.802
Reservas de capital		925.802	925.802
Outros resultados abrangentes		(1.865)	13.131
Prejuízos acumulados		(861.951)	(463.340)
Total do patrimônio líquido		**987.788**	**1.401.395**
Total do passivo e patrimônio líquido		**6.040.453**	**7.648.328**

Demonstrações dos resultados em 31/12/2022 e 2021 Em MR$

	Nota	2022	2021
Receita líquida	27	1.120.305	1.267.459
Custo de bens e/ou serviços	28	(1.081.722)	(1.137.927)
Resultado bruto		**38.583**	**129.532**
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	29	(34.269)	(30.910)
Redução/Reversão ao valor realizável líquido dos estoques e outras perdas	8 e 12	22.596	(22.594)
Outras receitas	30	173	146.324
Outras despesas	30	–	(203.842)
Resultado antes do resultado financeiro		**27.083**	**18.510**
Resultado financeiro	31		
Receitas financeiras		400.495	10.576
Despesas financeiras		(1.029.536)	(553.435)
Resultado antes dos impostos		**(601.958)**	**(524.349)**
I.R. e C.S. diferido	15	203.347	178.058
Prejuízo líquido do exercício		**(398.611)**	**(346.291)**
Resultado por ação			
Prejuízo por ação ordinária – básico e diluído em R$		(0,21528)	(0,18702)

Demonstrações dos resultados abrangentes em 31/12/2022 e 2021 *Em MR$*

	2022	2021
Prejuízo líquido do exercício	**(398.611)**	**(346.291)**
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado		
Perdas em operações hedge	(23.466)	(14.959)
I.R. e C.S. sobre outros resultados abrangentes	9.360	(6.800)
Custo da reserva de hedge	(890)	841
Total do prejuízo abrangente do exercício	**(413.607)**	**(367.209)**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2022 e 2021

Em MR$	Capital social	Reserva de Capital – Ágio na emissão de ações	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 1º/01/2021	**925.802**	**925.802**	**34.049**	**(117.049)**	**1.768.604**
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	(346.291)	**(346.291)**
Perdas operações hedge	–	–	(20.918)	–	**(20.918)**
Saldo em 31/12/2021	**925.802**	**925.802**	**13.131**	**(463.340)**	**1.401.395**
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	(398.611)	**(398.611)**
Perdas operações hedge	–	–	(14.996)	–	**(14.996)**
Saldo em 31/12/2022	**925.802**	**925.802**	**(1.865)**	**(861.951)**	**987.788**

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31/12/2022 e 2021 Em MR$

	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes dos impostos	(601.958)	(524.349)
Itens de resultado que não afetam o caixa:		
Depreciação e amortização	270.180	87.597
Baixa do imobilizado	-	330
Provisão de indenização de seguro a pagar	45.822	-
Provisão de indenização de seguro a receber	(45.822)	-
Diferimento de seguros	44.044	13.789
Redução ao valor realizável líquido dos estoques e outras perdas	(22.596)	22.594
Variação monetária e cambial	27.822	51.784
Juros sobre mútuo	20.875	8.035
Juros sobre contrato–subordinado	5.976	2.796
IOF sobre mútuo	-	7.288
Inefetividade–hedge	559	(597)
Juros e variação cambial sobre passivo de arrendamento	83.571	151.109
Juros apropriados sobre empréstimos bancários	422.584	151.955
Encargos financeiros / Fee apropriados	24.377	10.690
Ganho/Perda hedge	59.434	-
Custo de transação	48.017	79.213
Resultado líquido ajustado	**382.885**	**62.234**
(Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos:		
Impostos a recuperar	(2.906)	(25.682)
Despesas antecipadas	(60.027)	(28.226)
Clientes	593.101	(716.142)
Estoques	(147.559)	36.765
Adiantamentos	(4.303)	(2.725)
Outros valores a receber	19.990	-
Contas a receber–partes relacionadas	(257)	(94.868)
Fornecedores	28.417	61.437
Contas a pagar–partes relacionadas	(23.730)	410.418
Impostos e contribuições a recolher	(15.547)	51.225
Encargos setoriais e benefícios tributários	6.605	26.223
Liquidação de operações de hedge–custo	(59.434)	-
Salários e encargos a pagar	(1.895)	(848)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais	**669.518**	**(220.189)**
Fluxo de caixa nas atividades de investimentos		
Aquisição de bens do imobilizado	(34.437)	(337.391)
Aquisição de bens do intangível	(503)	(805)
Obrigações com terceiros	(18.953)	(94)
Caixa líquido proveniente (usado nas) atividades de investimento	**(53.893)**	**(338.290)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Recursos provenientes de novos empréstimos	-	2.074.254
Pagamento passivo de arrendamento	(144.359)	(68.596)
Pagamento de principal de empréstimos	(76.883)	(1.173.961)
Pagamento de juros de empréstimos	(292.464)	(332.694)
Pagamento de encargos financeiros	(25.152)	(6.231)
Custo de transação com terceiros	-	(163.173)
Depósitos bancários vinculados	83.394	(180.397)
Obrigações com terceiros	(253.774)	253.774
Mútuo com acionistas–liberação principal	-	384.838
Mútuo com acionistas–pagamento principal	-	(223.243)
Mútuo com acionistas–pagamento de juros	-	(1.155)
Mútuo com acionistas–pagamento de IOF	-	(4.195)
Caixa líquido usado nas (proveniente) das atividades de financiamento	**(709.238)**	**559.221**
Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa	**(93.613)**	**742**
No início do exercício	186.963	186.221
No fim do exercício	93.592	186.963
Efeito de variação cambial em caixa e equivalentes de caixa	(242)	-
Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa	**(93.613)**	**742**

Demonstrações dos valor adicionado em 31/12/2022 e 2021 Em MR$

	2022	2021
Receitas		
Vendas de mercadoria, produtos e serviços	1.270.131	1.421.212
Outras receitas	173	146.324
	1.270.304	1.567.536
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(684.315)	(985.607)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(18.177)	(244.928)
Perda/recuperação de valores ativos	22.596	(22.924)
Outras	4.333	(2.173)
	(675.563)	(1.255.632)
Valor adicionado bruto	594.741	311.904
Depreciação, amortização e exaustão	(270.020)	(87.597)
Valor adicionado líquido gerado pela Cia.	324.721	224.307
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	400.495	(17.390)
I.R. diferido	203.347	178.058
	603.842	160.668
Valor adicionado total a distribuir	928.563	384.975
Distribuição do valor adicionado		
Empregados		
Remuneração direta	9.393	8.005
Benefícios	3.879	3.414
FGTS	649	475
	13.921	11.894
Tributos		
Federais	154.948	156.164
Estaduais	114.961	38.761
Municipais	970	296
	270.879	195.221
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	1.029.536	525.468
Aluguéis	12.838	(1.317)
Outras	-	-
	1.042.374	524.151
Remuneração de capitais próprios		
Lucros retidos/prejuízo líquido do exercício	(398.611)	(346.291)
	(398.611)	(346.291)
	928.563	384.975

Notas explicativas às DFs ***(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma):*** **1. Contexto operacional:** A UTE GNA I Geração de Energia S.A. ("UTE GNA I" ou "Cia.") com sede em São João da Barra, no RJ, foi constituída em 17/09/2015 e em 20/10/2017 foi efetuada a transformação do tipo jurídico da Sociedade que, passou de sociedade empresarial limitada para sociedade por ações de capital fechado. Tem como objeto societário estudar, planejar, projetar, construir, operar, manter e explorar sistemas de geração de energia elétrica que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito; comercializar energia elétrica; atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo administrar sistemas de geração e transmissão de energia; construir, manter, operar e explorar terminais de gás natural liquefeito (GNL) e dutos de gás natural; transportar gases e líquidos por dutos de transporte e de transferência e participar em outras sociedades, bem como representar sociedades nacionais e estrangeiras. Em 28/01/2021 passou a ter como acionistas de controle em conjunto as empresas: Gás Natural Açu Infraestrutura S.A. ("GNA Infra"), Siemens Participações Ltda ("Siemens") e SPIC Brasil Energia Participações S.A. ("SPIC"), subsidiária da State Power Investment Corporation da China. A UTE GNA I opera (i) uma usina termelétrica de ciclo combinado a gás de cerca de 1.338 MW que atenderá às obrigações contratuais da UTE Novo Tempo derivadas de seus contratos de comercialização de energia; (ii) um terminal de regaseificação de GNL ("Terminal de Regaseificação"), o qual disponibilizará capacidade para importar gás natural para o Projeto GNA I, para futuras usinas de energia, e para outros projetos potenciais na área Industrial do Porto do Açu. A empresa faz parte do desenvolvimento do chamado "Açu Gás Hub", localizado estrategicamente no nordeste do RJ, que pretende oferecer uma solução logística eficiente para a comercialização e o consumo de gás natural e seus produtos. A usina termelétrica UTE GNA I, em conjunto com o Terminal de Regaseificação de GNL e a Linha de Transmissão 345 kV, entraram em operação comercial, com as devidas autorizações regulatórios, em 16/09/2021. Em 16/09/2021, a UTE GNA I iniciou sua operação comercial permanecendo em despacho até a primeira quinzena de fev/2022, período no qual a ONS há solicitou a interrupção do despacho em razão do aumento dos níveis de armazenamento em todos os subsistemas do SIN (Sistema Interligado Nacional), especialmente nos subsistemas SE/CO, NE e N. A UTE GNA I encontra-se em discussão com a BP Gas Marketing ("bpGM") – parte do grupo econômico BP, seu fornecedor de gás natural liquefeito, acerca da interpretação do mecanismo de precificação do LNG Sale and Purchase Agreement, celebrado por e entre a bpGM e a Cia., em 17/11/2017. A Cia. segue cumprindo todas as obrigações previstas nos contratos celebrados com a bpGM. Nesse espírito, a Cia. pagou, em 07/03/2022 e 11/03/2022, os valores em discussão para a bpGM, reservando-se ao direito de ser reembolsada de qualquer pagamento em valor superior ao devido, incluindo juros. No dia 29/07/2022 a Cia. propôs procedimento arbitral contra a "bpGM" com o objetivo de discutir os valores cobrados pela bpGM e pagos provisoriamente pela UTE GNA I em relação a certas cargas de GNL utilizadas em atendimento às notificações de despacho do Operador Nacional do Sistema ("ONS"), no âmbito do LNG Sale and Purchase Agreement ("LNG SPA") e do Short Term LNG Sale and Purchase Agreement ("Short Term LNG SPA"), ambos celebrados entre bpGM e a UTE GNA I. Por fim, em 01/03/2023 a UTE GNA I apresentou suas alegações iniciais ao Tribunal Arbitral, e em 14/06/2023 a bpGM apresentará sua defesa. A Cia. informa que a propositura do procedimento arbitral não resultará em impacto nas operações do projeto, ou na continuidade do fornecimento de GNL nos termos do LNG SPA. **a. Licenças e autorizações:** A Cia. possui licenças ambientais para até 1,3 GW em termelétrica em ciclo combinado. **Descrição:** Licença prévia e de instalação aprovando a concepção localização, e implantação de canteiro de obras temporário e área aproximadamente 65.000m², contemplando a supressão de 277 indivíduos arbóreos nativos isolados em área de 5,89ha de pasto e de 0,06ha de cercas vivas de espécie exótica Euphorbia tirucalli (gaiolinha) e agrupamentos de espécie exótica Syzygium cumini (jamelão). **Documento:** LPI nº IN047115. **Data de Emissão:** 12/11/2018. **Vigência:** 12/11/2023. **Descrição:** Licença de Operação para Linha de Transmissão Açu-Campos de 345 kV, com aproximadamente 52 km de extensão e a subestação UTE Novo Tempo GNA II (UTE GNA I). **Documento:** LO Nº IN006540. **Data de Emissão:** 26/05/2020. **Vigência:** 26/05/2030. **Descrição:** (i) Ficam excluídas as condições de validade nº 15 e 21. (ii) Fica incluída a condição de validade n°41: 41-Atender à Resolução INEA n° 64/2012, que dispõe sobre a apresentação de Inventário de Emissão de Gases de Efeito Estufa para fins de licenciamento ambiental no RJ. (iii) Ficam alteradas as condições de validade nº 8, 14, 17, 32.6 e 32.7: 8- A empresa deverá exigir, via contrato, a vinculação das empresas terceirizadas ao PROCON FUMAÇA PRETA (Resolução CONEMA Nº. 58/13) e enviar anualmente cópia ao INEA. Caso possua ou venha a adquirir frota veicular a diesel própria, deverá atender à NOP-INEA-14. 14- Atender à NOP IN–A–01: Programa de monitoramento de emissões de fontes fixas para a atmosfe–a–PROMON AR, aprovada pela Resolução CONEMA Nº 84/2018, monitorando, semestralmente, as chaminés dos geradores de energia elétrica, para os parâmetros: Material Particulado Total (MPT), Óxidos de Nitrogênio (NOx) e Óxidos de Enxofre (SOx). 17- Aferir níveis de pressão sonora utilizando metodologia atualizada condizente com a norma estabelecida pela ABNT NBR 10151:2019 Versão Corrigida: 2020. 32.6- Realizar campanhas semestrais para os Programas de Monitoramento da Fauna Terrestre, Monitoramento da Biota Marinha, Monitoramento de Cetáceos e Monitoramento dos Quelônios. 32.7- Manter durante toda a operação o programa de foto mitigação ambiental e evitar a formação de horizonte luminoso, conforme determina a Portaria nº. 11/95 do IBAMA/MMA. **Documento:** LO Nº IN051350 / AVB004490. **Data de Emissão:** 28/05/2020. **Vigência:** 26/05/2030. **Descrição:** Licença autoriza a operação da Usina Termelétrica UTE GNA I, a gás natural, com capacidade instalada de 1.338,3MW em ciclo combinado e sua infraestrutura auxiliar (utilidades, tratamento de água e unidade de dessalinização, prédios administrativos, oficina, contêineres, sala de estocagem e laboratório), além da realização de captura, transporte, resgate e monitoramento de fauna silvestre, na FAZENDA SACO DANTAS, S/N, AREA 1 E AREA–2– UTE GNA–I–PRAIA DO AÇU, município SÃO JOÃO DA BARRA. **Documento:** LO Nº IN051787. **Data de Emissão:** 08/12/2020. **Vigência:** 08/12/2028. **Descrição:** Autorização de Supressão de Vegetação de 0,068 ha, cuja localização encontra-se delimitada pelas seguintes coordenadas, em projeção UTMatumtum. **Documento:** ASV Nº 2033.9.2021.28072. **Data de Emissão:** 13/08/2021. **Vigência:** 13/08/2023. **b. Continuidade operacional:** As informações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, o que pressupõe que a Cia. obterá recursos financeiros suficientes para gerar fluxo de caixa futuro. A Cia. auferiu prejuízo líquido no montante de R$ 398.611 para o período findo em 31/12/2022 (e prejuízo líquido de R$ 346.291 em 31/12/2021), e nessa data, o passivo circulante excede o ativo circulante em R$ 3.098.543 (o passivo circulante excede o ativo circulante em R$ 173.058 em 31/12/2021). Para o exercício de 2022, em decorrência de eventos não recorrentes, foi apurado o índice de Cobertura sobre o Serviço da Dívida ("ICSD") abaixo do limite estabelecido em contrato no montante de 1,10 vezes. Devido à quebra de covenant, a Cia. fez a transferência do empréstimo que estava no passivo não circulante para o passivo circulante no montante de R$3.062.751 em função do não atingimento do covenants, conforme mencionado na nota explicativa 24. O que ocasionou em um aumento de seu capital circulante líquido negativo. Esse aumento não gera incerteza sobre a continuidade operacional, devido aos seguintes pontos: • Comprometimento de contribuição de capital dos acionistas conforme previsto contratualmente em prazo e montante para curar o covenant, evitando o inadimplemento perante dívida; • Com a entrada em operação comercial da UTE GNA II (prevista para 2025), haverá o compartilhamento de custos a partir do seu comissionamento (em meados de 2024), o que irá gerar uma diminuição dos custos da Cia.; • A avaliação dos fluxos de caixa futuros demonstra que a Cia. terá geração de caixa suficiente para pagamentos das parcelas da dívida e de seus compromissos. Com todos os pontos citados acima, a Administração não reconhece incerteza sobre a capacidade operacional da Cia.. **2 Base de preparação: Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC):** As DFs individuais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e as DFs consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A emissão das DFs foi autorizada pela Administração da Cia. em 30/03/2023. Detalhes sobre as políticas contábeis da Cia. estão apresentadas na nota explicativa 6. **3 Base de mensuração:** As DFs foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de instrumentos financeiros que foram mensurados pelo valor justo por meio do resultado e instrumentos financeiros a valor justos por de outros resultados abrangentes. **4 Moeda funcional:** Estas DFs estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Cia.. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **5 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas DFs, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Cia. e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas DFs estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota 15** – reconhecimento de impostos de renda e C.S. diferidos e disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual as diferenças temporárias e os prejuízos fiscais possam ser utilizados; **Notas 16 e 17** – definição da vida útil dos ativos imobilizados e intangíveis, bem como a avaliação da recuperabilidade dos ativos; **Nota 16.1** – Avaliação de trigger para impairment: principais premissas em relação aos valores recuperáveis dos ativos; **Nota 25** – Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos. **6 Principais políticas contábeis:** A Cia. aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas DFs, salvo indicação ao contrário. **a. Instrumentos financeiros:** ***(i) Ativos financeiros:*** Os ativos financeiros incluem caixa e equivalente de caixa, clientes, contas a receber entre partes relacionadas e derivativos. A Cia. reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Cia. se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro que não possua um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido dos custos de transação que são atribuíveis à sua aquisição ou emissão – para um item que não é a valor justo por meio do resultado (VJR). Um contas a receber de partes relacionadas sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. A Cia. deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Cia. transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Cia. não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro. *Classificação e Mensuração Subsequente:* No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes) ou VJR (Valor justo por meio do resultado, com base: no modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros; nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A Cia. mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxo de caixa contratual; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro darem origem em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Cia. pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir. Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Cia. altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no 1º dia do 1º exercício subsequente à mudança no modelo de negócios. **Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Ativos financeiros a VJR:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **Ativos financeiros a Custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *Impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *Impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. ***(ii) Passivos Financeiros:*** Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. A Cia. deixa de conhecer um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram. No não reconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. ***(iii) Instrumentos financeiros derivativos:*** A Cia. faz uso de derivativos com o objetivo de proteção das suas exposições ao risco de moeda estrangeira e taxa de juros, utilizando a contabilização de hedge (hedge accounting). A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício e/ou em contas especificas no patrimônio líquido. No início de relacionamentos de hedge designados, a Cia. documenta o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para a realização do hedge. A Cia. também documenta a relação econômica entre o item coberto e o instrumento de cobertura, incluindo se as alterações nos fluxos de caixa do item coberto e do instrumento de cobertura devem compensar-se mutuamente. *Hedges de fluxo de caixa:* Quando um derivativo é designado como instrumento de hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida e acumulada em outros resultados abrangentes – ORA, e são limitadas à mudança cumulativa no valor justo do item protegido por hedge, determinado com base no valor presente, desde a designação do hedge. Qualquer parcela ineficaz de mudanças no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilidade de hedge ou se o instrumento de hedge for vendido, rescindido, exercido ou expirar, a contabilidade de hedge será descontinuada prospectivamente. **b. Imobilizado:** ***b1. – Imobilizado em operação e administrativo: Reconhecimento e mensuração:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*Impairment*). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. ***Depreciação:*** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens definida em termos da utilidade esperada do ativo para a Cia.. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado em uso são as seguintes: Móveis e utensílios: 10 anos; Equipamentos de informática: 5 anos; Máquinas e equipamentos: 10 anos; Imobilizado em operação (*): 23 anos. (*) A Cia. contratou a consultoria de empresa especializada em avaliação de vida útil de ativos durante o exercício de 2021 para avaliar o imobilizado em operação. **Itens de Imobilizado (operação) / Tempo de depreciação:** Edificações, Obras civis e benfeitorias: 23 anos; Máquinas e equipamentos: 6 a 23 anos; Móveis e utensílios: 6 a 23 anos; Servidões: 23 anos; Softwares: 5 anos. Veículos: 7 anos. **b.2 – Peças sobressalentes O&M e LTMP:** ***Reconhecimento e mensuração:*** As peças sobressalentes são reconhecidas pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*Impairment*). Quaisquer ganhos e perdas na alienação de uma peça sobressalente são reconhecidos no resultado. ***Depreciação:*** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens definida em termos da utilidade esperada do ativo para a Cia.. A vida útil estimada das peças sobressalentes é de 23 anos, devido elas fazerem parte de um conjunto de peças que formam uma turbina a vapor. **c. Intangível:** Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), quando aplicável. O direito de comercialização de energia possui taxa de amortização que representam sua vida útil-econômica, limitada ao prazo de vencimento do contrato de *Power Purchase Agreement* (PPA). As vidas úteis estimadas do ativo intangível são as seguintes: Licença de uso de Software: 5 anos; Direito de exploração: 23 anos. **d. Redução ao valor recuperável (*"impairment"*): *Ativos não financeiros:*** Os valores contábeis dos ativos não financeiros com vida útil definida são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado anualmente. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado anualmente. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa ("UGC") exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao calcular o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita as condições de mercados vigentes quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes a UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a outros ativos (exceto ágio) é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. ***Ativos financeiros não-derivativos:*** A Cia. reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e Ativos de contrato. **e. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio. **f. Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Cia. e o valor da receita possa a ser mensurado com confiabilidade, independente de quando o pagamento for recebido. A receita de energia é reconhecida no resultado seguindo IFRS 15 e de acordo com as regras do mercado de energia e contrato de concessão. **g. Impostos sobre vendas:** As receitas de vendas de energia elétrica, bem como as demais receitas operacionais da Cia., referentes ao contrato de concessão, estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: Programa de Integração Social (PIS): 1,65% (regime não cumulativo); Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): 7,60% (regime não cumulativo); Esses tributos são deduzidos das receitas operacionais da Cia., as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. Os créditos de PIS e COFINS não cumulativos, sobre custos e despesas operacionais, são apresentados como redutores destes grupos de contas nas demonstrações contábeis. **h. Pesquisa e desenvolvimento (encargos setoriais):** As empresas reguladas pela ANEEL têm a obrigatoriedade de atendimento à Lei n° 9.991, de 24/07/2000, e, por isso, devem aplicar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida – ROL para elaboração e execução de projetos de P&D do setor elétrico. **i. I.R. e C.S.:** O I.R. e a C.S. do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para I.R. e 9% sobre o lucro tributável para C.S. sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de C.S., limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com I.R. e C.S. compreende os impostos de renda e C.S. correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. ***Despesas de I.R. e C.S. corrente:*** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. ***Despesas de I.R. e C.S. diferido:*** Ativos e

UTE GNA I GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 23.449.511/0001-90

de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Cia. utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Cia. mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação–ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Cia. determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. **m. Moeda estrangeira:** ***Transações em moeda estrangeira:*** Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Cia. pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **n. Arrendamento:** No início de um contrato, a Cia. avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Cia. utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2)/IFRS 16. Esta política foi aplicada aos contratos celebrados a partir de 1º/01/2019. ***(i) Como arrendatário:*** A Cia. reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. Os prazos dos contratos de arrendamento vigentes em 2022 são: FSRU: 23 anos; Terreno: 23 anos; Sala Comercial: 5 anos. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Cia.. A Cia. determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Cia. alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Cia. apresenta ativos de direito de uso de arrendamento em "direito de uso" e passivos de arrendamento em "passivos de arrendamento" no balanço patrimonial. *Arrendamentos de ativos de baixo valor:* A Cia. optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos com valores abaixo de USD 5 mil e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Cia. reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **o. Informações por segmento:** A Cia. opera um único segmento operacional geração de energia a gás. O segmento foi definido com base no produto e serviço prestado e reflete a estrutura utilizada pela Administração para avaliar o desempenho da Cia. no curso normal de suas operações. Os órgãos responsáveis por tomar as decisões operacionais, de alocação de recursos e de avaliação de desempenho, incluem as Diretorias Executivas e o Conselho de Administração. **7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º/01/2022. A Cia. não adotou essas normas na preparação destas DFs. As seguintes normas alteradas e interpretações estão sendo avaliadas pela Cia., que não espera impactos significativos nas DFs: • CPC 50 / IFRS 17 Contratos de Seguros; • Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2); • Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8). • Classificação dos passivos como circulante e não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1); • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12).

8 Caixa e equivalente de caixa	2022	2021
Caixa e bancos	45.363	40.872
Aplicações financeiras		
Aplicações financeiras	48.248	146.205
	48.248	**146.205**
	93.611	**187.077**
Provisão de perda esperada (a)	(19)	(114)
Total	**93.592**	**186.963**

O saldo de caixa e equivalente de caixa em 31/12/2022 é composto por conta corrente nos bancos Santander, Bradesco, Banco do Brasil, BTG Pactual e Citibank (onshore e offshore), e aplicação em CDB no Citibank, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. (a) As perdas financeiras estimadas foram calculadas com base nas taxas de perda de um estudo de Corporate Default publicado pela S&P em 03/04/2022, referente a 15 anos de dados coletados pela mesma sobre o risco de default de empresas em cada nível de rating. O caixa e equivalentes de caixa são detidos com contrapartes bancárias e financeiras, que foram agrupados em 5 níveis, separados entre AAA e BB de acordo com seu rating na Fitch Ratings, Moody's e Standard & Poor's. Conforme apresentado na tabela abaixo, as contrapartes em que a Cia. possui saldos em aberto em 31/12/2022 são classificadas em AAA, com base na média de suas classificações nas empresas de rating listadas acima. A posição de perda estimada no caixa e equivalentes de caixa foi calculada com base na taxa de perda esperada de 12 meses e reflete os prazos de vencimento das exposições de risco.

Em milhares de Reais

Nível de Risco	Rating	Saldo Bruto	Taxa de perda (1)	Provisão de Perda
Nível 1	AAA	93.611	0,01%	(19)

(1) Taxa de Perda considera o Global Corporate Average Default Rate para 1 ano divulgado pela S&P em 03/04/22. A movimentação da perda estimada no ano foi:

Saldo em 31/12/2020	**(21)**
Adição	(93)
Saldo em 31/12/2021	**(114)**
Reversão	95
Saldo em 31/12/2022	**(19)**

9 Depósitos bancários vinculados	2022	2021
Depósito NTN-B (a)	10.472	10.659
Depósito para serviço da dívida (b)	98.178	180.958
Total	**108.650**	**191.617**
Circulante	98.178	180.958
Não circulante	10.472	10.659
Total	**108.650**	**191.617**

(a) Em maio de 2019, a GNA I cedeu fiduciariamente em garantia, em favor do BNDES, Títulos Públicos Federais 2.619 títulos (NTN-B 2035), com vencimento em 2035, que permanecerão disponíveis até o final das obrigações no contrato de financiamento. A quantidade de títulos não sofreu alteração desde a aquisição. (b) Em dezembro de 2022 e 2021, a GNA I fez a transferência de caixa e equivalentes de caixa para o depósito de serviço da dívida para efetuar parte da liquidação vincenda em 02/01/2023 e 03/01/2022 respectivamente. A movimentação em 31 de dezembro 2022 do título foi:

	Títulos públicos federais (NTN-B 2035)	Depósito vinculado	Total
Saldo em 1º/01/2021	**11.837**	**-**	**11.837**
Depósito para serviço da dívida (fluxo de caixa)	-	180.958	180.958
Recebimento de juros (fluxo de caixa)	(561)	-	(561)
Provisão de juros (nota 31)	(617)	-	(617)
Saldo em 31/12/2021	**10.659**	**180.958**	**191.617**
Pagamento para serviço da dívida (fluxo de caixa)	-	(180.958)	(180.958)
Depósito para serviço da dívida (fluxo de caixa)	-	98.178	98.178
Recebimento de juros (fluxo de caixa)	(614)	-	(614)
Provisão de juros (nota 31)	427	-	427
Saldo em 31/12/2022	**10.472**	**98.178**	**108.650**

10 Partes relacionadas: A Cia. adota as práticas de Governança Corporativa recomendadas e/ou exigidas pela legislação e regulamentação em vigor. O Acordo de Acionistas da Cia. estabelece diretrizes que visam assegurar que as transações entre a Cia. e suas partes relacionadas sejam realizadas no melhor interesse da GNA, com independência e transparência, de forma a prevenir situações de potencial conflito de interesses quando da realização de operações envolvendo partes relacionadas. Além disso, o Código de Conduta da GNA estabelece regras com o objetivo de prevenir situações de conflito de interesses envolvendo qualquer colaborador da Cia., as quais são aplicáveis a todos os colaboradores e *stakeholders* da GNA. Em conformidade com a Lei das S.A., os membros do Conselho de Administração da Cia. estão proibidos de deliberar sobre qualquer matéria ou de atuar em quaisquer operações ou negócios nos quais tenham interesses conflitantes com os da Cia.. Os principais saldos de ativos e passivos em 31/12/2022 e 31/12/2021, relativos às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, são decorrentes de transações da Cia. com empresas sob controle comum, acionistas, membros da Administração e outras partes relacionadas, como segue:

	2022	2021
Ativo:		
Contas a receber–circulante		
GNA Infra – Controlador em conjunto (a)	248	173
GNA HoldCo – Acionista indireto (a)	424	353
UTE GNA II – Sob controle comum (a)	2.715	2.604
Siemens Energy – Acionista indireto (g)	146.244	146.244
Total do Ativo	**149.631**	**149.374**
Passivo:		
Contas a pagar		
Contas a pagar–transações–circulante		
GNA HoldCo – Acionista indireto (a)	289	203
GNA Infra – Controlador em conjunto (a)	12	9
UTE GNA II – Sob controle comum (a)	27	-
Porto do Açu Operações S.A – Investida do acionista (b) e (f)	1.887	1.907
Siemens Aktiengesellschaft – Parte do grupo econômico da Siemens Par, a qual é controlador em conjunto (c) e (j)	189.517	252.689
BP Global – Controlada do acionista minoritário da acionista majoritária (d)	-	278.801
Reserva Ambiental Fazenda Caruara – Investida do acionista (e)	53	25
Águas Industriais do Açu S/A – Investida do acionista (h)	36	164
Total	**191.821**	**533.798**
Contas a pagar–transações–não circulante		
BP Global – Controlada do acionista minoritário da acionista majoritária (d)	60.153	-
	60.153	**-**
Contas a pagar–contrato subordinado–não circulante		
Porto do Açu Operações S.A – Investida do acionista (i)	19.085	3.956
Siemens Ltda (i) – Parte do grupo econômico da Siemens Par, a qual é controlador em conjunto	27.173	-
Siemens Energy – Acionista indireto (i)	10.918	-
BP Global – Controlada do acionista minoritário da acionista indireta (i)	265.203	127.579
	322.379	**131.535**
Total	**382.532**	**131.535**
Contas a pagar–mútuo–não circulante		
GNA Infra – Controlador em conjunto (l)	82.075	73.171
Siemens Participações – Controlador em conjunto (l)	46.846	41.764
SPIC Brasil – Controlador em conjunto (l)	63.522	56.633
Total	**192.443**	**171.568**
Resultado:		
Gastos compartilhados	**2022**	**2021**
GNA HoldCo – Acionista indireto (a)	945	813
GNA Infra – Controlador em conjunto (a)	2.387	1.720
UTE GNA II – Sob controle comum (a)	23.103	25.881
Prumo Logística S.A – Controladora do acionista indireto (b)	-	414
Porto do Açu Operações S.A – Investida do acionista (b) e (f)	(95)	632
	26.340	**29.460**
Outros resultados		
Siemens Energy – Acionista indireto (g)	-	146.244
	-	**146.244**
Despesas Financeiras – juros sobre mútuo		
GNA Infra – Controlador em conjunto (l)	(8.904)	(3.418)
Siemens – Controlador em conjunto (l)	(5.081)	(1.951)
SPIC Brasil – Controlador em conjunto (l)	(6.890)	(2.666)
	(20.875)	**(8.035)**
Despesas Financeiras – juros sobre contrato subordinado		
Porto do Açu Operações S.A – Investida do acionista (i)	(210)	(37)
BP Global – Controlada do acionista minoritário da acionista majoritária (i)	(5.766)	(2.759)
	(5.976)	**(2.796)**
Total	**(511)**	**164.873**

(a) Contrato de compartilhamento de gastos com pessoal e outras despesas entre as empresas do Grupo GNA; (b) Estorno da provisão de gastos do compartilhamento de despesas com pessoal e outras despesas gerais ocorridas entre UTE GNA I x Porto do Açu x Prumo; (c) Contratos EPC UTE / O&M e LTMP UTE; (d) Valores referentes ao Contrato de Fornecimento de Gás Natural; (e) Prestação de serviços na reserva Caruara referente ao controle de mudas; (f) Rateio de gastos com ações humanitárias COVID-19 entre as empresas Porto do Açu x UTE GNA I x Ferroport x Vast e serviços portuários da FSRU. (g) Reconhecimento de *Delay Liquidated Damages* (indenização referente ao atraso da entrada operação comercial conforme estabelecido em contrato EPC) em dezembro de 2021; (h) Valor referente à serviços de abastecimento de água industrial no Complexo Industrial do Porto do Açu. (i) Contratos subordinados: i) Porto do Açu contrato de arrendamento do terreno (nota 17), ii) contrato de O&M e LTMP parcela fixa com a Siemens Energy e iii) contrato de Flexible fee com a BP Global; (j) Registro de provisão sobre a indenização de seguros danos materiais no montante de R$ 45.822; (l) Mútuos realizados nos meses de janeiro, fevereiro e junho de 2021, já em 2022 foram apenas apropriação de juros. Esses mútuos não possuem vencimento e são indexados a 100% CDI. Veja movimentação abaixo:

	2021	Infra	SPIC	Siemens	2022
Descrição					
Recebimento principal	384.838	-	-	-	384.838
Juros apropriados	8.035	8.904	6.890	5.081	28.910
IOF apropriado	7.288	-	-	-	7.288
Pagamento principal	(223.243)	-	-	-	(223.243)
Pagamento IOF	(4.195)	-	-	-	(4.195)
Pagamento juros	(1.155)	-	-	-	(1.155)
Total	**171.568**	**8.904**	**6.890**	**5.081**	**192.443**

	2020	Infra	SPIC	Siemens	2021
Descrição					
Recebimento principal	-	164.149	126.997	93.692	384.838
Juros apropriados	-	3.418	2.666	1.951	8.035
IOF apropriado	-	3.112	2.403	1.773	7.288
Pagamento principal	-	(95.222)	(73.670)	(54.351)	(223.243)
Pagamento IOF	-	(1.793)	(1.382)	(1.020)	(4.195)
Pagamento juros	-	(493)	(381)	(281)	(1.155)
Total	**-**	**73.171**	**56.633**	**41.764**	**171.568**

Os montantes referentes à remuneração dos membros da Administração estão apresentados abaixo:

	2022	2021
Diretores		
Pró-labore	(1.137)	(1.448)
Bônus	(2.743)	(1.966)
Benefícios e encargos	(344)	(438)
Total	**(4.795)**	**(4.128)**

(a) São valores relacionados aos gastos com diretoria na Cia. e repassado para as empresas GNA HoldCo, GNA Infra e GNA II.

11 Clientes	2022	2021
Clientes Nacionais – Mercado Regulado (a)	123.041	116.454
Clientes Nacionais – Mercado Livre (b)	-	599.688
Total	**123.041**	**716.142**

(a) Valores referentes a venda de energia elétrica no Mercado Regulado; (b) Valores referentes a venda de energia elétrica no Mercado Livre. Conforme mencionado na nota explicativa 1 em 16/09/2021, a UTE GNA I iniciou sua operação comercial permanecendo em despacho até a primeira quinzena/02/2022, período no qual a ONS solicitou a interrupção do despacho em razão do aumento dos níveis de armazenamento em todos os subsistemas do SIN (Sistema Interligado Nacional), especialmente nos subsistemas SE/CO, NE e N. Conforme mencionado na nota explicativa 27 uma parcela da receita operacional da Cia. é de disponibilidade.

12 Estoques	2022	2021
Estoque GNL – gás natural liquefeito	190.515	89.207
Estoque MGO – *marine gás oil*	926	-
Estoque O&M – operação e manutenção	323	-
	191.764	**89.207**
Redução ao valor realizável líquido dos estoques	-	(22.501)
Total	**191.764**	**66.706**

Em 31/12/2022 o consumo GNL e MGO registrados foi de R$ 349.440 (R$ 621.674 em 31/12/2021). As movimentações do estoque em 2021 e 2022 estão devidamente demonstradas abaixo:

	Estoque GNL	Estoque MGO	Estoque O&M	Redução ao valor realizável líquido de estoques (*)	Total
Saldo em 31/12/2020	**103.132**	**-**	**-**	**-**	**103.132**
Adição	829.579	-	-	(22.501)	807.078
Saída para consumo para testes de comissionamento	(221.830)	-	-	-	(221.830)
Saída para consumo operação	(621.674)	-	-	-	(621.674)
Saldo em 31/12/2021	**89.207**	**-**	**-**	**(22.501)**	**66.706**
Adição	449.891	1.783	323	22.501	474.498
Saída para consumo operação	(348.583)	(857)	-	-	(349.440)
Saldo em 31/12/2022	**190.515**	**926**	**323**	**-**	**191.764**

(*) O estorno da provisão pela desvalorização do estoque realizada em dezembro de 2021 se deve ao consumo de 100% desse estoque na geração de energia em jan/22. Conforme CPC 16, não houve o registro de provisão de *impairment* para o mês de dez/22.

13 Despesas antecipadas	2022	2021
Prêmio de seguros (a)	44.051	30.081
Créditos com terceiros (P&D) (b)	2.013	–
Total	**46.064**	**30.081**
Circulante	44.051	30.033
Não circulante	2.013	48
Total	**46.064**	**30.081**

(a) Prêmios de seguros: riscos de engenharia, responsabilidade civil, transportes, FSRU, fiança, incêndio e garantia. (b) Créditos com terceiros (P&D): a composição se dá por serviços de gestão, planejamento, estudo, controle, execução, e consultoria em projetos de P&D. Conforme art. 2º da Lei 9991/2020, as concessionárias de geração e empresas autorizadas à produção independente de energia elétrica ficam obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico.

14 Impostos a recuperar	2022	2021
Ativo circulante		
Impostos a Recuperar		
I.R. retido na fonte ("IRRF")	2.613	2.149
PIS / COFINS a recuperar	156	30.049
ICMS a recuperar	83	83
ISS a recuperar	6	7
Total	**2.858**	**32.288**
I.R. e C.S. a recuperar		
I.R. e C.S. ("IRPJ/CSLL")	16	16
Total	**16**	**16**
Ativo não circulante		
I.R. e C.S. a recuperar		
I.R. e C.S. ("IRPJ/CSLL")	3	3
Total	**3**	**3**

15 Impostos diferidos	2022	2021
Impostos diferidos ativos	434.943	222.237
Total	**434.943**	**222.237**

	Impostos diferidos ativos	Impostos diferidos passivos	Total
Saldo em 31/12/2020	**50.978**	**-**	**50.978**
Despesas pré-operacionais	29.180	-	29.180
Prejuízo fiscal e base negativa	114.234	-	114.234
Diferenças temporárias variação cambial IFRS 16	35.004	-	35.004
Derivativos marcados a MTM	-	(6.800)	(6.800)
Diferenças temporárias outras	(359)	-	(359)
Saldo em 31 de dezembro 2021	**229.037**	**(6.800)**	**222.237**
Despesas pré-operacionais	(12.194)	-	(12.194)
Prejuízo fiscal e base negativa	236.192	-	236.192
Diferenças temporárias variação cambial IFRS 16	-	(31.339)	(31.339)
Derivativos marcados a MTM	2.559	6.800	9.360
Diferenças temporárias outras	10.688	-	10.687
Saldo em 31 de dezembro 2022	**466.282**	**(31.339)**	**434.943**

	2022	2021
Prejuízo contábil antes dos impostos	**(601.958)**	**(524.349)**
Alíquota I.R. e C.S.	34%	34%
I.R. e C.S. (base x alíquota)	**204.667**	**178.279**
Adições permanentes:		
Brindes e Patrocínios	(53)	(21)
Gratificação/Bônus retenção	(996)	(921)
INSS s/Bônus/Gratificações	(187)	(152)
Licença maternidade (Prorrogação 60 dias)	(49)	-
Doações + Impostos incidentes doação	(32)	(117)
Despesas indedutíveis	(3)	(20)
Créditos fiscais não reconhecidos	-	1.010
Total do I.R. e C.S. do período	**203.347**	**178.058**
Corrente	-	-
Diferido	203.347	178.058
Total	**203.347**	**178.058**
	(33,78) %	**(33,96) %**

Estudos técnicos de viabilidade indicam a plena capacidade de recuperação, nos exercícios subsequentes, dos valores de tributos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Cia. e do mercado, tendo iniciado suas operações em 16/09/2021.

16 Imobilizado	Adiantamentos para formação de imobilizado (a)	Obras em andamento e equipamentos em construção (b)	Benfeitoria em propriedade de terceiros	Imobilizado em andamento LT / SE	Peças Sobressalentes O&M e LTMP	Imobilizado em operação	Móveis e Utensílios	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos de TI	Total
Saldo em 31/12/2020	**89.454**	**3.983.838**	**-**	**-**	**-**	**-**	**354**	**64**	**755**	**4.074.465**
Adições (c)	31.276	674.532	-	-	110.828	-	208	102	166	**817.112**
Baixas	-	(330)	-	-	-	-	-	-	-	**(330)**
Transferências	17.016	(4.658.040)	-	-	-	4.641.024	-	-	-	**-**
Depreciação	-	-	-	-	-	(68.508)	(45)	(15)	(224)	**(68.792)**
Saldo em 31/12/2021	**137.746**	**-**	**-**	**-**	**110.828**	**4.572.516**	**517**	**151**	**697**	**4.822.455**
Custo	137.746	-	-	-	110.828	4.641.024	610	171	1.226	**4.891.605**
Depreciação acumulada	-	-	-	-	-	(68.508)	(93)	(20)	(529)	**(69.150)**
Saldo em 31/12/2021	**137.746**	**-**	**-**	**-**	**110.828**	**4.572.516**	**517**	**151**	**697**	**4.822.455**
Adições (c)	5.173	-	1.028	104	15.026	12.884	77	17	90	**34.399**
Baixas	(99.800)	-	-	-	-	(35.035)	-	-	-	**(134.835)**
Transferências	(36.730)	-	-	2.105	5.413	29.212	-	-	-	**-**
Depreciação	-	-	(14)	-	(7.918)	(206.270)	(48)	(18)	(249)	**(214.517)**
Saldo em 31/12/2022	**6.389**	**-**	**1.014**	**2.209**	**123.349**	**4.373.307**	**546**	**150**	**538**	**4.507.502**
Custo	6.389	-	1.028	2.209	131.267	4.648.085	687	188	1.316	**4.791.169**
Depreciação acumulada	-	-	(14)	-	(7.918)	(274.778)	(141)	(38)	(778)	**(283.667)**
Saldo em 31/12/2022	**6.389**	**-**	**1.014**	**2.209**	**123.349**	**4.373.307**	**546**	**150**	**538**	**4.507.502**
Taxa de depreciação	**-%**	**-%**	**-%**	**-%**	**4,96%**	**4,96%**	**10%**	**10%**	**20%**	

(a) Adiantamento para formação de imobilizado: O saldo de adiantamentos em 31/12/2022 é composto por valores de adiantamentos feitos para entrega de peças sobressalentes O&M e LTMP e 31/12/2021 é composto por adiantamentos feitos a fornecedores para entrega de equipamentos. (b) Obras em andamento e equipamentos em fabricação: O saldo de obras em andamento foi totalmente transferido para o grupo de imobilizado após entrada em operação em setembro de 2021. (c) Das adições ocorridas no período, o montante total de R$(38) (R$ 479.721 em 31/12/2021) não teve efeito de fluxos de caixa. **16.1 Teste de valor recuperável para os ativos não circulantes (*"impairment"*):** De acordo com o CPC 01 (R1)–Redução ao valor recuperável de ativos, a Administração avalia a recuperabilidade dos seus ativos quando existirem indicativos de desvalorização, de forma a verificar potenciais perdas por incapacidade de recuperação dos valores contábeis. Em face a discussão com a BP Gas Marketing ("bpGM") – parte do grupo econômico BP, seu fornecedor de gás natural liquefeito, acerca da interpretação do mecanismo de precificação do LNG Sale and Purchase Agreement, celebrado entre a bpGM e a Cia. em 17/11/2017, a Cia. procedeu avaliação de recuperabilidade em 31/12/2021. Na data base da avaliação a Cia. utilizou o valor em uso tendo como base as premissas listadas abaixo que incluí fatores internos e externos: • Cenário macroeconômico do país; • Período do fluxo de caixa de 22 anos; • Taxa de desconto efetiva–considerando o custo médio ponderado de capital "WACC" de 8,59% ao ano. O WACC deriva de um custo de capital próprio efetivo *"ke"* de 11,79% e um custo de capital de terceiros, após desconto de impostos *"kd"* de 6,05% ao ano efetivo. O Custo de capital próprio, por sua vez, foi obtido através de um modelo CAPM que considerou uma amostra de empresas do mesmo segmento e seus respectivos riscos *"Unlevered Beta"*. A projeção da estrutura de capital utilizada para alavancagem do índice beta foi a mediana da estrutura das empresas contidas na amostra supracitada. Para a projeção do fluxo de caixa foram utilizadas premissas de curto e longo prazo baseadas no último ciclo orçamentário da Cia.. Este exercício financeiro é realizado anualmente e contempla a avaliação e atualização de premissas de receitas e custos operacionais, incluindo volume de despacho, para toda a vigência do CCEAR (Contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado). Estes valores são atualizados no modelo financeiro da Cia. onde são realizadas as projeções de resultados a nível de balanço patrimonial, demonstração de resultado do exercício e fluxo de caixa. Para o longo, prazo o modelo financeiro da Cia. considera os valores-base do exercício orçamentário sendo reajustados com base em suas premissas contratuais específicas e índices projetados nos cenários macroeconômicos adotados, até a data fim dos CCEARs, maio de 2044. No exercício findo em 31/12/2022, não ocorreram alterações significativas nas projeções, incluindo premissas macroeconômicas do modelo financeiro, que gerassem novo indicativo para teste de valor recuperável nesse exercício. Em 31/12/2022 e 2021, a Cia. não identificou a necessidade de constituição de provisão para recuperabilidade de seus ativos da UTE GNA I.

17 Intangível	Direito de comercialização de energia (*)	Licenças de software	Implantação de Sistemas	Total
Saldo em 31/12/2020	**30.000**	**1.094**	**406**	**31.500**
Adições	-	35	770	805
Transferências	-	645	(645)	-
Amortização	(435)	(305)	-	(740)
Saldo em 31/12/2021	**29.565**	**1.469**	**531**	**31.565**
Custo	30.000	2028	531	32.559
Amortização acumulada	(435)	(559)	-	(994)
Saldo em 31/12/2021	**29.565**	**1.469**	**531**	**31.565**
Adições	-	53	449	502
Transferências	-	537	(537)	-
Amortização	(1.304)	(495)	-	(1.799)
Saldo em 31/12/2022	**28.261**	**1.564**	**443**	**30.268**
Custo	30.000	2.618	443	33.061
Amortização acumulada	(1.739)	(1.054)	-	(2.793)
Saldo em 31/12/2022	**28.261**	**1.564**	**443**	**30.268**
	23 anos	**5 anos**	**5 anos**	

(*) Em 19/12/2017, através da resolução autorizativa nº 6.769, a ANEEL transfere o direito de comercialização de energia à UTE GNA I. Iniciamos a amortização do direito de comercialização de energia após a entrada em operação que ocorreu no dia 16/09/2021.

18 Direito de uso / Passivo de arrendamento: A movimentação em 31/12/2022 do ativo direito de uso e do passivo de arrendamento é demonstrada no quadro abaixo:

	Terreno	Sala comercial	FSRU	Total
Direito de uso				
Saldo em 31/12/2020	**76.454**	**1.689**	**1.133.212**	**1.211.355**
Atualização de índice	9.272	137	6.369	**15.778**
Depreciação	(3.346)	(751)	(48.986)	**(53.083)**
Saldo em 31/12/2021	**82.380**	**1.075**	**1.090.595**	**1.174.050**
Adições	-	2.185	-	**2.185**
Baixas	-	(383)	(827.841)	**(828.224)**
Atualização de índice	8.724	76	-	**8.800**
Depreciação	(3.687)	(977)	(49.200)	**(53.864)**
Saldo em 31/12/2022	**87.417**	**1.976**	**213.554**	**302.947**
Passivo de arrendamento				
Saldo em 31/12/2020	**104.769**	**1.952**	**1.312.966**	**1.419.687**
Atualização de índice	9.272	137	6.369	**15.778**
Transferência para fornecedores/contas a pagar partes relacionadas	(3.719)	-	(14.144)	**(17.863)**
Pagamentos	-	(985)	(67.611)	**(68.596)**
Juros incorridos	12.391	171	154.079	**166.641**
Variação cambial (nota 31 resultado financeiro)	-	-	99.954	**99.954**
Saldo em 31/12/2021	**122.713**	**1.275**	**1.491.613**	**1.615.601**
Adições	-	2.185	-	**2.185**
Baixas	-	(463)	(827.841)	**(828.304)**
Atualização de índice	8.724	76	-	**8.800**
Transferência para fornecedores/contas a pagar partes relacionadas	(15.053)	-	(13.031)	**(28.084)**
Pagamentos	-	(993)	(143.366)	**(144.359)**
Juros incorridos	13.784	266	155.289	**169.339**
Variação cambial (nota 31 resultado financeiro)	-	-	(85.670)	**(85.670)**
Saldo em 31/12/2022	**130.168**	**2.346**	**576.994**	**709.508**
Circulante	15.019	633	138.927	**154.579**
Não circulante	115.149	1.713	438.067	**554.929**

Após a análise da aderência da norma IFRS 16, a Cia. identificou os seguintes contratos aderentes a esta norma: (i) aluguel do terreno firmado com a Porto do Açu Operações S.A (parte relacionada), (ii) aluguel da sala comercial (iii) Bareboat Charter FSRU. A Cia. ao mensurar os passivos de arrendamento classificados como operacionais, descontou os pagamentos de arrendamento utilizando taxas incrementais específicas para cada contrato conforme a seguir:

Contratos	2022	2021
Sala comercial (i)	14,56%	10,80%
Terreno	11,74%	11,74%
FSRU (ii)	15,26%	11,42%

UTE GNA I GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 23.449.511/0001-90

(i) Em 01/08/2022, a Cia. mudou a sala comercial do escritório RJ que ficava na Praia do Flamengo e foi para o bairro de Botafogo; (ii) Em 20/12/2022 houve o aditivo do contrato, onde ficou convencionado que parte do pagamento seria de responsabilidade da empresa UTE GNA II a partir da etapa de comissionamento dela. Na mesma data, parte do ativo já foi transferido e está como responsabilidade da UTE GNA II, mesmo tendo o início dos pagamentos apenas após o comissionamento. Como efeito do aditivo, houve a reavaliação da taxa incremental do contrato do FSRU.

O fluxo de pagamento dos contratos está demonstrado abaixo:

	Sala comercial	Terreno	FSRU
2023	599	15.942	158.555
2024	617	15.942	86.387
a partir de 2025	2.150	314.853	1.627.330
Total	**3.366**	**346.737**	**1.872.272**

19 Fornecedores	2022	2021
Fornecedores nacionais	75.365	64.114
Fornecedores estrangeiros	1.476	38.628
Despesas provisionadas	89.978	72.103
Total	**166.819**	**174.845**
Circulante	127.094	174.845
Não circulante	39.725	-
Total	**166.819**	**174.845**

20 Salários e encargos a pagar	2022	2021
Gratificações a pagar	8.757	9.479
Férias	926	1.585
Encargos sobre férias	631	1.019
INSS	1.104	916
FGTS	172	266
Seguros	11	11
Rescisões	-	218
Contribuição sindical	-	2
Total	**11.601**	**13.496**

21 Impostos e contribuições a recolher	2022	2021
Imposto sobre serviço ("ISS")	168	191
INSS terceiros	249	306
Imposto sobre circulação de mercadoria e serviços ("ICMS")	1.101	1.978
I.R. retido na fonte ("IRRF")	933	928
PIS/COFINS a recolher	2.265	49.175
PIS/COFINS/ CSLL–retenção	740	413
PIS/COFINS s/importação	13	13
Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais ("FECP")	-	277
Total	**5.469**	**53.281**
I.R. e C.S. ("IRPJ/CSLL")	-	-
Total	**5.469**	**53.281**
Circulante	5.469	53.281
Não circulante	-	-
Total	**5.469**	**53.281**

22 Encargos setoriais e benefícios tributários: Os encargos setoriais foram criados por leis aprovadas pelo Congresso Nacional para viabilizar a implantação de políticas públicas no setor elétrico brasileiro. Seus valores constam das resoluções ou despachos da ANEEL. Cada um dos encargos possui objetivos predefinidos.

	2022	2021
Fundo Nacional de Desenvolvimento Energético ("FNDCT")	305	1.903
Ministério de Minas e Energia ("MME")	153	952
Pesquisa e Desenvolvimento ("P&D")	7.896	6.082
Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE")	182	-
	8.536	**8.937**
Contribuição decreto 45.308/2015 (a)	24.292	17.286
Total	**32.828**	**26.223**
Circulante	640	26.223
Não circulante	32.188	-
Total	**32.828**	**26.223**

(a) Contribuição do decreto 45.308 de 08/07/2015 – Benefício concedido pela Secretaria de Fazenda do RJ, onde foi permitido a isenção da cobrança do ICMS na compra de equipamentos durante o período de construção da Térmica e na aquisição de GNL até 2032. Após a entrada em operação, a Térmica deverá constituir 2% dos gastos variáveis em GNL como uma obrigação a ser designada pela Secretaria de Fazenda do RJ.

	Fundo Nacional de Desenvolvimento Energético ("FNDCT")	Ministério de Minas e Energia ("MME")	Pesquisa e Desenvolvimento ("P&D")	Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE")	Contribuição decreto 45.308/2015 (a)	Total
Saldo em 31/12/2020	-	-	-	-	-	-
Adição	1.903	952	6.082	-	17.286	26.223
Saldo em 31/12/2021	**1.903**	**952**	**6.082**	**-**	**17.286**	**26.223**
Adição	4.397	2.198	1.253	3.347	7.006	18.201
Pagamento	(5.995)	(2.997)	-	(3.165)	-	(12.157)
Atualização índice (Selic)	-	-	561	-	-	561
Saldo em 31/12/2022	**305**	**153**	**7.896**	**182**	**24.292**	**32.828**

23 Obrigações com terceiros	2022	2021
Termelétrica Novo Tempo S.A (a)	–	18.993
Itaú Comercializadora (b)	–	253.774
Total	**–**	**272.767**
Circulante	–	272.767
Não circulante	–	–
Total	**–**	**272.767**

(a) Conforme determinado em contrato, os valores das parcelas fixas foram liquidados, conforme a descrição abaixo:

Vencimento	Parcela	Valor original	IPCA 2018	IPCA 2019	IPCA 2020	IPCA 2021	IPCA 2022	Pagamento	Saldo em 2022
maio/18	1	10.000	-	-	-	-	-	(10.000)	-
janeiro/20	2	5.000	275	217	-	-	-	(5.492)	-
janeiro/22 (*)	3*	15.000	1.110	368	664	1.851	(39)	(18.954)	-
Total		**30.000**	**1.385**	**585**	**664**	**1.851**	**(39)**	**(34.446)**	**-**

(*) Com base no contrato, a última parcela foi paga 90 dias após a entrada em operação da UTE I, no dia 18/01/2022, no valor total de R$ 18.954. As parcelas variáveis serão pagas anualmente, a partir de 2023, sempre no 1º dia útil do mês de abril, com base nos demonstrativos financeiros auditados do ano anterior, com parcelas equivalentes a 3% calculado sobre o fluxo de caixa livre do acionista, definido por: • = EBITDA • (+/-) variação do capital de giro; • (-) IR/CSSL pagos; • (-) despesas financeiras; • (+) receita financeira das contas reversas (**); • (-) investimento em manutenção; • (-) amortização de financiamentos; • (+) desembolsos de financiamentos; • (+/-) variação de contas reservas. (***). Para a data base de 31/12/2022, o fluxo de caixa livre do acionista não foi positivo e, portanto, não se aplica parcela variável. (**) O não pagamento de qualquer dos valores previstos nesse contrato, acarretará a incidência de correção monetária pela variação do CDI, até a data do efetivo pagamento, além de juros moratórios de 1% ao mês, bem como multa moratória 2% sobre o saldo devedor. (***) Caso as contas reservas sejam preenchidas com geração de caixa operacional, serão desconsideradas da fórmula acima a variação da conta reserva e a receita financeira correspondente. (b) Valor referente a uma operação de comercialização de compra e venda de energia realizada com Itaú Comercializadora, que foi liquidada em 07/01/2022. **24 Empréstimos e financiamentos:** Em 20/12/2018 e 15/03/2019, a Cia. assinou contratos de financiamento de longo prazo com BNDES e IFC, respectivamente, cujos valores foram disponibilizados ao longo dos exercícios de 2019 a 2021. O financiamento do BNDES é garantido pelo KfW IPEX-Bank GmbH ("KfW") até o repagamento total da dívida. Por esta razão, a estrutura original do financiamento de longo prazo da UTE GNA I previa o compartilhamento entre IFC e KfW das garantias do projeto usuais para este tipo de operação, conforme mencionado a seguir. Em agosto de 2021, a UTE GNA I emitiu debêntures no montante de BRL 1,8 bilhões, com prazo total de 18 anos, carência de 24 meses e vencimento em 15/07/2039, taxa IPCA + 5,92%. A captação das debêntures foi integralmente realizada em 04/08/2021 e os recursos provenientes da emissão foram primariamente destinados à quitação do financiamento do IFC, finalizada em 09/08/2021. Os recursos excedentes foram destinados para o pagamento de gastos e despesas incorridas com a implantação do projeto, incluindo a cobertura dos gastos adicionais incorridos no projeto em razão da pandemia. A liquidação antecipada do IFC proporciona uma melhora no perfil da dívida da Cia., com redução das taxas de juros e alongamento do período de amortização. Os empréstimos possuem estrutura de "Project Finance", garantidos principalmente através de, alienação fiduciária de ativos (equipamentos), das ações da Cia., das contas vinculadas ao projeto e cessão condicional dos direitos contratuais da Cia., bem como pelo fluxo de recebíveis de seus contratos de comercialização de energia (Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado, "CCEAR"). Com a quitação do empréstimo concedido pelo IFC e a emissão de debêntures pela UTE GNA I, as garantias passaram a ser compartilhadas em sua maioria entre o KfW e o agente fiduciário, representando os interesses dos debenturistas da UTE GNA I. O quadro abaixo demonstra como o financiamento foi estruturado:

Bancos	Moeda	Objetivo	Taxa de juros contratual	Vencimento	Garantias (a)	Linha de crédito total	Taxa efetiva encargos financeiros
BNDES	Real	Investimentos	IPCA + 5,63%	Jan./33	Conta Reserva, Alienação fiduciária e Cessão Condicional.	1.762.800	IPCA +10,97%
Debêntures	Real	Investimentos	IPCA + 5,92%	Jul./39		1.800.000	IPCA + 6,43 %

(a) O pacote de garantias é compartilhado em 1º grau, de forma proporcional e sem qualquer ordem de preferência de recebimento entre os credores seniores, com exceção à cessão condicional oferecida apenas em favor do KfW. Além dos empréstimos mencionados, acima, em (i) 26/03/2021, a UTE GNA I emitiu uma cédula de crédito bancário em favor do Banco ABC Brasil S.A, no montante de R$ 85.000; e (ii) 08/04/2021, a UTE GNA I emitiu uma cédula de crédito bancário em favor do Banco Votorantim S.A., no montante de R$ 85.000. Estas captações foram realizadas a título de capital de giro para o período de comissionamento e foram quitadas em novembro de 2021. Em 31/12/2022, o passivo está reconhecido da seguinte forma:

	2021 Total	2022 Amortização principal	Transferência entre Passivo Circulante e não circulante	Juros apropriados	Juros pagos	Encargos financeiros/Fee apropriados	Encargos financeiros/ Fee pagos	Custo de captação Amortização mensal	Total
Instituições									
BNDES	1.800.715	(76.883)	-	191.201	(292.464)	-	-	-	1.622.569
Custo de captação (BNDES)	(349.857)	-	-	-	-	-	-	31.608	(318.249)
Debêntures	1.942.688	-	-	231.383	-	24.377	(25.152)	-	2.173.296
Custo de captação (Debêntures)	(142.503)	-	-	-	-	-	-	16.409	(126.094)
	3.251.043	**(76.883)**	**-**	**422.584**	**(292.464)**	**24.377**	**(25.152)**	**48.017**	**3.351.522**
Circulante	325.176	(33.828)	3.062.751	290.662	(292.464)	24.377	(25.152)	-	3.351.522
Não Circulante	2.925.867	(43.055)	(3.062.751)	131.922	-	-	-	48.017	-
Total	**3.251.043**	**(76.883)**	**-**	**422.584**	**(292.464)**	**24.377**	**(25.152)**	**48.017**	**3.351.522**

Em 31/12/2021, o passivo está reconhecido da seguinte forma:

	2020 Total	2021 Ingresso em R$	Amortização principal	Juros apropriados	Juros pagos	Encargos financeiros/ Fee apropriados	Encargos financeiros/Fee pagos	Custo de captação adição	Custo de captação baixa	Custo de captação Amortização mensal	Total
Instituições											
BNDES	1.593.640	104.254	(28.626)	264.597	(133.150)	-	-	-	-	-	1.800.715
Custo de captação (BNDES)	(369.759)	-	-	-	-	-	-	(12.259)	-	32.161	(349.857)
IFC	1.063.703	-	(975.335)	102.501	(190.869)	-	-	-	-	-	-
Custo de captação (IFC)	(57.063)	-	-	-	-	-	-	-	53.598	3.465	-
Debêntures	-	1.800.000	-	138.230	-	10.690	(6.232)	-	-	-	1.942.688
Custo de captação (Debêntures)	-	-	-	-	-	-	-	(150.914)	-	8.411	(142.503)
Banco ABC	-	85.000	(85.000)	4.609	(4.609)	-	-	-	-	-	-
Banco Votorantim	-	85.000	(85.000)	4.065	(4.065)	-	-	-	-	-	-
	2.230.521	**2.074.254**	**(1.173.961)**	**514.002**	**(332.693)**	**10.690**	**(6.232)**	**(163.173)**	**53.598**	**44.037**	**3.251.043**
Circulante	112.421	170.000	(146.594)	517.584	(332.693)	10.690	(6.232)	-	-	-	325.176
Não Circulante	2.118.100	1.904.254	(1.027.367)	(3.582)	-	-	-	(163.173)	53.598	44.037	2.925.867
Total	**2.230.521**	**2.074.254**	**(1.173.961)**	**514.002**	**(332.693)**	**10.690**	**(6.232)**	**(163.173)**	**53.598**	**44.037**	**3.251.043**

Os vencimentos e amortizações do custo de captação, juros futuros e das parcelas a longo prazo são os seguintes:

Ano	Dívida	Juros	Encargos financeiros/fee	Custo de transação
2023	139.339	199.032	21.381	(42.181)
2024	124.376	267.544	14.637	(41.789)
2025	156.512	263.563	–	(41.590)
2026	149.875	256.167	–	(41.340)
a partir de 2027	4.518.780	1.949.608	–	(276.939)

Em consonância ao CPC 20 (R1), os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável formam parte do custo de tal ativo, desta forma, a Cia. apropriou a parcela de custo de captação e dos juros ao imobilizado em curso até entrada em operação que ocorreu em 16/09/2021. **Covenants financeiros e não financeiros:** Os contratos de financiamento possuem cláusulas com covenants financeiros e não financeiros, usuais para este tipo de transação, como a obrigação de apresentar aos credores DFs, conformidade com as obrigações tributárias, previdenciárias, trabalhistas e legislação ambiental aplicável, restrições quanto a certas mudanças de sua composição acionária, endividamento adicional e alienações de ativos fora do curso normal do negócio. Dentre os covenants financeiros está incluída a obrigação de manutenção do índice de Cobertura sobre o Serviço da Dívida ("ICSD") acima de 1,10 vezes, apurado anualmente ao fim de cada ano, com base nos últimos 12 meses imediatamente anteriores à medição, após 12 meses do início das operações (conforme estabelecido no contato). Conforme mencionado no contexto operacional, devido à quebra do covenant, a Cia. fez a transferência do empréstimo que estava no não circulante para o passivo circulante. Para cura do covenant, está previsto contribuição de capital dos acionistas. **25 Provisão para contingências:** A Cia. possui arbitragem ativa contra a BP mencionada no contexto operacional e encontra-se em fase de apresentação das alegações entre as partes. Em 31/12/2022 e 31/12/2021, a Cia. possuía R$155.000 relacionados a exposições passivas cuja probabilidade de perda é considerada possível. Abaixo, segue descrito a principal exposição • **Arbitragem Acciona:** A UTE GNA I teve conhecimento da instauração de requerimento de arbitragem no dia 29/04/2021, junto ao Tribunal ICC (International Chamber of Commerce), na qual foi requerida em procedimento instaurado pelas prestadoras de serviço Acciona Construcción e Acciona Industrial, as quais foram contratadas para viabilizar a implantação de projeto do terminal de GNL. Em 20/01/2022, a Acciona apresentou as suas "alegações iniciais" onde requerem cerca de R$ 155.000 para compensar possíveis perdas resultantes da violação de obrigações contratuais. Por sua vez, a UTE GNA I declara perdas, causadas pela Acciona, superior ao montante pleiteado pela Acciona e, de acordo com a análise atualizada dos consultores técnicos especializados e parecer legal dos advogados, ambos contratados pela UTE GNA I, o cenário mais provável é de um desfecho positivo em favor da Cia.. Em razão destas análises, a administração da Cia. entende que o desfecho desta arbitragem deverá ter um efeito financeiro neutro a positivo para a Cia.. Por fim, de acordo com o calendário convencionado na arbitragem, será realizada uma audiência entre as partes do dia 23 até dia 29/04/2023. **26 Patrimônio líquido**

Acionistas	2022 Quantidade de ações ordinárias (mil)	% participação	2021 Quantidade de ações ordinárias (mil)	% participação
GNA Infra	831.185	44,89%	831.185	44,89%
Siemens	409.390	22,11%	409.390	22,11%
SPIC	611.029	33,00%	611.029	33,00%
Total	**1.851.604**	**100,00%**	**1.851.604**	**100,00%**

a. Capital social: Em 31/12/2022 e 31/12/2021, o capital social da Cia. é de R$925.802, representado por 1.851.604 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A movimentação do período está demonstrada conforme abaixo:

	Acionista GNA Infra	Siemens	SPIC	Capital Social
Saldo em 31/12/2020	**620.287**	**305.515**	**-**	**925.802**
Entrada novo acionista	(204.695)	(100.820)	305.515	-
Saldo em 31/12/2021	**415.592**	**204.695**	**305.515**	**925.802**
Saldo em 31/12/2022	**415.592**	**204.695**	**305.515**	**925.802**

b. Reserva de capital: Em 31/12/2022 e 31/12/2021, a reserva de capital da Cia. é de R$925.802, onde a GNA Infra possui o montante de R$415.592, Siemens R$204.695 e a SPIC R$305.515. A movimentação do período está demonstrada conforme abaixo.

	Acionista GNA Infra	Siemens	SPIC	Reserva de capital
Saldo em 31/12/2020	**620.287**	**305.515**	**-**	**925.802**
Entrada novo acionista	(204.695)	(100.820)	305.515	-
Saldo em 31/12/2021	**415.592**	**204.695**	**305.515**	**925.802**
Saldo em 31/12/2022	**415.592**	**204.695**	**305.515**	**925.802**

c. Reserva legal: Constituída com base em 5% do lucro líquido do período, observando-se os limites previstos pela Lei das S.A.. No período findo em 31/12/2022 e 31/12/2021, a Cia. apresentou prejuízo não havendo constituição de reserva legal. **d. Dividendos:** As ações da Cia. participam em condições de igualdade na distribuição de dividendos, JSCP e demais benefícios aos acionistas. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76. No período findo em 31/12/2022 e 31/12/2021, a Cia. apresentou prejuízo não havendo distribuição de dividendos. **e. Outros resultados abrangentes:** Os saldos que compõe outros resultados abrangentes são relacionados ao reconhecimento da marcação a mercado do hedge *accounting*, imposto diferido reconhecido dessas marcações a mercado e variação cambial dos títulos *hedgeados* já reconhecidos como contas a pagar/fornecedores. **27 Receita líquida de serviços:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que esses benefícios econômicos serão gerados para a Cia., quando é possível retratar a transferência de bens e ou serviços, neste caso o fornecimento de energia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita operacional é composta pela receita por disponibilidade, geração e comercialização de energia elétrica (faturada e provisionada) e pela venda de energia no mercado de curto prazo, ambiente CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), que estão reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. A composição da receita líquida da Cia. é conforme quadro abaixo:

	2022	2021
Receita bruta		
Mercado Regulado	982.807	497.709
Mercado Livre (i)	287.324	923.503
Total	**1.270.131**	**1.421.212**
Encargos sobre faturamento		
PIS/COFINS–Mercado Regulado	(90.910)	(46.038)
ICMS/FECP–Mercado Regulado	(21.347)	(9.730)
Encargos setoriais–Mercado Regulado	(8.518)	(4.180)
PIS/COFINS–Mercado Livre	(26.578)	(85.424)
Encargos setoriais–Mercado Livre	(2.473)	(8.381)
	(149.826)	**(153.753)**
Receita líquida	**1.120.305**	**1.267.459**

(i) Mercado livre – As receitas de mercado livre na UTE GNA I são relacionadas as vendas em condição energética.

28 Custos de bens e/ou serviços prestados	2022	2021
Consumo operação GNL (a)	(348.583)	(621.674)
Serviços operacionais	(261.752)	(101.981)
Depreciação e amortização	(267.077)	(85.891)
Impostos, multas e taxas	(130.330)	(66.428)
Despesas gerais e manutenção	(8.055)	(244.266)
Seguros	(43.644)	(12.561)
Pessoal	(5.627)	(2.540)
Consultoria e auditoria	(3.968)	(694)
Outros serviços de terceiros	(4.515)	(1.537)
Serviços administrativos	(4.755)	-
Despesas ambientais e fundiárias	(1.099)	(196)
TI e Telecom	(670)	(132)
Comunicação e assuntos institucionais	(713)	(26)
Consumo operação MGO (b)	(857)	-
Viagens	(77)	(1)
	(1.081.722)	**(1.137.927)**

(a) Parcela do consumo de estoque GNL para operação conforme informado na nota 12.
(b) Parcela do consumo de estoque MGO para operação conforme informado na nota 12.

29 Despesas gerais e administrativas	2022	2021
Pessoal	(16.740)	(14.248)
TI e Telecom	(2.235)	(2.666)
Depreciação e amortização	(2.944)	(1.706)
Consultoria e auditoria	(3.082)	(3.991)
Despesas jurídicas	(6.191)	(2.668)
Seguros	(156)	(1.020)
Outros serviços de terceiros	(674)	(1.179)
Comunicação e assuntos institucionais	(847)	(2.750)
Viagens	(300)	(124)
Outras	(1.100)	(558)
Total	**(34.269)**	**(30.910)**

30 Outras despesas e receitas	2022	2021
Outras receitas		
Recuperação de despesas (a)	-	146.244
Imobilizado	-	80
Outras	173	-
	173	**146.324**
Outras despesas		
Custo anormal (b)	-	(203.512)
Imobilizado (c)	-	(330)
	-	**(203.842)**
Outros resultados	**173**	**(57.518)**

(a) Reconhecimento de *Delay Liquidated Damages* (indenização referente ao atraso da entrada operação comercial conforme estabelecido em contrato EPC) em dezembro de 2021. (b) Em decorrência do atraso na entrada em operação, anteriormente prevista para 30/05/2021, custos atrelados ao comissionamento, anteriormente capitalizáveis, foram classificados como *Abnormal Waste* e lançados como outras despesas. (c) Baixa do imobilizado referente a venda de painel elétrico e sucata.

31 Resultado financeiro	2022	2021
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(422.584)	(202.753)
Encargos financeiros	(24.377)	(10.690)
Custo de transação	(48.017)	(79.213)
Juros de arrendamento	(169.241)	(51.154)
Perda em operações de Hedge	(30.668)	(258)
Comissões e corretagens	(30.533)	(34.872)
Juros sobre mútuos	(20.875)	(8.035)
IOF sobre mútuo	-	(7.288)
IOF	(2.759)	(4.147)
Juros e multas–contratos subordinados	(5.976)	(2.796)
Juros e multas	(956)	(153)
Despesas bancárias	(37)	(291)
Despesa variação cambial de arrendamento	(258.471)	(99.954)
Outras	(15.042)	(47)
Variação cambial	-	(49.222)
Variação monetária–Títulos Públicos	-	(617)
Variação financeira–IPCA	-	(1.945)
	(1.029.536)	**(553.435)**
Receitas financeiras		
Receita variação cambial de arrendamento	344.141	–
Variação cambial	13.679	–
Juros sobre aplicações financeiras	11.527	9.464
Variação monetária–Títulos Públicos	427	–
Juros e multas recebidas	192	15
Outras	196	–
Ganho em operações de Hedge	30.110	855
Variação financeira–IPCA	40	–
Descontos obtidos	15	108
Juros ativos ou auferidos	168	134
	400.495	**10.576**
Resultado financeiro líquido	**(629.041)**	**(542.859)**

32. Gestão de riscos financeiros: a. Considerações gerais e políticas internas: A gestão dos riscos financeiros da Cia. segue o proposto na Política de Riscos Financeiros, e na Política de Risco de Crédito aprovadas pelo Conselho de Administração, além dos demais normativos financeiros. Além disso, a utilização de derivativos tem como único propósito a proteção e mitigação de riscos, de forma que é proibida a contratação de derivativos exóticos ou com propósitos especulativos. O monitoramento dos riscos é feito através de uma gestão de controles que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas e do cumprimento dos limites de risco aprovados. A Cia. está exposta a diversos riscos financeiros, dentre os quais se destacam os riscos de mercado, de crédito e de liquidez. **Riscos:** Risco de mercado–taxa de câmbio. **Origem da exposição:** Instrumentos financeiros que não são denominados em BRL. **Gestão:** Operações de hedge com NDF. **Valores 2022:** Montante total de NDF contratada R$ 91.257 **Valores 2021:** Montante total de NDF contratada R$ 285.900. **Riscos:** Risco de mercado – Taxa de juros. **Origem da exposição:** Empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo CDI e IPCA e aplicações financeiras. **Gestão:** Gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários. **Valores 2022:** Montante de Empréstimos e financiamentos R$ 3.351.522. Montante de Aplicações financeiras R$ 48.247. **Valores 2021:** Montante de Empréstimos e financiamentos R$ 3.251.043. Montante de Aplicações financeiras R$ 146.205. **Riscos:** Risco de liquidez. **Origem da exposição:** Obrigações contratuais ou assumidas. **Gestão:** Disponibilidade de linhas de crédito rotativo. **Valores 2022:** Montante de compromissos assumidos R$ 12.713.256. **Valores 2021:** Montante de compromissos assumidos R$ 14.549.631. **Riscos:** Risco de crédito. **Origem da exposição:** Recebíveis, transações com derivativos, garantias e adiantamentos a fornecedores. **Gestão:** Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes. **Valores 2022:** Montante de contas a receber partes relacionadas R$ 149.631. Montante depósito bancário vinculado R$ 108.650. Montante NDF contratada para contas a receber R$ 140.254. **Valores 2021:** Montante de contas a receber partes relacionadas R$ 149.374. Montante depósito bancário vinculado R$ 191.617. Montante NDF contratada para contas a receber R$ 149.126. **b. Gestão de risco de mercado:** ***(i) Risco cambial:*** A Cia., visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seus saldos a pagar a fornecedores estrangeiros com exposição cambial durante a fase de construção e operação, para que não afete seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31/12/2022 e 2021, operações de hedge cambial. Conforme mencionado na nota explicativa 18, a Cia. possui um contrato de arrendamento em moeda estrangeira, referente ao período operacional, no montante de USD 401.961, que possui proteção via operações de hedge. As estratégias de hedge cambial são descritas no item 'Informações complementares sobre os instrumentos derivativos'. ***(ii) Risco de taxas de juros:*** Este risco é oriundo da possibilidade de a Cia. incorrer perdas, devido a flutuações nas taxas de juros anuais e IPCA de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas aos rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Cia. monitora continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. **c. Gestão de risco de liquidez:** O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a Cia. não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Cia. busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principal ponto o hedge das dívidas em moeda estrangeira. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar a liquidez da Cia.. Em 31/12/2022, a Cia. mantinha um total de aplicações no curto prazo de R$ 48.248 (31/12/2021 R$ 146.205) e depósitos bancários vinculados de R$ 108.650 (31/12/2021 R$ 191.617). De acordo com a política de hedge da Cia., para os contratos em moeda estrangeira da fase operacional, a Cia. contratou cobertura cambial antes do início da operação, que ocorreu em 16/09/2021. A contratação do hedge abrange parte da exposição cambial prevista para os 2 anos subsequentes da operação.

Passivos financeiros não derivativos	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	Até 6 meses	6 a 12 meses	2024	2025	2026	2027 em diante
Fornecedores	166.819	166.819	84.495	42.600	39.725	-	-	-
Contas a Pagar – partes relacionadas	574.353	574.353	29.448	162.373	382.532	-	-	-
Mútuos – partes relacionadas	192.443	192.443	-	-	-	192.443	-	-
Empréstimos e financiamentos	3.351.522	7.616.975	105.518	254.234	322.587	378.485	364.702	6.191.449
Passivos de arrendamento	709.508	2.222.375	87.028	88.068	102.946	68.513	82.220	1.793.000
Passivos financeiros derivativos								
Non- deliverable Forwards (NDF)	(4.375)	-	(4.375)	-	-	-	-	-

d. Gestão de risco de crédito: O risco de crédito refere-se à possibilidade de a Cia. incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes. ***Risco de crédito junto a instituições financeiras:*** Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e derivativos, a Cia. segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras com boa qualidade de crédito. É realizado ainda o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de *rating* para as principais instituições financeiras com as quais a Cia. possui operações de derivativos em aberto.

***Ratings* de longo prazo em escala nacional**	Moody's	S&P	Fitch
Banco BTG Pactual	-	-	AA
Banco Bradesco	AAAbr	brAAA	AAA
Banco ABC	AA+br	brAAA	AAA

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros pela Cia.. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

	2022	2021
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalente de caixa	93.592	186.963
Depósito bancário vinculado	108.650	191617
Instrumentos financeiros derivativos	(1.865)	13.131

e. Informações complementares sobre os instrumentos derivativos: A Cia. possui instrumentos derivativos de *Non-deliverable Forwards* (NDF) com objetivo de proteção econômica e financeira contra risco flutuação cambial. Todas as operações de derivativos dos programas de hedge estão detalhadas em quadro a seguir, que inclui, por contrato de derivativo, informações sobre tipo de instrumento, valor de referência (nominal), vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores pagos/recebidos ou provisionados no período. Com o objetivo de determinar a relação econômica entre protegidos pagamentos a fornecedores e o instrumento de hedge, a Cia. adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge e do instrumento de hedge possam ser compensados mutuamente. ***Programa de hedge das Non-deliverable Forward–NDF:*** Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Cia. pode contratar operações via NDF *(Non-deliverable forwards)* para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar e Euro.

	2022	2021
Ativo		
Circulante	3.667	20.227
Não circulante (i)	2.559	1.558
Total do Ativo	**6.226**	**21.785**
Passivo		
Circulante (ii)	8.091	1.854
Não circulante (iii)	-	6.800
Total do Passivo	**8.091**	**8.654**
Outros resultados abrangentes	(1.865)	13.131

UTE GNA I GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 23.449.511/0001-90

Total do patrimônio líquido	**(1.865)**	**13.131**
Ganho Hedge liquidado reconhecido no imobilizado (iv)	118.053	129.517
Ganho (Perda) Hedge liquidado reconhecido no resultado	(59.434)	19.404
Total Ganho (Perda) Hedge	**58.619**	**148.921**

(i) Em 31/12/2022 o valor de 2.559 trata-se do imposto diferido referente a marcação a mercado das NDF's. Em 31/12/2021, o valor de 1.558 trata-se de marcação a mercado das NDF's. (ii) Em 31/12/2022, o valor de 8.091 trata-se da soma da marcação a mercado das NDF's mais a variação cambial dos títulos em moeda estrangeira que possuem hedge. O valor dessa variação cambial de 50 está reconhecido na linha de fornecedores no balanço. (iii) Em 31/12/2021, o valor de 6.800 trata-se do imposto diferido referente a marcação a mercado das NDF's, que no balanço patrimonial está sendo apresentado líquido no ativo não circulante. (iv) Em 31/12/2022, a movimentação do hedge liquidado foi no montante de (R$ 11.464) (em 31/12/2021 foi de R$ 35.740).

	NDF contratada em R$		Marcação a mercado (MTM)		Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
NDF	**2022**	**Vencimento (ano)**	**2022**	**2021**	**2022**
Termo USD	-	2022	-	18.908	(42.373)
Termo USD	11.593	2023	(4.884)	1.558	-
Termo EUR	-	2022	-	(1.376)	(28.525)
Termo EUR	(103.373)	2023	509	-	-
Líquido			**(4.375)**	**19.090**	**(70.898)**

Este programa é classificado de acordo com os critérios contábeis de hedge *accounting* e mensurado a valor justo por meio do resultado abrangente. ***Tratamento contábil dos instrumentos derivativos:*** Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Quando a transação for elegível e designada como *hedge accounting*, mudanças no valor justo dos derivativos são registradas como segue: (i) Hedge de fluxo de caixa: as variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como hedge efetivo de fluxo de caixa têm seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido (outros resultados abrangentes) e o componente ineficaz registrado no resultado (Receita/Despesa financeira). Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para o Imobilizado em conta apropriada (Hedge liquidado) quando o item protegido for efetivamente realizado. Os valores registrados como custo de reserva de hedge, são as variações cambiais dos títulos em moeda estrangeira hedgeados. O ganho/perda nas operações de hedge são as marcações a mercado registradas mensalmente de todos os títulos protegidos. A Cia. documenta no início da operação de hedge accounting, com o objetivo de gestão de risco, a relação entre os instrumentos de hedge e os itens por ele protegidos, assim como a estratégia para a realização de operações de hedge e documenta, tanto no início quanto de forma contínua, sua avaliação de que os derivativos usados nas operações de hedge são eficazes. **f. Análise de sensibilidade:** As análises a seguir estimam o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. • **Cenário Provável:** Foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes ao final do período. • **Cenário II:** considera um choque de 25% nos fatores de risco em relação às taxas de mercado do cenário provável. • **Cenário III:** considera um choque de 50% nos fatores de risco em relação às taxas de mercado do cenário provável. Para os rendimentos das aplicações financeiras, os cenários II e III consideram uma redução de 25% e 50%, respectivamente, em relação ao cenário provável. Para a análise de sensibilidade das exposições cambiais e de índices, a Administração entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial.

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (BRL)	Cenário provável	Impacto cenário (II)	Impacto cenário (III)
NDF Item protegido: parte de desembolso em USD	Dólar	Queda do dólar	5,5158	11.593	(4.884)	(970)	3.218
Item protegido: parte de desembolso em EUR	Euro	Queda do euro	5,5500	(103.373)	509	(25.461)	(51.432)
Exposição líquida				(91.780)	(4.375)	(26.431)	(48.214)

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido à variação das taxas de juros nas aplicações financeiras que poderá ser reconhecida no resultado da Cia. no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Exposição (BRL) (Base 2022)	Rendimento bruto no cenário provável (BRL)	Impacto cenário (II) (BRL)	Impacto cenário (III) (BRL)
Aplicações de renda fixa	CDI	Queda de juros	13,65%	48.247	6.586	(1.646)	(3.293)

Estimativa de valor justo: Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Cia. tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Cia.. Para a mensuração e determinação do valor justo dos instrumentos de derivativos, denominados *Non-Deliverable Forward* (NDF), contratados pela UTE GNA I, utilizamos as taxas de mercado obtidas no site da B3, sendo elas (i) DI x Pré; (ii) Real x USD (iii) Real x Euro. Para esta precificação, consideramos a data de fechamento do período contábil em análise. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1**–Preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos idênticos aos da Cia.; **Nível 2**–Preços cotados com ou sem ajustes para ativos ou passivos similares com informações direta ou indiretamente em mercados ativos, exceto preços cotados incluídos no nível anterior. **Nível 3**–Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos da Cia., assim como seu nível de mensuração, em 31/12/2022 e 31/12/2021:

		2022		2021	
	Nível	**Contábil**	**Valor Justo**	**Contábil**	**Valor Justo**
Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)					
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		**351.873**	**351.873**	**527.954**	**527.954**
Caixa e equivalente de caixa	2	93.592	93.592	186.963	186.963
Depósito bancário vinculado	2	108.650	108.650	191.617	191.617
Contas a receber – partes relacionadas	2	149.631	149.631	149.374	149.374
Passivos financeiros (Circulante/Não circulante)					
Mensurado pelo custo amortizado		**4.994.645**	**9.260.098**	**5.878.390**	**10.157.342**
Fornecedores	2	166.819	166.819	174.845	174.845
Contas a pagar – partes relacionadas	2	574.353	574.353	665.333	665.333
Mútuo – partes relacionadas	2	192.443	192.443	171.568	171.568
Empréstimos e financiamentos	2	3.351.522	3.351.522	3.251.043	3.251.043
Passivos de arrendamento	2	709.508	709.508	1.615.601	1.615.601
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado abrangente		**(4.375)**	**(4.375)**	**19.090**	**19.090**
Non-deliverable forwards (NDF) – Instrumento de Hedge	2	(4.375)	(4.375)	19.090	19.090

Não houve transferências de Nível 2 durante o exercício findo em 31/12/2022. ***Métodos e técnicas de avaliação:*** • Caixa e bancos, contas a receber e contas a receber partes relacionadas, contas a pagar e contas a pagar partes relacionadas – Decorrem diretamente das operações da Cia. sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o curto prazo de liquidação destas operações. • Fornecedores–A Cia. entende que valor justo de fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. • Empréstimos e financiamentos–Para os financiamentos classificados e mensurados ao custo amortizado, a Cia. entende que, por se tratar de operações bilaterais e não possuírem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis às já apresentadas e que possam ser parâmetro à determinação de seus valores justos, os valores contábeis refletem o valor justo das operações. • Instrumentos derivativos–Para cálculo da marcação a mercado–MTM, utiliza-se a projeção da cotação da moeda contratada na NDF para a data de vencimento de acordo com a curva de futuros da BM&F. Este valor é trazido a valor presente de acordo com a projeção do CDI 2º a curva de DI futuro da BM&F. **33 Cobertura de seguros:** A Cia. adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31/12/2022 e 2021, as coberturas de seguros são as seguintes:

	2022	2021
Property / BI	2.608.850	2.789.950
CBI–FSRU	1.445.996	1.362.738
Terrorismo	1.346.167	-
Responsabilidade Civil–Operação	208.708	223.196
Transporte de Equipamentos Importados	44.533	46.313
Responsabilidade Civil (Escritório e Funcionários)	10.000	10.000
Garantia Fiança–Locação	1.711	1.711
Incêndio (*property* do escritório)	6.000	6.000
Responsabilidade Civil (Operador Portuário)	229.579	245.516
Responsabilidade Civil (Ambiental)	10.500	10.000
Transporte GNL	130.443	1.004.382
Garantia Aduaneira	907	-

34 Compromissos assumidos: Em 31/12/2022, a Cia. apresentou compromissos assumidos de compras futuras no valor de R$ 12.713.256 (R$ 14.549.631 em 31/12/2021), que deverão ser cumpridos no decorrer das obras e operação da Termelétrica.

Ativo	2022	2021	Descrição
Imobilizado/Intangível			
Adiantamentos para formação de imobilizado	2.062	3.639	Manutenção e qualidade do Ar, serviço de vigilância, consultorias, estudos e projetos.
Obras em andamento e equipamentos em construção (*)	455	378.040	Gastos referente ao término da obra da térmica, gastos durante o período de comissionamento (EPC).
Peças Sobressalentes–Manutenção	974.947	-	Peças de substituição e manutenção da Térmica e gastos com a importação delas.
Intangível	1.301	267	Licenças de sistemas.
Total Imobilizado/Intangível	**978.765**	**381.946**	
Direito de uso	497.946	-	*Land Lease*–PDA
Total Direito e uso	**497.946**	**-**	
Total Ativo	**1.476.711**	**381.946**	
Resultado			
Custos	11.138.483	14.125.499	Contratos de operação da térmica, operações do FSRU.
Despesas Gerais e Administrativas	66.769	36.669	Gastos com viagens e estadias, consultoria para TI, assessoria financeira, despesas com escritório, benefícios para funcionários.
Custos de Transações (Despesas Financeiras)	31.293	5.517	Gastos atrelados aos Financiamentos, Debêntures.
Total Resultado	**11.236.545**	**14.167.685**	
Total Geral	**12.713.256**	**14.549.631**	

Bernardo de Araújo Chaves Perseke - Presidente; Gustavo Artur Ciocca Zeno - Diretor Financeiro; Fábio Herllain de Cerqueira - Contador CRC: 106.747/O-7 RJ

Relatório dos auditores independentes sobre as DFs: Aos Acionistas e Diretores da UTE GNA I Geração de Energia S.A. RJ – RJ **Opinião:** Examinamos as DFs da UTE GNA I Geração de Energia S.A. (Cia.), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as DFs acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da UTE GNA I Geração de Energia S.A. em 31/12/2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das DFs". Somos independentes em relação à Cia., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principal assunto de auditoria:** Principal assunto de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das DFs como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas DFs e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reclassificação dos empréstimos e financiamentos e avaliação de continuidade operacional:** Veja Nota Explicativa 1 e 24 das DFs: **Principal assunto de auditoria:** Em 31/12/2022, a Cia. apresentou capital circulante líquido negativo de R$ 3.098.543 mil e prejuízo acumulado de R$ 861.951 mil. Parte substancial desse capital circulante líquido negativo é em virtude da reclassificação do saldo total de empréstimos e financiamentos do passivo não circulante para o passivo circulante no montante de R$ 3.062.751 mil, ocorrida no exercício corrente, em virtude do não cumprimento dos índices financeiros previstos nas cláusulas restritivas de seus endividamentos que resulta em vencimento antecipado. A Cia. entende que tal reclassificação não gera risco de continuidade operacional, considerando que possui o compromisso, ainda no exercício de 2023, de contribuição de capital dos seus acionistas como forma de atender a cura de suas restrições financeiras e retornar ao índice de cobertura sobre o Serviço da Dívida ("ICSD") determinado, conforme previsto contratualmente. Adicionalmente, a avaliação dos fluxos de caixa futuros demonstram diminuição dos seus custos e a geração de recursos de suas atividades operacionais suficientes para pagamento das parcelas da dívida e seus compromissos. Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria, devido materialidade dos valores dos empréstimos e financiamentos reclassificados para circulante em 31/12/2022 e os impactos relacionados à continuidade operacional da Cia.. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: (i) entendimento dos termos contratuais que determinam as cláusulas restritivas firmadas junto às instituições financeiras e agentes fiduciários; (ii) revisão do cálculo fornecido do índice ICSD, sendo: teste matemático das premissas determinadas nos instrumentos particulares e entendimento da administração e a verificação do seu não cumprimento em 31/12/2022; (iii) obtenção das informações da administração sobre as estratégias tomadas e planejadas para suprir a necessidade de caixa e fazer face aos compromissos firmados; (iv) obtenção do fluxo de caixa elaborado pela administração, demonstrando o cumprimento dos compromissos junto a terceiros no período de doze meses após a data base das DFs e as explicações da administração em relação às premissas relevantes; (v) recebimento de carta suporte de seus acionistas se comprometendo a realizar os aportes de capital suficientes para cobrir a cura do índice financeiro no prazo e montante determinados contratualmente; (vi) avaliação da divulgação destes assuntos nas notas explicativas às demonstrações contábeis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a reclassificação dos empréstimos e avaliação de continuidade operacional da Cia., e suas respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das DFs relativas ao exercício findo em 31/12/2022. **Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado:** As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31/12/2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Cia., e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das DFs da Cia.. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as DFs e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, 2º os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às DFs. **Responsabilidades da administração pelas DFs:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das DFs de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de DFs livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das DFs, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cia. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das DFs, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cia. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das DFs:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as DFs tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas DFs. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas DFs, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cia.. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cia.. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma- membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas DFs ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cia. a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das DFs, inclusive as divulgações e se as DFs representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das DFs do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. RJ, 31/03/2023. KPMG Auditores Independentes - CRC SP-014428/O-6 F-RJ. Juliana Ribeiro de Oliveira Contadora - CRC RJ-095335/O-0.

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado da Casa Civil
Banco de Desenvolvimento do Estado do RJ S/A –Em Liquidação
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os senhores(as) acionistas a se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária (AGO) a ser realizada no dia 27 de abril de 2023, às 14:00 horas, na sede da empresa situada na Av. Erasmo Braga, Nº.118, 2º. Andar, Centro Rio de Janeiro-RJ**, com o objetivo de deliberar sobre a seguinte **ORDEM DO DIA**:A) Exame do Relatório do Liquidante, da Prestação de Contas, do Balanço Patrimonial, demais demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2022; B) Alteração do endereço da Sede da Sociedade .Neste sentido, observo que toda a documentação da empresa encontra-se à disposição dos acionistas na Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Fiscal - SPED (https://www.gov.br/centraldebalancos/#/demonstracoes; HASH de publicação **824DE38BC27346CBCEE5DAA5E486EC3011927116** e em sua sede localizada na Rua Erasmo Braga, n.118, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro (art.133, Lei 6.404/76), salientando ainda que o processo de prestação de contas tramita sob o SEI 150217/000005/2023. Rio de Janeiro, 04 de Abril de 2023, Rodrigo Felix Sarruf Cardoso, Liquidante.

BETAPART PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ: 02.762.124/0001-30 - NIRE: 33.3.0026109-5
COMPANHIA ABERTA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA. Ficam os senhores acionistas da Companhia convocados, na forma do Estatuto Social da Companhia, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a realizar-se no dia 28 de abril de 2023, às 10:30 horas, na sede social da Companhia, localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson, nº 231, 28º andar (parte), Centro, para: (a) em Assembleia Geral Ordinária: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; e (ii) destinar o resultado apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; e (b) em Assembleia Geral Extraordinária: (i) fixar o montante global da remuneração dos administradores da Companhia para o exercício social de 2023. Os acionistas que desejarem ser representados por procurador deverão depositar os respectivos instrumentos de mandato na sede social Companhia até 2 dias úteis antecedentes à data de realização da Assembleia, sendo que o acionista residente e domiciliado no exterior que for representado por mandatário deverá comprovar a observância do disposto no art. 119 da Lei nº 6.404/76 e demais disposições legais aplicáveis. Os acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas que desejarem participar da Assembleia deverão apresentar extrato emitido em até 2 dias úteis antecedentes à data de realização da Assembleia, contendo a respectiva posição acionária, fornecida pelo órgão custodiante. Os acionistas poderão também votar através do Boletim de Voto à Distância disponibilizado através do site da B3, seguindo as instruções de preenchimento e envio do mesmo. Rio de Janeiro, 6 de abril de 2023. Maria Amalia Delfim de Melo Coutrim. Presidente do Conselho de Administração.

Diário do Acionista
As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade
Tels.: (21) 3556-3030 96865-1628

CEL PARTICIPAÇÕES S/A - CELPAR
CNPJ nº 02.201.787/0001-85
Assembleia Geral Ordinária – Convocação

Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no dia 28 de abril de 2023, em sua sede social à Rua Maria Angélica, 310 – parte – Jardim Botânico – Rio de Janeiro - RJ, às 15:00 horas, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **a)** Aprovação das demonstrações contábeis do exercício social encerrado em 31/12/2022; **b)** Deliberação sobre o resultado do exercício e **c)** Assuntos gerais. Rio de Janeiro, 06 de abril de 2023. A Administração.

LICEU FRANCO BRASILEIRO S/A
CNPJ nº 33.547.449/0001-23
Assembleia Geral Ordinária – Convocação

Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no dia 28 de abril de 2023, em sua sede social à Rua das Laranjeiras, 5/11/13/15, Laranjeiras, às 10:00 horas, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **a)** Aprovação das demonstrações contábeis dos exercícios sociais encerrados em 31/12/2022; **b)** Deliberação sobre os resultados dos exercícios e **c)** Assuntos gerais. Rio de Janeiro, 06 de abril de 2023. A Diretoria.

OPPORTUNITY EQUITY PARTNERS
ADMINISTRADORA DE RECURSOS LTDA.
CNPJ/MF: 01.761.273/0001-11
CONVOCAÇÃO PARA REUNIÃO DE SÓCIOS

Ficam os senhores Sócios da Opportunity Equity Partners Administradora de Recursos Ltda. ("Sociedade") convocados para reunirem-se em Reunião de Sócios a realizar-se no dia 28 de abril de 2023, às 17:40h, na sede social da Sociedade, localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson 231, 28º andar (parte), com vistas a deliberar sobre a seguinte matéria: Tomar as contas da administração e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico da Sociedade, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2022. **Instruções Gerais:** Os instrumentos de mandato, para representação na Reunião, deverão ser depositados na sede social da Sociedade com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da Reunião.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 2023.
MARIA AMÁLIA DELFIM DE MELO COUTRIM
Administradora da Sociedade

EMISSÃO S/A
CNPJ/ME nº 39.110.879/0001-60 - NIRE nº 3330030994-2
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os senhores Acionistas da **Emissão S/A** ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a ser realizada no dia 14/04/2023, às 10:00 horas, de modo **exclusivamente digital**, nos termos do artigo 132, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; e **(ii)** aceitar a renúncia dos conselheiros atuais e aprovar novos membros para o Conselho de Administração da Companhia. **Informações gerais:** Para participar e votar, por meio de sistema eletrônico, o Acionista deverá enviar solicitação à Companhia, acompanhado do instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei e do Estatuto Social da Companhia, na hipótese de representação por procurador, para o endereço de e-mail cesar@mplegal.com.br, até 2 (dois) dias antes da data de realização da AGE (isto é, até às 10:00 horas do dia 12/04/2023). Em resposta ao e-mail, a Companhia enviará aos senhores Acionistas, que manifestarem seu interesse em participar da AGE por meio do sistema eletrônico e que, após a análise dos documentos enviados e comprovação da titularidade das ações, estejam aptos a participar da AGE, as regras para participação e os procedimentos necessários e suficientes para acesso e utilização do sistema eletrônico pelo Acionista. Rio de Janeiro, 04/04/2023. **Presidente do Conselho de Administração**.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS FERROVIÁRIAS DA ZONA DA CENTRAL DO BRASIL /FITF//CNTTL/CUT-RUA SANTANA Nº 77 –SOBRELOJA- CIDADE NOVA – RIO DE JANEIRO – RJ – CEP. 20230-260 – TELEFAX: (21) 2232.4291
E-mail:stefzcb@gmail.com

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente Edital e de acordo com as Disposições Estatutárias, convocamos todos os associados a comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará no dia 12 de abril de 2023, às 10:00(dez) horas, em primeira convocação e às 10:30 (dez horas e trinta minutos), em segunda, na sede social da entidade, Rua de Santana 77-sobreloja- Centro-RJ, para tratarem da seguinte "Ordem do Dia": A) Eleição dos delegados que representarão o Sindicato no 4º Congresso da Federação Interestadual dos Trabalhadores Ferroviários da CUT-FITF/CNTT/CUT, que será realizado no dia 23 de maio de 2023, em João Pessoa-PB B) Assuntos Gerais.

Rio de Janeiro, 05 de abril de 2023.
Valmir de Lemos
Presidente

CIFERAL COMERCIO E INDUSTRIA S/A EM LIQUIDAÇÃO
CNPJ Nº 33.012.683/0001-56 – NIRE 33300026614
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os senhores(as) acionistas a se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária (AGO) a ser realizada no dia 27 de abril de 2023, às 15:00 horas, na sede da empresa situada na Av. Erasmo Braga, Nº.118, 2º. Andar, Centro Rio de Janeiro-RJ**, com o objetivo de deliberar sobre a seguinte **ORDEM DO DIA**:A) Exame do Relatório do Liquidante, da Prestação de Contas, do Balanço Patrimonial, demais demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2022; B) Alteração do endereço da Sede da Sociedade .Neste sentido, observo que toda a documentação da empresa encontra-se à disposição dos acionistas na Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Fiscal - SPED (https://www.gov.br/centraldebalancos/#/demonstracoes;HASH de publicação **0BF14949FA7F782474FFAA96FFEE3FDBC07ACACA** e em sua sede localizada na Rua Erasmo Braga, n.118, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro (art.133, Lei 6.404/76), salientando ainda que o processo de prestação de contas tramita sob o SEI 150217/000003/2023. Rio de Janeiro, 04 de Abril de 2023, Rodrigo Felix Sarruf Cardoso, Liquidante.

JB RÁDIO TÁXI
ASSOCIAÇÃO DE MOTORISTAS DE TÁXI DO JARDIM BOTÂNICO
CNPJ: 74119975/0001-70
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA

PELO PRESENTE EDITAL E DE ACORDO COM O QUE CONSTA NO ARTIGO 30º, LETRA A, DO ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO DE MOTORISTAS DE TÁXI DO JARDIM BOTANICO, O SEU PRESIDENTE EXERCENDO AS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS, CONVOCA A TODOS OS ASSOCIADOS EM PLENO GOZO DE SEUS DIREITOS E DEVERES SOCIAIS, PARA A REALIZAÇÃO DA 113ª ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA NO DIA 26/04/2023, NA SEDE DA ASSOCIAÇÃO, NA RUA ANA NERI 2366, SAMPAIO, RIO DE JANEIRO, RJ, QUE CONFORME ARTIGO 25 DO ESTATUTO SOCIAL, SERÁ INSTALADA A PARTIR DAS 09:00H SEM NUMERO MINIMO DE ASSOCIADOS, FICANDO EM SESSÃO PERMANENTE ATÉ AS 18:00H, COM A SEGUINTE ORDEM DO DIA: ELEIÇÕES PARA CONSELHO FISCAL PARA MANDATO DE 2023/2024 E PARA CONSELHO DE ETICA E DISCIPLINA PARA MANDATO DE 2023.

RIO DE JANEIRO, 10 DE ABRIL DE 2023
NILSON DE OLIVEIRA FARIA
PRESIDENTE

GUARACIABA TRANSMISSORA DE ENERGIA (TPSUL) S.A

CNPJ: 15.286.437/0001-00

1/3

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, apresentamos a seguir o Relatório da Administração, com as principais informações relativas ao exercício de 2022, em conjunto com as Demonstrações Financeiras auditadas e elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, as quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. para a sociedade, parceiros, investidores e clientes. **EXERCÍCIO 2022: 1. Perfil da Companhia:** A Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. ("Companhia"), Companhia privada, de capital fechado, foi constituída em 14 de março de 2012 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, nº 955, sala 1101 (parte), Centro, Rio de Janeiro - RJ. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) e tem como objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia. A Companhia sagrou-se vencedora do Lote B do Leilão de Transmissão nº 02/2012, realizado pela ANEEL em 09 de março de 2012, cujo Contrato de Concessão nº 013/2012 foi assinado em 10/05/2012. O Lote B formado pela subestação Marimbondo II (500 kV), pelas linhas de transmissão 500 kV Ribeirãozinho – Rio Verde Norte e Rio Verde Norte – Marimbondo II, e pelo seccionamento das linhas de transmissão (500 kV) Marimbondo – Araraquara C1 e C2 na Subestação Marimbondo II, nos estados de Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais. A RAP ajustada para o ciclo de 2022/2023 é de aproximadamente R$ 130 milhões. **2. Gestão:** A atuação da Administração tem enfoque na busca por eficiência nas operações, na segurança de todos os envolvidos, na responsabilidade social, na maximização da rentabilidade das acionistas e em sustentabilidade econômica. **3. Governança Corporativa**: A Companhia possui estrutura de governança composta pela Assembleia de Acionistas, pelo Conselho de Administração, pela Diretoria, pelo Conselho Fiscal e pelo Comitê de Ética e Conduta. Suas práticas são pautadas pelos princípios gerais da boa governança corporativa da equidade, da prestação de contas corporativa, da transparência e da responsabilidade, e regradas de forma específica pelo Estatuto Social, pelo Acordo de Acionistas, pelas Regras de Governança Corporativa, pelo Código de Ética, pelo Código de Conduta e pela Política de Proteção de Dados A gestão de pessoas pela Companhia conta com regramento por políticas e regulamentos dirigidos a diversos tópicos, a exemplo da Política de Recrutamento e Seleção, do Procedimento de Aplicação de Ações Disciplinares, do Procedimento de Treinamento e Desenvolvimento, do Regulamento de Salários e Benefícios e do Procedimento de Rescisão de Contrato de Trabalho, entre outros. **4. Desempenho Operacional:** Desde 2019, a Companhia assumiu integralmente as atividades de Operação e Manutenção (O&M), com o objetivo de maximizar a sua eficiência operacional mantendo apenas terceirizado o Centro de Operações – COS cujo serviço é prestado pela Itumbiara Transmissora de Energia S.A., subsidiária integral da acionista State Grid Brasil Holding. Vale destacar que em 2022 a Companhia foi muito bem-sucedida em desafios importantes, com o objetivo de aumentar a confiabilidade operacional em deixar de lado a segurança das pessoas envolvidas, o cronograma de execução das atividades e o impacto financeiro. Neste ano, houve a conclusão dos requisitos mínimos de manutenção, atividades de manutenção adicionais que devem ser executadas a cada seis anos de operação. Tais atividades foram executadas pelo time próprio da Matrinchã, com cerca de apenas 25% dos custos inicialmente previstos e sem nenhum acidente, além da economia de cerca de R$ 735 mil em parcela variável e custos com serviços corretivos. Abaixo, é possível observar índices de indisponibilidade apurados pela Guaraciaba: • Índice PV/RAP técnico da GTE, no exercício 2022, se consolidou em 0,84%. • Índice Disponibilidade das LTs da GTE, no exercício de 2022, se consolidou em 99,94%. **5. Desempenho Econômico-Financeiro:** • Em 2022, a Receita Operacional líquida totalizou R$ 162,8 milhões, aumento de 26,2% em relação a 2021, principalmente, pelo acréscimo da Receita de Construção relacionada à implantação de reforço nas instalações conforme autorização da ANEEL por intermédio da REA 9693/2021. • A Receita de Operação e Manutenção totalizou R$ 33,2 milhões em 2022, redução de 5,72% quando comparada aos R$ 35,1 milhões de 2021. • No exercício de 2022, a Receita de Construção somou R$ 38,3 milhões, com a finalização das obras de implementação de reforço na Subestação de Marimbondo II, conforme referida autorização da ANEEL. Em 2021, o valor foi de 8,9 milhões. • A Receita de Remuneração dos Ativos da Concessão consolidada somou R$ 108,1 milhões em 2022, aumento de 7,3% comparado ao ano de 2021, refletindo, principalmente, a atualização do ativo de contrato. • As Deduções da Receita Operacional atingiram R$ 16,8 milhões em 2022, um aumento de 9,4% em relação ao ano de 2021, afetada, principalmente pelo aumento da Receita Anual Permitida e das taxas regulatórias proporcionais. • As despesas administrativas e os custos de O&M em 2022 alcançaram R$ 14,2 milhões, um aumento de 7% em relação aos R$ 13,3 milhões de 2021. • As principais variações em outras receitas e despesas em 2022 tratam do reconhecimento dos efeitos da Revisão Tarifária em R$ 146,5 milhões, explicado de forma mais detalhada na sequência deste relatório. • O resultado financeiro negativo atingiu R$ 37,6 milhões em 2022 frente a R$ 44,1 milhões registrados em 2021. A variação reflete, principalmente, as altas taxas de juros perfazendo uma rentabilidade de nossas aplicações de R$ 5,5 milhões acima que em 2021. • O imposto de renda e contribuição social correntes foram de R$ 11,7 milhões e o diferido R$ 23,1 milhões em 2022. A alíquota efetiva do imposto de 2022 foi de 15,1%. • O Lucro Líquido em 2022 totalizou R$ 195,6 milhões, um aumento de 282,8% em relação ao lucro líquido de 2021 de R$ 51,1 milhões, principalmente devido à atualização do valor do ativo de contrato da Companhia. Esta atualização decorre do reconhecimento do ajuste a valor presente das receitas futuras após homologação da revisão tarifária pela Aneel. • O EBITDA de 2022, foi de R$ 268,5 milhões e margem de 165%. Excluindo os efeitos do IFRS 15, o EBITDA atingiu R$ 96,5 milhões em 2022 com margem EBITDA de 87,6%, um aumento de 0,1% em relação ao EBITDA de 2021, que foi de R$ 96,3 milhões, devido ao reajuste anual da RAP, a redução nos custos de O&M e despesas administrativas e, principalmente, a baixa de fornecedores com reversão para o resultado. • A dívida bruta consolidada em 31 de dezembro de 2022 somou R$ 439,4 milhões, uma queda de 5,6% em relação ao final de 2021, quando registrou R$ 462,8 milhões, considerando o empréstimo com BNDES e a Segunda Emissão de Debêntures, ambos em fase de amortização. **6. Investimentos:** O plano de investimentos da Companhia envolve iniciativas que ofereçam incremento relevante na taxa de retorno do projeto, aumento da confiabilidade na operação dos ativos de transmissão e investimentos em pesquisa e desenvolvimento. A Companhia realizou investimentos em 2022 da ordem de R$ 33,4 milhões de reais, principalmente (i) na implantação de reforço autorizado pela Aneel na Subestação Marimbondo 2 no montante de R$ 30 milhões. Este reforço entrou em operação commercial em 30 de setembro de 2022, cerca de onze meses antes do prazo previsto pela Aneel. Adicionalmente, em função do enquadramento prioritário, este reforço terá direito a adicional de receita por todo o período da antecipação, a ser reconhecido a partir de julho de 2023; (ii) aquisição de equipamentos sobressalentes (R$ 3,0 milhões); (iii) investimentos sociais (R$ 0,2 milhão) e investimentos em projetos de pesquisa e desenvolvimento (R$ 0,2 milhão). Para 2023, a Companhia planeja investir R$ 21,7 milhões. Deste montante, (i) R$ 12,0 milhões estão relacionados à substituição de buchas aplicadas nos reatores de linha, com possibilidade de recebimento de receita adicional; (ii) R$ 6,8 milhões estão relacionados à aquisição de novos equipamentos sobressalentes, ferramental para utilização no plano de manutenção dos ativos de transmissão e outros investimentos relacionados à concessão; e (iii) R$ 2,3 milhões referentes ao complemento de indenização fundiária referente a processos judiciais que discutem o valor justo da indenização da faixa de servidão ocupada pelos ativos de transmissão; e (iv) R$ 0,6 milhão está previsto para aplicação em novos projetos de pesquisa e desenvolvimento. **7. Auditores Independentes:** Com respeito à prestação de serviços relacionados à auditoria externa, a Companhia informa que a EY Auditores Independentes prestou apenas serviços relacionados à Auditoria das demonstrações financeiras do exercício de 2022. A Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Rio de Janeiro, 09 de março de 2023.

A Administração.

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	56.436	70.543
Contas a receber	8	14.284	11.018
IRPJ e CSLL a recuperar		629	3.129
Almoxarifado	11	16.567	17.013
Caixa Restrito	10	18	1.823
Ativo de contrato	9	112.039	83.505
Outros ativos		11.121	7.252
		211.094	**194.283**
Não circulante			
Caixa Restrito	10	23.468	17.865
Ativo de contrato	9	1.447.677	1.277.162
Imobilizado		2.391	1.683
Intangível		4.436	248
		1.477.972	**1.296.958**
		1.689.066	**1.491.241**

Passivo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Fornecedores		2.011	2.754
Empréstimos e financiamentos	13	30.051	27.196
Debêntures	14	12.210	7.333
Salários e encargos		882	718
Impostos e contribuições sociais	12	1.654	1.472
IRPJ e CSLLI a recolher	16	493	1.202
Dividendos a pagar	17	101.971	55.507
Outros passivos		5.131	4.860
		154.403	**101.042**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	275.046	301.143
Debêntures	14	122.135	127.171
Provisão para Contingências	15	1.636	1.916
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	103.316	76.613
		502.133	**506.843**
Patrimônio líquido			
Capital social	17	733.832	733.832
Reserva legal	17	21.886	12.104
Reserva de lucros retidos	17	276.812	137.420
		1.032.530	**883.356**
		1.689.066	**1.491.241**

Demonstração do resultado abrangente Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	195.638	51.133
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultado abrangente do exercício	**195.638**	**51.133**

Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
RECEITA		
Receita	326.214	145.203
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custo	(27.028)	(5.168)
Serviços	(7.072)	3.560
Depreciação	(519)	(18)
VALOR ADICIONADO BRUTO	**291.594**	**143.577**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Resultado financeiro	8.927	3.182
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	**300.521**	**146.758**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal		
Remuneração direta	5.849	5.526
Outros benefícios	1.228	1.023
FGTS	311	260
	7.388	6.809
Tributos		
Federais	52.068	42.013
Estaduais	118	385
	52.186	42.398
Remuneração da capital de terceiros		
Arrendamentos e alugueis	1.075	822
Juros	46.114	47.165
Outros	(1.879)	(1.569)
	45.309	46.418
Remuneração da capital próprios		
Lucro do exercício	195.638	51.133
TOTAL	**300.521**	**146.759**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Lucros retidos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31/12/2020	**733.832**	**9.547**	**114.542**	**-**	**857.921**
Reversão de Dividendos não reclamados	-	-	(13.554)	-	(13.554)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	51.133	51.133
Constituição de reserva legal	-	2.557	-	(2.557)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(12.144)	(12.144)
Reserva de retenção de lucros	-	-	36.432	(36.432)	-
Saldos em 31/12/2021	**733.832**	**12.104**	**137.420**	**-**	**883.356**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	195.638	195.638
Constituição de reserva legal	-	9.782	-	(9.782)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(46.464)	(46.464)
Reserva de retenção de lucros	-	-	139.392	(139.392)	-
Saldos em 30/12/2022	**733.832**	**21.886**	**276.812**	**-**	**1.032.530**

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	18	162.825	129.040
Custo de construção	19	(27.028)	(5.168)
Custo de operação e manutenção - O&M	20	(11.289)	(11.202)
Lucro bruto		**124.508**	**112.670**
Despesas operacionais	**21**		
Pessoal		(3.108)	(2.753)
Serviços de terceiros		(1.923)	(1.315)
Contingências		2.906	2.364
Outras receitas		146.516	11.268
Outras despesas		(879)	(379)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras e impostos		**268.020**	**121.855**
Receitas financeiras	22	8.516	3.034
Despesas financeiras	22	(46.114)	(47.165)
Resultado financeiro (líquido)		(37.598)	(44.131)
Resultado antes da tributação		**230.422**	**77.724**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	16	(11.660)	(6.173)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	16	(23.124)	(20.418)
Lucro líquido do exercício		**195.638**	**51.133**

Demonstração do fluxo de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos imposto de renda e da contribuição social	230.422	77.724
Ajuste para:		
Remuneração do ativo de contrato	(108.114)	(100.255)
Margem de Construção	(11.322)	(3.759)
Efeito revisão tarifaria 2022	(146.121)	
Depreciação	519	18
Despesas de juros de empréstimos e debêntures e custos	45.375	46.556
Provisão Contingência	(2.906)	(2.364)
Atualização de impostos a recuperar	(64)	111
Ajuste de fornecedores	(186)	-
(Aumento)/redução nos ativos e Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Contas a receber	(3.266)	(34)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	2.564	910
Outros ativos	(3.423)	(1.966)
Ativo de contrato	66.508	74.360
Fornecedores	(744)	(15.390)
Salários e encargos	164	53
Impostos e contribuições sociais	182	44
Pagamento Imposto de renda e contribuição social	(8.603)	(3.431)
Contingências	2.626	(1.296)
Outros passivos	272	1.136
Disponibilidade proveniente das atividades operacionais	**63.883**	**72.417**
Pagamento de juros - empréstimos e debêntures	(35.784)	(33.218)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**28.099**	**36.213**
Fluxo de caixa da atividade de investimento		
Caixa Restrito	(3.798)	36.013
Aquisição de Imobilizado	(1.227)	(1.210)
Intangível	(4.188)	-
Caixa liquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimentos	**(9.213)**	**34.803**
Fluxo de caixa da atividade de financiamento		
Captação de Empréstimos	-	1.612
Pagamento de principal - Empréstimos e debêntures	(32.993)	(27.650)
Fluxo de caixa liquido aplicado nas atividades de financiamento	**(32.993)**	**(26.038)**
Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa	**(14.107)**	**44.978**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	70.543	25.565
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	56.436	70.543
Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa	**(14.107)**	**44.978**

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. ("Companhia"), Companhia privada, de capital fechado, foi constituída em 14 de março de 2012 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - 12º andar, Centro, no Rio de Janeiro. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico - (SPE) e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), vinculada ao Ministério de Minas e Energia ("MME"). A Companhia foi criada pela State Grid Brazil Holding S.A. ("SGBH"), e pela Copel Geração e Transmissão S.A. ("COPEL GeT"), com vistas a desenvolver a concessão objeto do Leilão de Transmissão ANEEL nº 013/2012 ("Leilão"), realizado pela ANEEL. a) Da concessão: A Companhia sagrou-se vencedora no Leilão, arrematando o Lote B, formado pela subestação Marimbondo II (500 kV), pelas linhas de transmissão 500 kV Ribeirãozinho-Rio Verde Norte e Rio Verde Norte - Marimbondo II, e pelo seccionamento das linhas de transmissão (500 kV) Marimbondo - Araraquara C1 e C2 na subestação Marimbondo II, nos estados de Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais. As linhas de transmissão têm como objetivo escoar a energia gerada pelas usinas Teles Pires e Colider. A subestação Marimbondo II cumpre as funções de atender às regiões metropolitanas de Goiânia e Brasília e proporciona intercâmbio regional entre o Centro-Oeste e o Sudeste. O Contrato de Concessão nº 013/2012 foi assinado em 10/05/2012, com vigência até 10/05/2042. O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica é celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora) e regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, estabelecendo (i) quais os serviços que o operador deve prestar e (ii) os padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede. Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização. A remuneração é regulada através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela receita anual permitida (RAP), parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador, com fator de reajuste anual pelo IPCA em 1° de julho de cada ano. Além disso, há previsão contratual para revisão tarifária no 5°, 10° e 15° anos de vigência a partir da data de assinatura do contrato. A RAP vencedora do Leilão de Transmissão de R$ 73.080, foi sendo reajustada de tempos em tempos tendo sido o último reajuste em julho de 2021 quando a RAP teve reajuste de aproximadamente 8%, chegando a R$ 106.832. O montante de RAP recebida no exercício de 2021 foi de 109.826. Em setembro de 2016 a Companhia recebeu do ONS o Termo de Liberação Provisória (TLP) para início do escoamento parcial entre os trechos desde a subestação de Ribeirãozinho até a subestação de Marimbondo II, da energia produzida na Usina Hidrelétrica (UHE) de Teles Pires. Em 16 de fevereiro de 2018, a Companhia recebeu do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), o Termo de Liberação Definitivo (TLD) com o indicativo de Operação Comercial Definitivo em 30 de janeiro de 2018, desta forma, encontrando-se apta a receber a RAP em sua integralidade. Em 09 de fevereiro de 2021 foi publicada a Resolução Autorizativa (REA) 9693/2021 que autoriza a Companhia a implantar reforços em suas instalações de transmissão. O objeto da REA é a implantação de um banco de reatores na subestação de Marimbondo com prazo de construção de até 30 meses e Receita Anual Permitida (RAP) de R$ 3.198, data-base junho/2020 quando estiver operando. A companhia começou o investimento no terceiro trimestre de 2021. Em Setembro de 2022 foram concluídas as obras do Novo Ramal de Marimbondo (REA 9693/2021) e em 13 de outubro de 2022, a Companhia recebeu do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), o Termo de Liberação Definitivo (TLD) com o indicativo de Operação Comercial Definitivo em 24 de Outubro de 2022. b) Regime especial de incentivos para o desenvolvimento da infraestrutura (REIDI): A Companhia, por ter projetos aprovados de construção de infraestrutura no setor de energia, obteve a habilitação para operar no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), que concede o benefício fiscal da suspensão da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). c) Licenciamento Ambiental: A Companhia teve sua Licença de Operação (LO) expedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em 30 de agosto de 2016, sob Registro no IBAMA nº 02001.005398/2012-38, emitida sem ressalvas, válida pelo prazo de 10 (dez) anos a partir de sua data de emissão. Todas as condicionantes listadas nesta Licença de Operação estão sendo cumpridas conforme o previsto. Em 2021 a concessionária executou a campanha de comunicação social e educação ambiental de maneira remota, através de spots de rádio, mensagens em mídias digitais, cartazes, folhetos informativos e manuais divulgados em redes sociais e entregues à comunidade interceptada pelo empreendimento, seguindo todos os protocolos de segurança contra o COVID-19. O foco da campanha este ano foi a conscientização acerca de queimadas, tema cada vez mais relevante na região, considerando o número de casos e o período de estiagem, que neste ano de 2021 apresentou seca histórica. O objetivo foi alertar sobre os riscos das queimadas descontroladas e a responsabilidade dos envolvidos. Em novembro de 2021 foi realizada uma LIVE para interessados sobre o tema com a participação de especialistas no assunto. Os resultados da campanha, junto ao cumprimento das demais condicionates no período, foram enviados ao órgão licenciador em relatório. Em 2022 a GTE dará continuidade à execução do Programa de Recuperação de Áreas Degradadas e Processos Erosivos, Limpeza de Faixa e SEs, Comunicação Social e Educação Ambiental, Corte Seletivo e Monitoramento e Ocupação de Faixa. d) Efeitos da pandemia de Covid-19 causada pelo Coronavírus (SARS-COV-2): i) *Contexto Geral*: A rápida disseminação do vírus SARS-COV-2, comumente chamado de Coronavírus e da doença a ele correlacionada, a COVID-19, cujos primeiros diagnósticos ocorreram em dezembro de 2019, levou a Organização Mundial da Saúde (OMS) a declarar, em 11 de março de 2020, a doença como uma pandemia global, conduzindo os governos de praticamente todos os países a implementarem medidas de afastamento social de suas populações para conter a velocidade de contágio. Tais medidas levaram a uma recessão econômica em escala mundial, devido, principalmente, à disrupção das cadeias de suprimento e à interrupção de atividades em diversos setores da economia, consequentemente causando volatilidade nos preços de ativos, nas taxas de câmbio e nos juros. Em resposta aos efeitos da desaceleração econômica, os governos anunciaram pacotes de estímulos econômicos e alívio humanitário para minimizar o impacto inicial da COVID-19, permitindo a superação da recessão econômica. ii) *Ações implementadas pelo Governo Brasileiro e pela ANEEL*: No Brasil, o Governo Federal tem centralizado as medidas de auxílio econômico e financeiro, por meio dos Poderes Executivo e Legislativo, bem como das Agências Reguladoras, visando apoiar as empresas dos diversos setores da economia na mitigação dos efeitos e na superação da crise econômica. Dentre os atos legislativos, cabe destaque para o Decreto Legislativo n° 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública permitindo ao governo a adoção de uma série de ações, bem como garantindo agilidade nos atos da administração pública. A ANEEL tem evitado ações com alto impacto econômico ou que pressionem em demasia as tarifas pagas pelos consumidores finais de energia elétrica, pautando suas medidas pela necessidade de quantificação dos desequilíbrios financeiros e econômicos, na preservação dos contratos e na modicidade e estabilidade das tarifas no médio e longo prazo. Este viés da agência visa evitar a criação de um círculo vicioso de inadimplência e consequentemente um desequilíbrio dos contratos. A Nota Técnica nº 01/2020-GMSE/ANEEL traz a avaliação inicial dos efeitos da pandemia de COVID-19 no setor elétrico brasileiro, com apresentação de propostas a serem avaliadas, no curto e médio prazo, para seu enfrentamento. É possível afirmar que a estratégia adotada pela ANEEL logrou êxito. As medidas de liquidez implementadas para a preservação do setor foram eficientes em atingir seu objetivo por terem sido direcionadas para o segmento de distribuição. Este segmento poderia expor o setor elétrico aos impactos da crise econômica por (i) se tratar do principal responsável pela geração de receita do setor elétrico, arcando com parcela relevante dos pagamentos dos segmentos de geração e transmissão e (ii) ter sido atingido pela redução de demanda no segmento de consumo, após fechamento de estabelecimentos industriais e comerciais e por um possível aumento da inadimplência, tendo em vista à crise econômico e proibição temporária da suspensão de fornecimento para consumidores inadimplentes. iii) *Medidas adotadas pela Companhia*: A Companhia tem sua atividade enquadrada no rol de atividades essenciais e, por isso, implementou uma série de medidas para manter a normalidade de suas operações, em linha com as recomendações dos órgãos governamentais e buscando preservar seus colaboradores, além de evitar a propagação da doença. *a) Ações com foco em suas atividades e pessoas:* A Companhia definiu as principais ações adotadas para proteção e prevenção dos efeitos do COVID-19 nas subestações e linhas de transmissão em um Plano que foi divulgado entre seus funcionários e fornecedores. Dentre essas ações cabe destacar as seguintes: • Elaboração e divulgação de plano com orientações gerais para a prevenção do contágio; • Fornecimento de máscaras a todos os colaboradores, com instruções específicas para uso; • Fornecimento de álcool em gel para todas as localidades; • Fornecimento de luva para todas as localidades; • Fornecimento de água e sabão para equipe de Linha de Transmissão em atividade; • Medição de temperatura, controle de sintomas, acompanhamento do estado de saúde e vacinação; • Realização de exames periódicos para diagnósticos do COVID-19; • Revezamento das equipes para evitar aglomerações no local de trabalho; • Utilização de banco de horas e férias individuais; • Readequação das escalas de trabalho, de forma a aumentar os períodos de isolamento e reduzir riscos de contaminação; • Viagens exclusivamente para serviços inadiáveis e prementes e que expõem a operação a riscos bem como preventivas próximas as bases ou mais importantes; • Disponibilização de declaração para livre circulação de colaboradores para os estritos fins de prestação do serviço essencial de transmissão de energia àqueles que impreterivelmente precisam se deslocar; • Diálogo com os prestadores de serviço e fornecedores para acompanhar os procedimentos para prevenção do contágio pelo COVID-19; • Envio de comunicados com orientações sobre a COVID-19 periodicamente; • Redução de colaboradores autorizados a circular simultaneamente dentro do mesmo veículo da empresa e higienização interna dos automóveis; • Redução do intervalo entre higienizações dos locais de trabalho e equipamentos utilizados; • Restrição ao ingresso de terceiros nas instalações das empresas. Para o escritório central no Rio de Janeiro foram adotadas as seguintes ações: • Adoção do trabalho remoto (home office) a partir de 16.03.2020; • Fornecimento de álcool em gel para todos os colaboradores e disponibilização em locais estratégicos do escritório; • Redução do intervalo entre higienizações dos locais de trabalho e equipamentos utilizados; • Medição de temperatura, controle de sintomas, acompanhamento do estado de saúde e vacinação; • Realização de reuniões internas e externas exclusivamente por via remota (videoconferência); • Adoção a prática de reuniões por teleconferência entre os grupos de O&M e Administrativo/Financeiro com os diretores, para direcionamento das ações; • Viagens restritas exclusivamente para serviços inadiáveis; • Envio de comunicados com orientações sobre a COVID-19 periodicamente; • Restrição ao trânsito de pessoas nas instalações das empresas. *a) Ações com foco econômico-financeiro:* Considerando o cenário atípico atualmente vivenciado, com efeitos potencialmente imprevisíveis, não é possível precisar totalmente os impactos nas operações da Companhia no médio prazo. Ainda é preciso reconhecer que há certo grau de incerteza quanto aos efeitos da pandemia na economia e por quanto tempo esses efeitos irão perdurar. Porém, decorridos 21 meses do início das medidas de afastamento social, não há impacto relevante na geração de receita ou nos custos que importem em alteração significativa no acompanhamento orçamentário até a presente data. A Companhia não enxerga qualquer sinal de anormalidade nas operações e não chegou ao seu conhecimento qualquer outro evento que possa ser interpretado como indicativo de que possa ter suas operações e/ou situação econômico-financeira impactada. Para pautar suas ações, a administração da Companhia monitora os fluxos de caixa buscando identificar desvios considerados relevantes, por meio de revisões mensais das projeções e da inclusão do realizado no período. Caso seja necessário as premissas são ajustadas e testes de sensibilidade são realizados, incluindo, por exemplo, cenários de quebra de receita. Como já informado, o efeito da pandemia ainda é pequeno se considerado o impacto em receita e custos, não trazendo variações significativas quando se leva em consideração o caixa acumulado. Visando o aumento da liquidez durante o período de incerteza, nos primeiros meses da pandemia, a partir de março de 2020, a Companhia adotou as seguintes ações: • Postergação do recolhimento, da Contribuição Previdenciária e do seguro contra acidentes relativos às competências março e abril para os meses de agosto e outubro de 2020; • Postergação do recolhimento do FGTS, referente às competências de abril e maio, que deverão ser pagos a partir de julho e poderão ser parcelados em até seis vezes, de julho até dezembro de 2020; • Redução das alíquotas das contribuições aos serviços sociais autônomos (sistema S) no período compreendido entre abril e junho de 2020. iv) *Impacto nas Demonstrações Financeiras:* A Companhia entende que não existe risco relevante de inadimplência considerando o quanto verificado nos últimos meses, além de seu faturamento ser pulverizado e haver garantia que cobre as obrigações e pode ser acionada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Na data de emissão deste relatório não havia variação significativa no índice de inadimplência e esta se relacionava principalmente a clientes que discutem a exigibilidade de pagamento perante o ONS ou reestruturaram suas dívidas judicialmente. Desta forma, não foi considerado nenhum valor para PCLD ou a possibilidade de redução no valor recuperável de ativos não financeiros (impairment), tendo ainda em vista o êxito das medidas implementadas pela ANEEL para contenção dos impactos da crise econômica sobre o setor elétrico. Ressalta-se ainda que, até o momento, não houve necessidade de a Companhia realizar a revisão do seu planejamento estratégico, pois as projeções de caixa têm se confirmado conforme cenários otimistas. As rupturas das cadeiras de fornecimento não afetaram os negócios da Companhia uma vez que os contratos e ordens de compra estratégicos estavam fechados antes do início da pandemia e as atividades transcorrem normalmente. v) Revisão Tarifária: A Companhia reconheceu como outras receitas operacionais o efeito da revisão tarifária sobre o ativo contratual, conforme previsto em Instrução emitida pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. O resultado da revisão tarifária para GTE foi de 19% e o saldo do ativo contratual em junho era de aproximadamente R$ 1.700.000. Tendo o ativo de contrato na forma de um contas a receber que será amortizada pela RAP futura e sabendo-se que a RAP foi aumentada em 19% desde julho/2022, temos o ajuste valor presente do ativo do contrato em aproximadamente R$ 319.000. **2. Base de preparação e mensuração:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações, emitidas pelo CPC, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos. As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, recuperabilidade dos impostos diferidos, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As demonstrações financeiras da Companhia foram autorizadas pela administração em 10 de março de 2023. **3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas Demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas Demonstrações financeiras , a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. a) Ativo de Contrato e remuneração do Ativo de Contrato: A Companhia mensura o Ativo de Contrato no início da concessão ao valor justo e posteriormente o mantém ao custo amortizado. No início da concessão, a Taxa de Remuneração do Ativo de Contrato ("Taxa de Remuneração") é estimada pela Companhia por meio de avaliações financeiras, utilizando-se de componentes internos e externos de mercado. O saldo do Ativo de Contrato reflete o valor do fluxo de caixa futuro es

GUARACIABA TRANSMISSORA DE ENERGIA (TPSUL) S.A

CNPJ: 15.286.437/0001-00 2/3

valor e momento de resultados tributáveis esperados. Em virtude da natureza de longo prazo, a Companhia adota premissas para estimar os valores devidos de impostos. Diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. Questionamentos por autoridades fiscais podem surgir em uma variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes nas jurisdições onde a Companhia atua. A Companhia constitui provisões, na medida em que julga necessário e com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte de autoridades fiscais das jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência em auditorias fiscais anteriores. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados na nota explicativa nº 16. **5. Base de mensuração:** As Demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. **6. Principais políticas contábeis:** A Companhia aplicou as principais políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas Demonstrações financeiras. **6.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender os compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição. **6.2. Ativo de contrato:** De acordo com o CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As adições decorrentes da infraestrutura de transmissão também são registradas como Ativo de Contrato. **6.3. Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros:** Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro. **6.4. Outros ativos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança. **6.5. Provisões e passivos circulantes e não circulantes:** Uma provisão é reconhecida, quando aplicável, no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação presente como resultado de um evento passado e, é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e/ou variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. **6.6. Dividendos:** O estatuto social da Companhia prevê que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendo. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete à Assembleia de Acionistas deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos intermediários. Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "dividendo adicional proposto" no Patrimônio Líquido. **6.7. Receita de remuneração do ativo de contrato:** Refere-se à remuneração do investimento no desenvolvimento de infraestrutura para transmissão de energia elétrica e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento (contrato de concessão) sobre o valor do investimento. **6.8. Receita de operação e manutenção:** As receitas oriundas dos serviços de Operação Manutenção ("O&M") são determinadas com base nos valores estimados pela Administração para fazer face aos custos de O&M e reconhecidos de forma linear a cada ciclo anual durante o prazo da concessão (vide nota 4.b). **6.9. Receita de juros sobre aplicações financeiras:** A receita de juros é reconhecida no resultado com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. **6.10. Despesas de juros de empréstimos e debêntures:** As despesas de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. **6.11. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240.000 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado. 6.11.1. Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar calculado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial, como ativo ou passivo fiscal, pelo valor apurado com base nos registros contábeis e no reconhecimento das receitas . Ele é mensurado com base nas alíquotas de impostos vigentes na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados de acordo com as premissas informadas em legislação pertinente a cada imposto. 6.11.2. Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos: Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de passivos para fins de Demonstrações Financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos.Passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera liquidar seus passivos. **6.12. Encargos regulatórios:** A receita de prestação de serviço de transmissão está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Programa de Integração Social (PIS) à alíquota de 9,25%; • Reserva Global de Reversão (RGR) quotas anuais definidas com base em 2,5% do investimento "pro rata tempore", observado o limite de 3,0% das receitas da concessionária. É usada para financiar a reversão, encampação, expansão e melhoria do serviço público de energia elétrica, para financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, para estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei nº 12.431, de 2011, a vigência deste encargo, cuja extinção estava prevista para o final do exercício de 2010, foi prorrogada até 2035; • Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) mensal fixado pelos Despachos emitidos pela ANEEL; • As concessionárias e permissionárias de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida, apurada de acordo com o dispositivo no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme Lei nº 14.120/21 e Resolução Normativa ANEEL nº 998/20. Esses encargos são apresentados como deduções da receita de uso do sistema de transmissão na demonstração do resultado. **6.13. Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica ativos e passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e, outros passivos financeiros. a) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento: A Companhia reconhece os ativos e passivos financeiros na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo ou passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. b) Ativos financeiros não derivativos - mensuração: Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, quando aplicável, são reconhecidos no resultado do exercício. c) Passivos financeiros não derivativos - mensuração: Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício. Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. **6.14. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Matrincha, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. IFRS 17 - Contratos de seguro: Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituiu a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável). • Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica à Companhia. Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante: Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação. • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis: Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Guaraciaba . Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis: Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

7. Caixa e equivalentes de Caixa	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Caixa e Bancos conta movimento	12.835	9.227
Aplicação financeira - CDB Banco Bradesco	10.447	48.940
Aplicação financeira - CDB Banco ABC	3.149	12.376
Aplicação financeira - CDB Banco XP	30.005	-
	56.436	**70.543**

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as aplicações financeiras referentes a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) foram remuneradas à taxa média de 101,83% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

8. Contas a receber de clientes	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Vencidos acima de 120 dias	867	227
Vencidos de 61 a 120 dias	19	1
Vencidos até 60 dias	29	6
A vencer	13.369	10.784
	14.284	**11.018**

Os faturamentos mensais são efetuados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), com três vencimentos, nos dias 15, 25 do mês subsequente e 05 do mês posterior a este. A administração entende que não é necessária a contabilização da provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes, pois, no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da fiança bancária fornecida pelos usuários do Sistema de Transmissão no âmbito do Contrato de Utilização do Sistema de Transmissão (CUST). Cabe esclarecer, que os débitos contabilizados vencidos acima de 120 dias têm sua exigibilidade suspensa por decisão judicial enquanto os usuários discutem sua aplicabilidade com o ONS. **9. Ativo de contrato:** A seguir é apresentada a composição do Ativo de Contrato da Companhia:

	31/12/2022	**31/12/2021**
Serviços de construção	2.009.215	1.722.127
Amortização do ativo de contrato	(449.498)	(361.460)
Total líquido	**1.559.716**	**1.360.667**
Circulante	112.039	83.505
Não circulante	1.447.677	1.277.162
Total	**1.559.716**	**1.360.667**

10. Caixa restrito: O saldo representa o valor acumulado nas contas reservas do BNDES e das Debêntures, apresentado em garantia ao Contrato de Financiamento firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e conforme previsto na Escritura de Segunda Emissão de Debentures da Companhia. O mecanismo de preenchimento destas contas reservas segue estritamente as condições previstas nos instrumentos contratuais, sendo ajustado periodicamente conforme apuração realizada pelo banco administrador e pelos financiadores. A totalidade do saldo está aplicada em CDB ou em fundos de investimento lastreado em títulos públicos federais, conforme previsão contratual. Conta de Complementação de ICSD registra o montante equivalente à diferença monetária entre o índice apurado pela Companhia e o valor equivalente ao ICSD mínimo de 1,2 na data-base. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apurou ICSD de 1,3, além de estar cumprindo integralmente as demais obrigações previstas no Contrato de Financiamento do BNDES e na Escritura de sua Segunda Emissão de Debêntures. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo do Caixa Restrito está composto conforme segue:

	31/12/2022	**Movimentação**	**31/12/2021**
Pagamento Debentures	18	18	-
Reserva de Debêntures	9.807	2.687	7.120
Reserva de BNDES	13.661	1.093	12.568
	23.486	**3.798**	**19.688**

	31/12/2022	**31/12/2021**
Circulante	18	1.823
Não circulante	23.468	17.865
	23.486	**19.688**

11. Almoxarifado	**31/12/2022**	**Movimento**	**31/12/2021**
Almoxarifado de Manutenção e Operação	16.567	-446	17.013
	16.567	**-446**	**17.013**

12. Impostos e contribuições sociais retidos	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Imposto de renda retido na fonte	12	23
Contribuição social	12	23
Pis/Cofins/CSLL	15	9
Pis/Pasep	207	163
Cofins	961	760
INSS retido a recolher	13	77
ICMS	3	-
ISS	431	417
	1.654	**1.472**

13. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2021	**Juros Apropriados**	**Amortização de Juros**	**Amortização de Principal**	**31/12/2022**
BNDES Subcrédito A	313.623	26.622	(24.445)	(24.348)	291.452
BNDES Subcrédito B	13.156	1.069	(978)	(1.039)	12.208
BNDES Subcrédito C	1.560	98	(87)	(134)	1.437
	328.339	**27.789**	**(25.510)**	**(25.521)**	**305.097**

	31/12/2022	**31/12/2021**
Circulante	30.051	27.196
Não circulante	275.046	301.143
	305.097	**328.339**

Em 28 de setembro de 2016, foi assinado um Contrato de Financiamento com o BNDES, no valor total de R$ 440.000 . Os recursos destinados a este investimento foram postos à disposição da Companhia, sob a forma de três subcréditos: Subcrédito "A": No valor de R$ 420.000 providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,42% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a partir da data de liberação dos recursos. Este subcrédito foi liberado em sua totalidade. O montante apurado foi capitalizado trimestralmente, no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, no período compreendido entre o dia 15 subsequente à formalização deste contrato e 15 de janeiro de 2017. O principal da dívida deve se pago ao BNDES em 168 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de fevereiro de 2017 e a última em 15 de janeiro de 2031. Subcrédito "B": No valor de R$ 17.854 providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,02% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a partir da data de liberação dos recursos. Este subcrédito foi desembolsado em sua totalidade. O montante apurado foi capitalizado trimestralmente, no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, no período compreendido entre o dia 15 subsequente à formalização deste contrato e 15 de janeiro de 2017. O principal da dívida deve se pago ao BNDES em 168 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de fevereiro de 2017 e a última em 15 de janeiro de 2031. Este subcrédito foi desembolsado em sua totalidade. Subcrédito "C": No valor de R$ 2.200 providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incidirá a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a partir da data de liberação dos recursos. Este subcrédito é destinado a investimentos sociais não contemplados no licenciamento ambiental e/ou nos programas socioambientais do Projeto Básico Ambiental. O principal desta dívida é pago ao BNDES em 151 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de agosto de 2021 e a última em 15 de fevereiro de 2034. Em 31 de dezembro de 2021 já haviam sido desembolsados R$ 1.593 deste subcrédito C. Em 31 de dezembro de 2022, o cronograma de vencimento dos empréstimos está detalhado a seguir:

	2023	**2024**	**2025**	**2026 até o fim do contrato**	**Total**
BNDES Subcrédito A	28.710	48.793	48.793	165.156	291.452
BNDES Subcrédito B	1.201	2.017	2.017	6.973	12.208
BNDES Subcrédito C	140	221	221	855	1.437
Total	**30.051**	**51.031**	**51.031**	**172.984**	**305.097**

Cláusulas restritivas (Covenants): Conforme contrato de financiamento junto ao BNDES, a Companhia deve apresentar anualmente Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) maior ou igual a 1,2 e Índice de Capital Próprio igual ou superior a 20%. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia estava e conformidade com as suas claúsulas restritivas. A mensuração do cálculo é realizada anualmente, na data base do exercício: *Principais cláusulas restritivas do BNDES:* Manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente e demais órgãos fiscalizadores de aspectos socioambientais, durante o período de vigência deste Contrato; Informar ao BNDES sobre a existência de qualquer ação ou decisão judicial, processo, procedimento ou decisão administrativa relacionada ao projeto, especialmente quanto aos aspectos ambientais e/ou sociais, no prazo de 3 dias úteis a contar da data em que a beneficiaria teve conhecimento da existência de tal ação ou decisão judicial, processo, procedimento ou decisão administrativa; e Adotar, durante o período de vigência deste Contrato, as medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pelo projeto de que trata a Cláusula Primeira (Natureza, Valor e Finalidade do Contrato). **14.Debêntures:** Além do contrato de financiamento com BNDES, em 2018 a Companhia emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única para distribuição com esforços restritos, conforme ICVM 476, tendo a liquidação ocorrido em 03 de outubro de 2018. A emissão ocorreu nos termos da Lei 12.431/11, conforme alterada, tendo em vista o enquadramento do Projeto pelo Ministério de Minas e Energia (MME). As debêntures possuem as seguintes características: • Oferta: 2ª Emissão de Debêntures, não conversíveis em ações via ICVM nº 476/09 (Lei 12.431); • Código do ativo registrado na CETIP: TPSU12; • Valor nominal unitário: R$1.000 (um mil reais) na data da emissão; • Data de emissão:15/07/2018; • Pagamento: Semestral, sendo a 1ª amortização em 15/06/2019; • Data de vencimento: 15/12/2030; • Quantidades de debêntures emitidas: 118.000; • Volume da Serie: R$ 118.000.000,00. • Tipo de Remuneração: IPCA; • Taxa de Juros/Spread: 7,3870% a.a.; • Garantias compartilhadas com o BNDES. A seguir é apresentada a movimentação das debêntures:

	31/12/2021	**Juros Apropriados**	**Amortização de Juros**	**Amortização de Principal**	**Custo de transação a amortizar**	**31/12/2022**
Debentures	136.601	18.007	(10.274)	(7.472)	-	136.862
Custo de transação	(2.097)	-	-	-	(420)	(2.518)
	134.504	**18.007**	**(10.274)**	**(7.472)**	**(420)**	**134.345**

As debêntures estão segregadas conforme abaixo:

	31/12/2022	**31/12/2021**
Circulante	12.210	7.333
Não circulante	122.135	127.171
	134.345	**134.504**

Em 31 de dezembro de 2022, o cronograma de vencimento das Debêntures está detalhado a seguir:

	2023	**2024**	**2025**	**2026 até o final do contrato**	**Total**
Debêntures	12.712	26.201	24.308	73.641	136.862
	12.712	**26.201**	**24.308**	**73.642**	**136.862**

As debêntures possuem cláusulas restritivas "covenants" financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida de no mínimo 1,2, a partir de 31/12/2019, e Índice de Capital Próprio igual ou superior a 20% durante toda a sua vigência. Em 31 de dezembro de 2022 todas as cláusulas restritivas estabelecidas no contrato de financiamento foram cumpridas pela Companhia. **15. Provisão para contingências e passivo contingente:** A Companhia, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis. As provisões realizadas são relacionadas, em especial, a: (i) Causas Trabalhistas, que são referentes a ações movidas por ex-empregados de empreiteiros e empresas terceirizadas (pleiteando a responsabilidade subsidiária da companhia), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras; (ii) Servidões Administrativas e (iii) Ação Indenizatória, que ocorre quando há divergência entre o valor avaliado pela Companhia para pagamento e o pleiteado pelo proprietário e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (espólios com inventários em andamento, propriedades sem matrículas, entre outras). Decorrem também da intervenção no uso do capital de terceiros, seja na qualidade de confrontante, seja no caso de imóvel onde há áreas de servidão de passagem, a fim de preservar os limites e confrontações das faixas de servidão.As contingências provisionadas estão classificadas conforme abaixo:

	31/12/2022	**31/12/2021**
Trabalhistas	313	259
Civil	1.323	1.657
	1.636	**1.916**

As contingências com prognóstico de perda possível estão classificadas conforme abaixo:

	31/12/2022	**31/12/2021**
Trabalhistas	1.842	1.947
Tributaria	7.348	5.627
Cível	79.155	8.923
	88.345	**16.497**

Os valores de servidão referem-se a disputa entre as partes estando as ações parcialmente garantidas mediante depósitos judiciais. Adicionalmente ao exposto acima, cabe ressaltar que a Companhia é parte em uma arbitragem. A perda é classificada como possível, pois os prognósticos de êxito nestes casos são difíceis de prever, tendo em vista o caráter iminentemente técnico da grande maioria dos os pleitos em discussão, que será analisado por um perito escolhido pelas partes. Além disso, a decisão do tribunal de arbitragem deverá levar em conta, além dos pedidos da requerente, os valores de reconvenção apresentados pela Companhia, sendo precipitado neste momento a avaliação dos valores envolvidos em eventual sentença desfavorável à Companhia. Desta maneira, a Companhia ainda não considera qualquer montante para estes casos nos valores classificados como perda possível. **16. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social são apurados respectivamente com base no Lucro Real/Prejuízo Fiscal e Base Negativa. Foram apurados considerando a avaliação feita pela administração com base nos fluxos de caixa futuros e testes de recuperabilidade dos investimentos que indicaram que a Companhia terá rentabilidade para compensar os prejuizos fiscais acumulados. O valor do passivo diferido refere-se a diferenças temporárias apuradas com base na remuneração do ativo de contrato.

Ativo Diferido Descrição	**Base de cálculo**	**IR - 25%**	**CSLL - 9%**	**Total**
Saldo em 31/12/2021		62.537	22.512	85.049
Adições 2022		-	-	-
Amortização	**(7.536)**	(2.631)	(948)	(3.578)
Saldo em 31/12/2022		**59.906**	**21.564**	**81.470**
Passivo Diferido				
Saldo em 31/12/2021		118.831	42.831	161.662
Adições 2022	105.780	23.102	25.092	48.194
Compensação	(5.772)	(5.929)	(19.141)	(25.070)
Saldo em 31/12/2022		**136.004**	**48.782**	**184.786**
Líquido em 31/12/2022		**76.098**	**27.217**	**103.315**
Líquido em 31/12/2021		**56.294**	**20.319**	**76.613**

Passivo Corrente Descrição	**Base de cálculo**	**IR - 25%**	**CSLL - 9%**	**Total**
Saldo em 31/12/2021		872	330	1.202
Adições 2022	10.996	8.502	3.158	11.660
Pagamentos	(8.884)	(6.340)	(2.395)	(8.735)
Compensação	(3.904)	(2.685)	(948)	(3.633)
Saldo em 30/09/2022		**349**	**145**	**494**

Resultado	**01/01/2022 a 31/12/2022**	**01/01/2021 a 31/12/2021**
Imposto de renda diferido passivo	**(14.504)**	**(15.013)**
Imposto de renda corrente	**(8.502)**	**(4.507)**
	(23.006)	**(19.520)**
Contribuição social diferido passivo	**(5.221)**	**(5.405)**
Contribuição social corrente	**(3.158)**	**(1.666)**
	(8.379)	**(7.071)**
Líquido	**(31.385)**	**(26.591)**

17. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 733.832.303,00 (setecentos e trinta e três milhões, oitocentos e trinta e dois mil, trezentos e três reais) dividido em 733.832.303 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R$1,00 cada, pela State Grid Brazil Holding S.A. e Copel Geração e Transmissão S.A., na proporção de 51% e 49%, respectivamente. A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

State Grid Brazil Holding S.A.	**374.254**
Copel Geração e Transmissão S.A.	**359.578**
Total	**733.832**

b) Reserva legal: A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações. c) Dividendos: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nº 6.404/76. Em dezembro de 2020, seguindo o disposto no parágrafo 3º do artigo 40 do estatuto social da Companhia, a Administração considerou prescritos os dividendos não reclamados nos três anos anteriores, incorporando-os à reserva de lucros retidos. Em 30 de abril de 2021 os acionistas, reunidos em Assembléia Geral, rejeitaram a prescrição de dividendos proposta pela Administração e determinaram a reversão dos valores correspondentes a rubrica de dividendos a pagar. A Companhia reverteu o lançamento desses dividendos na demonstração das mutações do patrimônio líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia destinou o valor de R$12.144, equivalente a 25% do lucro líquido ajustado após a destinação de 5% para reserva legal, para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, sendo R$ 0,016549 para cada ação do capital social. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia destinou o valor de R$ 46.464, equivalente a 25% do lucro líquido ajustado após a destinação de 5% para reserva legal, para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, sendo R$ 0,063317 para cada ação do capital social. d) Reserva de retenção de lucros: A Companhia destinou para a conta de Reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes após o cálculo da reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios.

18. Receita operacional líquida	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Receita de Construção (a)	38.349	8.927
Remuneração dos ativos de contrato	108.115	100.255
Receita de Operação e Manutenção	33.194	35.110
Receita operacional bruta	**179.658**	**144.292**
Deduções da receita operacional		
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(1.099)	(1.019)
Reserva global de reversão - RGR	(3.183)	(2.945)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE	(443)	(390)
Pis	(2.160)	(1.944)
Cofins	(9.948)	(8.954)
Total receita operacional líquida	**162.825**	**129.040**

(a) Início da implantação de um banco de reatores na subestação de Marimbondo (MG) conforme Resolução Autorizativa ANEEL(REA) 9693/2021.

19. Custo de construção	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Edificações e obras civis	(10.884)	(649)
Máquinas e equipamentos	(13.480)	(999)
Serviços de terceiros	(1.219)	(533)
Adiantamentos a fornecedores	(1.445)	(2.771)
Deposito Judicial	-	(216)
Total	**(27.028)**	**(5.168)**

20. Custo de operação e manutenção	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Pessoal	(4.278)	(4.056)
Materiais	(900)	(680)
Serviços de terceiros	(4.505)	(3.919)
Arrendamentos e aluguéis	(1.008)	(587)
Seguros	(636)	(1.570)
Doações, contribuições e subvenções	-	(12)
Tributos	(148)	(378)
Recuperação de despesas	186	-
Total	**(11.289)**	**(11.202)**

21. Despesas Administrativas	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Pessoal	(3.108)	(2.753)
Materiais	(11)	(3)
Serviços de terceiros	(1.923)	(1.315)
Arrendamentos e aluguéis	(67)	(235)
Seguros	(9)	(15)
Doações, contribuições e subvenções	(274)	(100)
Contingencia	2.906	2.364
Tributos	-	(7)
Depreciação	(335)	(18)
Amortização	(183)	
Outras Receitas	146.516	888
Outras Despesas	-	10.380
Total	**143.512**	**9.186**

(a) Aumento relevante neste grupo se dá pelo reconhecimento a valor presente em R$ 146.516 referente a atualização da RAP para o ciclo 2022/2023 conforme moldes e premissas do projeto. (Aneel - Resolução homologatoria Nº 3.050, de 21 de junho de 2022), (CVM - OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SE

GUARACIABA TRANSMISSORA DE ENERGIA (TPSUL) S.A

CNPJ: 15.286.437/0001-00

3/3

esses riscos. A Administração define o apetite para riscos em contextos e situações específicas e acompanha cumprimento do plano de gerenciamento de riscos, revisando sua estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia. O gerenciamento de riscos é feito também com base nas políticas dos acionistas da Companhia. Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados e as estratégias de gerenciamento adotadas. a) Riscos de crédito: É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. As operações que sujeitam a companhia ao risco de crédito decorrem principalmente de caixa e equivalentes de caixa, bem como de exposições de crédito a clientes, conforme apresentado a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	56.436	70.543
Conta a receber	14.284	11.018
Caixa restrito	23.486	19.688
	94.206	**101.249**

• Caixa e equivalentes de caixa: Representado pelo valor mantido em contas bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata. A política de abertura de contas bancárias e aplicações financeiras restringe o relacionamento com instituições bancárias com rating mínimo de AA+. As aplicações devem ser feitas predominantemente em CDB. Contas a receber: A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando o baixo risco de inadimplência de seus clientes. O Contrato de Uso do Sistema de Transmissão ("CUST"), celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: "Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão." São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i i) Carta de Fiança Bancária - CFB e ii) Contrato de Constituição de Garantia - CCG. As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir: • Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores. • As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários. • Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. • No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário - CFB. • Caixa restrito: Representado pelo valor acumulado nas contas reservas do BNDES e das debêntures, apresentada em garantia ao contrato de financiamento firmado com o Banco. Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e conforme previsto na Escritura de Segunda Emissão de Debentures da Companhia. b) Risco de mercado: A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros e índices de preços. A Companhia não enxerga necessidade em fazer hedge para se proteger desses riscos, tendo em vista que na fase atual de Operação e Manutenção não há exposição a variações de preços de *commodities* e seus contratos têm índice de reajuste em linha com reajuste da receita. Porém esses riscos são monitorados periodicamente pela Administração. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou em quaisquer outros ativos de riscos. • *Risco de taxa de juros*: Refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

Instrumentos financeiros por indexador	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações financeiras - CDB-DI	43.601	61.316

Dessa forma, eventual desvalorização nas taxas de juros poderá impactar negativamente o resultado da Companhia. *Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras:* A Companhia está exposta ao risco de variação das taxas de juros dos instrumentos financeiros em aberto ao fim do período deste relatório. Para elaboração da análise de sensibilidade, considera-se a curva histórica dos índices econômicos, bem como projeções divulgadas por entes com reconhecimento de mercado. Para aplicações financeiras, a política de investimentos da companhia restringe-se a instrumentos de renda fixa, estando sua exposição atrelada principalmente ao risco de variação do CDI, porém somente em relação aos ganhos financeiros, não havendo impacto nas contas de ativo. *Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - financiamentos:* Com relação aos empréstimos e financiamentos, a exposição da companhia está relacionada à variação da TJLP, indexador do Contrato de Financiamento com o BNDES, e ao IPCA, indexador da Segunda Emissão de Debêntures. As projeções indicativas para a variação da TJLP nos próximos meses não trazem alterações materialmente relevantes para o total de despesas financeiras da companhia no próximo período. As variações do IPCA são capturadas no reajuste anual da RAP, rebalanceando o fluxo de caixa da Companhia e por isso, eventual aumento na despesa financeira seria acompanhado em aumento da Receita de Serviços, ainda que em momentos diferentes. • *Risco de inflação* - A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, a Companhia poderia não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados. c) Riscos operacionais: Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. • Risco técnico - A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, eventos decorrentes de caso fortuito ou força maior podem causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, a Companhia pode ter seu caixa impactado pelos custos necessários para o reestabelecimentodas instalações às condições de operação, ainda que não haja desconto da Parcela Variável de Indisponibilidade (PVI), decorrente de eventuais indisponibilidades de suas Linhas de Transmissão. A Companhia mitiga o risco de perda de ativos mediante a contratação de cobertura securitária para a totalidade dos ativos de transmissão. • Riscos regulatórios - A Companhia está sujeita a extensa e complexa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente. • Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura - Caso a Companhia, por determinação regulatória, necessite expandir os seus negócios com a construção de novas instalações de transmissão poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Ainda assim, qualquer novo investimento aprovado pelo Poder Concedente será remunerado por incremento da RAP. O risco de atrasos na construção de novas instalações pode estar ligado ao fato de a Companhia depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, estar sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso relevante nos resultados da Companhia. Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, a Companhia tem à disposição poucos fornecedores. • Risco de seguros - A Companhia contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil contra terceiros para suas linhas de transmissão e subestações. A Companhia adota critérios na contratação dos seguros com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, contratando cobertura para a totalidade de seu ativo e limitando os valores de indenização com base em estudos de perda máxima provável, resultando em elevados níveis de cobertura securitária.

23.1. Categorias de instrumentos financeiros

Ativos financeiros	Categoria
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado
Caixa restrito	Valor justo por meio do resultado
Contas a Receber	Valor justo por meio do resultado
Passivos financeiros	
Fornecedores	Outros passivos financeiros
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros
Debêntures	Outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil. Classificações contábeis e valores justos: No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos: • Caixa e equivalentes de caixa - contas correntes e aplicações financeiras conforme posição dos extratos bancários. • Caixa restrito - representado pelo valor acumulado nas contas reservas do BNDES e das Debêntures. • Empréstimos e financiamentos - a Companhia considera que os valores justos para o financiamento do BNDES são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis. • Debêntures - a Companhia considera que os valores justos para as debêntures são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis. Hierarquia do valor justo: • Nível 1 - Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços). • Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Todos os instrumentos financeiros registrados e classificados pela Companhia a valor justo por meio do resultado foram classificados no nível 2. Não houve instrumentos financeiros alocados aos Níveis 1 e 3, nem ocorreram transferências de níveis no período observado. Gerenciamento do capital: A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do setor e do mercado, e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários. **24. Cobertura de seguros:** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Na data de fechamento deste relatório, a cobertura de seguros era como abaixo:

	Vigência		Limite máximo de indenização	
Tipo de seguro	**Inicio**	**Fim**		**Apólice**
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	11/05/2022	11/05/2023	R$20.000	1001000001990
Riscos Operacionais	16/05/2022	16/05/2023	R$150.000	1001800001776
Responsabilidade Civil	12/04/2022	12/04/2023	R$10.000	1651003892512

25. Transações com partes relacionadas: a) Remuneração de Administradores: Até 31 de dezembro de 2022 o total destinado à remuneração dos Conselheiros e Administradores foi de R$ 863 (R$ 758 em 31 de dezembro de 2021).

b) Remuneração de Administradores

Partes relacionadas	Natureza contábil	Natureza da operação	31/12/2022	31/12/2021
Passivo				
State Grid Brasil Holding - Aluguel	Fornecedores	Aluguel		369
Itumbiara Transmissora de Energia	Fornecedores	Custo de O&M	77	-
		Total	77	369
Dividendos a pagar				
Copel Geração e Transmissão S.A	Dividendos	Dividendos	50.895	27198
State Grid Brazil Holding	Dividendos	Dividendos	51.076	28.309
			101.971	55.507

Partes relacionadas	Natureza contábil	Natureza da operação	31/12/2022	31/12/2021
Resultado (Despesas)				
State Grid Brasil Holding - Aluguel	Custos administrativos	Aluguel	168	409
Itumbiara Transmissora de Energia S.A	Custo Operacional	Custo O&M	879	797
			1047	**1206**

Xi Zongyue - Diretor Presidente / Financeiro Carlos Eduardo Moscalewsky - Diretor Técnico / Meio Ambiente Rodrigo Lopes Domingues - CRC-RJ-123588/0

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Mensuração do ativo de contrato:** Conforme divulgado na Nota 4.a) às demonstrações financeiras, a Companhia avalia que, mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo do ativo de contrato da Companhia é de R$ 1.559.716 mil. O reconhecimento do ativo de contrato e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada, ou inexistência de margens de lucro esperada, em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; ii) análise da existência ou não de margem nos contratos; iii) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; iv) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; e v) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a mensuração do ativo de contrato e da receita de construção e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida pela legislação societária brasileira para companhias de capital fechado, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.: **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-SP015199/O - Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O

Rio de Janeiro

OUTONO: Sol com nuvens de manhã. Pancadas de chuva à tarde e à noite.

Manhã | Tarde | Noite | 30º | 21º | 85% | 06:03 | 17:45

CONCESSÃO

Parque da Catacumba 'é da iniciativa privada'

Foi assinado na quarta-feira passada com a presença do prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, e da secretária de Ambiente e Clima, Tainá de Paula, o contrato de concessão do Parque da Catacumba, na Lagoa Rodrigo de Freitas, zona sul da cidade. A empresa vencedora da licitação foi a Lagoa Aventuras, que já atua no local como permissionária há 15 anos.

Segundo a prefeitura, a concessão é um avanço para a manutenção dos parques na cidade. "Esse é o projeto piloto de uma série de outros parques que queremos inovar, não só no processo de concessão, mas também na coparticipação dos moradores e dos usuários. Compreendemos que a concessão, mantendo o acesso gratuito, é fundamental", disse Tainá.

Com valor total de investimentos de R$ 2 milhões, a empresa fará melhorias e a gestão do parque por 25 anos.

Segundo Gabriel Werneck, proprietário da Lagoa Aventuras, "o parque irá passar por uma total revitalização, com implantação de novos equipamentos e atividades". Entre as novidades, estão previstas uma nova tirolesa, com 350 metros, reforma e manutenção dos equipamentos de turismo de aventura existentes, a instalação de um restaurante e o retorno do estacionamento, que hoje se encontra fechado.

O acesso ao parque permanece gratuito, somente as instalações para atividades de aventura serão pagos, como rapel, tirolesa e parede de escalada. De acordo com Werneck, as primeiras obras previstas são a abertura do estacionamento e os serviços de alimentação. "Já as novas instalações e atividades devem ficar prontas no segundo semestre, devido à necessidade de projetos mais elaborados".

A concessionária também terá obrigações com todos os cuidados do parque, zeladoria, manutenção e paisagismo, serviços que eram feitos pela prefeitura.

ROMBO

TJ-RJ barra decisão a favor de credores da Americanas

O desembargador José Carlos Maldonado de Carvalho, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, suspendeu na quarta-feira passada decisão que beneficiava credores da Americanas ao esticar o prazo para execuções de dívidas da varejista.

A decisão havia sido obtida em ação movida pelo Banco Safra e estabeleceu o dia 19 de janeiro como data limite para as execuções, anulando liminar concedida à varejista garantindo proteção contra credores a partir do dia 13 de janeiro.

Com a decisão, o Safra tentava recuperar R$ 95 milhões emprestados à Americanas. O banco é um dos maiores credores da varejista, com um total de R$ 2,5 bilhões a receber. Ao todo, a varejista deve R$ 19,5 bilhões a bancos privados.

Na liminar de quarta-feira, o desembargador Carvalho proíbe o levantamento de valores que tenham sido liberados pela decisão anterior. Ele justificou a liminar alegando risco de dano irreversível.

A proteção contra credores foi obtida pela empresa logo após o anúncio da descoberta de inconsistências contábeis de R$ 20 bilhões em seu balanço, como uma espécie de antecipação de efeitos de um processo de recuperação judicial.

Segundo o desembargador, essa medida visava a sobrevivência da Americanas e o êxito da recuperação da companhia.

Na ocasião, diz ele, "anunciava-se um estado pré-falimentar que recomendava a antecipação de alguns dos efeitos da recuperação judicial, sobretudo diante do enorme vulto de acionistas, clientes, fornecedores e empregos envolvidos no negócio".

"Esse cenário ainda aparenta perdurar", conclui o desembargador.

Desde o anúncio das inconsistências contábeis, a Americanas vive batalhas judiciais contra os bancos. O próprio Safra já havia ido à Justiça para tentar impedir o pagamento imediato a credores trabalhistas e pequenos fornecedores, uma das medidas anunciadas após proposta de capitalização da companhia.

Santander e Bradesco brigaram também na Justiça para ter acesso a e-mail de executivos da companhia com o objetivo de produzir provas de que houve fraude em sua gestão.

No fim de março, pouco antes da apresentação do plano de recuperação judicial, porém, um dos credores mais firmes, o BTG Pactual, começou a baixar as armas e pediu a suspensão na tramitação de sete recursos na Justiça do Rio de Janeiro contra a varejista.

No início de abril, o trio de bilionários brasileiros Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Beto Sicupira, donos da empresa de private equity 3G e acionistas de referência da Americanas, acenou com um aporte de R$ 12 bilhões na varejista para tentar contornar a crise.

Um aporte significativo para cobrir parte do rombo era exigência dos bancos desde que o escândalo veio à tona, em janeiro. Eles começaram exigindo R$ 16 bilhões, mas alguns já estavam aceitando R$ 12 bilhões.

O Banco Safra disse que "não comenta assunto sub-judice".

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

CNPJ: 15.286.382/0001-39

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, apresentamos a seguir o Relatório da Administração, com as principais informações relativas ao exercício de 2022, em conjunto com as Demonstrações Financeiras auditadas e elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, as quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. para a sociedade, parceiros, investidores e clientes. **EXERCÍCIO 2022: 1. Perfil da Companhia:** A Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. ("Companhia"), Companhia privada, de capital fechado, foi constituída em 14 de março de 2012 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, nº 955, sala 1101 (parte), Centro, Rio de Janeiro - RJ. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) e tem como objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia. A Companhia sagrou-se vencedora do Lote A do Leilão de Transmissão nº 02/2012, realizado pela ANEEL em 09 de março de 2012, cujo Contrato de Concessão nº 012/2012 foi assinado em 10/05/2012. O Lote A é composto por três linhas de transmissão, Paranaíta – Claudia – Paranatinga – Ribeirãozinho, com total de 1.005 km de extensão, e por três subestações, Paranaíta, Claudia e Paranatinga, todas as instalações no Estado do Mato Grosso. A RAP ajustada para o ciclo de 2022/2023 é de aproximadamente R$ 260 milhões. **2. Gestão:** A atuação da Administração tem enfoque na busca por eficiência nas operações, na segurança de todos os envolvidos, na responsabilidade social, na maximização da rentabilidade das acionistas e em sustentabilidade econômica. **3. Governança Corporativa:** A Companhia possui estrutura de governança composta pela Assembleia de Acionistas, pelo Conselho de Administração, pela Diretoria, pelo Conselho Fiscal e pelo Comitê de Ética e Conduta. Suas práticas são pautadas pelos princípios gerais da boa governança corporativa, da equidade, da prestação de contas corporativa, da transparência e da responsabilidade, e regradas de forma específica pelo Estatuto Social, pelo Acordo de Acionistas, pelas Regras de Governança Corporativa, pelo Código de Ética, pelo Código de Conduta e pela Política de Proteção de Dados. A gestão de pessoas pela Companhia conta com regramento por políticas e regulamentos dirigidos a diversos tópicos, a exemplo da Política de Recrutamento e Seleção, do Procedimento de Aplicação de Ações Disciplinares, do Procedimento de Treinamento e Desenvolvimento, do Regulamento de Salários e Benefícios e do Procedimento de Rescisão de Contrato de Trabalho, entre outros. **4. Desempenho Operacional** Desde 2019, a Companhia assumiu integralmente as atividades de Operação e Manutenção (O&M), com o objetivo de maximizar a sua eficiência operacional, mantendo apenas terceirizado o Centro de Operações – COS, cujo serviço é prestado pela Itumbiara Transmissora de Energia S.A., subsidiária integral da acionista State Grid Brazil Holding. Vale destacar que em 2022 a Companhia foi muito bem-sucedida em desafios importantes, com o objetivo de aumentar a confiabilidade operacional em deixar de lado a segurança das pessoas envolvidas, o cronograma de execução das atividades e o impacto financeiro. Um destes exemplos foi a completa substituição de noventa e três transformadores de corrente de forma preventiva, visando reduzir o índice de indisponibilidade dos ativos de transmissão. Outro evento de destaque foi a conclusão dos requisitos mínimos de manutenção, atividades de manutenção adicionais que devem ser executadas a cada seis anos de operação. Tais atividades foram executadas pelo time próprio da Matrinchã, com cerca de apenas 25% dos custos inicialmente previstos e sem nenhum acidente, além da economia de cerca de R$ 300 mil em parcela variável e custos com serviços corretivos. Por fim, a Companhia destaca o reforço estrutural em cento e oitenta e cinco torres estaiadas nas regiões de Paranatinga, Nova Ubiratã e Boa Esperança, região conhecida pela incidência de fortes ventos e onde ocorreram sinistros nos últimos anos. Abaixo, é possível observar índices de indisponibilidade apurados pela Matrinchã: • Índice PV/RAP técnico da MTE, no exercício 2022, se consolidou em 0,31%. • Índice Disponibilidade das LTs, no exercício de 2022, se consolidou em 99,80% **5. Desempenho Econômico-Financeiro:** • Em 2022, a Receita Operacional Liquida totalizou R$231,2 milhões, redução de 4,4% em relação a 2021. • Em 2022, não houve receita de construção igualmente ao exercício de 2021. • No exercício de 2022, a Receita de Operação e Manutenção somou R$ 66,1 milhões, uma redução de 20% em relação aos R$ 82,7 milhões de 2021. • A Receita de Remuneração dos Ativos da Concessão consolidada somou R$ 201,9 milhões em 2022, aumento de 5,27% comparado ao ano de 2021 com somatório de R$ 191,8 milhões. • As Deduções da Receita Operacional atingiram R$ 36,8 milhões em 2022, um aumento de 12,5% em relação aos R$ 32,7 milhões no ano de 2021. • As despesas administrativas e os custos de O&M em 2022 alcançaram R$ 26,2 milhões, uma redução de 7,22% em relação aos R$ 28,2 milhões de 2021. • As principais variações nos custos e despesas se devem (i) ao reconhecimento de créditos extemporâneos de PIS e Cofins em 2021 no valor de R$ 3,8m; (ii) custos adicionais com programas de compensação ambiental em 2021 que não se repetiram em 2022 (R$ 2,5m); compensados parcialmente por (iii) custos adicionais em 2022 para fazer frente aos requisitos mínimos de manutenção exigidos pela regulação a cada seis anos. • As principais variações em outras receitas e despesas em 2022 tratam-se do reconhecimento dos efeitos da Revisão Tarifária em R$ 326,7 milhões, explicado de forma mais detalhada na sequência deste relatório, e do reconhecimento dos custos para substituição dos transformadores de corrente no valor de R$ 8,4 milhões, visando mitigar explosões nestes equipamentos que possam provocar incidência relevante de desconto financeiro de parcela variável por indisponibilidade de equipamento. • O resultado financeiro atingiu R$ 59,5 milhões em 2022 frente a R$ 83,3 milhões registrados em 2021. Em 2021, houve a 3ª emissão de Debêntures, não conversíveis em ações, no montante de R$ 135 milhões, incluindo custos financeiros associados. Houve também o reconhecimento do valor residual referente à sentença arbitral da qual a Companhia era parte. Por outro lado, em 2022 houve a reversão do custo da dívida apropriado a maior, reduzindo assim a despesa financeira neste exercício. Em relação às receitas financeiras, a Companhia apresentou um desempenho superior em suas aplicações principalmente em função do saldo médio de caixa investido e do aumento da taxa Selic. • O imposto de renda e a contribuição social corrente foram de R$ 12,8 milhões e o diferido de R$ 95,3 milhões em 2022. A alíquota efetiva do imposto de 2022 foi de 23,2%. • O Lucro Líquido em 2022 totalizou R$ 357 milhões, um aumento de 276% em relação ao Lucro Líquido de 2021, de R$ 94,9 milhões, principalmente devido à atualização do valor do ativo de contrato da Companhia. Esta atualização decorre do reconhecimento do ajuste a valor presente das receitas futuras após a homologação da segunda revisão tarifária pela Aneel. • O EBITDA de 2022, foi de R$ 527 milhões e margem de 228%, um aumento de 142% em relação ao EBITDA de 2021, que atingiu R$ 217,7 milhões devido ao fim da Receita de Construção. Excluindo os efeitos do IFRS 15, o EBITDA atingiu R$ 210,2 milhões em 2022 com margem EBITDA de 87,2%, um aumento de 10,7% em relação a 2021, quando o EBITDA foi de R$ 189,8 milhões, principalmente, pelo reajuste da RAP e recebimento da RAP de reforço integralmente, além da redução das despesas administrativas e custo de O&M. • Devido à 3ª Emissão de Debêntures, a dívida bruta consolidada em 31 de dezembro de 2022 somou R$ 708,3 milhões, uma redução de 8,87% em relação ao final de 2021, quando registrou R$ 777,3 milhões, considerando o empréstimo com BNDES e a 2ª e 3ª Emissões de Debêntures da Companhia, todos em fase de amortização. **6. Investimentos:** O plano de investimentos da Companhia envolve iniciativas que ofereçam incremento relevante na taxa de retorno do projeto, aumento da confiabilidade na operação dos ativos de transmissão e investimentos em pesquisa e desenvolvimento. A Companhia realizou investimentos em 2022 da ordem de R$ 15,1 milhões de reais, principalmente na aquisição de equipamentos sobressalentes (R$ 14,3 milhões), investimentos sociais (R$ 0,3 milhão) e investimentos em projetos de pesquisa e desenvolvimento (R$ 0,3 milhão). Para 2023, a Companhia planeja investir R$ 30,8 milhões. Deste montante, (i) R$ 16,8 milhões estão relacionados a novas autorizações recebidas da Agência Nacional de Energia Elétrica com previsão para recebimento de receita adicional; (ii) R$ 13,3 milhões estão relacionados à aquisição de novos equipamentos sobressalentes, ferramental para utilização no plano de manutenção dos ativos de transmissão e outros investimentos relacionados à concessão; e (iii) R$ 0,7 milhão está previsto para aplicação em novos projetos de pesquisa e desenvolvimento. **7. Auditores Independentes:** Com respeito à prestação de serviços relacionados à auditoria externa, a Companhia informa que a EY Auditores Independentes prestou apenas serviços relacionados à Auditoria das demonstrações financeiras do exercício de 2022. A Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Rio de Janeiro, 09 de março de 2023.

A Administração.

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	**136.878**	96.346
Contas a receber	8	**29.343**	24.331
IRPJ e CSLL a recuperar		**3.377**	4.259
Almoxarifado	11	**22.881**	25.938
Caixa Restrito	10	**4.876**	3.986
Ativo de contrato	9	**217.384**	196.659
Outros ativos		**12.379**	15.909
		427.118	**367.428**
Não circulante			
Caixa Restrito	10	**51.401**	43.969
Ativo de contrato	9	**2.903.529**	2.610.804
Imobilizado		**5.646**	2.267
Intangível		**1.390**	179
		2.961.966	**2.657.219**
		3.389.084	3.024.647

Passivo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Fornecedores		**2.009**	3.279
Empréstimos e financiamentos	13	**77.748**	62.087
Debêntures	14	**52.285**	29.725
Salários e encargos		**1.276**	915
Impostos e contribuições sociais	12	**3.148**	3.657
IRPJ e CSLL a recolher		**476**	2.992
Dividendos a pagar		**84.851**	22.561
Outros passivos		**3.709**	2.964
		225.502	**128.180**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	**270.685**	343.464
Debêntures	14	**307.655**	342.061
Provisão para Contingências	15	**425**	1.689
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	**384.086**	280.939
		962.851	**968.153**
Patrimônio líquido			
Capital social	17.a	**1.508.073**	1.508.073
Reserva legal	17.b	**48.909**	31.046
Reserva de incentivos fiscais	17.c	**43.846**	30.370
Reserva de lucros retidos	17.e	**599.903**	358.825
		2.200.731	1.928.314
		3.389.084	3.024.647

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	18	231.190	241.811
Custo de operação e manutenção - O&M	19	(18.295)	(21.656)
Lucro bruto		**212.895**	**220.155**
Despesas operacionais	20		
Pessoal		(3.436)	(2.789)
Serviços de terceiros		(2.740)	(2.509)
Outras Receitas		328.169	3.871
Outras despesas		(10.071)	(1.258)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras e impostos		**524.817**	**217.470**
Receitas financeiras	21	17.546	6.052
Despesas financeiras	21	(77.089)	(89.332)
Resultado financeiro (líquido)		**(59.543)**	**(83.280)**
Resultado antes da tributação		**465.274**	**134.190**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	16	(12.727)	(7.837)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	16	(95.279)	(31.357)
Lucro líquido do exercício		**357.268**	**94.996**

Demonstração do resultado abrangente Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	357.268	94.996
Outros resultados abrangentes		
Total de resultado abrangente do exercício	**357.268**	**94.996**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

		Reservas de lucros				
	Capital social	Legal	Reserva de incentivos fiscais	Lucros retidos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31/12/2020	**1.508.073**	**26.296**	**22.082**	**324.612**	**-**	**1.881.063**
Reversão de Dividendos não reclamados	-	-	-	(25.184)	-	(25.184)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	94.996	94.996
Constituição de reserva legal	-	4.750	-	-	(4.750)	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	8.288	-	(8.288)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(22.561)	(22.561)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	59.397	(59.397)	-
Saldos em 31/12/2021	**1.508.073**	**31.046**	**30.370**	**358.825**	**-**	**1.928.314**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	357.268	357.268
Constituição de reserva legal	-	17.863	-	-	(17.863)	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	13.476	-	(13.476)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(84.851)	(84.851)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	241.078	(241.078)	-
Saldos em 31/12/2022	**1.508.073**	**48.909**	**43.846**	**599.903**	**-**	**2.200.731**

Demonstração do fluxo de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	465.274	134.190
Ajuste para:		
Remuneração do ativo de contrato	(201.929)	(191.835)
Efeito de revisão tarifaria 2022	(326.700)	-
Depreciação	2.248	251
Despesas de juros de empréstimos e debêntures e custos	75.216	84.458
Provisão Contingência	(1.071)	(245)
Atualização de impostos a recuperar	(181)	(111)
Aumento/redução nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	(5.012)	(84)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	1.063	(2.786)
Outros ativos	6.585	(8.167)
Ativo de contrato	215.178	164.074
Fornecedores	(1.270)	(31.180)
Salários e encargos	361	51
Impostos e contribuições sociais	(509)	876
Pagamento Imposto de renda e contribuição social	(7.414)	(259)
Contingência a pagar	(194)	(28)
Outros passivos	789	(719)
Disponibilidade proveniente das atividades operacionais	**222.434**	**148.487**
Pagamento de juros - empréstimos e debêntures	(54.675)	(50.255)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**167.759**	**98.232**
Fluxo de caixa da atividade de investimento		
Caixa Restrito	(8.321)	(4.906)
Aquisição de Imobilizado	(5.627)	(1.651)
Intangível	(1.210)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	**(15.158)**	**(6.557)**
Fluxo de caixa da atividade de financiamento		
Recebimento Debentures	-	127.886
Pagamento de principal - Empréstimos e debêntures	(89.506)	(78.871)
Pagamento de Dividendos	(22.561)	(89.216)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(112.067)**	**(38.636)**
Aumento do caixa e equivalente de caixa	**40.532**	**53.039**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	96.346	43.307
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	136.878	96.346
Aumento do caixa e equivalente de caixa	**40.532**	**53.039**

Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
RECEITA		
Receita	596.361	276.387
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custo	-	-
Serviços	(17.895)	(14.379)
Depreciação	(2.248)	(251)
VALOR ADICIONADO BRUTO	**576.218**	**261.757**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Resultado financeiro	18.402	6.347
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	**594.620**	**268.105**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal		
Remuneração direta	9.888	8.794
Outros benefícios	2.242	1.337
FGTS	567	457
	12.697	**10.588**
Tributos		
Federais	145.865	72.360
Estaduais	1.432	730
	147.297	**73.090**
Remuneração da capital de terceiros		
Arrendamentos e aluguéis	2.298	2.013
Juros	77.089	89.332
Outros	(2.030)	(1.915)
	77.358	89.431
Remuneração da capital próprios		
Lucro do exercício	357.268	94.996
TOTAL	**594.620**	**268.104**

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. ("Companhia"), Companhia privada, de capital fechado, foi constituída em 14 de março de 2012 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - 11º andar, Centro, no Rio de Janeiro. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia foi criada pela State Grid Brazil Holding S.A. ("SGBH"), e pela Copel Geração e Transmissão S.A. ("COPEL GeT"), para atuar na concessão do Lote A objeto do Leilão de Transmissão ANEEL nº 012/2012 ("Leilão"), realizado pela ANEEL. a) Da concessão: A Companhia foi constituída a partir do Consórcio Matrinchã que foi o vencedor do Lote A do Leilão de Transmissão nº 012/2012, realizado pela ANEEL em 09 de março de 2012. O Lote A é composto por três linhas de transmissão, com total de 1.005 KM de extensão, e por três subestações. Todas as instalações são no Estado do Mato Grosso. O Contrato de Concessão nº 012/2012 foi assinado em 10/05/2012, com vigência até 10/05/2042, para a construção e operação das linhas de transmissão Paranaíta - Cláudia - Paranatinga - Ribeirãozinho e das Subestações Paranaíta, Cláudia e Paranatinga. O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica é celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora) e regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, estabelecendo (i) quais os serviços que o operador deve prestar e (ii) os padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede. Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização. A remuneração é regulada através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela receita anual permitida (RAP), parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador, com fator de reajuste anual pelo IPCA em 1° de julho de cada ano. Além disso, há previsão contratual para revisão tarifária no 5°, 10° e 15° anos de vigência a partir da data de assinatura do contrato. A RAP vencedora do Leilão de Transmissão de R$ 126.420, teve acréscimos oriundos de escopos adicionais aprovados mediante as resoluções autorizativas da ANEEL (REA) nº 5050/2015, 5456/2015, 7173/2018, 2895/2021 além de ser reajustada de tempos em tempos tendo sido o último reajuste em julho de 2022 quando a RAP teve reajuste de aproximadamente 22% e chegou, incluindo os reforços, a R$ 262.633. O montante da RAP recebido no exercício de 2021 foi de R$ 246.625. Em outubro de 2015 foram concluídas as obras do ramal que liga a subestação de Claudia até a subestação de Sinop, operada pela Eletronorte, permitindo o início do escoamento da energia produzida na Usina Hidrelétrica (UHE) de Teles Pires, desde a subestação de Paranaíta até a subestação de Claudia e até a subestação de Sinop, conforme REA 5050 de 27 de janeiro de 2015 da ANEEL. Em 23 de janeiro de 2018, a Companhia recebeu do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), o Termo de Liberação Definitivo (TLD) com o indicativo de Operação Comercial Definitivo em 08 de dezembro de 2017, desta forma, encontrando-se apta a receber a RAP em sua integralidade. Em Agosto de 2020 foram concluídas as obras do Novo Ramal Sinop (REA 7173/2018) e em 04 de setembro de 2020, a Companhia recebeu do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), o Termo de Liberação Definitivo (TLD) com o indicativo de Operação Comercial Definitivo em 28 de Agosto de 2020. b) Regime especial de incentivos para o desenvolvimento da infraestrutura (REIDI): A Companhia, por ter projetos aprovados de construção de infraestrutura no setor de energia, obteve a habilitação para operar no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), que concede o benefício fiscal da suspensão da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). c) Licenciamento Ambiental: A Companhia teve sua Licença de Operação (LO), expedida pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA/MT), do Governo do Estado de Mato Grosso, em 29 de julho de 2016, sob número 313167/2016, emitida sem ressalvas. No dia 25 de novembro de 2020 foi emitida e renovação da LO, com validade de cinco anos, ou seja, 25 de novembro de 2025. Todas as condicionantes listadas nesta Licença de Operação e sua renovação estão sendo cumpridas conforme o previsto.: Durante o ano de 2021 a MTE seguiu com o cumprimento das condicionantes da Licença de Operação renovada. Em novembro de 2021 a concessionária assinou junto à SEMA o terceiro termo aditivo ao compromisso de compensação ambiental, definindo os termos de depósito do saldo da compensação. O depósito foi realizado em dezembro de 2021 em conta informada pelo orgão licenciador, tendo sido então cumprido o compromisso da concessionária. Em 26 de maio de 2022 a SEMA/MT publicou em Diário Oficial o extrato do termo de quitação ao processo de compensação ambiental 141300/2013, em razão do cumprimento das obrigações da MTE quanto as medidas compensatórias previstas, tendo a concessionária recebido ampla, geral, irrevogável e irretratável quitação por parte do órgão. d) Efeitos da pandemia de Covid-19 causada pelo Coronavírus (SARS-COV-2): i) *Contexto geral:* A rápida disseminação do vírus SARS-COV-2, comumente chamado de Coronavírus e da doença a ele correlacionada, a COVID-19, cujos primeiros diagnósticos ocorreram em dezembro de 2019, levou a Organização Mundial da Saúde (OMS) a declarar, em 11 de março de 2020, a doença como uma pandemia global, conduzindo os governos de praticamente todos os países a implementarem medidas de afastamento social de suas populações para conter a velocidade de contágio. Tais medidas levaram a uma recessão econômica em escala mundial, devido principalmente à disrupção das cadeias de suprimento e à interrupção de atividades em diversos setores da economia, consequentemente causando volatilidade nos preços de ativos, nas taxas de câmbio e nos juros. Em resposta aos efeitos da desaceleração econômica, os governos anunciaram pacotes de estímulos econômicos e alívio humanitário para minimizar o impacto inicial da COVID-19, permitindo a superação da recessão econômica. ii) *Ações implementadas pelo Governo Brasileiro e pela ANEEL:* No Brasil, o governo federal tem centralizado as medidas de auxílio econômico e financeiro, por meio dos Poderes Executivo e Legislativo, bem como das Agências Reguladoras, visando apoiar as empresas dos diversos setores da economia na mitigação dos efeitos e na superação da crise econômica. Dentre os atos legislativos, cabe destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declarou o estado de calamidade pública permitindo ao governo a adoção de uma série de ações, bem como garantindo agilidade nos atos da administração pública. A ANEEL tem evitado ações com alto impacto econômico ou que pressionem em demasia as tarifas pagas pelos consumidores finais de energia elétrica, pautando suas medidas pela necessidade de quantificação dos desequilíbrios financeiros e econômicos, na preservação dos contratos e na modicidade e estabilidade das tarifas no médio e longo prazo. Este viés da agência visa evitar a criação de um círculo vicioso de inadimplência e consequentemente um desequilíbrio dos contratos. A Nota Técnica nº 01/2020-GMSE/ANEEL traz a avaliação inicial dos efeitos da pandemia de COVID-19 no setor elétrico brasileiro, com apresentação de propostas a serem avaliadas, no curto e médio prazo, para seu enfrentamento. Por meio da análise dos índices de inadimplência das Companhias, é possível afirmar que a estratégia adotada pela ANEEL logrou êxito. As medidas de liquidez implementadas para a preservação do setor foram eficientes em atingir seu objetivo por terem sido direcionadas para o segmento de distribuição. Este segmento poderia expor o setor elétrico aos impactos da crise econômica por (i) se tratar do principal responsável pela geração de receita do setor elétrico, arcando com parcela relevante dos pagamentos dos segmentos de geração e transmissão e (ii) ter sido atingido pela redução de demanda no segmento de consumo, após fechamento de estabelecimentos industriais e comerciais e por um possível aumento da inadimplência, tendo em vista à crise econômica e à proibição temporária da suspensão de fornecimento para consumidores inadimplentes. iii) *Medidas adotadas pela Companhia:* A Companhia tem sua atividade enquadrada no rol de atividades essenciais e, por isso, implementou uma série de medidas para manter a normalidade de suas operações, em linha com as recomendações dos órgãos governamentais e buscando preservar seus colaboradores, além de evitar a propagação da doença. *a) Ações com foco em suas atividades e pessoas:* A Companhia definiu as principais ações adotadas para proteção e prevenção dos efeitos do COVID-19 nas subestações e linhas de transmissão em um Plano que foi divulgado entre seus funcionários e fornecedores. Dentre essas ações cabem destacar as seguintes: • Elaboração e divulgação de plano com orientações gerais para a prevenção do contágio; • Fornecimento de máscaras a todos os colaboradores, com instruções específicas para uso; • Fornecimento de álcool em gel para todas as localidades; • Fornecimento de luva para todas as localidades; • Fornecimento de água e sabão para equipe de Linha de Transmissão em atividade; • Medição diária de temperatura, controle de sintomas e acompanhamento do estado de saúde e vacinação; • Realização de exames periódicos para diagnósticos do COVID-19; • Revezamento das equipes para evitar aglomerações no local de trabalho; • Utilização de banco de horas e férias individuais; • Readequação das escalas de trabalho: As escalas de permanência em alojamento foram estendidas para 12 dias em alojamento seguidos por 12 dias de descanso como forma de reduzir a circulação de empregados, aumentar os períodos de isolamento e reduzir riscos de contaminação; • Viagens exclusivamente para serviços inadiáveis e prementes e que expõem a operação a riscos bem como preventivas próximas as bases ou mais importantes; • Disponibilização de declaração para livre circulação de colaboradores para os estritos fins de prestação do serviço essencial de transmissão de energia àqueles que impreterivelmente precisam se deslocar; • Diálogo com os prestadores de serviço e fornecedores para acompanhar os procedimentos para prevenção do contágio pelo COVID-19; • Envio de comunicados com orientações sobre a COVID-19 periodicamente; • Redução de colaboradores autorizados a circular simultaneamente dentro do mesmo veículo da empresa e higienização interna dos automóveis; • Redução do intervalo entre higienizações dos locais de trabalho e equipamentos utilizados; • Restrição ao ingresso de terceiros nas instalações das empresas. Para o escritório central no Rio de Janeiro foram adotadas as seguintes ações: • Adoção do trabalho remoto (*home office*) a partir de 16/03/2020; • Fornecimento de álcool em gel para todos os colaboradores e disponibilização em locais estratégicos do escritório; • Redução do intervalo entre higienizações dos locais de trabalho e equipamentos utilizados; • Medição diaria de temperatura, controle de sintomas e acompanhamento do estado de saúde e vacinação • Realização de reuniões internas e externas exclusivamente por via remota (videoconferência); • Adoção da prática de reuniões por teleconferência entre os grupos de O&M e Administrativo/Financeiro com os diretores, para direcionamento das ações; • Viagens restritas exclusivamente para serviços inadiáveis; • Envio de comunicados com orientações sobre a COVID-19 periodicamente; • Restrição ao trânsito de pessoas nas instalações das empresas. *a) Ações com foco econômico-financeiro:* Considerando o cenário atípico atualmente vivenciado, com efeitos potencialmente imprevisíveis, não é possível precisar totalmente os impactos nas operações da Companhia no médio prazo. Ainda é preciso reconhecer que há certo grau de incerteza quanto aos efeitos da pandemia na economia e por quanto tempo esses efeitos irão perdurar. Porém, decorridos 31 meses do início das medidas de afastamento social, não há impacto relevante na geração de receita ou nos custos que importem em alteração significativa no acompanhamento orçamentário até a presente data. A Companhia não enxerga qualquer sinal de anormalidade nas operações e não chegou ao seu conhecimento qualquer outro evento que possa ser interpretado como indicativo de que possa ter suas operações e/ou situação econômico-financeira impactada. Para pautar suas ações, a administração da Companhia monitora os fluxos de caixa buscando identificar desvios considerados relevantes, por meio de revisões mensais das projeções e da inclusão do realizado no período. Caso seja necessário as premissas são ajustadas e testes de sensibilidade são realizados, incluindo, por exemplo, cenários de quebra de receita. Como já informado, o efeito da pandemia ainda é pequeno se considerado o impacto em receita e custos, não trazendo variações significativas quando se leva em consideração o caixa acumulado. Visando o aumento da liquidez durante o período de incerteza, nos primeiros meses da pandemia, a partir de março de 2020, a Companhia adotou as seguintes ações: • Adesão à suspensão temporária de amortizações do empréstimo contratado junto ao BNDES (stand still), pelo prazo de seis meses com o diferimento no restante do contrato; • Postergação do recolhimento, da Contribuição Previdenciária e do seguro contra acidentes relativos às competências março e abril para os meses de agosto e outubro de 2020; • Postergação do recolhimento do FGTS, referente às competências de abril e maio, que deverão ser pagos a partir de julho e poderão ser parcelados em até seis vezes, de julho até dezembro de 2020; • Redução das alíquotas das contribuições aos serviços sociais autônomos (sistema S) no período compreendido entre abril e junho de 2020. iv) *Impacto nas demonstrações financeiras:* A Companhia entende que não existe risco relevante de inadimplência de seus clientes, considerando o quanto verificado nos últimos meses, além de seu faturamento ser pulverizado e haver garantia que cobre as obrigações e pode ser acionada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Na data de publicação das Demonstrações Financeiras não havia variação significativa no índice de inadimplência e esta se relacionava principalmente a clientes que discutem a exigibilidade de pagamento perante o ONS ou reestruturaram suas dívidas judicialmente. Desta forma, não foi considerado nenhum valor para PCLD ou a possibilidade de redução no valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*), tendo ainda em vista o êxito das medidas implementadas pela ANEEL para contenção dos impactos da crise econômica sobre o setor elétrico. Ressalta-se ainda que, até o momento, não houve necessidade de a Companhia realizar a revisão do seu planejamento estratégico, pois as projeções de caixa têm se confirmado conforme cenários otimistas. As rupturas das cadeiras de fornecimento não afetaram os negócios da Companhia uma vez que os contratos e ordens de compra estratégicos estavam fechados antes do início da pandemia e as atividades transcorrem normalmente. v) Revisão Tarifária: A Companhia reconheceu como outras receitas operacionais o efeito da revisão tarifária sobre o ativo contratual, conforme previsto em Instrução emitida pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. O resultado da revisão tarifária para MTE foi de 22% e o saldo do ativo contratual em junho era de R$ 2.900.000. Tendo o ativo de contrato na forma de um contas a receber que será amortizada pela RAP futura e sabendo-se que a RAP foi aumentada em 22% desde julho/2022, temos o ajuste valor presente do ativo do contrato em aproximadamente R$ 326.700. **2. Base de preparação e mensuração:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações, emitidas pelo CPC, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos. As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, recuperabilidade dos impostos diferidos, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As demonstrações financeiras da Companhia foram autorizadas pela administração em 10 de março de 2023. **3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas Demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. a) Ativ

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

CNPJ: 15.286.382/0001-39

gem de lucro sobre os valores registrados a título de custo de construção da infraestrutura de transmissão, com base em estimativas no inicio da concessão. A construção foi efetuada por terceiros, tendo em vista a natureza principal da companhia ser de uma concessionária de transmissão de energia elétrica. d) Avaliação de instrumentos financeiros: A nota explicativa nº 22 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas. e) Impostos, contribuições e tributos: Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos, bem como ao valor e momento de resultados tributáveis esperados. Em virtude da natureza de longo prazo, a Companhia adota premissas para estimar os valores devidos de impostos. Diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. Questionamentos por autoridades fiscais podem surgir em uma variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes nas jurisdições onde a Companhia atua. A Companhia constitui provisões, na medida em que julga necessário e com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte de autoridades fiscais das jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência em auditorias fiscais anteriores. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados na Nota Explicativa nº 16. **5. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. **6. Principais políticas contábeis:** A Companhia aplicou as principais políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas Demonstrações financeiras. **6.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender os compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.: **6.2. Ativo de contrato:** De acordo com o CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As adições decorrentes da infraestrutura de transmissão são registradas como Ativo de Contrato. **6.3. Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros:** Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro. **6.4. Outros ativos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança. **6.5. Provisões e passivos circulantes e não circulantes:** Uma provisão é reconhecida, quando aplicável, no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação presente como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e/ou variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. **6.6. Dividendos:** O estatuto social da Companhia prevê que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendo. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete à Assembleia de Acionistas deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos intermediários. Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "dividendo adicional proposto" no Patrimônio Líquido. **6.7. Receita e custo de construção:** Devido à atividade da Companhia sua contabilidade é abrangida pelo escopo do CPC 47. A receita de construção é mensurada com base nos seus valores justos e reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão da obra, considerando os custos de construção acrescidos da margem de lucro. Os custos de desenvolvimento da infraestrutura são reconhecidos à medida que são incorridos (vide Nota 4.c). **6.8. Receita de remuneração do ativo de contrato:** Refere-se à remuneração do investimento no desenvolvimento de infraestrutura para transmissão de energia elétrica e é calculada com base na aplicação da Taxa de Remuneração do Ativo de Contrato, que desconta os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento (contrato de concessão) sobre o valor do investimento (vide Nota 4.a). **6.9. Receita de operação e manutenção:** As receitas oriundas dos serviços de Operação Manutenção ("O&M") são determinadas com base nos valores estimados pela Administração para fazer face aos custos de O&M e reconhecidos de forma linear a cada ciclo anual durante o prazo da concessão (vide Nota 4.b). **6.10. Receita de juros sobre aplicações financeiras:** A receita de juros é reconhecida no resultado com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. Despesas de juros de empréstimos e debêntures são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. **6.11. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240.000 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. Em setembro de 2019, por meio do Ato Declaratório Executivo nº103, a RFB, por intermédio de sua delegacia no Rio de Janeiro, reconheceu o direito à redução do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis (calculados com base no lucro da exploração) a favor da Matrinchã nos termos do Laudo Constitutivo nº 270/2018 de 31 de dezembro de 2018 da Superintência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Desde então o IRPF apurado, com base no lucro da exploração, é reduzido em 75% com destinação dessa parcela à reserva de capital. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado. 6.11.1. Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar calculado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial, como ativo ou passivo fiscal, pelo valor apurado com base nos registros contábeis e no reconhecimento das receitas. Ele é mensurado com base nas alíquotas de impostos vigentes na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados de acordo com as premissas informadas em legislação pertinente a cada imposto. 6.11.2. Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos: Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de passivos para fins de Demonstrações Financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos. Passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera liquidar seus passivos. **6.12. Encargos regulatórios:** A receita de prestação de serviço de transmissão está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Programa de Integração Social (PIS) a alíquota de 9,25%; • Reserva Global de Reversão (RGR) quotas anuais definidas com base em 2,5% do investimento "pro rata tempore", observado o limite de 3,0% das receitas da concessionária. É usada para financiar a reversão, encampação, expansão e melhoria do serviço público de energia elétrica, para financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, para estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei nº 12.431, de 2011, a vigência deste encargo, cuja extinção estava prevista para o final do exercício de 2010, foi prorrogada até 2035; • Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) mensal fixado pelos Despachos emitidos pela ANEEL; • As concessionárias e permissionárias de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida, apurada de acordo com o dispositivo no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme Lei nº 14.120/21 e Resolução Normativa ANEEL nº 998/20. Esses encargos são apresentados como deduções da receita de uso do sistema de transmissão na demonstração do resultado. **6.13. Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica ativos e passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e, outros passivos financeiros. a) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento: A Companhia reconhece os ativos e passivos financeiros na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo ou passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. b) Ativos financeiros não derivativos - mensuração: Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, quando aplicável, são reconhecidos no resultado do exercício. c) Passivos financeiros não derivativos - mensuração: Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício. Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. **6.14. Normas emitidas, mas ainda não vigentes**: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Matrinchã, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. CPC 50 - Contratos de seguro: O CPC 50 - Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 - Contratos de Seguro, é uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, o CPC 50 substituiu o CPC 11. º CPC 50 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral dº CPC 50 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. O CPC 50 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. Essa norma não se aplica à Companhia. Alterações ao CPC 26: Classificação de passivos como circulante ou não circulante: Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação: • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. Alterações ao CPC 23: Definição de estimativas contábeis: Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Matrinchã. Divulgação de políticas contábeis: Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

7. Caixa e equivalentes de caixa	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Caixa e Bancos conta movimento	9.108	9.322
Aplicação financeira - CDB Banco Itaú	187	3
Aplicação financeira - CDB Banco Bradesco	46.820	58.047
Aplicação financeira - CDB Banco ABC	3.241	6.266
Aplicação financeira - CDB Banco Paraná	25.107	22.708
Aplicação financeira - CDB Banco Paraná	52.415	-
	136.878	**96.346**

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Em 31 de dezembro de 2022 as aplicações financeiras referentes a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) foram remuneradas à taxa média de 103,32% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) enquanto em 31 de dezembro de 2021 as aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 102,15% do CDI.

8. Contas a receber de clientes	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Vencidos acima de 120 dias	854	665
Vencidos de 61 a 120 dias	1.447	4
Vencidos até 60 dias	59	30
A vencer	26.983	23.632
	29.343	**24.331**

Os faturamentos mensais são efetuados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), com três vencimentos, nos dias 15 e 25 do mês subsequente e 05 do mês posterior a este. A administração entende que não é necessária a contabilização da provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da fiança bancária fornecida pelos usuários do Sistema de Transmissão no âmbito do Contrato de Utilização do Sistema de Transmissão (CUST). Cabe esclarecer que os débitos contabilizados vencidos acima de 120 dias têm sua exigibilidade suspensa por decisão judicial enquanto os usuários discutem sua aplicabilidade com o ONS. **9. Ativo de contrato:** A seguir é apresentada a composição do Ativo de Contrato da Companhia:

Ativo de contrato	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Serviços de construção	4.080.014	3.564.171
Amortização do ativo de contrato	(959.101)	(756.708)
Total líquido	**3.120.913**	**2.807.463**
Circulante	217.384	196.659
Não circulante	2.903.529	2.610.804
Total	**3.120.913**	**2.807.463**

10. Caixa Restrito: O saldo representa o valor acumulado nas contas reservas do BNDES e das Debêntures, constuídas em garantia ao Contrato de Financiamento firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e à Escritura da Segunda Emissão de Debentures da Companhia (vide notas 13 e 14). O mecanismo de preenchimento destas contas reservas segue estritamente as condições previstas nos instrumentos contratuais, sendo ajustado periodicamente conforme apuração realizada pelo banco administrador e pelos financiadores. A totalidade do saldo está aplicada em CDB ou em fundos de investimento lastreado em títulos públicos federais, conforme previsão contratual. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo do Caixa Restrito está composto conforme se segue:

	31/12/2022	**Movimentação**	**31/12/2021**
Conta pagamento Debêntures	4.876	890	3.986
Reserva BNDES	22.077	(744)	22.821
Reserva de Debêntures	29.324	8.176	21.148
	56.277	**8.322**	**47.955**

	31/12/2022	**31/12/2021**
Circulante	4.876	3.986
Não circulante	51.401	43.969
	56.277	**47.955**

11. Almoxarifado operacional	**31/12/2022**	**Movimentação**	**31/12/2021**
Almoxarifado de Manutenção e Operação	**23.869**	(2.069)	**25.938**
	23.869	(2.069)	25.938

12. Impostos e contribuições sociais retidos	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Imposto de renda retido na fonte	40	569
Contribuição social	203	277
Pis/Cofins/CSLL	49	108
Pis/Pasep	430	367
Cofins	2.006	1.701
ICMS	-	6
INSS retido a recolher	203	414
ISS	217	215
	3.148	**3.657**

13. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2021	**Juros Apropriados**	**Amortização de Juros**	**Amortização de Principal**	**Custo de transação a amortizar**	**31/12/2022**
BNDES Subcrédito A	390.987	30.848	(28.416)	(52.548)	-	340.871
BNDES Subcrédito B	13.461	559	(427)	(7.156)	-	6.437
BNDES Subcrédito C	1.883	117	(104)	(254)	-	1.642
Custo de transação	(780)	-	-	-	263	(517)
	405.551	**31.524**	**(28.947)**	**(59.958)**	**263**	**348.433**

	31/12/2022	**31/12/2021**
Circulante	77.748	62.087
Não circulante	270.685	343.464
	348.433	**405.551**

Em 27 de dezembro de 2013, foi assinado Contrato de Financiamento com o BNDES, no valor total de R$ 691.440. Os recursos destinados a este investimento foram postos à disposição da SPE, sob a forma de três subcréditos: • Subcrédito 'A' - R$ 614.165, com juros de 1,97% a.a. limitado a 6% da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) divulgada pelo Banco Central do Brasil, a título de remuneração. O objetivo deste subcrédito é financiar as obras civis e demais itens financiáveis necessários à implantação do projeto. O principal desta dívida é pago ao BNDES em 168 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de junho de 2015 e a última em 15 de maio de 2029. Deste subcrédito, foi desembolsado o total de R$ 614.615. Subcrédito 'B' - R$ 73.835, com juros à taxa fixa de 3,5% a.a., a título de remuneração. Este subcrédito é destinado à aquisição de máquinas e equipamentos nacionais necessários para a implantação do projeto. O principal desta dívida é pago ao BNDES em 102 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de junho de 2015 e a última em 15 de novembro de 2023. Deste subcrédito, foi desembolsado o total de R$ 58.133. • Subcrédito 'C' - R$ 3.440, com TJLP, limitada à 6% a.a.. Este subcrédito é destinado a investimentos sociais não contemplados no licenciamento ambiental e/ou nos programas socioambientais do Projeto Básico Ambiental. O principal desta dívida é pago ao BNDES em 161 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de agosto de 2021 e a última em 15 de janeiro de 2035. Deste subcrédito, foi desembolsado o total de R$ 1.941. Como garantia do financiamento, a Companhia assinou o contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, cedendo os direitos relacionados ao Contrato de Concessão. Em 31 de dezembro de 2022, o cronograma de vencimento dos empréstimos está detalhado a seguir:

	2023	**2024**	**2025**	**2026 até o final do contrato**	**Total**
BNDES Subcrédito A	71.076	80.964	80.964	97.979	340.871
BNDES Subcrédito B	6.437	-	-	-	6.437
BNDES Subcrédito C	341	358	358	568	1.642
Total	**77.854**	**81.322**	**81.322**	**98.547**	**348.950**

Cláusulas restritivas (covenants): Conforme contrato de financiamento junto ao BNDES, a Companhia deve apresentar anualmente Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) maior ou igual a 1,2 e Índice de Capital Próprio igual ou superior a 20%. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apurou ICSD de 1,4, superando o ICSD mínimo de 1,2, além de estar cumprindo integralmente as demais obrigações previstas no Contrato de Financiamento do BNDES e nas Escrituras de sua Segunda e Terceira Emissão de Debêntures. *Principais cláusulas restritivas do BNDES:* Manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente e demais órgãos fiscalizadores de aspectos socioambientais, durante o período de vigência deste Contrato; Informar ao BNDES sobre a existência de qualquer ação ou decisão judicial, processo, procedimento ou decisão administrativa relacionada ao projeto, especialmente quanto aos aspectos ambientais e/ou sociais, no prazo de 3 dias úteis a contar da data em que a beneficiaria teve conhecimento da existência de tal ação ou decisão judicial, processo, procedimento ou decisão administrativa; e Adotar, durante o período de vigência deste Contrato, as medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pelo projeto de que trata a Cláusula Primeira (Natureza, Valor e Finalidade do Contrato). **14. Debêntures:** Além do contrato de financiamento com BNDES, em 15/06/2016 e 08/06/2021, a Companhia emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única para distribuição pública com esforços restritos, conforme ICVM 476. As emissões ocorreram nos termos da Lei 12.431/11, conforme alterada, tendo em vista o enquadramento do Projeto pelo Ministério de Minas e Energia (MME). As debêntures possuem as seguintes características: • Oferta: 2ª Emissão de Debêntures, não conversíveis em ações via ICVM nº 476/09 (Lei 12.431/11); • Código do ativo registrado na CETIP: TPNO12; • Valor nominal unitário: R$1.000 (um mil reais) na data da emissão; • Data de distribuição:15/05/2016; • Pagamento: Semestral, sendo a 1ª amortização em 15/06/2019; • Data de vencimento: 15/06/2029; • Quantidades de debêntures emitidas: 180.000; • Tipo de Remuneração: IPCA; • Taxa de Juros/Spread: 7,58% a.a.; • Garantias compartilhadas com o BNDES; • Oferta: 3ª Emissão de Debêntures, não conversíveis em ações via ICVM nº 476/09 (Lei 12.431/11); • Código do ativo registrado na CETIP: TPNO13; • Valor nominal unitário: R$1.000 (um mil reais) na data da emissão; • Data de distribuição:08/06/2021; • Pagamento: Semestral, sendo a 1ª amortização em 15/12/2021; • Data de vencimento: 15/12/2038; • Quantidades de debêntures emitidas: 135.000; • Tipo de Remuneração: IPCA; • Taxa de Juros/*Spread*: 4,9335% a.a.; • Sem Garantias. Quando ocorrer a exoneração das Garantias Reais pelo BNDES e pelos debenturistas da 2ª emissão, a Companhia deverá constituir a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e a Alienação Fiduciária de Ações em favor dos debenturistas, ou, a seu critério, notificar o Agente Fiduciário para que a taxa de juros seja incrementada em 0,3%. A seguir é apresentada a movimentação das debêntures:

	31/12/2021	**Juros Apropriados**	**Amortização de Juros**	**Amortização de Principal**	**Custo de transação a amortizar**	**31/12/2022**
Debentures	385.440	47.832	(25.727)	(29.548)	-	377.997
Custo de transação	(13.654)	-	-	-	(4.403)	(18.057)
	371.786	**47.832**	**(25.727)**	**(29.548)**	**(4.403)**	**359.940**

As debêntures estão segregadas conforme abaixo:

	31/12/2022	**31/12/2021**
Circulante	52.285	29.725
Não circulante	307.655	342.061
	359.940	**371.786**

Em 31 de dezembro de 2022, o cronograma de vencimento das debêntures está detalhado a seguir:

	2023	**2024**	**2025**	**2026 até o final do contrato**	**Total**
Debêntures	54.896	93.864	84.657	144.580	377.997
	54.896	**93.864**	**84.657**	**144.580**	**359.997**

As debêntures possuem cláusulas restritivas "covenants" financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida de no mínimo 1,2 e Índice de Capital Próprio igual ou superior a 30% durante a sua vigência. Em 31 de dezembro de 2022, todas as cláusulas restritivas estabelecidas nas Escrituras da Segunda e Terceira Emissões de Debêntures foram cumpridas pela Companhia. **15. Provisão para contingências e passivo contingente:** A Companhia, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis. As provisões realizadas são relacionadas a: (i) Causas trabalhistas, que são referentes a ações movidas por ex-empregados de empreiteiros e empresas terceirizadas (pleiteando a responsabilidade subsidiária da companhia), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras; (ii) Ação Indenizatória para constituição de Servidão Administrativa, que ocorre quando há divergência entre o valor avaliado pela Companhia para pagamento e o pleiteado pelo proprietário e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (espólios com inventários em andamento, propriedades sem matrículas, entre outras). As contingências provisionadas estão classificadas conforme a seguir:

	31/12/2022	**31/12/2021**
Trabalhistas	425	862
Cível	-	827
	425	**1.689**

As contingências com prognóstico de perda possível estão classificadas conforme abaixo:

	31/12/2022	**31/12/2021**
Trabalhistas	-	45
Tributario (b) (c)	360.077	29.295
Cível (a)	3.830	7.790
	363.907	**37.130**

(a) A totalidade dos processos judiciais cíveis classificadas como possíveis se refere a ações movidas pela Companhia contra proprietários de terras para a constituição de servidão necessária para a passagem da linha de transmissão. Parte dos valores em discussão já conta com depósito judicial conforme avaliação feita por perito na época da entrada do pedido para a constituição da servidão. (b) Os processos fiscais considerados como perda possível estão em fase inicial, em sua maioria são processos administrativos iniciados pelo Estado de Mato Grosso, objetivando questionar o recolhimento de ICMS-Difal, ou pelos Municípios da região, que discutem os recolhimentos de ISS retido dos fornecedores. (c) Trata-se de Execução Fiscal visando a cobrança de débitos de ICMS-Difal, no montante de aproximadamente R$ 390.000, relacionados a supostos fatos geradores ocorridos no período entre 2013 e 2015, mas a Companhia possuí elementos de provas contundentes capazes de demonstrar o equívoco perpetrado pela Fazenda Mato Grossense na questão em comento. Cabe esclarecer que a Companhia se valeu de um benefício fiscal regularmente concedido pelo Estado do Mato Grosso, o qual jamais fora cassado ou anulado, estando plenamente vigente até os dias atuais. Nesses termos, ainda que se admita a cobrança do crédito tributário decorrente do não reconhecimento do incentivo fiscal, deve-se aplicar o disposto no parágrafo único, do art. 100, do CTN, que prevê a necessidade de exclusão de multas, correção monetária e juros moratórios do débito fiscal. O montante principal é de R$ 61.014. Adicionalmente ao exposto acima, cabe ressaltar que a Companhia é parte em arbitragens. A perda é classificada como possível. Desta maneira, a Companhia ainda não considera qualquer montante para estes casos nos valores classificados como perda possível. **16. Imposto de renda e contribuição correntes e diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social são apurados respectivamente com base no Lucro Real/Prejuízo Fiscal e Base Negativa. A Companhia usufrui de benefício fiscal concedido pela SUDAM (Superintedência de Desenvolvimento da Amazônia) para a redução do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis calculados com base no lucro da exploração (vide Nota 6.11). Foram apurados considerando a avaliação feita pela administração com base nos fluxos de caixa futuros e testes de recuperabilidade dos investimentos que indicaram que a Companhia terá rentabilidade para compensar os prejuizos fiscais acumulados. O valor do passivo diferido refere-se a diferenças temporárias apuradas com base na remuneração do ativo de contrato. Ativo diferido

Descrição	**Base de cálculo**	**IR - 25%**	**CSLL - 9%**	**Total**
Saldo em 31/12/2021	87.459	25.034	6.731	31.765
Adições 2022	-	-	-	-
Compensações 2022	(22.736)	(5.785)	(2.083)	(7.868)
Saldo em 31/12/2022	**64.723**	**19.249**	**4.648**	**23.897**

Passivo diferido

Descrição	**Base de cálculo**	**IR - 25%**	**CSLL - 9%**	**Total**
Saldo em 31/12/2021	919.716	**229.929**	**82.775**	**312.704**
Adições 2022	431.116	107.779	38.807	146.586
Amortização 2022	(150.884)	(37.721)	(13.586)	(51.307)
Saldo em 31/12/2022	**1.199.948**	**299.987**	**107.996**	**407.983**
Líquido em 31/12/2022		**280.738**	**103.348**	**384.086**
Líquido em 31/12/2021		**204.895**	**76.044**	**280.939**

16. Imposto de renda e contribuição correntes e diferidos: Passivo corrente

Descrição	**Base de cálculo**	**IR - 25%**	**CSLL - 9%**	**Total**
Saldo em 31/12/2021		-	2.993	2.993
Adições 2022	75.692	19.261	6.943	26.204
Compensações 2022	(22.736)	(5.785)	(2.083)	(7.868)
IRPJ/CSLL pagos por estimativa		-	(7.378)	(7.378)
Benefício fiscal - SUDAM		(13.476)	-	(13.476)
Saldo em 31/12/2022		**-**	**475**	**475**

Resultado

Descrição	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Imposto de Renda diferido passivo	(70.058)	(23.057)
Incentivo SUDAM	13.476	8.288
Imposto de Renda corrente	(19.261)	(11.850)
	(75.843)	(26.619)
Contribuição Social diferido passivo	(25.221)	(8.300)
Contribuição Social corrente	(6.943)	(4.275)
	(32.164)	(12.575)
	(108.007)	(39.194)

17. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social da Companhia é de R$ 1.508.073, dividido em 1.508.073 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, sem valor nominal, pela State Grid Brazil Holding S.A. e COPEL Geração e Transmissão S.A., na proporção de 51% e 49%, respectivamente. A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	31/12/2022	**31/12/2021**	**%**
State Grid Brazil Holding S.A.	**769.117**	769.117	51,%
Copel Geração e Transmissão S.A.	**738.956**	738.956	49,%
	1.508.073	1.508.073	100%

b) Reserva legal: A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações. c) Reserva de incentivos fiscais: A Companhia reconheceu Reserva de Capital para a contabilização de incentivos fiscais pelo direito à redução de 75% do imposto de renda e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao empreendimento situado na área de atuação da SUDAM, de titularidade da Companhia. O benefício, aprovado em setembro de 2019, por meio do Ato Declaratório Executivo nº 103 da RFB, por intermédio de sua delegacia no Rio de Janeiro, nos termos do Laudo Constitutivo nº 270/2018 de 31 de dezembro de 2018 da Superintência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), tem prazo de vigência de 10 anos, sendo seu período de fruição a partir de 2018 com término em 2027. d) Dividendos: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia destinou o valor de R$22.561, equivalente a 25% do lucro líquido ajustado após a destinação de 5% para reserva legal, para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, sendo R$ 0,014961 para cada ação do capital social. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia destinou o valor de R$84.851, equivalente a 25% do lucro líquido ajustado após a destinação de 5% para reserva legal, para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, sendo R$ 0,056265 para cada ação do capital social. e) Reserva de retenção de lucros: A Companhia destinou para a conta de Reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes após o cálculo da reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios.

18. Receita operacional líquida	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Receita de Construção	-	-
Remuneração dos ativos de contrato	201.929	191.835
Receita de Operação e Manutenção	66.106	82.721
Receita operacional bruta	**268.035**

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

CNPJ: 15.286.382/0001-39 3/3

A receita financeira foi positivamente afetada pelo aumento das taxas de juros e maior disponibilidade de caixa, enquanto a despesa financeira foi igualmente afetada pelo aumento das taxas de juros e do nível de endividamento, considerando a terceira emissão de debêntures ocorrida em junho de 2021. **22. Gestão de riscos:** O gerenciamento de riscos visa identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir as estratégias de controle e as ações para mitigação dos riscos e subsequentemente para monitorar esses riscos. A Administração define o apetite para riscos em contextos e situações específicas e acompanha o cumprimento do plano de gerenciamento de riscos, revisando sua estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia. O gerenciamento de riscos é feito também com base nas políticas dos acionistas da Companhia. Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados e as estratégias de gerenciamento adotadas. a) Riscos de crédito: É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. As operações que sujeitam a companhia ao risco de crédito decorrem principalmente de caixa e equivalentes de caixa, bem como de exposições de crédito a clientes, conforme apresentado a seguir:

Ativos financeiros	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	136.878	96.346
Contas a receber	29.343	24.331
Caixa restrito	56.277	47.955
	222.498	**168.632**

• Caixa e equivalentes de caixa: representado pelo valor mantido em contas bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata. A política de abertura de contas bancárias e aplicações financeiras restringe o relacionamento com instituições bancárias com rating mínimo de AA+. As aplicações devem ser feitas predominantemente em CDB. • Contas a receber: a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando o baixo risco de inadimplência de seus clientes. O Contrato de Uso do Sistema de Transmissão ("CUST"), celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: "Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão." São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Carta de Fiança Bancária - CFB e ii) Contrato de Constituição de Garantia - CCG. As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir: • Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores. • As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários. • Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. • No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário - CFB. • Caixa restrito: representado pelo valor acumulado nas contas reservas do BNDES e das debêntures, apresentada em garantia ao contrato de financiamento firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e conforme previsto na Escritura de Segunda Emissão de Debentures da Companhia. b) Risco de mercado: A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros e índices de preços. A Companhia não enxerga necessidade em fazer hedge para se proteger desses riscos, tendo em vista que na fase atual de Operação e Manutenção não há exposição a variações de preços de *commodities* e seus contratos têm índice de reajuste em linha com reajuste da receita. Porém esses riscos são monitorados periodicamente pela Administração. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou em quaisquer outros ativos de riscos. Risco de taxa de juros: refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras. Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia é:

Instrumentos financeiros por indexador	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações financeiras (títulos e valores mobiliários)		
CDB-DI	**127.769**	87.024

Dessa forma, eventual desvalorização nas taxas de juros poderá impactar negativamente o resultado da Companhia. *Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras:* A Companhia está exposta ao risco de variação das taxas de juros dos instrumentos financeiros em aberto ao fim do período deste relatório. Para elaboração da análise de sensibilidade, considera-se a curva histórica dos índices econômicos, bem como projeções divulgadas por entes com reconhecimento de mercado. Para aplicações financeiras, a política de investimentos da companhia restringe-se a instrumentos de renda fixa, estando sua exposição atrelada principalmente ao risco de variação do CDI, porém somente em relação aos ganhos financeiros, não havendo impacto nas contas de ativo. *Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - financiamentos:* Com relação aos empréstimos e financiamentos, a exposição da companhia está relacionada à variação da TJLP, indexador do Contrato de Financiamento com o BNDES, e ao IPCA, indexador das Emissões das Debêntures. As projeções indicativas para a variação da TJLP nos próximos meses não trazem alterações materialmente relevantes para o total de despesas financeiras da companhia no próximo período. As variações do IPCA são capturadas no reajuste anual da RAP, rebalanceando o fluxo de caixa da Companhia e por isso, eventual aumento na despesa financeira seria acompanhado em aumento da Receita de Serviços, ainda que em momentos diferentes. • Risco de inflação - a receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, a Companhia poderia não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados. c) Riscos operacionais: Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. • Risco técnico - a infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, eventos decorrentes de caso fortuito ou força maior podem causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, a Companhia pode ter seu caixa impactado pelos custos necessários para o reestabelecimento das instalações às condições de operação, ainda que não haja desconto da Parcela Variável de Indisponibilidade (PVI), decorrente de eventuais indisponibilidades de suas Linhas de Transmissão. A Companhia mitiga o risco de perda de ativos mediante a contratação de cobertura securitária para a totalidade dos ativos de transmisssão. • Riscos regulatórios - a Companhia está sujeita a extensa e complexa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente. • Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura - caso a Companhia, por determinação regulatória, necessite expandir os seus negócios com a construção de novas instalações de transmissão poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Ainda assim, qualquer novo investimento aprovado pelo Poder Concedente será remunerado por incremento da RAP. O risco de atrasos na construção de novas instalações pode estar ligado ao fato de a Companhia depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, estar sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso relevante nos resultados da Companhia. Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, a Companhia tem à disposição poucos fornecedores. • Risco de seguros - a Companhia contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil contra terceiros para suas linhas de transmissão e subestações. A Companhia adota critérios na contratação dos seguros com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, contratando cobertura para a totalidade de seu ativo e limitando os valores de indenização com base em estudos de perda máxima provável, resultando em elevados níveis de cobertura securitária.

22.1. Categorias de instrumentos financeiros

Ativos financeiros	Categoria
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado
Caixa restrito	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber	Valor justo por meio do resultado
Passivos financeiros	**Categoria**
Fornecedores	Outros passivos financeiros
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros
Debêntures	Outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil. Classificações contábeis e valores justos: No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos: • Caixa e equivalentes de caixa - contas correntes e aplicações financeiras conforme posição dos extratos bancários. • Caixa restrito - representado pelo valor acumulado nas contas reservas do BNDES e das Debêntures. • Empréstimos e financiamentos - a Companhia considera que os valores justos para o financiamento do BNDES são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis. • Debêntures - a Companhia considera que os valores justos para as debêntures são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis. Hierarquia do valor justo: • Nível 1 - preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • Nível 2 - *inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços). • Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). **Todos os instrumentos financeiros registrados e classificados pela Companhia a valor justo por meio do resultado foram classificados no nível 2. Não houve instrumentos financeiros alocados aos Níveis 1 e 3, nem ocorreram transferências de níveis no período observado. Gerenciamento do capital:** A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do setor e do mercado, e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários. **23. Cobertura de seguros:** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Na data de fechamento deste relatório, a cobertura de seguros era como abaixo:

Tipo de seguro	Vigência Inicio	Vigência Fim	Limite máximo de indenização	Apólice
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	11/05/2022	11/05/2023	R$20.000	1001000001990
Riscos Operacionais	30/06/2022	30/06/2023	R$75.000	04669202210010118000184 7
Responsabilidade Civil	12/04/2022	12/04/2023	R$10.000	1651003892612

24. Transações com partes relacionadas: a) Remuneração de Administradores: Até 31 de dezembro de 2022 o total destinado à remuneração dos Conselheiros e Administradores foi de R$ 868 (R$ 710 em 31 de dezembro de 2021).

b) Operações comerciais

Partes relacionadas	Natureza contábil	Natureza da operação	31/12/2022	31/12/2021
Passivo				
Itumbiara Transmissora de Energia	Fornecedores	Custo de O&M	99	-
		Total	99	-
Resultado (Despesas)				
State Grid Brasil Holding - Aluguel	Custos administrativos	Aluguel	285	696
Itumbiara Transmissora de Energia S.A	Custo Operacional	Custo O&M	1.190	-
			1475	**696**

Xi Zongyue - Diretor Presidente / Financeiro Carlos Eduardo Moscalewsky - Diretor Técnico / Meio Ambiente Rodrigo Lopes Domingues - CRC-RJ-123588/0

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Mensuração do ativo de contrato:** Conforme divulgado na Nota 4.a às demonstrações financeiras, a Companhia avalia que, mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo do ativo de contrato da Companhia é de R$ 3.120.913 mil. O reconhecimento do ativo de contrato e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada, ou inexistência de margens de lucro esperada, em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; ii) análise da existência ou não de margem nos contratos; iii) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; iv) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; e v) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a mensuração do ativo de contrato e da receita de construção e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida pela legislação societária brasileira para companhias de capital fechado, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 10 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda. CRC-SP015199/O
Gláucio Dutra da Silva - Contador CRC-1RJ090174/O

Rio de Janeiro

FERIADÃO

DER e PM realizam operações em rodovias

O Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Rio (DER-RJ), órgão vinculado à Secretaria de Infraestrutura e Cidades (Seic), vai atuar em parceria com o Batalhão de Polícia Rodoviária (BPRv) da Polícia Militar na fiscalização em estradas estaduais durante o feriado de Páscoa. A ação contará com uso de radares móveis para flagrar excesso de velocidade e computador portátil (palmtop) que registrará as infrações cometidas pelos motoristas.

"A ação tem como objetivo garantir a segurança dos motoristas que pretendem viajar durante o feriado de Páscoa. Estamos melhorando as condições do tráfego nas rodovias estaduais com uma série de obras de recuperação asfáltica, duplicação de pistas e sinalização. Essas intervenções, após anos de abandono, eram necessárias e uma demanda antiga da população", destacou o presidente do DER-RJ, Pedro Ramos.

O DER-RJ tem 324 radares em funcionamento para fiscalizar todo o estado. Os equipamentos instalados ao longo das rodovias estaduais funcionam das 6h às 20h, como estabelece a Lei Estadual nº 8362. Além de monitorar a velocidade, os agentes vão fiscalizar outras infrações de trânsito, como ultrapassagem irregular e trafegar pelo acostamento. A multa para o motorista que andar sem cinto de segurança é de R$ 195,23 e mais cinco pontos na carteira de habilitação.

Já o BPRv vai atuar com um efetivo extra de 340 policiais militares e 32 viaturas. Responsável pelo patrulhamento de seis mil quilômetros de rodovias estaduais, o batalhão atuará de forma integrada com os batalhões operacionais de área, tanto da Região Metropolitana quanto do interior.

A unidade conta atualmente com 39 bases de policiamento ao longo das rodovias, entre as quais 14 postos do Cinturão de Divisas, localizados nos pontos de divisa entre o território do Rio de Janeiro com São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo.

OUTROS ESTADOS

Forças de Segurança prendem 10 chefes de quadrilhas no RJ

Com base em integração, troca de informações de inteligência e monitoramento, as Forças de Segurança do Rio de Janeiro prenderam, este ano, pelo menos 10 chefes de facções de diversos estados e outros criminosos que buscaram esconderijo no território fluminense. Grande parte estava abrigada em comunidades dominadas por quadrilhas de tráfico de drogas.

"Esse resultado traz uma mensagem clara: não admitimos que bandidos de outros estados usem o Rio como esconderijo para continuar a praticar crimes. Nossas polícias Civil e Militar têm atuado e vão continuar a atuar de forma integrada e com inteligência para localizar e capturar esses criminosos onde quer que eles estejam no nosso estado. Já disse e repito: o Rio tem comando", ressaltou o governador Cláudio Castro (**foto**).

RAFAEL CAMPOS/GOVERNO DO ESTADO

Entre os presos estão o chefe do Comando Vermelho de Fortaleza; o traficante mais procurado de Minas Gerais; dois integrantes do Primeiro Comando da Capital (PCC) de Rondônia; um criminoso da alta cúpula do tráfico de Sergipe que estava abrigado na Maré, o chefe de uma organização criminosa da Bahia; uma traficante apontada como articuladora de ataques no Rio Grande do Norte, além de um criminoso do mesmo estado também envolvido nos atos terroristas; um dos mais perigosos assaltantes de banco do país, alvo prioritário da Secretaria de Segurança do Paraná; além de um foragido da Justiça do Mato Grosso, chefe do Comando Vermelho naquele estado e responsável por fornecer drogas e armas à facção que controla o tráfico de drogas no Complexo da Maré.

Em março, durante uma operação no Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo, o mais perigoso criminoso do Pará foi morto em confronto, assim como outros nove bandidos paraenses. O principal alvo da ação era apontado como responsável por uma série de ataques contra agentes de segurança daquele estado. A quadrilha do traficante também teria participação nos confrontos que atingem comunidades na Zona Oeste do Rio. O criminoso, inclusive, teria orquestrado o assalto ao shopping Village Mall, na Barra da Tijuca, Zona Oesre da capital, quando um segurança foi morto.

"Melhoramos as condições de trabalho dos nossos policiais, aumentamos a tropa nas ruas, adquirimos novos equipamentos e alcançamos reduções históricas nos índices de criminalidade. Temos investido pesado na área para conquistar esses resultados: nada menos que R$ 1 bilhão. Não vou medir esforços para que o Rio seja um lugar mais seguro para se viver, viajar e investir", afirmou o governador.

Nesta última quarta-feira, o governador Cláudio Castro reforçou a importância do apoio da Polícia Federal (PF) e da Polícia Rodoviária Federal (PRF) nas ações de investigação e no policiamento das fronteiras do país para evitar a chegada de armas e combater a violência no Rio de Janeiro.

GÁS NATURAL AÇU S.A.

CNPJ nº 11.472.927/0001-40

Balanços patrimoniais em 31/12/2022 e 2021 Em MR$

	Nota	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	9	27.992	4.600	39.056	32.739
Depósitos bancários vinculados	10	-	-	160.689	146.647
Contas a receber – partes relacionadas	11	686	514	679	512
Adiantamentos		10	5	10	5
Despesas antecipadas	12	38	75	43	75
Impostos a recuperar	13	311	67	2.177	1.660
I.R. e C.S. a recuperar	13	610	528	14.109	9.013
Outros valores a receber		11	11	11	11
		29.658	5.800	216.774	190.662
Ativos não circulantes mantidos para venda	14	-	-	-	213.953
Total do ativo circulante		29.658	5.800	216.774	404.615
Não circulante					
Despesas antecipadas	12	150	-	150	-
Contas a receber – partes relacionadas	11	-	-	82.075	73.171
I.R. e C.S. a recuperar	13	202	218	202	218
Participações societárias	15	696.830	1.038.101	516.141	701.810
Imobilizado	16	7.414	7.647	8.292	8.248
Intangível	17	19	20	22	24
Total do ativo não circulante		704.615	1.045.986	606.882	783.471
Total do ativo		734.273	1.051.786	823.656	1.188.086

	Nota	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	18	1.120	311	1.170	331
Salários e encargos a pagar	19	3.862	2.850	4.091	3.490
Contas a pagar – partes relacionadas	11	493	401	681	526
Impostos e contribuições a recolher	20	153	107	297	212
I.R. e C.S. a recolher	20	-	-	11.743	6.736
		5.628	3.669	17.982	11.295
Passivos não circulantes mantidos para venda	14	-	-	-	26.028
Total do passivo circulante		5.628	3.669	17.982	37.323
Não circulante					
Impostos diferidos	21	-	-	24.726	24.726
Total do passivo não circulante		-	-	24.726	24.726
Patrimônio líquido	22				
Capital social		630.439	627.479	630.439	627.479
Reservas de capital		460.486	627.479	460.486	627.479
Outros resultados abrangentes		(1.340)	4.485	(1.340)	4.485
Resultados acumulados		(360.940)	(211.326)	(360.940)	(211.326)
Total do patrimônio líquido aos acionistas controladores		728.645	1.048.117	728.645	1.048.117
Participação de acionistas não controladores		-	-	52.303	77.920
Total do patrimônio líquido		728.645	1.048.117	780.948	1.126.037
Total do passivo e patrimônio líquido		734.273	1.051.786	823.656	1.188.086

Demonstrações dos resultados em 31/12/2022 e 2021 Em MR$

Receitas (despesas) operacionais	Nota	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Despesas gerais e administrativas	23	(8.081)	(4.020)	(11.463)	(23.739)
Outras perdas	9	(3)	-	(1)	(20)
Ganho/Perda Alienação de Investimentos	24	-	-	-	163.438
Outras receitas	25	32	-	34	-
Outras despesas	25	(1.267)	-	(1.269)	-
Resultado antes do resultado financeiro, equivalência patrimonial e impostos		(9.319)	(4.020)	(12.699)	139.679
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	26	1.214	248	43.411	14.029
Despesas financeiras	26	(180)	(13)	(259)	(1.864)
Total resultado financeiro		1.034	235	43.152	12.165
Resultado de equivalência patrimonial	15	(141.329)	(51.555)	(178.937)	(140.461)
Resultado antes dos impostos		(149.614)	(55.340)	(148.484)	11.383
I.R. e C.S. corrente	21	-	-	(11.743)	(6.736)
I.R. e C.S. diferido	21	-	-	-	(24.726)
Prejuízo líquido do exercício operações continuadas		(149.614)	(55.340)	(160.227)	(20.079)
Prejuízo líquido das operações disponíveis para venda (líquida de impostos)		-	-	-	(58.404)
Prejuízo líquido do exercício		(149.614)	(55.340)	(160.227)	(78.483)
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		(149.614)	(55.340)	(149.614)	(55.340)
Acionistas não controladores		-	-	(10.613)	(23.143)
Prejuízo líquido do exercício		(149.614)	(55.340)	(160.227)	(78.483)

Demonstrações dos resultados abrangentes em 31/12/2022 e 2021 *Em MR$*

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Prejuízo líquido do exercício	(149.614)	(55.340)	(160.227)	(78.483)
Operações continuadas				
Ganho na participação de subsidiarias	-	462	-	-
Reconhecimento do hedge via equivalência	(5.825)	1.190	(6.730)	1.285
Operações descontinuadas				
Efeito no resultado do exercício de resultados abrangentes pela perda de controle na alienação de investimentos	-	(6.412)	-	(10.270)
Perdas em operações hedge	-	(14.848)	-	(23.779)
Total do resultado abrangente do exercício	(155.439)	(74.948)	(166.957)	(111.247)
Resultado atribuível aos:				
Acionistas controladores	(155.439)	(74.948)	(155.439)	(74.948)
Acionistas não controladores	-	-	(11.518)	(36.299)
Total do resultado abrangente do exercício	(155.439)	(74.948)	(166.957)	(111.247)

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31/12/2022 e 2021 Em MR$

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes dos impostos	(149.614)	(55.340)	(148.484)	(76.939)
Itens de resultado que não afetam o caixa:				
Depreciação e amortização	329	336	375	383
Baixa do imobilizado	1.268	-	1.274	-
Juros sobre mútuo	-	-	(24.385)	(6.982)
Variação monetária	(3)	-	-	-
Outras perdas	3	-	1	20
Ganho na venda e remensuração de investimentos	-	-	-	(163.438)
Prejuízo antes dos impostos mantidos para venda	-	-	-	88.322
Resultado de equivalência patrimonial	141.329	51.555	178.937	140.460
Resultado líquido ajustado	(6.688)	(3.449)	7.718	(18.174)
(Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos:				
Impostos a recuperar	(310)	(59)	(782)	(1.508)
Despesas antecipadas	(113)	(75)	(118)	(75)
Adiantamentos	(5)	(5)	(5)	(4)
Contas a receber – partes relacionadas	(172)	16.688	(187)	21.768
Fornecedores	813	(599)	841	(692)
Contas a pagar – partes relacionadas	92	(13.162)	179	(22.790)
Impostos e contribuições a recolher	46	(50)	(6.651)	8
Salários e encargos a pagar	1.012	276	601	(86)
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	(5.325)	(435)	1.596	(21.553)
I.R. e C.S. pagos	-	-	(4.816)	(8.484)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais	(5.325)	(435)	(3.220)	(30.037)
Fluxo de caixa nas atividades de investimentos				
Aquisição de bens do imobilizado	(1.363)	(2.158)	(1.693)	(2.415)
Alienação de operações descontinuadas	-	-	-	409.035
Recompra de ações – recebimento	194.113	-	-	-
Depósitos bancários vinculados	-	-	(14.042)	(146.647)
Mútuo concedido – UTE GNA II	-	-	-	(138.113)
Mútuo concedido – UTE GNA I	-	-	-	(164.149)
Aumento de capital em controlada	-	(903)	-	-
Disponível para venda – recebimento	-	-	203.407	-
Reserva de capital em controlada	-	(837)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	(2.780)
Caixa líquido proveniente (usado nas) atividades de investimento	192.750	(3.898)	187.672	(45.069)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Aumento de capital por acionista	-	4.311	-	4.311
Aumento de capital por acionista – não controlador	2.960	-	2.960	1.362
Recompra de ações – pagamento	(166.993)	-	(181.095)	-
Mútuo recebido – UTE GNA I	-	-	-	95.222
Mútuo recebido juros – UTE GNA I	-	-	-	493
Reserva de capital	-	4.311	-	4.311
Reserva de capital – não controlador	-	-	-	1.428
Caixa líquido usado nas (proveniente) das atividades de financiamento	(164.033)	8.622	(178.135)	107.127
Aumento do caixa e equivalente de caixa	23.392	4.289	6.317	32.021
No início do exercício	4.600	311	32.739	718
No fim do exercício	27.992	4.600	39.056	32.739
Aumento do caixa e equivalente de caixa	23.392	4.289	6.317	32.021

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2022 e 2021 Em MR$

	Capital Social – Subscrito	Capital Social – A integralizar	Reserva de Capital – Ágio e deságio na emissão de ações	Reserva de Capital – Bônus de subscrição Siemens-reflexa	Outros resultados abrangentes – Ajuste de avaliação patrimonial	Outros resultados abrangentes – Ganho/(perda) na variação percentual em investida	Prejuízos acumulados	Total	Participação de acionista não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º/01/2021	626.128	(2.960)	623.168	13.200	21.260	(10.367)	(155.986)	1.114.443	668.024	1.782.467
Desconsolidação minoritário – operação SPIC – Infra	-	-	-	-	-	-	-	-	(556.595)	(556.595)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	(55.340)	(55.340)	(23.143)	(78.483)
Aumento de capital	4.311	-	4.311	-	-	-	-	8.622	-	8.622
Reconhecimento do hedge via equivalência perda de controle	-	-	-	-	(14.848)	-	-	(14.848)	(8.931)	(23.779)
ORA reconhecido no resultado pela perda de controle na alienação de investimentos	-	-	-	-	(6.412)	-	-	(6.412)	(3.858)	(10.270)
Ganho/(perda) na variação percentual em investida	-	-	-	-	-	462	-	462	(462)	-
Aporte de acionistas não controladores na GNA Infra	-	-	-	-	-	-	-	-	2.790	2.790
Reconhecimento do hedge via equivalência	-	-	-	-	1.190	-	-	1.190	95	1.285
Saldo em 31/12/2021	630.439	(2.960)	627.479	13.200	1.190	(9.905)	(211.326)	1.048.117	77.920	1.126.037
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	(149.614)	(149.614)	(10.613)	(160.227)
Integralização de capital	-	2.960	-	-	-	-	-	2.960	-	2.960
Recompra de ações	-		(166.993)	-	-	-	-	(166.993)	(14.099)	(181.092)
Reconhecimento do hedge via equivalência	-	-	-	-	(5.825)	-	-	(5.825)	(905)	(6.730)
Saldo em 31/12/2022	630.439	-	460.486	13.200	(4.635)	(9.905)	(360.940)	728.645	52.303	780.948

Notas explicativas às DFs individuais e consolidadas *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma):* 1 Contexto operacional: A Gás Natural Açu S.A. ("GNA HoldCo" ou "Cia.") foi constituída em 15/10/2014. Possui como controladora a Prumo Logística S.A. ("Prumo") e acionista BP Global Investments ("BP"). A GNA HoldCo possui investimento societário na Gás Natural Açu Infraestrutura S.A ("GNA Infra"). A Cia. e sua controlada ("Grupo GNA") tem como objetivo desenvolver a compra e venda de gás natural liquefeito ("GNL"), processamento, beneficiamento e tratamento de gás natural oriundo da produção offshore e de regaseificação de GNL, a geração, a transmissão e a comercialização de energia e capacidade elétrica e a intermediação na compra e venda de energia e capacidade elétrica. A controlada em conjunto indireta UTE GNA I Geração de Energia S.A I ("UTE GNA I") opera (i) uma usina termelétrica de ciclo combinado a gás de cerca de 1.338 MW que atenderá às obrigações contratuais da UTE Novo Tempo derivadas de seus contratos de comercialização de energia; (ii) um terminal de regaseificação de GNL ("Terminal de Regaseificação"), o qual disponibilizará capacidade para importar gás natural para o Projeto UTE GNA I, para futuras usinas de energia, e para outros projetos potenciais na área Industrial do Porto do Açu. A UTE GNA I faz parte do desenvolvimento do chamado "Açu Gás Hub", localizado estrategicamente no nordeste do RJ, que pretende oferecer uma solução logística eficiente para a comercialização e o consumo de gás natural e seus produtos. A usina termelétrica da controlada em conjunto indireta UTE GNA I, em conjunto com o Terminal de Regaseificação de GNL e a Linha de Transmissão 345 kV (*), entraram em operação comercial, com as devidas autorizações regulatórias, em 16/09/2021. Após início da operação comercial em setembro de 2021, a UTE GNA I permaneceu em despacho até a primeira quinzena de fev/2022, período no qual a ONS solicitou a interrupção do despacho em razão do aumento dos níveis de armazenamento em todos os subsistemas do SIN, especialmente nos subsistemas SE/CO, NE e N. A partir de jan./2021 a UTE GNA I passou a contar com um novo acionista em sua estrutura societária, a empresa SPIC Brasil Energia Participações S.A. ("SPIC"). Com a entrada da SPIC e diluição da participação societária da GNA Infra na UTE GNA I de 67% para 45%, constatou-se, de acordo com as normas contábeis, que houve a perda de controle da GNA Infra sobre sua investida. Pelos motivos citados, a GNA Infra passa a ter o controle compartilhado com os restantes acionistas. Desta forma, após a perda de controle, o investimento da GNA Infra na UTE GNA I foi reavaliado a valor justo da transação. No acordo dos acionistas, existem termos contratuais que estabelecem opção de compra para a SPIC e opção de venda para os restantes acionistas (GNA Infra e Siemens Par), exercível entre 12 meses e 36 meses após o início de operação comercial, para a SPIC tornar-se detentora de 100% das ações da UTE GNA I. No exercício dessas opções, a transação será executada a valor justo através de avaliação realizada por avaliador independente. Nesses termos são estabelecidas condições precedentes para o fechamento, incluindo aprovação/*waiver* dos credores e reorganizações que, com base na experiência passada, levariam em torno de 6 meses para serem obtidas/realizadas. Devido as condições precedentes não há evidências para o reconhecimento contábil destas opções. A GNA HoldCo continuará monitorando fatores acima que podem influenciar o reconhecimento inicial e preço das opções, as quais em possível evento, serão mensurados a valor justo na medida em que ela possuir valor por se tornar exercível. No dia 29/07/2022 a UTE GNA I propôs procedimento arbitral contra a bp Gás Marketing ltd. ("bpGM") com o objetivo de discutir os valores cobrados pela bpGM e pagos provisoriamente pela UTE GNA I em relação a certas cargas de GNL utilizadas em atendimento às notificações de despacho do Operador Nacional do Sistema ("ONS"), no âmbito do LNG Sale and Purchase Agreement ("LNG SPA") e do Short Term LNG Sale and Purchase Agreement ("Short Term LNG SPA"), ambos celebrados entre bpGM e a UTE GNA I. Por fim, em 01/03/2023 a UTE GNA I apresentou suas alegações iniciais ao Tribunal Arbitral, e em 14/06/2023 a bpGM apresentará sua defesa. A UTE GNA I encontra-se em discussão com a BP Gas Marketing ("bpGM") – parte do grupo econômico BP, seu fornecedor de gás natural liquefeito, acerca da interpretação do mecanismo de precificação do LNG Sale and Purchase Agreement, celebrado por e entre a bpGM e a UTE GNA I, em 17/11/2017. A UTE GNA I segue cumprindo todas as obrigações previstas nos contratos celebrados com a bpGM. Nesse espírito, a UTE GNA I pagou, em 07/03/2022 e 11/03/2022, os valores em discussão para a bpGM, reservando-se ao direito de ser reembolsada de qualquer pagamento em valor superior ao devido, incluindo juros. A UTE GNA I informa que a propositura do procedimento arbitral não resultará em impacto nas operações do projeto, ou na continuidade do fornecimento de GNL nos termos do LNG SPA. Conforme mencionado na nota explicativa 14, em 19/09/2022, foi concluído o processo de reestruturação societária da UTE GNA II Geração de Energia S.A ("UTE GNA II"), que representa a consolidação dos acordos entre os acionistas. Foram transferidas as ações detidas pela GNA Infra na UTE GNA II para a Junergy Ltda ("Junergy") e BP Gás & Power ("BPGIL"). A Cia. também trabalha no desenvolvimento de novos projetos, com o intuito de participar em futuros leilões de energia, de modo a viabilizar a implantação de outros empreendimentos. ***Licenças e autorizações:*** A controlada em conjunto indireta UTE GNA I possui licenças ambientais preliminares para 1,3 GW em termelétrica em ciclo combinado. **Descrição:** Licença prévia e de instalação aprovando a concepção localização, e implantação de canteiro de obras temporário e área aproximadamente 65.000m², contemplando a supressão de 277 indivíduos arbóreos nativos isolados em área de 5,89ha de pasto e de 0,06ha de cercas vivas de espécie exótica Euphorbia tirucalli (gaiolinha) e agrupamentos de espécie exótica Syzygium cumini (jamelão). **Documento:** LPI nº IN047115. **Data de Emissão:** 12/11/2018. **Vigência:** 12/11/2023. **Descrição:** Licença de Operação para Linha de Transmissão Açu-Campos de 345 kV, com aproximadamente 52 km de extensão e a subestação UTE Novo Tempo GNA II (UTE GNA I). **Documento:** LO Nº IN006540. **Data de Emissão:** 26/05/2020. **Vigência:** 26/05/2030. **Descrição:** (i) Ficam excluídas as condições de validade nº 15 e 21. (ii) Fica incluída a condição de validade n°41: 41-Atender à Resolução INEA n° 64/2012, que dispõe sobre a apresentação de Inventário de Emissão de Gases de Efeito Estufa para fins de licenciamento ambiental no RJ. (iii) Ficam alteradas as condições de validade nº 8, 14, 17, 32.6 e 32.7: 8- A empresa deverá exigir, via contrato, a vinculação das empresas terceirizadas ao PROCON FUMAÇA PRETA (Resolução CONEMA Nº. 58/13) e enviar anualmente cópia ao INEA. Caso possua ou venha a adquirir frota veicular a diesel própria, deverá atender à NOP-INEA-14. 14- Atender à NOP INEA – 01: Programa de monitoramento de emissões de fontes fixas para a atmosfera – PROMON AR, aprovada pela Resolução CONEMA N° 84/2018, monitorando, semestralmente, as chaminés dos geradores de energia elétrica, para os parâmetros: Material Particulado Total (MPT), Óxidos de Nitrogênio (NOx) e Óxidos de Enxofre (SOx). 17- Aferir níveis de pressão sonora utilizando metodologia atualizada condizente com a norma estabelecida pela ABNT NBR 10151:2019 Versão Corrigida: 2020. 32.6- Realizar campanhas semestrais para os Programas de Monitoramento da Fauna Terrestre, Monitoramento da Biota Marinha, Monitoramento de Cetáceos e Monitoramento dos Quelônios. 32.7- Manter durante toda a operação o programa de foto mitigação ambiental e evitar a formação de horizonte luminoso, conforme determina a Portaria nº. 11/95 do IBAMA/MMA. **Documento:** LO Nº IN051350 / AVB004490. **Data de Emissão:** 28/05/2020. **Vigência:** 26/05/2030. **Descrição:** Licença autoriza a operação da Usina Termelétrica UTE GNA I, a gás natural, com capacidade instalada de 1.338,3MW em ciclo combinado e sua infraestrutura auxiliar (utilidades, tratamento de água e unidade de dessalinização, prédios administrativos, oficina, contêineres, sala de estocagem e laboratório), além da realização de captura, transporte, resgate e monitoramento de fauna silvestre, na FAZENDA SACO DANTAS, S/N, AREA 1 E AREA 2 – UTE GNA I – PRAIA DO AÇU, município SÃO JOÃO DA BARRA. **Documento:** LO Nº IN051787. **Data de Emissão:** 08/12/2020. **Vigência:** 08/12/2028. **Descrição:** Autorização de Supressão de Vegetação de 0,068 ha, cuja localização encontra-se delimitada pelas seguintes coordenadas, em projeção UTM e datum. **Documento:** ASV Nº 2033.9.2021.28072. **Data de Emissão:** 13/08/2021. **Vigência:** 13/08/2023. **a. Continuidade operacional:** As DFs foram preparadas com base na continuidade operacional, o que pressupõe que a Cia. obterá recursos financeiros suficientes para gerar fluxo de caixa futuro. A Cia. reconheceu um prejuízo líquido de R$ 149.614 na controladora e R$ 160.227 no consolidado para o exercício findo em 31/12/2022 e R$ 55.340 na controladora e R$ 78.483 no consolidado em 31/12/2021 e, o ativo circulante excede o passivo circulante em R$ 24.030 na controladora, e R$ 198.792 no consolidado para o exercício findo em 31/12/2022 e R$ 2.131 na controladora e R$ 367.292 no consolidado em 31/12/2021. • **UTE GNA I:** A controlada em conjunto indireta UTE GNA I auferiu prejuízo líquido no montante de R$ 398.611 para o período findo em 31/12/2022 (e prejuízo líquido de R$ 346.291 em 31/12/2021), e nessa data, o passivo circulante excede o ativo circulante em R$ 3.098.543 (o passivo circulante excede o ativo circulante em R$ 173.058 em 31/12/2021). Para o exercício de 2022, em decorrência de eventos não recorrentes, foi apurado o índice de Cobertura sobre o Serviço da Dívida ("ICSD") abaixo do limite estabelecido em contrato no montante de 1,10 vezes. Devido à quebra de covenant, a UTE GNA I fez a transferência do empréstimo que estava no passivo não circulante para o passivo circulante no montante de R$3.062.751 em função do não atingimento do covenants. O que ocasionou em um aumento de seu capital circulante líquido negativo. Esse aumento não gera incerteza sobre a continuidade operacional, devido aos seguintes pontos: • Comprometimento de contribuição de capital dos acionistas conforme previsto contratualmente em prazo e montante para curar o covenant, evitando o inadimplemento perante dívida: • A contribuição de capital dos acionistas descrita acima acontecerá da seguinte forma: • Os acionistas Prumo e BP autorizam a GNA HoldCo a liberar a GNA Infra a utilizar parcialmente a sua conta ACEC (*Additional Contingent Equity Commitments*) conforme mencionado na nota 10; • A GNA Infra juntamente com os outros acionistas da UTE GNA I aportam em conjunto na Cia. para o processo de cura descrito acima. • Com a entrada em operação comercial da UTE GNA II (prevista para 2025), haverá o compartilhamento de custos a partir do seu comissionamento (em meados de 2024), o que irá gerar uma diminuição dos custos da UTE GNA I; • A avaliação dos fluxos de caixa futuros demonstra que a UTE GNA I terá geração de caixa suficiente para pagamentos das parcelas da dívida e de seus compromissos. Com todos os pontos citados acima, a Cia. não reconhece incerteza sobre a capacidade operacional da sua controlada em conjunto UTE GNA I. Em função da avaliação efetuada, a Administração entende que o plano de negócios, demonstra que a Cia. obterá recursos financeiros suficientes para gerar fluxo de caixa no futuro previsível. Portanto, as DFs individuais e consolidadas da Cia. foram preparadas com base em continuidade operacional.

2 Empresas do grupo

	País	Participação acionária 2022	Participação acionária 2021
Controladas diretas			
Gás Natural Açu Infraestrutura ("GNA Infra")	Brasil	93,02%	93,02%
Controladas em conjunto indiretas			
UTE GNA I Geração de Energia S.A ("UTE GNA I")	Brasil	44,89%	44,89%
UTE GNA II Geração de Energia Ltda ("UTE GNA II") (a)	Brasil	-	44,88%

(a) Em 28/01/2021 houve a subscrição de novas ações da UTE GNA II para a entrada da SPIC no montante de R$ 280.000 por 33% de participação, onde a parcela da GNA Infra foi R$ 125.673. Em 17/11/2021 foram celebrados acordos entre os acionistas com condições precedentes para a saída da GNA Infra na participação da UTE GNA II. Constante destes acordos o montante total de subscrição da SPIC foi reduzido de R$ 280.000 para R$ 219.000. Em 19/09/2022, foi concluído o processo de reestruturação societária da UTE GNA II, que representa a consolidação dos acordos entre os acionistas. Foram transferidas as ações detidas pela GNA Infra na UTE GNA II para a Junergy e BPGIL. **3 Base de preparação: Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC):** As DFs individuais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e as DFs consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A emissão das DFs foi autorizada pela Diretoria em 30/03/2023. Detalhes sobre as políticas contábeis da Cia. estão apresentadas na nota explicativa 7. **4 Base de mensuração:** As DFs foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de certos instrumentos financeiros que foram mensurados pelo valor justo por meio do resultado e instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **5 Moeda funcional:** Estas DFs estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Cia.. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **6 Uso de estimativas e julgamentos:** Julgamentos, estimativas e premissas são utilizados para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das DFs da Cia.. A determinação destas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem a avaliação de vida útil do ativo imobilizado, a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados, intangíveis, a avaliação do valor recuperável do I.R. e C.S. diferidos, instrumentos financeiros, dentre outros, de sua controlada em conjunto indireta que pode impactar o investimento reconhecido na Cia.. A liquidação futura das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas DFs devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Cia. revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31/12/2021 e 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal está incluída: • **Nota explicativa 14 ativo e passivo mantido para venda** – determinação do valor justo menos custos de venda da Cia., de ativos mantidos para venda. • **Nota explicativa 16.1 – Avaliação de trigger para impairment** – principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos investimentos. **7 Principais políticas contábeis:** A Cia. aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas DFs, salvo indicação ao contrário. **a. Base de Consolidação:** ***(i) Perda de controle:*** Quando a Cia. perde o controle sobre uma controlada, desreconhece os ativos e passivos e passa a reconhecer o resultado das operações dessa antiga controlada pelo método de equivalência patrimonial a partir do mês em que ocorre a perda de controle, e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Cia. retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada ao seu valor justo na data em que há a perda de controle. A Cia. utilizou como base o CPC 36 (R3) B99 e ICPC 09 (R2) e reclassificou para resultado do exercício os ganhos reconhecidos até a data da perda de controle, anteriormente classificados como outros resultados abrangentes. ***(ii) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial:*** Os investimentos da Cia. em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem sua participação em empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures). Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Cia. o controle compartilhado da entidade e dá a Cia. direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as DFs incluem a participação da Cia. no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas DFs individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método. ***(iii) Transações eliminadas na consolidação:*** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Cia. na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **b. Operações descontinuadas:** Uma operação descontinuada é um componente de um negócio da Cia. que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto da Cia. e que: • Representam uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações; • São parte de um plano individual coordenado para venda de uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações; ou • São de uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de revenda. A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações do resultado e do resultado abrangente comparativas são reapresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo. **c. Instrumentos financeiros:** ***(i) Ativos financeiros:*** Os ativos financeiros incluem caixa e equivalente de caixa, contas a receber entre partes relacionadas e derivativos. A Cia. reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Cia. se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro que não possua um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido dos custos de transação que são atribuíveis à sua aquisição ou emissão – para um item que não é a valor justo por meio do resultado (VJR). Um contas a receber de partes relacionadas sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. A Cia. deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Cia. transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Cia. não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro. **(ii) Passivos Financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR. **d. Imobilizado:** ***Reconhecimento e mensuração:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). ***Depreciação:*** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. Definida em termos da utilização esperada do ativo para a entidade. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado em uso são as seguintes: Equipamentos de informática: 5 anos; Móveis e utensílios: 10 anos; Máquinas e equipamentos: 10 anos; Benfeitorias em propriedades de terceiros: 25 anos. **e. Intangível:** Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), quando aplicável. A vida útil estimada do ativo intangível são: Licença de uso de Software: 5 anos. **f. Redução ao valor recuperável** ***("Impairment"): Ativos não financeiros:*** Os valores contábeis dos ativos não financeiros com vida útil definida são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado anualmente. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado anualmente. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa ("UGC") exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao calcular o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita as condições de mercados vigentes quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes a UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a outros ativos (exceto ágio) é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. ***Ativos financeiros não-derivativos:*** A Cia. reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: • Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; **g. I.R. e C.S.:** O I.R. e a C.S. do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para I.R. e 9% sobre o lucro tributável para C.S. sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de C.S., limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com I.R. e C.S. compreende os impostos de renda e C.S. correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios

GÁS NATURAL AÇU S.A.

CNPJ nº 11.472.927/0001-40

um preço cotado em um mercado ativo, a Cia. utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Cia. mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação – ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Cia. determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. Para mensuração e determinação do valor justo, a Cia. utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. A Cia. optou pelo nível 3 na mensuração ao valor justo na operação de ativo disponível para venda. **k. Moeda estrangeira:** ***Transações em moeda estrangeira:*** Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Cia. pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **l. Ativos e passivos mantidos para venda e operações descontinuadas:** Os ativos e passivos não circulantes ou grupo de ativos e passivos mantidos para venda são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo. Os ativos e passivos, ou grupo de ativos e passivos, mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidas para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado. Uma vez classificados como mantidos para venda, qualquer investimento mensurado pelo método da equivalência patrimonial não é mais sujeito à aplicação do método. Em atendimento a norma CPC 31/IAS 5 – ativos e passivos mantidos para venda e operações descontinuadas, a Cia. evidenciou em suas DFs os efeitos das operações descontinuadas nas: • Demonstrações do resultado do exercício; • Demonstrações dos resultados abrangentes; • Demonstrações do fluxo de caixa; • Nota explicativa 14 – Ativos e passivos mantidos para venda e operações descontinuadas; • Nota explicativa 16 – Investimentos; • Nota explicativa 17 – Imobilizado; • Nota explicativa 18 – Intangível; • Nota explicativa 19 – Fornecedores; • Nota explicativa 24 – Despesas gerais administrativas; • Nota explicativa 27 – Resultado financeiro. **8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º/01/2022. A Cia. não adotou essas normas na preparação destas DFs. As seguintes normas alteradas e interpretações estão sendo avaliadas pela Cia., que não espera impactos significativos nas DFs: • CPC 50 / IFRS 17 – Contratos de Seguros; • Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2); • Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8); • Classificação dos passivos como circulante e não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1); • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12).

9 Caixa e equivalente de caixa

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Caixa e bancos	30	24	75	56
Aplicações financeiras				
Aplicações financeiras	27.965	4.576	39.002	32.703
	27.965	**4.576**	**39.002**	**32.703**
	27.995	**4.600**	**39.076**	**32.759**
Provisão de perda esperada (a)	(3)	-	(21)	(20)
Total	**27.992**	**4.600**	**39.056**	**32.739**

(a) As perdas financeiras estimadas foram calculadas com base nas taxas de perda de um estudo de Corporate Default publicado pela S&P em 03/04/2022, referente a 15 anos de dados coletados pela mesma sobre o risco de default de empresas em cada nível de rating. O saldo de caixa e equivalente de caixa em 31/12/2022 e 2021 é composto por conta corrente nos bancos Santander, Bradesco, Itaú, aplicação CDB Santander e aplicação automática no banco Itaú, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. O caixa e equivalentes de caixa são detidos com contrapartes bancárias e financeiras, que foram agrupados em 5 níveis, separados entre AAA e BB de acordo com seu rating na Fitch Ratings, Moody's e Standard & Poor's. Conforme apresentado na tabela abaixo, as contrapartes em que a Cia. possui saldos em aberto em 31/12/2022 e 2021 são classificadas em AAA, com base na média de suas classificações nas empresas de rating listadas acima. A posição de perda estimada no caixa e equivalentes de caixa foi calculada com base na taxa de perda esperada de 12 meses e reflete os prazos de vencimento das exposições de risco.

Em milhares de Reais

	Nível de Risco	Rating	Saldo Bruto	Taxa de perda (1)	Provisão de Perda
Controladora	Nível 1	AAA	27.992	0,01%	(3)
Consolidado	Nível 1	AAA	39.056	0,01%	(21)

(1) Taxa de Perda considera o Global Corporate Average Default Rate para 1 ano divulgado pela S&P em 03/04/2022. A movimentação da perda estimada no ano foi:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2020	-	-
Adição	-	(20)
Saldo em 31/12/2021	-	(20)
Adição	(3)	(1)
Saldo em 31/12/2022	(3)	(21)

10 Depósitos bancários vinculados

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Depósito vinculado	-	-	160.689	146.647
Total	-	-	**160.689**	**146.647**
Circulante	-	-	160.689	146.647
Total	-	-	**160.689**	**146.647**

Em 28/01/2021, a GNA Infra constituiu depósitos vinculados junto ao Citibank Brasil, agente de contas dos financiadores da UTE GNA I. O montante de R$ 142.891, acordado com os financiadores da UTE GNA I e conforme estabelecido nos contratos de financiamento, foi aplicado em um fundo de investimentos do BNPP, como *Escrow Account*, para garantia de serviço da dívida da controlada em conjunto indireta UTE GNA I, e será realizado caso a controlada em conjunto indireta UTE GNA I não tenha recursos próprios para o pagamento da parcela da dívida. Em 25/06/2021, a Cia. utilizou parte do saldo da conta Escrow para realizar um mútuo para a controlada em conjunto indireta UTE GNA I a fim de cobrir o pagamento do serviço da dívida vincendo em 1º/07/2021. Este mútuo foi quitado em 09/08/2021 com recursos provenientes da emissão de debêntures da controlada em conjunto indireta UTE GNA I. Conforme mencionado na nota 1 parte do valor que está em depósito bancário vinculado será destinado para ACEC da controlada em conjunto indireta UTE GNA I, respeitando os prazos estabelecidos do Acordo de Equity Cure. O valor residual após a utilização do ACEC da controlada em conjunto indireta UTE GNA I, manterá a finalidade de cobertura de serviço da dívida da UTE GNA I, caso haja a necessidade. A movimentação em 31/12/2022 da aplicação financeira foi:

	Controladora Fundo de Investimento BNPP	Controladora Total	Consolidado Fundo de Investimento BNPP	Consolidado Total
Saldo em 31/12/2020	-	-	-	-
Constituição de depósito vinculado	-	-	142.891	142.891
Resgate parte do depósito vinculado	-	-	(95.223)	(95.223)
Recebimento parte do depósito vinculado	-	-	95.223	95.223
Rendimento de aplicações financeiras	-	-	3.756	3.756
Saldo em 31/12/2021	-	-	**146.647**	**146.647**
Rendimento de aplicações financeiras	-	-	14.042	14.042
Saldo em 31/12/2022	-	-	**160.689**	**160.689**

11 Partes relacionadas: A Cia. adota as práticas de Governança Corporativa recomendadas e/ou exigidas pela legislação e regulamentação em vigor. O Acordo de Acionistas da Cia. estabelece diretrizes que visam assegurar que as transações entre a Cia. e suas partes relacionadas sejam realizadas no melhor interesse da GNA, com independência e transparência, de forma a prevenir situações de potencial conflito de interesses quando da realização de operações envolvendo partes relacionadas. Além disso, o Código de Conduta da GNA estabelece regras com o objetivo de prevenir situações de conflito de interesses envolvendo qualquer colaborador da Cia., as quais são aplicáveis a todos os colaboradores e *stakeholders* da GNA. Em conformidade com a Lei das S.A., os membros do Conselho de Administração da Cia. estão proibidos de deliberar sobre qualquer matéria ou de atuar em quaisquer operações ou negócios nos quais tenham interesses conflitantes com os da Cia.. Os principais saldos de ativos e passivos em 31/12/2022 e 2021, relativos às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do período, são decorrentes de transações da Cia. com empresas sob controle comum, membros da Administração e outras partes relacionadas, como segue:

Ativo:	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Contas a receber e despesas a recuperar – circulante				
GNA Infra – controlada direta (a)	32	20	-	-
UTE GNA I – controlada em conjunto da controlada direta (a)	288	203	301	212
UTE GNA II – Investida de acionista não controlador pertencente ao mesmo grupo econômico (a)	366	291	378	300
Total	**686**	**514**	**679**	**512**
Contas a receber – mútuo – não circulante				
UTE GNA I – controlada em conjunto da controlada direta (c)	-	-	82.075	73.171
Total	-	-	**82.075**	**73.171**
Passivo:				
Contas a pagar – circulante				
GNA Infra – controlada direta (a)	62	48	-	-
UTE GNA I – controlada em conjunto da controlada direta (a)	423	353	673	526
UTE GNA II – Investida de acionista não controlador pertencente ao mesmo grupo econômico (a)	5	-	5	-
Prumo Logística S.A – Acionista direto (b)	3	-	3	-
Total	**493**	**401**	**681**	**526**

Resultado:	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Gastos compartilhados				
GNA Infra – Controlada direta (a)	(273)	(553)	(273)	(553)
UTE GNA I – controlada em conjunto da controlada direta (a)	(945)	(813)	(3.331)	(2.533)
UTE GNA II – Investida de acionista não controlador pertencente ao mesmo grupo econômico (a)	4.058	4.236	4.118	4.600
Prumo Logística S.A – Acionista direto (b)	-	2.401	-	2.810
Porto do Açu Operações S.A – Investida de acionista (b)	-	1.120	-	1.436
Total	**2.840**	**6.391**	**514**	**5.760**

Receitas financeiras	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
UTE GNA I – controlada em conjunto da controlada direta (c)	-	-	8.904	3.418
UTE GNA II – Investida de acionista não controlador pertencente ao mesmo grupo econômico (c)	-	-	15.481	3.564
Total	-	-	**24.385**	**6.982**

(a) Contrato de compartilhamento de gastos com pessoal e outras despesas entre as empresas do grupo GNA; (b) Compartilhamento de outras despesas gerais ocorridas entre empresas do grupo GNA e Prumo; (c) Mútuos realizados em fevereiro, maio, junho e setembro de 2021. Em fevereiro, maio, junho e setembro de 2021, a GNA Infra, fez aportes nas investidas UTE GNA I e UTE GNA II como mútuo. O mútuo com a UTE GNA II foi totalmente liquidado em 01/11/2022 com a conclusão da reorganização societária. O mútuo com a UTE GNA I possui vencimento vinculado aos pagamentos subordinados (*).Veja abaixo a movimentação:

Descrição	UTE GNA I 100% CDI	UTE GNA II 100% CDI (i)	Total
Saldo em 31/12/2020	-	-	-
Liberação principal	164.149	138.113	302.262
Juros apropriados	3.418	3.564	6.982
IOF apropriado	3.112	-	3.112
Recebimento principal	(95.222)	-	(95.222)
Recebimento IOF	(1.793)	-	(1.793)
Recebimento juros	(493)	-	(493)
Transferência para ativo disponível para venda (i)	-	(141.677)	(141.677)
Saldo em 31/12/2021	**73.171**	-	**73.171**
Juros apropriados	8.904	-	8.904
Liquidação do ativo disponível para venda	-	-	-
Saldo em 31/12/2022	**82.075**	-	**82.075**

(i) Em dezembro de 2021, a parcela do mútuo da UTE GNA II foi transferida para a linha como ativo disponível para venda no consolidado. Em novembro de 2022 foi concluída a reorganização societária da UTE GNA II, onde a parcela do mútuo e AFAC foi recebido pela GNA Infra. (*) Contrato com acionistas com pagamento subordinado – Dentro do Acordo de acionistas na empresa UTE GNA I há contratos que possuem a cláusula de pagamento subordinado. Os contratos subordinados são: Porto do Açu contrato de arrendamento do terreno, contrato de O&M e LTMP parcela fixa com a Siemens Energy e contrato de *Flexible fee* com a BP Global. Os montantes referentes à remuneração dos membros da Administração estão apresentados abaixo:

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Diretores				
Pró-labore	(333)	(438)	(546)	(669)
Bônus	(2.366)	(1.614)	(2.366)	(1.968)
Benefícios e Encargos	(101)	(132)	(165)	(202)
Total	**(2.800)**	**(2.184)**	**(3.077)**	**(2.839)**

12 Despesas antecipadas

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Ativo circulante				
Assinatura eletrônica	5	75	10	75
Licenciamento LP TGNL (a)	33	-	33	-
Total	**38**	**75**	**43**	**75**
Ativo não circulante				
Licenciamento LP TGNL (a)	150	-	150	-
Total	**150**	-	**150**	-

(a) Licenciamento LP TGNL – Documento expedido pelo INEA (Instituto Estadual Meio Ambiente) referente a licença provisória TGNL (tancagem, gasoduto e terminal) com prazo de 60 meses.

13 Impostos a recuperar

Ativo circulante	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Impostos a recuperar				
I.R. retido na fonte ("IRRF")	286	43	2.152	1.636
PIS / COFINS a recuperar	21	20	21	20
ISS a recuperar	4	4	4	4
Total	**311**	**67**	**2.177**	**1.660**
I.R. e C.S. a recuperar				
I.R. e C.S. ("IRPJ/CSLL")	610	528	14.109	9.013
Total	**610**	**528**	**14.109**	**9.013**
Ativo não circulante				
I.R. e C.S. a recuperar				
I.R. e C.S. ("IRPJ/CSLL")	202	218	202	218
Total	**202**	**218**	**202**	**218**

14 Ativos e passivos não circulantes mantidos para venda: Em 17/11/2021, BP Global Investments Limited ("BPGIL"), Gás Natural Açu S.A. ("GNA HoldCo"), Gás Natural Açu Infraestrutura as ("GNA Infra"), Prumo, Siemens Energy Finance BV ("SEF"), Siemens Gas and Power Holding, BV ("SGPH"), Siemens Energy Inc., SPIC Brasil Térmicas e Participações SA ("SPIC"), UTE GNA II, e, como interveniente- anuentes, Siemens Participações Ltda. ("Siemens Par") e UTE GNA I firmaram o Contrato "Notice to Proceed Agreement" ("Contrato NTP"), o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outros Covenants da UTE GNA II ("GNA II SPA"), o Contrato de Mútuo BPGIL, Contrato de Mútuo SPIC, Contrato de Empréstimo SEF (em conjunto, os "Empréstimos NTP") e documentação acessória. O Contrato NTP é o acordo principal que prevê regras sobre diversos assuntos relacionados à operação, com destaque para (i) a emissão, pela UTE GNA II, do Notice to Proceed ("NTP") no âmbito do Contrato de Engenharia, Aquisição e Construção ("Contrato EPC TPP GNA II"), celebrado entre a UTE GNA II, Siemens Aktiengesellschaft, Andrade Gutierrez Engenharia S.A. e AG Construções e Serviços S.A., em 21/01/2020, conforme alterado; (ii) a execução dos Empréstimos NTP entre UTE GNA II, por um lado, e BPGIL, SPIC e SEF, por outro; (iii) a alienação das ações UTE GNA II detidas pela GNA Infra à BPGIL e SGPH mediante a celebração do GNA II SPA; (iv) o aditamento ao Acordo de Acionistas UTE GNA II a ser celebrado no Closing do GNA II SPA; (v) a transferência das ações UTE GNA II da Siemens Par para a SGPH, entre outros assuntos. De acordo com os Empréstimos NTP, BPGIL, SPIC e SEF concederam empréstimos à UTE GNA II para cobrir, entre outros custos, o pagamento do NTP sob o Contrato EPC TPP UTE GNA II, antes do Financial Closing, e custos e despesas relacionados ao projeto UTE GNA II. De acordo com o GNA II SPA, na data do Closing, a GNA Infra venderá e transferirá todas as suas ações da UTE GNA II para SGPH e BPGIL, ou qualquer de suas afiliadas. A consumação de tal operação estava sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes previstas no contrato, tais como a aprovação das autoridades de defesa da concorrência, anuência do BNDES, entre outras. Em atendimento ao CPC 31/IFRS 5 – ativo disponível para venda, onde informa que o valor contábil a ser registrado deverá ser o menor entre o valor da transação e o valor do investimento contábil. A análise foi feita da seguinte forma:

Valor contábil (investimento)	Valor da transação
R$ 121.935 – Parcela do investimento	R$ 141.676 – Mútuo em UTE GNA II
R$ 251.200 – Parcela registrada referente a perda de controle	R$ 46.249 – AFAC em UTE GNA II
	R$ 26.028 – outros passivos financeiros
R$ 373.135 – Total valor contábil	**R$ 213.953 – Total valor da transação**

Conforme mencionado na nota 2, em 19/09/2022, foi concluído o processo de reestruturação societária da UTE GNA II, que representa a consolidação dos acordos entre os acionistas. Foram transferidas as ações detidas pela GNA Infra na UTE GNA II para a Junergy e BPGIL. O montante líquido de ativos e passivos disponível para venda é de R$ 187.925 e os juros referente ao mútuo entre GNA Infra e UTE GNA II é de R$ 15.482, totalizando um montante de R$ 203.407 no qual foi transferido para linha de contas a receber de partes relacionadas e foi liquidado em 1º/11/2022.

15 Participações Societárias: a. Participações societárias

2022 Investida direta	% de participação	Quantidade ações / quotas	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Capital social	Reserva de capital	Ajuste avaliação patrimonial	Prejuízo acumulado
GNA Infra	93,02%	8.179	786.303	37.172	749.131	650.756	442.541	(48.917)	(295.249)

2021 Investida direta	% de participação	Quantidade ações / quotas	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Capital social	Reserva de capital	Ajuste avaliação patrimonial	Prejuízo acumulado
GNA Infra	93,02%	9.579	1.174.468	58.448	1.116.020	650.756	650.756	(42.185)	(143.307)

b. Movimentações dos investimentos

Controladora						
Investida direta	2021	Equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial (**)	Ganho/ perda – % variação	Efeito de transação com acionistas (*)	2022
GNA Infra	1.038.101	(141.329)	(5.829)	-	(194.113)	696.830

Controladora						
Investida direta	2020	Equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial (**)	Ganho/ perda – % variação	Efeito de transação com acionistas	2021
GNA Infra	1.107.523	(51.555)	(20.069)	462	–	1.038.101

(*) Na AGE de 01/07/2022, foi convencionado o cancelamento de até 1.400 ações pelo preço de ação de R$ 138.565,92 que totalizam R$ 194.113, que foram recebidas junto a GNA Infra no exercício de 2022. Estas ações canceladas eram referente ao caixa disponível, AFAC e Mútuo com a UTE GNA II. Esta parcela foi integralmente reduzida na linha de reserva de capital, da investida direta. O capital social não foi alterado. (**) Ajuste avaliação patrimonial movimentação:

	2022	2021
Outros resultados abrangentes reconhecidos no resultado pela perda de controle na alienação de investimentos	-	(6.412)
Ganhos e perdas operações hedge	(5.825)	(13.657)
	(5.825)	**(20.069)**

Consolidado			
Investida indireta	2021	Equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	2022
UTE GNA I	701.809	(178.937)	(6.731)	516.141
Total	**701.809**	**(178.937)**	**(6.731)**	**516.141**

Consolidado										
Investida indireta	2020	Aumento de capital	Reserva de capital	Equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	AFAC	Atualização do Disponível para venda – janeiro de 2021	Efeito de diluição	Ajuste a valor justo	Ativo mantido para venda	2021
UTE GNA I	793.926	–	–	(168.014)	(14.648)	–	17.822	–	72.723	–	701.809
UTE GNA II (i)	4.711	–	–	(11.577)	–	2.780	348	125.673	251.200	(373.135)	–
Total	**798.637**	–	–	**(179.591)**	**(14.648)**	**2.780**	**18.170**	**125.673**	**323.923**	**(373.135)**	**701.809**

(i) Em 31/12/2021, o investimento referente a parcela da empresa UTE GNA II foi reclassificado para ativo mantido para venda. **15.1 Teste de valor recuperável para os ativos não circulantes (*"impairment"*):** De acordo com o CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos, a Administração avalia a recuperabilidade dos seus ativos quando existirem indicativos de desvalorização, de forma a verificar potenciais perdas por incapacidade de recuperação dos valores contábeis. Em face a discussão com a BP Gás Marketing ("bpGM") – parte do grupo econômico BP, fornecedor de gás natural liquefeito da UTE GNA I, acerca da interpretação do mecanismo de precificação do LNG Sale and Purchase Agreement, celebrado entre a bpGM e a UTE GNA I em 17/11/2017, a Cia. procedeu avaliação de recuperabilidade do seu investimento na controlada em conjunto UTE GNA I em 31/12/2021. Na data base da avaliação a Cia. utilizou o valor em uso tendo como base as premissas listadas abaixo que inclui fatores internos e externos: • Cenário macroeconômico do país; • Período do fluxo de caixa de 22 anos; • Taxa de desconto efetiva – custo de capital próprio efetivo *"ke"* de 11,79%. O Custo de capital próprio foi obtido através de um modelo CAPM que considerou uma amostra de empresas do mesmo segmento e seus respectivos riscos *"Unlevered Beta"*. A projeção da estrutura de capital utilizada para alavancagem do índice beta foi a mediana da estrutura das empresas contidas na amostra supracitada. Para a projeção do fluxo de caixa foram utilizadas premissas de curto e longo prazo baseadas no último ciclo orçamentário da UTE GNA I. Este exercício financeiro é realizado anualmente e contempla a avaliação e atualização de premissas de receitas e custos operacionais, incluindo volume de despacho, para toda a vigência do CCEAR (Contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado). Estes valores são atualizados no modelo financeiro da UTE GNA I onde são realizadas as projeções de resultados a nível de balanço patrimonial, demonstração de resultado do exercício e fluxo de caixa. Para o longo prazo o modelo financeiro da UTE GNA I considera os valores base do exercício orçamentário sendo reajustados com base em suas premissas contratuais específicas e índices projetados nos cenários macroeconômicos adotados, até a data fim dos CCEARs, maio de 2044. Em 31/12/2021, após revisão do teste de Impairment, a Cia. não identificou a necessidade de constituição de provisão para recuperabilidade de seus ativos da UTE GNA I. Para 31/12/2022, não houve mudanças nos fatores internos e externos que impactassem significativamente o teste efetuado em 31/12/2021 para a UTE GNA I, portanto, a Cia. não efetuou teste de Impairment. A Cia. analisou as premissas utilizadas para avaliação de trigger de Impairment e não identificou a necessidade de realização do teste.

16 Imobilizado

Controladora	Gastos de desenvolvimento de projetos (i)	Benfeitoria em propriedades de terceiros	Equipamentos de TI	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Total
Saldo em 31/12/2020	3.305	1.615	587	313	3	5.823
Adições	2.158	-	-	-	-	2.158
Depreciação	-	(72)	(222)	(40)	-	(334)
Saldo em 31/12/2021	5.463	1.543	365	273	3	7.647
Custo	5.463	1.758	1.111	395	4	8.731
Depreciação acumulada	-	(215)	(746)	(122)	(1)	(1.084)
Saldo em 31/12/2021	5.463	1.543	365	273	3	7.647
Adições	1.363	-	-	-	-	1.363
Baixas	-	(1.234)	(3)	(31)	-	(1.268)
Depreciação	-	(67)	(222)	(39)	-	(328)
Saldo em 31/12/2022	6.826	242	140	203	3	7.414
Custo	6.826	288	1.099	343	4	8.560
Depreciação acumulada	-	(46)	(959)	(140)	(1)	(1.146)
Saldo em 31/12/2022	6.826	242	140	203	3	7.414
Taxa de depreciação	-%	4%	20%	10%	10%	

Consolidado	Gastos de desenvolvimento de projetos	Benfeitoria em propriedades de terceiros	Equipamentos de TI	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Total
Saldo em 31/12/2020	3.581	1.615	700	313	3	6.212
Adições	2.415	-	-	-	-	2.415
Depreciação	-	(72)	(267)	(40)	-	(379)
Saldo em 31/12/2021	5.996	1.543	433	273	3	8.248
Custo	5.996	1.758	1.329	395	4	9.482
Depreciação acumulada	-	(215)	(896)	(122)	(1)	(1.234)
Saldo em 31/12/2021	5.996	1.543	433	273	3	8.248
Adições	1.693	-	-	-	-	1.693
Baixas	(6)	(1.234)	(5)	(31)	-	(1.276)
Depreciação	-	(67)	(267)	(39)	-	(373)
Saldo em 31/12/2022	7.683	242	161	203	3	8.292
Custo	7.683	524	1.324	364	4	9.899
Depreciação acumulada	-	(282)	(1.163)	(161)	(1)	(1.607)
Saldo em 31/12/2022	7.683	242	161	203	3	8.292
Taxa de depreciação	-%	4%	20%	10%	10%	

(i) Os principais projetos em desenvolvimento pela Cia. são: • GASINF – 7 gasodutos licenciados que ligam as instalações da GNA à Rede de Transportes (GASDUC III). Extensão: 105 km | Diâmetro: 26" | Capacidade: 20 MM m³/d (cada). Foi emitida uma licença prévia em 27/05/2022, e os estudos de direito de passagem já foram concluídos. • GASOG – 2 gasodutos licenciados ligando as instalações da GNA à Rede de Transportes (GASCAV). Extensão: 45,4 km | Diâmetro: 18" | Capacidade: 10 MM m³/d (cada). Foi emitida uma licença prévia em 20/12/2019.

17 Intangível

	Controladora Licenças de uso de software	Controladora Total	Consolidado Licenças de uso de software	Consolidado Total
Saldo em 31/12/2020	22	22	28	28
Amortização	(2)	(2)	(4)	(4)
Saldo em 31/12/2021	20	20	24	24
Custo	22	22	28	28
Amortização acumulada	(2)	(2)	(4)	(4)
Saldo em 31/12/2021	20	20	24	24
Amortização	(1)	(1)	(2)	(2)
Saldo em 31/12/2022	19	19	22	22
Custo	22	22	28	28
Amortização acumulada	(3)	(3)	(6)	(6)
Saldo em 31/12/2022	19	19	22	22
Taxa de amortização	20%		20%	

18 Fornecedores

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Fornecedores nacionais	341	311	352	331
Despesas provisionadas – fornecedores nacionais	779	-	818	-
Total	**1.120**	**311**	**1.170**	**331**

19 Salários e encargos a pagar

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Gratificações a pagar	3.160	2.281	3.268	2.731
Férias	77	72	139	130
Encargos sobre férias	43	40	87	83
INSS	564	441	567	518
FGTS	14	11	19	15
Seguros	4	5	11	13
Total	**3.862**	**2.850**	**4.091**	**3.490**

20 Impostos e contribuições a recolher

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Passivo circulante				
Impostos e contribuições a recolher				
I.R. retido na fonte ("IRRF")	120	91	134	105
INSS terceiros	6	-	6	-
PIS/COFINS a recolher	15	3	145	91
PIS/COFINS/ CSLL – Retenção	12	13	12	16
Total	**153**	**107**	**297**	**212**
I.R. e C.S. a recolher				
I.R. e C.S. ("IRPJ/CSLL")	-	-	11.743	6.736
Total	-	-	**11.743**	**6.736**

21 Impostos diferidos

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Impostos diferidos passivo	-	-	24.726	24.726
Total	-	-	**24.726**	**24.726**

	Controladora Impostos diferidos ativos	Controladora Impostos diferidos passivos	Consolidado Impostos diferidos ativos	Consolidado Impostos diferidos passivos
Saldo em 31/12/2020	-	-	-	-
Diferença temporal – Remensurações participação valor justo	-	-	-	24.726
Saldo em 31 de dezembro 2021	-	-	-	**24.726**
Saldo em 31 de dezembro 2022	-	-	-	**24.726**

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Prejuízo contábil antes dos impostos	**(149.614)**	**(55.340)**	**(148.484)**	**11.383**
Alíquota I.R. e C.S.	34%	34%	34%	34%
I.R. e C.S. diferido (base x alíquota)	**50.869**	**18.816**	**50.485**	**(3.870)**
Adições permanentes:				
Gratificação/Bônus retenção	(583)	(915)	(583)	(1.035)
INSS s/Bônus/Gratificações	(473)	(121)	(473)	(148)
Licença maternidade (Prorrogação 60 dias)	(4)	-	(12)	-
Multas indedutíveis	-	-	-	(8)
Equivalência patrimonial	(48.052)	(17.530)	(60.844)	(47.760)
Ganho na venda de investimento	-	-	-	18.665
Créditos fiscais sobre prejuízo fiscal não reconhecidos	(1.717)	(228)	(1.717)	(228)
Créditos fiscais não reconhecidos	(46)	(22)	(46)	-
Compensação de prejuízo fiscal de anos anteriores	-	-	1.395	2.898
Outras	6	-	28	-
Adicional IRPJ	-	-	24	24
Total do I.R. e C.S.	-	-	**(11.743)**	**(31.462)**
Corrente	-	-	(11.743)	(6.736)
Diferido	-	-	-	(24.726)
Total	-	-	**(11.743)**	**(31.462)**
Alíquota efetiva	-%	-%	7,91%	(276,39) %

22 Patrimônio líquido

Controladora	2022 Quantidade de ações ordinárias (mil)	2022 % participação	2021 Quantidade de ações ordinárias (mil)	2021 % participação
Acionistas				
Prumo (i)	225.761	70,00%	258.873	70,00%
BP (i)	96.755	30,00%	110.946	30,00%
Total	**322.516**	**100,00%**	**369.819**	**100,00%**

(i) Na AGE de 01/07/2022, foi convencionado o cancelamento de até 110.105 de ações pelo preço de ação de R$ 3,530269, onde no exercício de 2022 foram canceladas 47.303 ações, que totalizam R$ 166.993, pagas no exercício de 2022. Estas ações canceladas eram referente ao caixa disponível, AFAC e Mútuo com a UTE GNA II. Esta parcela foi integralmente reduzida na linha de reserva de capital, informada na nota 22 letra b. O capital social não foi alterado. **a. Capital social:** Em 31/12/2022 o capital da Cia. é de R$ 630.439 representado por 262.569

GNA GÁS NATURAL AÇU

GÁS NATURAL AÇU S.A.

CNPJ nº 11.472.927/0001-40

Saldo Inicial	Acionista Prumo	Acionista BP	Capital Social
01/01/2022	436.676	190.803	627.479
18/11/2022 (*)	-	2.960	2.960
Saldo em 31/12/2022	**436.676**	**190.803**	**630.439**

(*) Em 18/11/2022 houve a integralização de capital que havia sido subscrito em 25/11/2020 pela acionista BP. **b. Reserva de capital:** Em 31/12/2022 a reserva de capital da Cia. é de R$ 460.486 e em 31/12/2021 de R$ 627.479, onde a Prumo possui o montante de R$ 317.278 e a BP R$ 143.208. A redução de Reserva de Capital efetuada no período está demonstrada conforme abaixo:

Saldo Inicial	Acionista Prumo	Acionista BP	Reserva de capital
01/01/2022	434.292	193.187	627.479
Data da integralização			
01/07/2022 – Pagamento de recompra de ações	(7.073)	(3.030)	(10.103)
01/11/2022 – Pagamento de recompra de ações	(109.941)	(46.949)	(156.890)
Saldo em 31/12/2022	**317.278**	**143.208**	**460.486**

c. Dividendos: As ações da Cia. participam em condições de igualdade na distribuição de dividendos, JSCP e demais benefícios aos acionistas. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício findo em 31/12/2022 e 2021, a Cia. apresentou prejuízo não havendo distribuição de dividendos.

d. Outros resultados abrangentes	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Ganho/(perda) na variação percentual em investida (i)	(9.905)	(9.905)	(9.905)	(9.905)
Ajuste de avaliação patrimonial (ii)	(4.635)	1.190	(4.635)	1.190
Bônus de subscrição Siemens-reflexa (iii)	13.200	13.200	13.200	13.200
Total	**(1.340)**	**4.485**	**(1.340)**	**4.485**

Os saldos que compõe outros resultados abrangentes são relacionados a: i) Corresponde à diferença entre aportes da Siemens Energy e GNA HoldCo na GNA Infra; ii) Corresponde a parcela do hedge da UTE GNA I reconhecido via efeito reflexo da equivalência da GNA Infra na GNA HoldCo; iii) Corresponde a parcela investida pela Siemens Energy na GNA Infra em dezembro de 2017.

23 Despesas gerais e administrativas	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Pessoal	(5.854)	(4.310)	(8.157)	(6.201)
Consultoria e auditoria	(794)	(103)	(1.330)	(14.759)
TI e Telecom	(304)	(497)	(500)	(678)
Comunicação e assuntos institucionais	(125)	(201)	(191)	(318)
Serviços administrativos	(288)	(244)	(382)	(296)
Depreciação e amortização	(329)	(336)	(375)	(382)
Outros serviços de terceiros	(143)	(117)	(205)	(167)
Despesas gerais e manutenção	(53)	1.873	(80)	2.435
Viagens	(70)	(30)	(101)	(36)
Seguros	(35)	(34)	(50)	(50)
Despesas jurídicas	(67)	(10)	(74)	(3.271)
Impostos, multas e taxas	(19)	(11)	(18)	(16)
Total	**(8.081)**	**(4.020)**	**(11.463)**	**(23.739)**

24 Ganho/Perda alienação de investimentos: O saldo reconhecido no exercício findo em 31/12/2021 está detalhado abaixo. Não há saldo dessa natureza no exercício findo em 31/12/2022.

	Controladora 2021 UTE GNA I	Controladora 2021 UTE GNA II	Controladora 2021 Total	Consolidado 2021 UTE GNA I	Consolidado 2021 UTE GNA II	Consolidado 2021 Total
Concretização da venda em janeiro de 2021 de 22,12% da UTE GNA I e UTE GNA II						
Alienação / subscrição das ações	-	-	-	409.035	125.673	534.708
Custo histórico – disponível para venda – janeiro de 2021.	-	-	-	(373.216)	(1.972)	(375.188)
Reavaliação a valor justo	-	-	-	72.723	251.200	323.923
Baixa dos resultados abrangentes da parcela remanescente	-	-	-	6.881	-	6.881
	-	-	-	**115.423**	**374.901**	**490.324**
Classificação de ativo e passivo não circulante mantido para venda 44,88% da UTE GNA II						
Reavaliação a valor justo – acordo dos acionistas 17/11/2021	-	-	-	-	(326.886)	(326.886)
Ganho na alienação de investimentos	-	-	-	**115.423**	**48.015**	**163.438**

25 Outras receitas/despesas	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Outras receitas				
Imobilizado	32	–	34	–
	32	–	**34**	–
Outras despesas				
Imobilizado (i)	(1.267)	–	(1.269)	–
	(1.267)	–	**(1.269)**	–

(i) Em dezembro de 2022 foi reconhecida a baixa dos gastos em propriedades de terceiros referente ao escritório do Flamengo. **26 Resultado financeiro:** Em 31/12/2022 e 2021, o resultado financeiro é apresentado como segue:

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	(3)	(4)	(6)	(7)
Comissões e corretagens	(1)	–	(2)	–
IOF	(177)	(8)	(243)	(1.759)
Juros e multas	(2)	(1)	(11)	(98)
Total	**(183)**	**(13)**	**(262)**	**(1.864)**
Receitas financeiras				
Juros sobre aplicações financeiras	1.126	223	18.597	7.020
Juros sobre mútuo (i)	–	–	24.385	6.982
Variação cambial	3	–	3	–
Juros ativos ou auferidos	88	25	429	27
Total	**1.217**	**248**	**43.414**	**14.029**
Resultado financeiro líquido	**1.034**	**235**	**43.152**	**12.165**

(i) Conforme mencionado na nota 14 foi reconhecido o montante de R$ 15.482 que é referente atualização de juros sobre o mútuo com a UTE GNA II do exercício de 2022. Esse montante foi liquidado em conjunto com o recebimento do montante do ativo disponível para venda. **27 Instrumentos Financeiros:** Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Cia. a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Cia., os gerenciamentos de risco e de capital exercidos pela Cia.. **27.1 Gerenciamento de riscos:** Visão geral – a Cia. apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a. Risco de crédito; b. Risco de mercado; c. Risco de liquidez. Estrutura de gerenciamento de risco – o gerenciamento de risco da Cia. visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Cia., por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações. A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Cia.. O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Cia.. ***a. Risco de Crédito:*** É o risco de a Cia. incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalente de caixa. ***b. Risco de Mercado:*** A utilização de instrumentos financeiros, pela Cia., tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de índices de preços e moedas. A Cia. e sua controlada em conjunto indireta não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, relacionado as suas operações continuadas, porém eles são monitorados periodicamente pela Administração. A Cia. também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. O risco cambial e o risco de taxa de juros, que fazem parte da gestão do risco de mercado, são aplicáveis a controlada em conjunto indireta UTE GNA I, que gerencia esses riscos da seguinte maneira: • ***Risco cambial:*** A controlada em conjunto indireta, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seus saldos a pagar a fornecedores estrangeiros com exposição cambial durante a fase de construção e operação, para que não afete seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31/12/2022 e 2021, operações de hedge cambial. • ***Risco de taxas de juros:*** Este risco é oriundo da possibilidade de a Cia. incorrer perdas, devido a flutuações nas taxas de juros anuais e IPCA de dívida, tais como índices de preço, que impactem os resultados financeiros relativos aos rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Cia. monitora continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. ***c. Risco de liquidez:*** O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a Cia. não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Cia. busca constantemente a mitigação do risco de liquidez. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Todos os passivos da Cia. são obrigações de curto prazo. Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar a liquidez da Cia.. Em 31/12/2022, a Cia. mantinha um total de aplicações no curto prazo de R$ 27.965 na controladora e R$ 39.002 no consolidado (31/12/2021 R$ 4.576 na controladora e R$ 32.703 no consolidado). **27.2 Estimativa de valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Cia. tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Cia.. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: • Nível 1 – Preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos idênticos aos da Cia.; • Nível 2 – Preços cotados com ou sem ajustes para ativos ou passivos similares com informações direta ou indiretamente em mercados ativos, exceto preços cotados incluídos no nível anterior. • Nível 3 – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos da Cia., assim como seu nível de mensuração, em 31/12/2022 e 31/12/2021:

	Nível	Controladora 2022 Contábil	Controladora 2022 Valor Justo	Controladora 2021 Contábil	Controladora 2021 Valor Justo	Consolidado 2022 Contábil	Consolidado 2022 Valor Justo	Consolidado 2021 Contábil	Consolidado 2021 Valor Justo
Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)									
Caixa e equivalente de caixa	2	27.992	27.992	4.600	4.600	39.056	39.056	32.739	32.739
Contas a receber com partes relacionadas	2	836	836	514	514	82.754	82.754	73.683	73.683
Depósito bancário vinculado	2	-	-	-	-	160.689	160.689	146.647	146.647
Passivos financeiros (Circulante/ Não circulante)									
Fornecedores	2	1.120	1.120	311	311	1.170	1.170	331	331
Contas a pagar com partes relacionadas	2	493	493	401	401	681	681	526	526

Métodos e técnicas de avaliação para mensuração do valor justo: A Cia. entende que valor justo de fornecedores e contas a pagar com partes relacionadas por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, se aproxima do seu valor contábil. **28 Cobertura de seguros:** A Cia. adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31/12/2022 e 31/12/2021, a cobertura de seguro é a seguinte:

	2022	2021
D&O – Directors and Officers	100.000	100.000

29 Compromissos assumidos: Em 31/12/2022, a Cia. apresentou compromissos assumidos de compras futuras na controladora no valor de R$ 13.035 e no consolidado R$ 13.998 (R$ 12.245 em 31/12/2021 na controladora e R$ 14.912 no consolidado).

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021	Descrição
Ativo Imobilizado/Intangível					
Gastos de desenvolvimento de projetos	6.565	4.084	6.659	4.159	Gastos referentes ao desenvolvimento de projetos
Obras em andamento e equipamentos em construção	-	4.172	-	4.172	Gastos referente ao término da obra da térmica, gastos durante o período de comissionamento
Imobilizado/Intangíveis	-	193	-	193	Licenças de sistemas, equipamentos de TI, moveis e utensílios, máquinas e equipamentos
Total	**6.565**	**8.449**	**6.659**	**8.523**	
Resultado					
Despesas Gerais e Administrativas	6.470	3.796	7.339	6.389	Gastos com viagens e estadias, consultoria para TI, assessoria financeira
Total	**6.470**	**3.796**	**7.339**	**6.389**	
Total geral	**13.035**	**12.245**	**13.998**	**14.912**	

Bernardo de Araújo Chaves Perseke - Presidente; Eugênio Leite de Figueiredo - Diretor Financeiro; Fábio Herllain de Cerqueira - Contador CRC: 106.747/O-7 RJ

Relatório dos auditores independentes sobre as DFs individuais e consolidadas: Aos Diretores e Acionistas da Gás Natural Açu S.A RJ - RJ Opinião: Examinamos as DFs individuais e consolidadas da Gás Natural Açu S.A ("Cia."), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. **Opinião sobre as DFs individuais:** Em nossa opinião, as DFs individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Gás Natural Açu S.A em 31/12/2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Opinião sobre as DFs consolidadas:** Em nossa opinião, as DFs consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Gás Natural Açu S.A em 31/12/2022, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das DFs individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Cia. e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas DFs individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das DFs individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de DFs livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das DFs individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cia. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das DFs, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cia. e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das DFs individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as DFs individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas DFs. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas DFs individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cia. e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cia. e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas DFs individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cia. e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das DFs, inclusive as divulgações e se as DFs individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as DFs individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. RJ, 31/03/2023. KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC SP-014428/O-6 F-RJ; Juliana Ribeiro de Oliveira - Contadora CRC RJ-095335/O-0

País

REDES SOCIAIS

PF vai investigar atuação interestadual de grupos neonazistas

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flavio Dino, informou, nesta quinta-feira, que determinou a instauração de inquérito pela Polícia Federal (PF) para investigar a atuação interestadual de organismos nazistas. A medida foi anunciada em publicação nas redes sociais.

"Assinei agora determinação à Polícia Federal para que instaure inquérito policial sobre organismos nazistas e/ou neonazistas no Brasil, já que há indícios de atuação interestadual. Há possível configuração de crimes previstos na Lei 7.716/89", anunciou o ministro.

A lei prevê punição para os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

A determinação ocorre após ataque a uma creche em Blumenau (SC), onde um homem invadiu a unidade, matou e feriu crianças. Na semana passada, uma escola em São Paulo também foi alvo de um atentado e uma professora foi morta.

No mês passado, o massacre na escola Raul Brasil, em Suzano (SP), completou quatro anos. O crime resultou na morte de sete pessoas e os autores, que eram ex-alunos da instituição de ensino, se suicidaram após a tragédia.

De acordo com as investigações, os autores do crime eram ativos em fóruns da internet, onde predominam os discursos de ódio misóginos, supremacismo branco, *bullying* e nazismo. Esses discursos continuam reverberando entre a juventude.

Um relatório com diagnóstico desse tipo de violência nas escolas e possíveis soluções foi elaborado na transição do governo Luiz Inácio Lula da Silva, em dezembro de 2022, intitulado "O extremismo de direita entre adolescentes e jovens no Brasil: ataques às escolas e alternativas para a ação governamental."

O documento mostra que no Brasil - desde a primeira década dos anos 2000 - houve 16 ataques em escolas, dos quais quatro no segundo semestre do ano passado, com 35 mortos e 72 feridos.

N quarta-feira, o governo se comprometeu com ações de promoção à cultura de paz e não violência na sociedade e instituiu Grupo de Trabalho Interministerial para propor políticas de prevenção e enfrentamento da violência nas escolas.

EDUCAÇÃO

Lula diz que não vai revogar, mas aperfeiçoar ensino médio

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse, nesta quinta-feira, que não vai revogar, mas aperfeiçoar o novo ensino médio, implementado na gestão do seu antecessor, Jair Bolsonaro (PL).

"Esse programa educacional do ensino médio, tal como estava tentando aprimorar. Não vamos revogar. Suspendemos e vamos discutir com todas as entidades interessadas em discutir como aperfeiçoar o Ensino Médio desse país", disse.

"E nós vamos suspender por um período até a gente fazer acordo que deixe todas as pessoas satisfeitas com ensino médio nesse país. Não foi revogada. Foi suspensa para que a gente rediscuta com a sociedade brasileira ligada a educação o que que a agente quer para o novo ensino médio", completou.

A declaração do mandatário foi feita durante café da manhã com jornalistas na manhã desta quinta-feira no Palácio do Planalto.

Pressionado por críticas crescentes de educadores e estudantes, o governo Lula suspendeu a implementação do novo ensino médio em uma portaria publicada no Diário Oficial da União desta semana. A mudança também barra alterações previstas para adequar o Enem.

O discurso de Lula reverbera com o do ministro da Educação, Camilo Santana. Ele disse que haverá ajustes no modelo, mas que não há planos para a revogação da medida, como cobram entidades estudantis.

A suspensão foi decidida, em grande parte, como forma de amenizar o desgaste que o governo tem sentido com o movimento que pede a revogação da reforma, em vigor desde o ano passado.

O novo ensino médio foi aprovado em 2017, no governo Michel Temer (MDB), por medida provisória, e o cronograma de implementação foi definido durante o governo Bolsonaro.

Em linhas gerais, a política reformulou a grade curricular dos anos finais da educação básica, de forma a prever que 40% da carga sejam destinados a disciplinas optativas organizadas dentro de grandes áreas do conhecimento, os chamados itinerários formativos. Assim, as disciplinas tradicionais, comuns aos estudantes, ficam limitadas a 60% do currículo.

A implementação para os alunos começou em 2022, no 1º ano da etapa, quando todas as redes estaduais do país precisaram se adequar. A maior parte das escolas privadas fez o mesmo.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Força-tarefa vai 'prevenir' violência nas escolas

O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) começou, nesta quinta-feira, a Operação Escola Segura, com o objetivo de realizar ações preventivas e repressivas contra ataques nas escolas de todo o país. A operação conta com a participação das delegacias contra crimes cibernéticos das principais regiões brasileiras, que atuarão de forma alinhada com as estratégias da pasta.

De acordo com o secretário Nacional de Segurança Pública, Tadeu Alencar, a integração entre as forças de segurança estaduais e o MJSP será fundamental para enfrentar essa onda de criminalidade no ambiente escolar. "Numa questão como essa, que comove o país, nós temos que dar as mãos, juntar esforços, temos que reunir uma energia muito grande porque vem a indignação, vem a comoção, mas vem a nossa responsabilidade de fazer esse enfrentamento", afirmou Alencar. As autoridades da área de segurança pública reforçam a necessidade de ampliação do diálogo com as plataformas responsáveis pelas redes sociais em atuação no Brasil. De acordo com delegados presentes no lançamento da Operação Escola Segura, a cooperação entre todos os atores envolvidos será fundamental para prevenir e reagir aos casos de violência nas escolas, bem como para identificar pessoas que incentivem ataques.

UTE GNA II GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 23.514.652/0001-40

Balanços patrimoniais em 31/12/2022 e 2021 Em MR$

	Nota	2022	2021
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.101.343	1.321.380
Depósitos bancários vinculados	9	1.591.020	-
Contas a receber–partes relacionadas	10	33	219.000
Despesas antecipadas	11	22.206	32.979
Impostos a recuperar	12	5.952	1.866
I.R. e C.S. a recuperar	12	3	330
Instrumentos financeiros derivativos	24	11.839	-
Outros		56	-
Total do ativo circulante		**2.732.452**	**1.575.555**
Não circulante			
Despesas antecipadas	11	26.343	39.170
Impostos a recuperar	12	1.566	-
Impostos diferidos	13	129.233	37.164
Imobilizado	14	3.398.343	1.145.711
Intangível	15	12	17
Direito de uso	16	762.748	175.992
Total do não ativo circulante		**4.318.245**	**1.398.054**
Total do ativo		**7.050.697**	**2.973.609**
	Nota	**2022**	**2021**
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	17	149.187	97.806
Salários e encargos a pagar	18	1.897	–
Contas a pagar–partes relacionadas	10	872.831	127.171
Mútuo–partes relacionadas	10	–	2.373.820
Empréstimos e financiamentos	19	575	–
Impostos e contribuições a recolher	20	3.376	663
Instrumentos financeiros derivativos	24	107	63.213
Passivos de arrendamento	16	7.225	–
Total do passivo circulante		**1.035.198**	**2.662.673**
Não circulante			
Outras contas a pagar		1.535	-
Empréstimos e financiamentos	19	2.304.634	–
Contas a pagar–partes relacionadas	10	116.649	1.535
Passivos de arrendamento	16	809.493	198.369
Total do passivo não circulante		**3.232.311**	**199.904**
Patrimônio líquido	21		
Capital social		3.186.213	219.003
Adiantamento para futuro aumento de capital		–	46.249
Outros resultados abrangentes		(152.092)	(65.063)
Prejuízos acumulados		(250.933)	(89.157)
Total do patrimônio líquido		**2.783.188**	**111.032**
Total do passivo e patrimônio líquido		**7.050.697**	**2.973.609**

Demonstrações dos resultados em 31/12/2022 e 2021 Em MR$

	Nota	2022	2021
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	22	(30.556)	(29.846)
Redução ao valor recuperável de ativos ("*Impairment*") e outras perdas	8	(133)	(137)
Outras receitas		6	-
Resultado antes do resultado financeiro		**(30.683)**	**(29.983)**
Resultado financeiro	23		
Receitas financeiras		338.192	10.023
Despesas financeiras		(561.354)	(56.401)
Resultado antes dos impostos		**(253.845)**	**(76.361)**
I.R. e C.S. diferido	13	92.069	20.180
Prejuízo do exercício		**(161.776)**	**(56.181)**

Demonstrações dos resultados abrangentes em 31/12/2022 e 2021 *Em MR$*

	2022	2021
Prejuízo do exercício	(161.776)	(56.181)
Ganhos e perdas operações hedge	52.498	(40.766)
Custo da reserva de hedge	(28.082)	-
Perdas aplicações Time deposit	(111.446)	(24.297)
Total outros resultados abrangentes	**(248.806)**	**(121.244)**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2022 e 2021

	Capital Social Integralizado	Capital Social A Integralizar	AFAC	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 1º/01/2021	3	-	43.469	-	(32.976)	**10.496**
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(56.181)	**(56.181)**
Aumento de Capital–SPIC	-	280.000	-	-	-	**280.000**
Acordo de acionistas 17/11/2021	-	(61.000)	-	-	-	**(61.000)**
AFAC –Infra	-	-	2.780	-	-	**2.780**
Reconhecimento de Hedge	-	-	-	(65.063)	-	**(65.063)**
Saldo em 31/12/2021	3	219.000	46.249	(65.063)	(89.157)	**111.032**
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(161.776)	**(161.776)**
Aumento de capital–Junergy e BPGIL	443.808	-	-	-	-	**443.808**
Conversão de mútuo em capital–SPIC + Junergy + BPGIL	2.462.402	-	-	-	-	**2.462.402**
Integralização das ações–SPIC	280.000	(219.000)	-	-	-	**61.000**
AFAC–Infra	-	-	(46.249)	-	-	**(46.249)**
Reconhecimento de Hedge	-	-	-	(87.029)	-	**(87.029)**
Saldo em 31/12/2022	**3.186.213**	-	-	**(152.092)**	**(250.933)**	**2.783.188**

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31/12/2022 e 2021 Em MR$

	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes dos impostos	(253.845)	(76.361)
Itens de resultado que não afetam o caixa:		
Depreciação e amortização	4	4
Variação monetária	3.430	1
IOF sobre mútuo	5.521	-
Juros sobre mútuo	126.830	12.646
Variação cambial sobre mútuo	(195.444)	8.258
Ganhos e perdas operação–*Swaps*	311.240	-
Inefetividade Hedge	(4.851)	21.109
Redução ao valor recuperável de ativos ("*Impairment*") e outras perdas	132	137
Resultado líquido ajustado	**(6.983)**	**(34.206)**
(Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos:		
Impostos a recuperar	(5.325)	(1.853)
I.R. e C.S. pagos	-	(324)
Despesas antecipadas	(75.094)	(56.078)
Adiantamentos	(56)	-
Contas a receber–partes relacionadas	(165)	(116)
Fornecedores	47.951	96.971
Contas a pagar–partes relacionadas	1.590.691	79.504
Impostos e contribuições a recolher	2.713	50
Outras contas a pagar	1.535	-
Salários e encargos a pagar	1.897	-
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais	**1.557.164**	**83.948**
Fluxo de caixa nas atividades de investimentos		
Aquisição de bens do imobilizado	(2.058.658)	(1.097.607)
Depósitos bancários vinculados	(1.591.020)	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	**(3.649.678)**	**(1.097.607)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital por acionista–Junergy + BPGIL	381.521	-
Mútuo e AFAC GNA Infra–pagamento	(203.407)	2.780
Recursos provenientes de novos empréstimos	3.700.000	-
Pagamento de principal de empréstimos	(1.300.000)	-
Pagamento de juros de empréstimos	(116.775)	-
Pagamento de IOF	(45.036)	-
Custo de transação com terceiros	(98.694)	
Instrumentos financeiros–SWAP	(333.687)	-
Mútuo recebido–GNA Infra	-	138.113
Mútuo recebido–SPIC	-	556.361
Mútuo recebido–BP Global	-	678.595
Mútuo recebido–Siemens BV	-	979.847
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**1.983.922**	**2.355.696**
Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa	**(108.592)**	**1.342.037**
No início do exercício	1.321.380	3.640
No fim do exercício	1.101.343	1.321.380
Efeito de variação cambial em caixa e equivalentes de caixa	111.445	24.297
Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa	**(108.592)**	**1.342.037**

Notas explicativas às DFs *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma):* 1 Contexto operacional: A UTE GNA II Geração de Energia S.A. ("UTE GNA II" ou "Cia.") foi constituída em 21/10/2015 e em 8/04/2019 foi efetuada a transformação do tipo jurídico da Cia. que, passou de sociedade empresarial limitada para sociedade por ações de capital fechado, alterando a razão social de UTE GNA II Geração de Energia Ltda. para UTE GNA II Geração de Energia S.A. Possuía como controladoras Prumo Logística S.A ("Prumo") e a Gás Natural Açu S.A. ("GNA HoldCo") até outubro de 2020. Em 25/11/2020, foi realizada a transferência das ações da UTE GNA II que eram da Prumo para a GNA HoldCo, em seguida houve a transferência da GNA HoldCo para Gás Natural Infraestrutura S.A ("GNA Infra") e logo em seguida foram subscritas novas ações para a Siemens Participações S.A ("Siemens Par"). Em 28/01/2021, com a entrada como acionista da SPIC Brasil Térmicas e Participações S.A. ("SPIC"), subsidiária da State Power Investment Corporation da China, passou a ter como acionistas de controle em conjunto as empresas: GNA Infra, Siemens e SPIC. Em 19/09/2022 foi concluído o processo da reestruturação societária da Cia., que representa a consolidação dos acordos entre os acionistas. Foram transferidas as ações detidas pela GNA Infra e Siemens Participações para a Junergy Ltda ("Junergy") e BP Gás & Power ("BPGIL"). Em dezembro de 2017, a UTE GNA II venceu o leilão A-6, projeto de uma termelétrica com capacidade de 1.672,6 megawatts que demandará investimentos de R$ 5.600 mil*, com previsão de início das operações em 1°/01/2025. As obras da UTE GNA II foram iniciadas no final de 09/2021, atualmente, cerca de 40% do projeto já foi concluído, seguindo o cronograma acordado. Entre os meses de março, maio e julho de 2022, a UTE GNA II recebeu a totalidade do seu empréstimo ponte contratado de R$ 1.300 mil. Houve a liquidação em 28/12/2022, conforme mencionado na nota 19. Em 27/12/2022 foi liberado desembolso no valor de R$ 2.400.000 referente ao contrato de financiamento com o BNDES, de um total de R$ 3.930.000 de linha de crédito aprovada, conforme mencionado na nota 19. (*) Informações não auditadas. **Licenças e autorizações:** A Cia. possui licenças ambientais preliminares para até 1,7 GW em termelétrica em ciclo combinado. **Descrição:** Licença de Instalação para Usina Termelétrica movida a gás natural, denominada UTE GNA Porto do Açu III, com capacidade instalada de 1.672,6 MW em ciclo combinado. Em 10/11/2020 fica alterado o objeto para: Instalação de Usina Termelétrica movida a gás natural, denominada UTE GNA Porto do Açu III (UTE GNA II), com capacidade instalada de 1.672,6MW em ciclo combinado, Subestação 500kV (SE UTE GNA II) e Subestação de interligação. **Documento:** AVB004488 (Averba a LI Nº IN050962). **Data de emissão:** 16/01/2020. **Vigência:** 16/01/2025. **Descrição:** Licença Prévia e de Instalação para Canteiro de obras temporário em área de aproximadamente 159.000 m² (fase 3) no Parque Termelétrico da Gás Natural Açu. **Documento:** LPI N° IN006749. **Data de emissão:** 25/06/2020. **Vigência:** 25/06/2026. **Descrição:** Licença Prévia para a implantação de uma linha de transmissão de 500kV Aç—Campos 2, com 37,42km de extensão e faixa de servidão de 64 metros, que visa interligar a usina termelétrica UTE GNA Porto do Açu III (Setor Especial do Porto do Aç—SEPA) à Subestação SE Campos —500kV. Fica incluída a condição de validade nº 26: 26-Celebrar Termo de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA), nos termos previstos na Lei Estadual nº 6.572/2013, alterada pela Lei Estadual nº 7.061/2015 e na Resolução Inea nº 127/2015, antes da eventual emissão da Licença de Instalação, em atendimento ao disposto no art. 36 da Lei nº 9.985, de 18.07.2000, publicada no D.O.U. de 19.07.2000. Para o efeito de compensação ambiental, deverá ser aplicado o valor correspondente a 0,36036% do valor total de investimentos para implantação do empreendimento, não incluídos no cálculo da compensação ambiental os itens previstos no § 2º do art. 1º da Lei Estadual nº 6.572/2013. **Documento:** LP Nº IN051729 / AVB004504. **Data de emissão:** 05/11/2020. **Vigência:** 04/11/2025. **Descrição:** Licença de instalação para a implantação de linha de transmissão de energia elétrica de 500 kV, com 37,4 km, entre a SE da Usina Termelétrica UTE GNA Porto do Açu III e SE Campos 2 e o manejo e transporte de fauna silvestre. **Documento:** LI Nº IN010656. **Data de emissão:** 24/11/2021. **Vigência:** 24/11/2025. **Descrição:** Autorização de Supressão de Vegetação. **Documento:** ASV n° 20339202238775. **Data de emissão:** 16/03/2022. **Vigência:** 16/03/2024. **Descrição:** Autorização de Supressão de Vegetação. **Documento:** ASV n° 20338202289642. **Data de emissão:** 14/12/2022. **Vigência:** 14/12/2024. **Continuidade operacional:** O Projeto da GNA II visa a construção de uma termelétrica de ciclo combinado a gás com capacidade de 1.672,6 MW, além de fazer parte do desenvolvimento do chamado "Açu Gas Hub", localizado estrategicamente no nordeste do RJ, que pretende oferecer uma solução logística eficiente para a comercialização e o consumo de gás natural e seus produtos. A Cia. auferiu prejuízo líquido no montante de R$161.776 para o exercício findo em 31/12/2022 (e prejuízo líquido de R$56.181 em 31/12/2021), e nessa data, o ativo circulante excede o passivo circulante em R$1.697.254 (o passivo circulante excede o ativo circulante em R$ 1.087.118 em 31/12/2021). A Cia. possui compromissos relacionadas a construção da Termelétrica, onde pretende utilizar para honrá-los: depósito bancário vinculados; caixa e equivalentes de caixa e o saldo da sua linha de crédito aprovada com o BNDES. A Cia. está em fase pré-operacional, e a Administração, com base nos itens listados acima, não reconhece incerteza sobre a capacidade futura de geração de fluxo de caixa operacional. **2 Base de preparação: Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC):** As DFs individuais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e as DFs consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A emissão das DFs foi autorizada pela Diretoria em 04/04/2023. Detalhes sobre as políticas contábeis da Cia. estão apresentadas na nota explicativa 6. **3 Base de mensuração:** As DFs foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de instrumentos financeiros que foram mensurados pelo valor justo por meio do resultado e instrumentos financeiros a valor justos por meio de outros resultados abrangentes. **4 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas DFs estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **5 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas DFs, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Cia. e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas DFs estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota 13** - reconhecimento de impostos de renda e C.S. diferidos e disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual as diferenças temporárias e os prejuízos fiscais possam ser utilizados. **6 Principais políticas contábeis:** A Cia. aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas DFs, salvo indicação ao contrário. **a) Instrumentos financeiros:** ***(i) Ativos financeiros:*** Os ativos financeiros incluem caixa e equivalente de caixa, clientes, contas a receber entre partes relacionadas e derivativos. A Cia. reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Cia. se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro que não possua um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido dos custos de transação que são atribuíveis à sua aquisição ou emissão–para um item que não é a valor justo por meio do resultado (VJR). Um contas a receber de partes relacionadas sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. A Cia. deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Cia. transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Cia. não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro. *Classificação e Mensuração Subsequente:* No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes) ou VJR (Valor justo por meio do resultado, com base: • no modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros; • nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A Cia. mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxo de caixa contratual; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro darem origem em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Cia. pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir. Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Cia. altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no 1º dia do 1º exercício subsequente à mudança no modelo de negócios. **Ativos financeiros–Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Ativos financeiros a VJR:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **Ativos financeiros a Custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por Impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o Impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. ***(ii) Passivos Financeiros:*** Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. A Cia. deixa de conhecer um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram. No não reconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. ***(iii) Instrumentos financeiros derivativos:*** A Cia. faz uso de derivativos com o objetivo de proteção das suas exposições ao risco de moeda estrangeira e taxa de juros, utilizando a contabilização de hedge (hedge accounting). A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício e/ou em contas especificas no patrimônio líquido. No início de relacionamentos de hedge designados, a Cia. documenta o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para a realização do hedge. A Cia. também documenta a relação econômica entre o item coberto e o instrumento de cobertura, incluindo se as alterações nos fluxos de caixa do item coberto e do instrumento de cobertura devem compensar-se mutuamente. *Hedges de fluxo de caixa:* Quando um derivativo é designado como instrumento de hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida e acumulada em outros resultados abrangentes–ORA, e são limitadas à mudança cumulativa no valor justo do item protegido por hedge, determinado com base no valor presente, desde a designação do hedge. Qualquer parcela ineficaz de mudanças no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilidade de hedge ou se o instrumento de hedge for vendido, rescindido, exercido ou expirar, a contabilidade de hedge será descontinuada prospectivamente. **b) Imobilizado:** ***Reconhecimento e mensuração:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, e serão deduzidos de depreciação acumulada após início das operações. Também serão reduzidos por eventuais perdas de redução ao valor recuperável ("impairment"). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Cia. inclui, o custo de materiais e mão de obra direta; quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Administração. A Cia. classificará como obras em andamento todas as obras civis ocorridas durante a fase de construção e instalação até o momento em que entrarem em operação, quando serão reclassificadas para as contas correspondentes de bens em operação. **c) Intangível:** Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), quando aplicável. O direito de comercialização de energia possui taxa de amortização que representam sua vida útil-econômica, limitada ao prazo de vencimento do contrato de *Power Purchase Agreement* (PPA). As vidas úteis estimadas do ativo intangível são as seguintes: Licença de uso de Software: 5 anos. **d) I.R. e C.S.:** O I.R. e a C.S. do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para I.R. e 9% sobre o lucro tributável para C.S. sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de C.S., limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com I.R. e C.S. compreende os impostos de renda e C.S. correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. ***Despesas de I.R. e C.S. corrente:*** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. ***Despesas de I.R. e C.S. diferido:*** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de DFs e os usados para fins de tributação. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar. **e) Provisões:** As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo. **f) Receitas e despesas financeiras:** A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. **g) Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Cia. tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). Uma série de políticas contábeis e divulgações da Cia. requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, a Cia. mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Cia. utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Cia. mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Cia. determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. **h) Moeda estrangeira:** ***Transações em moeda estrangeira:*** Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Cia. pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **i) Arrendamento:** No início de um contrato, a Cia. avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Cia. utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2) /IFRS 16. Esta política foi aplicada aos contratos celebrados a partir de 1º/01/2019. ***(i) Como arrendatário:*** A Cia. reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. Os prazos dos contratos de arrendamento vigentes em 2022 são: Terreno: 25 anos; FSRU: 25 anos. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Cia.. A Cia. determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início. • valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Cia. alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Cia. apresenta ativos de direito de uso de arrendamento em "direito de uso" e passivos de arrendamento em "passivos de arrendamento" no balanço patrimonial. **7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º/01/2022. A Cia. não adotou essas normas na preparação destas DFs. As seguintes normas alteradas e interpretações estão sendo avaliadas pela Cia., que não espera impactos significativos nas DFs: • CPC 50 / IFRS 17 Contratos de Seguros; • Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2); • Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8). • Classificação dos passivos como circulante e não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1); • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12).

8 Caixa e equivalente de caixa	2022	2021
Caixa e bancos	434	76
Aplicações financeiras		
Aplicações financeiras (a)	1.101.181	75.713
Time Deposits	-	1.245.730
	1.101.181	**1.321.443**
	1.101.615	**1.321.519**
Provisão de perda esperada (b)	(272)	(139)
Total	**1.101.343**	**1.321.380**

(a) O saldo de caixa e equivalente de caixa em 31/12/2022 é composto por contas corrente nos bancos Santander, Bradesco, Itaú, BTG, Citibank e Banco do Brasil, e aplicação em CDB no Santander e BTG, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. (b) As perdas financeiras estimadas foram calculadas com base nas taxas de perda de um estudo de Corporate Default publicado pela S&P em 03/04/2022, referente a 15 anos de dados coletados pela mesma sobre o risco de default de empresas em cada nível de rating. O caixa e equivalentes de caixa são detidos com contrapartes bancárias e financeiras, que foram agrupados em 5 níveis, separados entre AAA e BB de acordo com seu rating na Standard & Poor's. Conforme apresentado na tabela abaixo, as contrapartes em que a Cia. possui saldos em aberto em 31/12/2022 são classificadas em AAA, com base na média de suas classificações nas empresas de rating listadas acima. A posição de perda estimada no caixa e equivalentes de caixa foi calculada com base na taxa de perda esperada de 12 meses e reflete os prazos de vencimento das exposições de risco:

Nível de Risco	Rating	Saldo Bruto	Taxa de perda (1)	Provisão de Perda
Nível 1	AAA	2.692.634	0,01%	(272)

(1) Taxa de Perda considera o Global Corporate Average Default Rate para 1 ano divulgado pela S&P em 03/04/2022. A movimentação da perda estimada no ano de 2022 foi:

Saldo em 31/12/2020	**(2)**
Adição	(137)
Saldo em 31/12/2021	**(139)**
Adição	(133)
Saldo em 31/12/2022	**(272)**

9 Depósitos bancários vinculados	2022	2021
Time Deposits Garantia (a)	1.591.020	-
Total	**1.591.020**	-

(a) Aplicação em Time Deposit (EUR e USD) no Santander Luxemburgo no valor equivalente de BRL 1.591.021 para fins de Hedge Natural para evitar exposição cambial de longo prazo nos contratos de implantação, dado em garantia no contrato de Debêntures, conforme a movimentação abaixo:

	Aplicação EUR	Aplicação USD	Total
Saldo em 1º/01/2022	-	-	-
Transferência adição de 2021 (*)	1.269.959	-	1.269.959
Transferência da atualização monetária reconhecida no resultado abrangente de 2021 (*)	(24.297)	-	(24.297)
Transferência juros de 2021 (*)	68	-	68
Adição de 2022	155.915	292.240	448.155
Atualização monetária reconhecida no resultado abrangente	(140.395)	28.949	(111.446)
Juros (nota 23 resultado financeiro)	2.026	6.555	8.581
Saldo em 31/12/2022	**1.263.276**	**327.744**	**1.591.020**

(*) Montante referente a parcela transferida da linha de Time deposits que estava na nota 8 caixa e equivalentes de caixa com o saldo de 12/2021. **

UTE GNA II GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 23.514.652/0001-40

GNA Infra–Investida de acionista não controlador pertencente ao mesmo grupo econômico (a)	12	9
UTE GNA I–Sob controle comum (a)	2.715	2.604
Siemens Aktiengesellschaft–Parte do grupo econômico da Siemens Par, a qual é Controlador em conjunto (d)	869.738	124.267
	872.831	127.171
Contas a pagar–transações–não circulante		
Prumo Logística S.A–Controladora do acionista indireto (b)	–	1.535
	-	1.535
Contas a pagar–mútuo–circulante		
GNA Infra–Investidora de acionista não controlador pertencente ao mesmo grupo econômico (e)	–	141.677
SEF. – Parte do grupo econômico da Siemens Energy Inc. a qual é acionista indireta da UTE GNA II (e)	–	986.704
BP Global Investments Limited – Controlador em conjunto (e)	–	682.388
SPIC Brasil – Controlador em conjunto (e)	–	563.051
	–	2.373.820
Contas a pagar–mútuo–não circulante		
SPIC Brasil – Controlador em conjunto (e)	116.649	–
	116.649	–
Total do passivo	903.333	2.502.526
Contas a pagar		
Circulante	872.831	2.500.991
Não circulante	116.649	1.535
Total	989.480	2.502.526

Resultado:

Gastos Compartilhados	2022	2021
GNA HoldCo–Acionista indireto (a)	(4.058)	(4.236)
GNA Infra–Controlador em conjunto (a)	(60)	(364)
UTE GNA I–Joint venture (a)	(22.834)	(24.221)
Prumo Logística S.A–Controladora do acionista indireto	-	13
Porto do Açu Operações S.A–Investida do acionista	-	5
	(26.952)	(28.803)

Receitas e despesas financeiras	2022	2021
SPIC Brasil – Controlador em conjunto (e)	(97.032)	(6.691)
GNA Infra–Controlador em conjunto (e)	(15.480)	(3.564)
SEF.–Parte do grupo econômico da Siemens Energy Inc. Acionista indireta da UTE GNA II (e)	154.320	(6.856)
BP Global–Controlada do acionista minoritário (e)	26.806	(3.793)
	68.614	(20.904)
Total	41.662	(49.707)

(a) Contrato de compartilhamento de gastos com pessoal e outras despesas entre as empresas do grupo GNA; (b) Transferência de licença pertencente à Eneva S.A., através de aquisição pela Prumo; (c) Reconhecimento do direito a receber referente ao capital a integralizar da SPIC em 28/01/2021. Em 31/10/2022 foi convertido em capital social, conforme nota 21; (d) Compras de equipamentos para térmica; (e) Mútuos realizados nos meses de maio, setembro e novembro de 2021 e janeiro, fevereiro e março de 2022, conforme a movimentação abaixo:

	Infra 100% CDI	SEF 0,5%–1,5%	SPIC 100% CDI	BPGIL (*) 0,5%–2% +USD Libor	Total
Saldo em 31/12/2020	-	-	-	-	-
Recebimentos	138.113	979.847	556.361	678.595	2.352.916
Juros	3.564	1.295	6.690	1.097	12.646
Variação Cambial	-	5.562	-	2.696	8.258
Saldo em 31/12/2021	**141.677**	**986.704**	**563.051**	**682.388**	**2.373.820**
Recebimentos	-	-	486.481	-	486.481
Juros (ii)	15.482	7.011	97.033	7.304	126.830
Variação Cambial	-	(161.332)	-	(34.112)	(195.444)
IOF apropriado (ii)	-	-	5.521	-	5.521
Conversão de aumento em Capital Social (i)	-	(832.383)	(1.035.437)	(655.580)	(2.523.400)
Pagamento principal	(138.113)	-	-	-	(138.113)
Pagamento juros	(19.046)	-	-	-	(19.046)
Saldo em 31/12/2022	-	-	**116.649**	-	**116.649**

i. Nos meses de maio, setembro e novembro de 2021 e janeiro, fevereiro e março de 2022, a Cia. recebeu os aportes da GNA Infra, SPIC, SEF e BPGIL. O vencimento do mútuo entre UTE GNA II e GNA Infra estava condicionada a conclusão da reorganização societária. Em 31/10/2022, os valores dos aportes das empresa BP, SPIC e SEF para Junergy foram convertidos em Capital Social conforme Nota Explicativa n° 21. ii. O saldo residual é referente a parcela de juros e IOF que não foram integralizados pela SPIC na reorganização societária ocorrida em 31/10/2022. Os montantes referentes à remuneração dos membros da Administração estão apresentados abaixo:

	2022	2021
Diretores		
Gastos compartilhados com honorários de diretoria (a)	(3.004)	(2.261)
Total	(3.004)	(2.261)

(a) São valores relacionados aos gastos com diretoria nas empresas GNA HoldCo, GNA Infra e UTE GNA I e que foram repassados para a Cia..

11 Despesas antecipadas	2022	2021
Ativo circulante		
Custo de transação (a)	-	12.899
Prêmio de seguros (b)	22.206	20.080
Total	22.206	32.979
Ativo não circulante		
Prêmio de seguros (b)	26.343	39.170
Total	26.343	39.170

(a) Custo de transação para obtenção de financiamento de longo prazo da térmica. Os montantes são apresentados no ativo circulante até que ocorra a captação efetiva dos recursos de financiamentos, onde serão então, a partir desse momento, reclassificados para o passivo, como contas redutoras do saldo passivo dos empréstimos. Em dezembro de 2022 foi feita a transferência referente ao 1º desembolso, conforme mencionado na nota 19. (b) Prêmios de seguros: conforme requisito do edital do leilão ANEEL 005/2017, riscos de engenharia, responsabilidade civil obras e transporte de equipamentos importados.

12 Impostos a recuperar	2022	2021
Ativo circulante		
I.R. retido na fonte ("IRRF")	5.951	1.866
Imposto nacional da seguridade social ("INSS")	1	-
I.R. e C.S. ("IRPJ/CSLL")	3	330
Total	5.955	2.196
Ativo não circulante		
I.R. e C.S. ("IRPJ/CSLL")	1.566	-
Total	1.566	-

13 Impostos diferidos	2022	2021
Impostos diferidos ativos	129.233	37.164
Total	129.233	37.164

	Impostos diferidos ativos	Impostos diferidos passivos
Saldo em 31/12/2020	16.984	–
Despesas pré-operacionais	20.180	–
Saldo em 31/12/2021	37.164	–
Despesas pré-operacionais	10.408	–
Diferenças temporárias – resultado financeiro	(9.425)	–
Prejuízo fiscal e base negativa	91.086	–
Saldo em 31/12/2022	129.233	–

	2022	2021
Prejuízo contábil antes dos impostos	(253.845)	(76.361)
Alíquota I.R. e C.S.	34%	34%
I.R. e C.S. (base x alíquota)	86.307	25.963
Adições permanentes:		
Brindes e Patrocínios	(25)	-
Ajustes para derivar a alíquota efetiva:		
Créditos fiscais não reconhecidos	-	(5.783)
IRPJ / CSLL diferidos exercícios anteriores	5.787	-
Total do I.R. e C.S. do exercício	92.069	20.180
Corrente	-	20.180
Diferido	92.069	-
Total	92.069	20.180
	(36,27)%	(26,43)%

Estudos técnicos de viabilidade indicam a plena capacidade de recuperação, nos exercícios subsequentes, dos valores de tributos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Cia. e do mercado em que a mesma iniciará as operações em 1°/01/2025.

14 Imobilizado	Adiantamentos para formação de imobilizado (a)	Obras em andamento e equipamentos em construção (b)	Total
Saldo em 31/12/2020	-	24.390	24.390
Adições (c)	1.089.933	31.388	1.121.321
Saldo em 31/12/2021	1.089.933	55.778	1.145.711
Custo	1.089.933	55.778	1.145.711
Saldo em 31/12/2021	1.089.933	55.778	1.145.711
Adições (c)	124.403	2.128.229	2.252.632
Transferências	(1.076.250)	1.076.250	-
Saldo em 31/12/2022	138.086	3.260.257	3.398.343
Custo	138.086	3.260.257	3.398.343
Saldo em 31/12/2022	138.086	3.260.257	3.398.343
Taxa de depreciação	-%	-%	

(a) Adiantamento para formação de imobilizado. O saldo de adiantamentos em 31/12/2022 é composto por adiantamentos feitos a fornecedores para futura entrega de equipamentos. (b) Obras em andamento: O saldo de obras em andamento em 31/12/2022 é composto por equipamentos importados, equipamentos nacionais, valores de licenças de implantação da UTE GNA II, termo de compromisso assumido (TCCA), capitalização de seguros e consultorias diretamente relacionadas às obras. (c) Foram feitas capitalizações financeiras em 31/12/2022 e 31/12/2021 nos seguintes valores:.

Capitalizações financeiras	2022	2021
Juros Empréstimos (Santander e BNDES)	120.103	–
Encargos financeiros/fee Enpréstimo (BNDES)	575	–
IOF sobre empréstimo (BNDES)	45.036	–
Receita financeira	(8.183)	–
Despesa de juros sobre arrendamento (Terreno)	42.506	17.622
Inefetividade Hedge (*)	4.851	–
Total capitalizações financeiras	204.888	17.622
Capitalizações amortizações IFRS 16	2022	2021
Amortização direito de uso–Terreno	11.463	4.755
Total capitalizações amortizações IFRS 16	11.463	4.755
Total	216.351	22.377

A movimentação das capitalizações financeiras e amortizações IFRS 16 em 31/12/2022 e 31/12/2021 foram R$ 193.974 e R$ 8.796, respectivamente. (*) Valor referente a ajuste de inefetividade dos instrumentos financeiros contratados, a contrapartida desse montante está registrada no resultado financeiro, nota explicativa 23.

15 Intangível	Licenças de software	Total
Saldo em 31/12/2020	21	21
Amortização	(4)	(4)
Saldo em 31/12/2021	17	17
Custo	22	22
Amortização acumulada	(5)	(5)
Saldo em 31/12/2021	17	17
Amortização	(5)	(5)
Saldo em 31/12/2022	12	12
Custo	22	22
Amortização acumulada	(10)	(10)
Saldo em 31/12/2022	12	12
	5 anos	

16 Direito de uso / Passivo de arrendamento: A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamento no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de dirento de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A movimentação no exercício de 2022 e 2021 do direito de uso e do passivo de arrendamento são demonstradas no quadro abaixo:

Direito de uso	Terreno	FSRU	Total
Saldo em 31/12/2020	-	-	-
Adições	180.747	-	180.747
Depreciação	(4.755)	-	(4.755)
Saldo em 31/12/2021	175.992	-	175.992
Adições	-	553.837	553.837
Atualização de índice	39.627		39.627
Depreciação	(6.708)	-	(6.708)
Saldo em 31/12/2022	208.911	553.837	762.748
Passivo de arrendamento			
Saldo em 31/12/2020	-	-	-
Adições	180.747	-	180.747
Juros incorridos	17.622	-	17.622
Saldo em 31/12/2021	198.369	-	198.369
Adições	-	553.837	553.837
Atualização de índice	39.627		39.627
Juros incorridos	24.885	-	24.885
Saldo em 31/12/2022	262.881	553.837	816.718
Circulante	-	7.225	7.225
Não circulante	262.881	546.612	809.493

Após a análise da aderência da norma IFRS 16, a Cia. identificou os seguintes contratos aderentes a esta norma: (i) aluguel do terreno firmado com a Porto do Açu Operações S.A (parte relacionada), (ii) Bareboat Charter FSRU. A amortização e despesa de juros relacionadas ao aluguel do terreno estão sendo capitalizadas em 31/12/2022 e 31/12/2022 foram R$ 31.593 e R$ 22.377, respectivamente. A Cia. ao mensurar os passivos de arrendamento classificados como operacionais, descontou os pagamentos de arrendamento utilizando taxa incremental específica para o contrato conforme a seguir:

Contratos	2022	2021
Terreno	12,16%	12,16%
FSRU (i)	15,36%	–

(i) Em 20/12/2022, foi assinado um aditivo do contrato já existente de arrendamento do FSRU entre a BW e a UTE GNA I. Neste aditivo,ficou convencionado que parte do pagamento do aluguel da embarcação seria de responsabilidade da empresa UTE GNA II a partir do início de seude comissionamento . Devido a assinatura desde aditivo, a parte do fluxo de pagamento que será de responsabilidade da UTE GNA II, foi reconhecida como IFRS 16. O fluxo de pagamento dos contratos está demonstrado abaixo:

	Terreno	FSRU
2023	-	7.811
2024	27.816	46.538
2025	37.088	73.741
a partir de 2026	862.301	2.143.416
Total	927.205	2.271.506

17 Fornecedores	2022	2021
Passivo circulante		
Fornecedores nacionais	10.911	1.673
Fornecedores estrangeiros	35.052	–
Despesas provisionadas	103.224	96.133
Total	149.187	97.806

18 Salários e encargos a pagar	2022	2021
Passivo circulante		
Gratificações a pagar	1.094	–
Férias	502	–
Encargos sobre férias	180	–
INSS	83	–
FGTS	38	–
Total	1.897	–

19 Empréstimos e financiamentos: Em 29/03/2022 a Cia. subscreveu debêntures no montante de R$ 1.300 mil de reais equivalentes a 13 cotas de R$ 100.000 com o vencimento anterior em 25/09/2022, postergado em uma 1ª vez até 24/11/2022 e posteriormente postergado até 30 de dezembro com a taxa de juros de CDI + 0,74%. A primeira parcela recebida foi no montante de R$ 700.000 equivalentes a 07 cotas, a segunda parcela recebida foi no montante de R$ 300.000 equivalentes a 03 cotas e a terceira parcela recebida foi no montante de R$ 300.000 equivalentes a 03 cotas. Em 30/11/2020, a Cia. assinou contratos de financiamento de longo prazo com BNDES, cujo 1º desembolso foi realizado em 27/12/2022. Com parte destes recursos, as debentures foram integralmente liquidadas em 28/12/2022. Os próximos desembolsos deverão ocorrer durante o ano de 2023. O empréstimo possui estrutura de "Project Finance", garantido principalmente através de, cessão fiduciária, penhor de ações, e penhor de ativos (equipamentos), das contas vinculadas ao projeto, além de fiança bancária emitida pelas instituições: Banco do Brasil, Banco BNPP Paribas Brasil, Banco Bradesco, Banco BTG Pactual, Banco Santander e Itaú Unibanco.

Bancos	Moeda	Objetivo	Taxa de juros contratual	Vencimento	Garantias (a)	Linha de crédito total	Taxa efetiva encargos financeiros
BNDES	Real	Investimentos	IPCA + 5,45%	Dez./44	Conta Reserva, Alienação fiduciária e Cessão Condicional.	3.930.000	IPCA +10,85%

Em 31/12/2022, o passivo está reconhecido da seguinte forma:

	2021	2022							
	Total	Ingresso	Amortização principal	Juros apropriados	Juros pagos	Encargos financeiros/Fee apropriados	Custo de captação adição	Total
Instituições								
BNDES	-	2.400.000	-	3.328	-	575	(98.694)	2.305.209
Santander	-	1.300.000	(1.300.000)	116.775	(116.775)	-	-	-
	-	3.700.000	(1.300.000)	120.103	(116.775)	575	(98.694)	2.305.209
Circulante	-	1.300.000	(1.300.000)	116.775	(116.775)	575	-	575
Não Circulante	-	2.400.000	-	3.328	-	-	(98.694)	2.304.634
Total	-	3.700.000	(1.300.000)	120.103	(116.775)	575	(98.694)	2.305.209

Os vencimentos e amortizações do custo de captação e das parcelas a longo prazo são os seguintes:

Ano	Dívida	Juros	Encargos financeiros/Fee	Custo de transação
2023	–	–	114.958	(3.988)
2024	–	–	111.586	(4.125)
2025	142.407	232.666	133.168	(8.477)
2026	142.407	222.223	167.599	(8.447)
a partir de 2027	2.551.458	2.746.825	171.837	(73.657)

Covenants financeiros e não financeiros: Os contratos de financiamento possuem cláusulas com covenants financeiros e não financeiros, usuais para este tipo de transação, como a obrigação de apresentar aos credores DFs, conformidade com as obrigações tributárias, previdenciárias, trabalhistas e legislação ambiental aplicável, restrições quanto a certas mudanças de sua composição acionária, endividamento adicional e alienações de ativos fora do curso normal do negócio. O contrato celebrado entre a Cia. e seu credor estabelece um covenant financeiro onde a partir de 2025, durante a vigência deste contrato, a obrigação de manutenção do Índice Histórico de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) mínimo de 1,30 vezes apurado anualmente com base com base nas DFs auditadas.

20 Impostos e contribuições a recolher	2022	2021
Passivo circulante		
Imposto sobre serviço ("ISS")	1.591	273
INSS terceiros	6	1
I.R. retido na fonte ("IRRF")	475	30
PIS/COFINS a recolher	297	300
PIS/COFINS/ CSLL–retenção	1.007	59
Total	3.376	663

21 Patrimônio líquido

	2022		2021	
Acionistas	Quantidade de ações ordinárias	% participação	Quantidade de ações ordinárias	% participação
GNA Infra (i) e (ii)	-	-	2.001	44,89%
Siemens Par (i) e (ii)	-	-	986	22,11%
SPIC (i) e (iii)	13.180	33,00%	1.471	33,00%
Junergy (ii) e (iii)	13.380	33,50%	-	-
BPGIL (ii) e (iii)	13.380	33,50%	-	-
Total	39.940	100,00%	4.458	100,00%

(i) Em 23/05/2022, a UTE GNA II realizou uma AGE na qual definiu um acréscimo na quantidade de ações sem valor nominal, onde a GNA Infra passou a deter 4.002 ações, a Siemens Par passou a deter 1.972 ações e a SPIC passou a deter 2.942 ações. (ii) Em 19/09/2022, a UTE GNA II realizou uma AGE na qual foi concluído o processo de transferência de ações da GNA Infra e Siemens Par para as empresas Junergy e BPGIL. A Junergy e BPGIL receberam 2.987 ações com o valor de R$ 1.493,50(**) da GNA Infra e da Siemens Par. (iii) Em 31/10/2022 houve a emissão de novas ações, onde a integralização de capital ocorreu através da conversão de mútuo e aportes, conforme descrito abaixo: • SPIC – 10.238 ações por preço de ação R$ 95.178,46 totalizando R$ 974.437.058,12(**); • Junergy – 10.393 ações por preço de ação R$ 86.949,01 totalizando R$ 903.661.031,05(**); • BPGIL – 10.393 ações por preço de ação R$ 98.923,54 totalizando R$ 1.028.112.345,70(**). **a) Capital social:** Em 31/12/2022, o capital social da Cia. é de R$ 3.186.213, representado por 39.940 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (R$219.003, representado por 4.458 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal em 31/12/2021). Os aportes de aumento de Capital Social efetuados no exercício estão demonstrados conforme abaixo:

	Acionista					
	GNA Infra	Siemens	SPIC	BPGIL	JUNERGY	Capital Social
Saldo em 31/12/2020	2	1	-	-	-	3
28/01/2021 (i)	-	-	280.000	-	-	280.000
17/11/2021	-	-	(61.000)	-	-	(61.000)
Saldo em 31/12/2021	2	1	219.000	-	-	219.003
19/09/2022 (ii)	(2)	(1)	-	2	1	-
31/10/2022 (ii)	-	-	1.035.437	1.028.112	903.661	2.967.210
Saldo em 31/12/2022	-	-	1.254.437	1.028.114	903.662	3.186.213

(i) Em 28 de janeiro de 2021 houve a subscrição de novas ações da UTE GNA II para a entrada da SPIC no montante de R$ 280.000 por 33% de participação. (ii) Conclusão da reorganização societária UTE GNA II – Foi concluído o processo de transferência das ações da GNA Infra e Siemens Par para Junergy e BPGIL. E também houve a emissão de novas ações para SPIC, Junergy e BPGIL. (**) Valores apresentados em reais. **b) Adiantamento para futuro aumento de capital:** Em 31/12/2022, com a conclusão da reorganização societária da GNA II, foi convencionado que o valor do AFAC pertencente a Infra seria convertido em mútuo, onde foi liquidado com a data de 01/11/2022.

	Acionista	
	GNA INFRA	AFAC
Saldo em 31/12/2020	43.469	43.469
13/04/2021	2.780	2.780
Saldo em 31/12/2021	46.249	46.249
Conversão do AFAC em mútuo	(46.249)	(46.249)
Saldo em 31/12/2022	-	-

c) Dividendos: As ações da Cia. participam em condições de igualdade na distribuição de dividendos, JSCP e demais benefícios aos acionistas. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício findo em 31/12/2022 e 2021, a Cia. apresentou prejuízo não havendo distribuição de dividendos. **d) Outros resultados abrangentes:** Os saldos que compõe outros resultados abrangentes são relacionados ao reconhecimento da marcação a mercado do hedge accounting e a parcela da variação cambial dos time deposits em moeda estrangeira.

22 Despesas gerais e administrativas	2022	2021
Pessoal	(21.575)	(24.225)
Comunicação e Assuntos Institucionais	(1.744)	(439)
TI e Telecom	(1.854)	(1.837)
Serviços administrativos	(1.469)	(892)
Consultoria e auditoria	(1.656)	(604)
Outros	(2.258)	(1.849)
Total	(30.556)	(29.846)

23 Resultado financeiro	2022	2021
Despesas financeiras		
Perda em operações de *SWAPS (a)*	(333.687)	(22.447)
Perda em operações de *NDF*	(2.303)	-
Juros sobre mútuos	(126.829)	(12.645)
IOF	(3.105)	(12.983)
IOF sobre mútuo	(5.521)	-
Variação cambial	(3.458)	(8.259)
Variação cambial sobre mútuo	(86.370)	-
Outros	(81)	(67)
Total	(561.354)	(56.401)
Receitas financeiras		
Variação cambial sobre mútuo	281.813	-
Juros sobre aplicações financeiras (b)	26.497	8.684
Ganho em operações de *SWAPS*	22.447	1.338
Ganho em operações de *NDF*	7.154	-
Outros	281	1
Total	338.192	10.023
Resultado financeiro líquido	(223.162)	(46.378)

(a) Valores referentes a liquidação dos *Swaps* feita em 05/2022 conforme mencionado na nota 24. (b) De acordo com o CPC 20(R1) a Companhia está capitalizando todas as despesas financeiras decorrentes do financiamento, que excedem sua receita financeira atrelada também ao financiamento. **24 Gestão de riscos financeiros: a) Considerações gerais e políticas internas:** A gestão dos riscos financeiros da Cia. segue o proposto na Política de Riscos Financeiros, e na Política de Risco de Crédito aprovadas pelo Conselho de Administração, além dos demais normativos financeiros. Além disso, a utilização de derivativos tem como único propósito a proteção e mitigação de riscos, de forma que é proibida a contratação de derivativos exóticos ou com propósitos especulativos. O monitoramento dos riscos é feito através de uma gestão de controles que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas e do cumprimento dos limites de risco aprovados. A Cia. está exposta a diversos riscos financeiros, dentre os quais se destacam os riscos de mercado, de crédito e de liquidez. **Riscos:** Risco de mercado–taxa de câmbio. **Origem da exposição:** Instrumentos financeiros que não são denominados em BRL. **Gestão:** Operações de hedge com NDF. **Valores 2022:** Montate total de NDF contratada R$ 689.976. **Valores 2021:** Montate total de NDF contratada R$ 1.781.689. **Riscos:** Risco de mercado – Taxa de juros. **Origem da exposição:** Empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo CDI e IPCA e aplicações financeiras. **Gestão:** Gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários. **Valores 2022:** Montante de Empréstimos e financiamentos R$ 2.305.209. Montante de Aplicações financeiras R$ 1.101.181. **Valores 2021:** Montante de Aplicações financeiras R$1.321.443. **Riscos:** Risco de liquidez. **Origem da exposição:** Obrigações contratuais ou assumidas. **Gestão:** Disponibilidade de linhas de crédito rotativo. **Valores 2022:** Montante de compromissos assumidos R$ 3.205.350. **Valores 2021:** Montante de compromissos assumidos R$ 96.323. **Riscos:** Risco de crédito. **Origem da exposição:** Recebíveis, garantias e adiantamentos a fornecedores. **Gestão:** Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes. **Valores 2022:** Montante de contas a receber partes relacionadas R$ 33. Montante depósito bacário vinculado R$ 1.591.020. **Valores 2021:** Montante de contas a receber partes relacionadas R$ 219.000. **b) Gestão de risco de mercado:** ***(i) Risco cambial:*** A Cia., visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seus saldos a pagar a fornecedores estrangeiros com exposição cambial durante a fase de construção, para que não afete seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31/12/2022 e 2021, operações de hedge cambial. As operações de SWAP foram liquidadas em 19/05/2022. A Cia. optou por proteger os gastos de seus equipamentos importados da sua exposição cambial advinda de compromissos assumidos com Capex, com objetivo de proteção econômica e financeira contra risco flutuação cambial, através da combinação da contratação de instrumentos derivativos de Non-deliverable Forwards (NDF) e realização de operação de hedge natural aplicando os valores de maior relevância referente a exposição cambial do contrato EPC da térmica entre 01/2023 a janeiro de 2025, em investimentos em moeda forte (EUR e USD). Em 31/12/2022 a Cia. já havia reconhecido em contas a pagar de partes relacionadas o montante de R$ 869.738 referente a chegada dos equipamentos importados. Este montante não está protegido por nenhum instrumento derivativo, e dessa forma, exposto à variação cambial do EUR e USD, que até 31/12/2022 foi de R$ 28.082 conforme mencionado no item (e) dessa nota. As estratégias de hedge cambial são descritas no item 'Informações complementares sobre os instrumentos derivativos. ***(ii) Risco de taxa de juros:*** Este risco é oriundo da possibilidade de a Cia. incorrer perdas, devido a flutuações nas taxas de juros anuais e IPCA de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas aos rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Cia. monitora continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. **c) Gestão de risco de liquidez:** O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a Cia. não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Cia. busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principal ponto o hedge dos contratos com fornecedores em moeda estrangeira. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar a liquidez. Em 31/12/2022, a Cia. mantinha um total de aplicações no curto prazo de R$ 1.101.181 (31/12/2021 R$ 75.713) e depósitos bancários vinculados de R$ 1.591.020 (31/12/2021 R$ 0).

Passivos financeiros não derivativos	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	Até 6 meses	6 a 12 meses	2024	2025	2026	2027 em diante
Fornecedores	149.187	149.187	56.228	92.959	-	-	-	-
Contas a Pagar – partes relacionadas	989.480	989.480	3.094	869.737	-	116.649	-	-
Empréstimos	2.305.209	6.737.134	56.465	58.493	111.586	508.241	532.229	5.470.120
Passivos de arrendamento	816.718	3.056.243	4.246	3.566	70.080	105.130	123.339	2.749.882
Passivos financeiros derivativos								
Non- deliverable Forwards (NDF)	(11.732)	-	(11.732)	-	-	-	-	

d) Gestão de risco de crédito: O risco de crédito refere-se à possibilidade de a Cia. incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalente de caixa e depósito bancário vinculado ***Risco de crédito junto a instituições financeiras:*** Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e derivativos, a Cia. segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras com boa qualidade de crédito. É realizado ainda o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de *rating* para as principais instituições financeiras com as quais a Cia. possui operações de derivativos em aberto.

***Ratings* de longo prazo em escala nacional**	Moody's	S&P	Fitch
Banco BTG Pactual	-	-	AA
Banco Bradesco	AAAbr	brAAA	AAA
Banco ABC	AA+.br	brAAA	AAA
BR Partners	AA-	-	AA-
Daycoval	AA.br	brAA+	AA
XP Investimentos	-	-	AA

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros pela Cia.. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	2022	2021
Caixa e equivalente de caixa	1.101.343	1.321.380
Depósitos bancários vinculados	1.591.020	-

e) Informações complementares sobre os instrumentos derivativos: A Cia. possui instrumentos derivativos de *Non-deliverable Forwards* (NDF) com objetivo de proteção econômica e financeira contra risco flutuação cambial. Todas as operações de derivativos dos programas de hedge estão detalhadas em quadro a seguir, que inclui, por contrato de derivativo, informações sobre tipo de instrumento, valor de referência (nominal), vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores pagos/recebidos ou provisionados no período. Com o objetivo de determinar a relação econômica entre protegidos pagamentos a fornecedores e o instrumento de hedge, a Cia. adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge e do instrumento de hedge possam ser compensados mutuamente. ***Programa de hedge das Non-deliverable Forward – NDF e Swaps:*** Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Cia. contratou operações via NDF *(Non-deliverable forwards)*, Depósito bancário vinculado (*Time deposits)* e *Swaps* para mitigar a exposição cambial originada por pagamentos denominados ao Dólar e Euro. As NDFs e Time deposits contratados cobrem a exposição cambial originada dos contratos de implantação do projeto e os Swaps liquidados visavam eliminar a exposição cambial referente aos contratos com partes relacionadas.

	2022	2021
Ativo		
Circulante – Time depósits (variação cambial)	(135.743)	(24.297)
Circulante – NDF	11.839	-
Circulante – Swap	-	1.338
Total do Ativo	(123.904)	(22.959)
Passivo		
Circulante - NDF	107	40.766
Circulante – Swap	-	22.447
Circulante - Custo da reserva de hedge	28.082	-
Total do Passivo	28.189	63.213
Outros resultados abrangentes - NDF	11.732	(40.766)
Outros resultados abrangentes – Time depósits (variação cambial)	(135.743)	(24.297)
Outros resultados abrangentes – Custo da reserva de hedge	(28.082)	-
Total do patrimônio líquido	(152.093)	(65.063)
Despesas Financeiras – Swap	(311.240)	(20.447)
Receitas e despesas financeiras – ***NDFs***	4.851	-

UTE GNA II GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 23.514.652/0001-40

Ganho (Perda) Hedge liquidado reconhecido no imobilizado - NDF			**(299.091)**	**47.336**
Ganho (Perda) Swap reconhecido no resultado financeiro			**(333.687)**	**-**

	NDF contratada em R$		Marcação a mercado (MTM)		Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
NDF	**2022**	**Vencimento (ano)**	**2022**	**2021**	**2022**
Termo USD	-	2022	-	(14.533)	(107.617)
Termo USD	118.560	2023	1.183	-	-
Termo EUR	-	2022	-	(26.233)	(238.810)
Termo EUR	571.417	2023	10.549	-	-
Líquido			**11.732**	**(40.766)**	**(346.427)**

Este programa é classificado de acordo com os critérios contábeis de hedge *accounting* e mensurado a valor justo por meio do resultado abrangente.

	SWAP contratada em R$		Marcação a mercado (MTM)		Valor pago
SWAP	**2022**	**Vencimento (ano)**	**2022**	**2021**	**2022**
Termo USD	-	2022	-	(4.325)	(211.804)
Termo EUR	-	2022	-	(7.635)	(121.883)
Líquido			**-**	**(11.960)**	**(333.687)**

Este programa é classificado de acordo com os critérios contábeis de *Swap* e mensurado a valor justo por meio do resultado. Os *Swaps* contratados, foram liquidados nas seguintes datas, em 21/03/2022, no valor de BRL 13.366 (EUR 2.399) e em 19/05/2022, no valor de BRL 211.804 (EUR 156.631), e BRL 108.517 (USD 122.930). ***Tratamento contábil dos instrumentos derivativos:*** Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Quando a transação for elegível e designada como *hedge accounting*, mudanças no valor justo dos derivativos são registradas como segue: (i) Hedge de fluxo de caixa: as variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como hedge efetivo de fluxo de caixa têm seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido (outros resultados abrangentes) e o componente ineficaz registrado no resultado (Receita/Despesa financeira). Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para o Imobilizado em conta apropriada (Hedge liquidado) quando o item protegido for efetivamente realizado. A Cia. documenta no início da operação de hedge accounting, com o objetivo de gestão de risco, a relação entre os instrumentos de hedge e os itens por ele protegidos, assim como a estratégia para a realização de operações de hedge e documenta, tanto no início quanto de forma contínua, sua avaliação de que os derivativos usados nas operações de hedge são eficazes. **Análise de sensibilidade:** As análises a seguir estimam o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. • **Cenário Provável:** Foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes ao final do período. • **Cenário II:** considera um choque de 25% nos fatores de risco em relação às taxas de mercado do cenário provável. • **Cenário III:** considera um choque de 50% nos fatores de risco em relação às taxas de mercado do cenário provável. Para os rendimentos das aplicações financeiras, os cenários II e III consideram uma redução de 25% e 50%, respectivamente, em relação ao cenário provável. Para a análise de sensibilidade das exposições cambiais e de índices, a Administração entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial.

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (BRL)	Cenário provável	Impacto cenário (II)	Impacto cenário (III)
NDF							
Item protegido: parte de desembolso em USD	Dólar	Queda do dólar	5,2519	(118.559)	1.183	(28.744)	(58.683)
Item protegido: parte de desembolso em EUR	Euro	Queda do euro	5,5709	(571.417)	10.549	(134.861)	(280.379)
Exposição líquida				(689.976)	11.732	(163.605)	(339.062)

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido à variação das taxas de juros nas aplicações financeiras que poderá ser reconhecida no resultado da Cia. no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Exposição (BRL) (Base 2021)	Rendimento bruto no cenário provável (BRL)	Impacto cenário (II) (BRL)	Impacto cenário (III) (BRL)
Aplicações de renda fixa CDI		Queda de juros	13,65%.	1.101.181	150.311	(37.578)	(75.156)

24.1 Estimativa de valor justo: Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Cia. tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Cia.. Para a mensuração e determinação do valor justo dos instrumentos de derivativos, denominados *Non-Deliverable Forward* (NDF) e *Swap*, contratados pela UTE GNA II, utilizamos as taxas de mercado obtidas no site da B3, sendo elas (i) DI x Pré; (ii) Real x USD (iii) Real x Euro. Para esta precificação, consideramos a data de fechamento do período contábil em análise. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: • **Nível 1** - Preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos idênticos aos da Cia.; • **Nível 2** - Preços cotados com ou sem ajustes para ativos ou passivos similares com informações direta ou indiretamente em mercados ativos, exceto preços cotados incluídos no nível anterior. O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos da Cia., assim como seu nível de mensuração, em 31/12/2022 e 31/12/2021.

		2022		2021	
	Nível	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)					
Caixa e equivalente de caixa	2	1.101.343	1.101.343	1.321.380	1.321.380
Depósito bancário vinculado	2	1.591.020	1.591.020	-	-
Contas a receber–partes relacionadas	2	33	33	219.000	219.000
Passivos financeiros (Circulante / Não circulante)					
Fornecedores	2	149.187	149.187	97.806	97.806
Contas a pagar–partes relacionadas	2	989.480	989.480	128.706	128.706
Mútuo – partes relacionadas	2	-	-	2.373.820	2.373.820
Empréstimos e financiamentos	2	2.305.209	2.305.209	-	-
Passivos de arrendamento	2	816.718	816.718	-	-
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado abrangente		(11.732)	(11.732)	63.213	63.213
Non-deliverable forwards (NDF)– Instrumento de Hedge	2	(11.732)	(11.732)	40.766	40.766
Swap – Instrumento de Hedge	2	-	-	22.447	22.447

Não houve transferências de Nível 2 durante o exercício finalizado em 31/12/2022. ***Métodos e técnicas de avaliação:*** • Caixa e bancos, depósito bancário vinculados, contas a receber, contas a receber partes relacionadas, contas a pagar e contas a pagar partes relacionadas – Decorrem diretamente das operações da Companhia sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o curto prazo de liquidação destas operações. • Fornecedores - A Cia. entende que valor justo de fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. • Empréstimos e financiamentos - Para os financiamentos classificados e mensurados ao custo amortizado, a Cia. entende que, por se tratar de operações bilaterais e não possuírem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis às já apresentadas e que possam ser parâmetro à determinação de seus valores justos, os valores contábeis refletem o valor justo das operações. • Instrumentos derivativos - Para cálculo da marcação a mercado - MTM, utiliza-se a projeção da cotação da moeda contratada na NDF para a data de vencimento de acordo com a curva de futuros da BM&F. Este valor é trazido a valor presente de acordo com a projeção do CDI 2º a curva de DI futuro da BM&F.

25 Cobertura de seguros: A Cia. adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31/12/2022 e 2021, as coberturas de seguros são as seguintes:

	2022	2021
Garantia de Performance	186.749	207.499
Responsabilidade Civil Obras	225.720	223.196
Riscos de Engenharia	4.591.112	4.909.816
Transporte de Equipamentos Importados	5.768.079	–

26 Compromissos assumidos: Em 31/12/2022, a Cia. apresentou compromissos assumidos de compras futuras no valor de R$ 3.205.350 (R$ 96.323 em 31/12/2021). que deverão ser cumpridos no decorrer das obras e operação da Termelétrica.

	2022	2021	Descrição
Ativo			
Despesa antecipada			
Custo de transação	4.198	-	Gastos atrelados aos Financiamentos, Debêntures.
Total Despesa Antecipada	**4.198**	**-**	
Imobilizado/Intangível			
Adiantamentos para formação de Imobilizado	2.769.718	-	Adiantamentos a serem feitos a fornecedores para futura entrega de equipamentos.
Obras em andamento e equipamentos em contrução	262.435	81.540	Gastos com desenvolvimento de projetos (consultoria, assessoria financeira e jurídica, estudos e pareceres ambientais, seguros e licenças de implantação).
Total ativo Imobilizado/Intangível	**3.036.351**	**81.540**	
Total ativo	**3.036.351**	**81.540**	
Resultado			
Despesas Gerais e Administrativas	168.999	14.783	Contrato de agência de viagens, serviço de brigada de emergência e despesas legais, gastos com benefícios.
Total resultado	**168.999**	**14.783**	
Total geral	**3.205.350**	**96.323**	

Bernardo de Araújo Chaves Perseke - Presidente; Gustavo Artur Ciocca Zeno - Diretor Financeiro;
Fábio Herllain de Cerqueira - Contador CRC: 106.747/O-7 RJ

Relatório dos auditores independentes sobre as DFs: Aos Diretores e Acionistas da UTE GNA II Geração de Energia S.A. - RJ - RJ: Opinião: Examinamos as DFs da UTE GNA II Geração de Energia S.A ("Cia."), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/22 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as DFs acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da UTE GNA II Geração de Energia S.A em 31/12/22, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercicio findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das DFs". Somos independentes em relação à Cia., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfases: Fase pré-operacional:** Conforme mencionado na Nota Explicativa 1 às DFs, a Cia. está em fase pré-operacional e, consequentemente não tem gerado fluxo de caixa para suas atividades. Portanto, os investimentos e os gastos da Cia. estão sendo honrados por meio de suporte financeiro dos seus acionistas e terceiros, através de financiamento obtido e linha de crédito aprovada. As DFs devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Responsabilidades da administração pelas DFs:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das DFs de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de DFs livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das DFs, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cia. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das DFs, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cia. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das DFs:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as DFs, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas DFs. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas DFs, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas DFs ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cia. a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das DFs, inclusive as divulgações e se as DFs representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. RJ, 05/04/23.

KPMG Auditores Independentes - CRC SP-014428/O-6 F-RJ;
Juliana Ribeiro de Oliveira - CRC RJ-095335/O-0.

País

MULHER OU NEGRO

Lula evita se comprometer com indicação ao Supremo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse nesta quinta-feira que não tem pressa e não se comprometeu a indicar uma mulher ou um negro como ministro do STF (Supremo Tribunal Federal).

A declaração do mandatário, feita durante café da manhã com jornalistas no Palácio do Planalto, ocorre no mesmo dia em que Lula publicou decreto de aposentadoria do ministro Ricardo Lewandowski, do STF, no Diário Oficial da União.

"Se vai ser negro, se vai ser mulher, se vai ser homem, é um critério que eu vou levar muito em conta na escolha. Mas não te darei nenhuma referência, porque, se eu der uma referência, estarei carimbando a futura pessoa que vai ser a ministra da Suprema Corte", disse o chefe do Executivo.

MARCELO CAMARGO/ABRASIL

Lula disse que seu indicado será uma pessoa "altamente gabaritada, do ponto de vista jurídico", e que tenha sensibilidade social. O chefe do Executivo disse ainda que escolherá um ministro que não vai dar seu voto "na imprensa", mas nos autos do processo.

"A escolha do substituto dele será feita por mim no momento que eu achar que tenha que fazer. Não adianta ficarem plantando nome, tentando vender candidato pela imprensa, que não é assim que se escolhe ministro da Suprema Corte. (...) Não tem data, não tem mês. Eu não tenho pressa de escolher", completou.

PEDRA BRANCA

Defesa Civil descarta risco de rompimento de barragem no CE

A prefeitura de Pedra Branca, no interior do Ceará, a 261 quilômetros de Fortaleza, orientou moradores a deixarem suas casas e procurarem abrigos na noite de quarta-feira passada. A gestão municipal alegou perigo de rompimento da barragem de um açude devido a chuvas. No entanto, a Defesa Civil do Ceará nega que haja risco iminente.

O prefeito da cidade, Matheus Góis (PSD), afirmou em uma gravação que a barragem poderia sangrar ainda na noite da quarta.

"Fica aí o alerta (...) que este açude pode arrombar hoje à noite ainda e vir no efeito cascata e arrombar outros açudes. Ninguém sabe ao certo o volume de água que tem desse açude. Fica o alerta, quem puder sair de casa, quem tiver para onde ir saiam desses locais", disse, em um vídeo publicado no Instagram.

A prefeitura anunciou que disponibiliza abrigos para a população em área de risco.

Na manhã desta quinta, o Corpo de Bombeiros e a Defesa Civil do Ceará realizaram inspeções técnicas na barragem. Em nota, os órgãos informaram: "a Defesa Civil inspecionou e constatou que não há risco iminente de rompimento da barragem. Contudo, recomendou procedimentos a serem feitos."

O Corpo de Bombeiros informou que o prefeito da cidade acompanhou as inspeções da equipe de engenharia da corporação.

De acordo com a Defesa Civil, o açude é particular, ou seja, cabe ao proprietário realizar as manutenções recomendadas.

Apesar de refutar risco iminente, a Defesa Civil estadual declarou que foram encontrados problemas, como formigueiros, vertedouro obstruído, surgências de água ao pé de jusante (depois da área da barragem) e outros tópicos de barramentos de terra.

AMAZÔNIA

Incêndios provocam 15 milhões de casos de doenças respiratórias

No romance do autor português Valter Hugo Mãe lançado em 2022, "As Doenças do Brasil", o fogo é visto pelos indígenas da aldeia fictícia amazônica Abaeté como espíritos do mal da floresta, já que lambe toda a vida e provoca a morte.

Fora da ficção, os incêndios na Amazônia trazem também problemas graves de saúde às populações de territórios indígenas e de outras cidades que podem persistir por anos.

Um estudo conseguiu mensurar pela primeira vez os danos associados às queimadas em terras indígenas da Amazônia Legal e observou um impacto estimado de cerca de 15 milhões de casos de infecções respiratórias e doenças cardiovasculares por ano com um custo estimado de US$ 2 bilhões (cerca de R$ 10,1 bi).

Considerando que as partículas de poluentes dispersas com os incêndios podem se espalhar para até 500 km do local do foco inicial, os danos à saúde são sentidos em diversos outros estados e países do continente sul-americano.

Por outro lado, manter a floresta de pé auxilia na absorção desses poluentes e ajuda a prevenir casos de problemas respiratórios e gastos aos serviços de saúde.

O estudo, publicado nesta quinta (6) na revista científica Communications Earth & Environment, do grupo Nature, foi conduzido por pesquisadores de Brasil, México e Estados Unidos, com apoio financeiro da Fundação Ford.

Antes da publicação, foi organizada uma conferência para jornalistas na última quarta-feira com a presença de Carlos Nobre, cientista do clima, Paula Prist, pesquisadora da Ecohealth Alliance (EUA) e autora principal do estudo, Patrícia Pinho, diretora científica do Ipam (Instituto Brasileiro de Pesquisa Ambiental da Amazônia), Marcia Macedo, diretora do programa de água e pesquisadora do Centro de Pesquisas Climáticas Woodwell, Dinamam Tuxã, coordenador-executivo da Apib (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil) e Maypatxi Apurinã, gerente de monitoramento territorial da Coiab (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira).

Nota

FUNDAÇÃO PALMARES REVOGA PORTARIA QUE DIFICULTAVA CERTIFICAÇÃO DE QUILOMBOLAS

Presidente da Fundação Palmares, João Jorge Rodrigues revogou nesta quinta-feira uma portaria publicada pelo governo Jair Bolsonaro (PL) em 2022 que dificultava o reconhecimento dos quilombos no Brasil. A decisão foi publicada no Diário Oficial da União. A portaria de março do ano passado mudou as regras para emissão de certidões de autodeclaração e impôs medidas consideradas problemáticas por representantes de comunidades quilombolas. Uma das exigências criadas foi a de que o processo fosse feito e acompanhado por meio eletrônico, com cadastro de email do responsável pela comunidade. No entanto, reportagem do UOL mostrou que a maioria das 6.000 comunidades quilombolas existentes não possuem acesso à internet para receber notificações ou consultar as páginas oficiais,

OUTONO: Sol com muitas nuvens e chuva pela manhã. Tarde e noite com chuva. Manhã Tarde Noite 25º 19º 85% 06:15 18:01

HABITAÇÃO

Minha Casa entrega 300 imóveis em município paulista

FLÁVIA ALBUQUERQUE/ABRASIL

Casado e pai de quatro filhos, de 3, 10, 13 e 15 anos, o porteiro de 42 anos, Gilmar Gonçalves Silvestre Júnior, mal consegue falar, tamanha a alegria por estar finalmente entrando na sua própria casa.

Atualmente residindo em um imóvel de dois cômodos no fundo de uma igreja, onde figura como caseiro, ele esperava desde 2009 para realizar o sonho da casa própria.

A família já viveu na casa da mãe de Gilmar, da sogra e em diversas outras casas, morando de favor ou como caseiro em locais apertados para a família.

"É muita emoção saber que agora vou entrar no meu apartamento. Minha família, principalmente meus filhos, estão ansiosos. Eu já chorei bastante e confesso que nem acredito ainda.

É um sonho que, para mim, parecia muito distante. Achei que este dia nunca chegaria. Estou muito feliz. Estas noites eu já perdi o sono, fiquei pensando se era real. E a estrutura ao redor do empreendimento está excelente", afirmou.

A alegria de Gilmar e de muitas outras famílias beneficiadas deve-se à entrega de 300 unidades do Residencial Suzano 2, no município de Suzano, região metropolitana de São Paulo, dentro do programa Minha Casa, Minha Vida.

Mais 300 unidades deverão ser entregues até o fim do primeiro semestre, depois de a obra ter sido contratada em janeiro de 2015, paralisada em março de 2018, novamente em abril de 2021 e retomada em fevereiro de 2022.

A obra custou R$ 78,7 milhões, dos quais R$ 56,7 milhões do Fundo de Arrendamento Residencial da Caixa e R$ 12 milhões do governo de São Paulo. Cada unidade tem 50 metros quadrados (m²), dois quartos, banheiro, sala, cozinha e lavanderia.

Segundo o prefeito de Suzano, Rodrigo Ashiuchi, em 2017, havia uma fila de 16 mil famílias à espera de moradia. Depois de uma análise junto com o Ministério Público Estadual e as entidades bancárias, constatou-se que apenas 4 mil eram candidatas reais à moradia popular.

"Daí em diante mapeamos todos os empreendimentos que estavam em andamento na cidade e a situação de cada um. Fizemos cinco reintegrações de posse em empreendimentos que haviam sido ocupados irregularmente e continuamos as obras. Com a entrega desses empreendimentos, incluindo o Suzano 2, a fila no município cai para menos de mil pessoas", afirmou o prefeito.

Ashiuchi ressaltou que, além dos prédios, a prefeitura providenciou equipamentos ao redor do Suzano 2, como uma unidade de pronto atendimento (UPA) 24 horas, uma unidade básica de saúde (UBS) e escolas, além de pavimentação, iluminação pública e novas rotas de transporte público, segurança e possibilidade e incentivo para que novas empresas se instalem no bairro.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Sociedade por ações - CNPJ/ME nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DAS CLASSES SÊNIOR E SUBORDINADA DA 3ª EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das Classes Sênior e Subordinada da 3ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRA", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 12 do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio das Classes Sênior("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("AGT"), a realizar-se no dia 28 de abril de 2023, às 09:30 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial, com a presença de quaisquer Titulares dos CRI em Circulação para fins de instalação, sendo que as deliberações na AGT poderão ser tomadas por Titulares que representem 50% mais um dos CRA em Circulação. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRA, conforme previsto neste digital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Examinar, discutir e aprovar as demonstrações contábeis do Patrimônio Separado referente ao exercício financeiro findo em 31 de dezembro de 2022; e (ii) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Informamos os titulares dos CRI, conforme previsto no §2º, do artigo 25, da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, que serão automaticamente aprovadas as demonstrações contábeis ausentes de ressalvas, caso a AGT não seja instalada, inclusive em segunda convocação, em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail corporate@vortx.com.br, com cópia para o e-mail contato@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT – [CRA - VENDRU]", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRA indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRA, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 06 de abril de 2023

Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização e de Distribuição

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Sociedade por ações - CNPJ/ME nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA SÉRIE ÚNICA DA 9ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 9ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRA", "CRA", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 24 do *Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio da Série Única da 9ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Canal Companhia de Securitização com Lastro Diversificado* ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), a realizar-se no dia 28 de abril de 2023, às 10:45 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial, com a presença de quaisquer Titulares dos CRA em Circulação para fins de instalação, sendo que as deliberações na AGT poderão ser tomadas pela maioria dos presentes. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste digital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Examinar, discutir e aprovar as demonstrações contábeis do Patrimônio Separado referente ao exercício financeiro findo em 31 de dezembro de 2022; e (ii) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Informamos os titulares dos CRI, conforme previsto no §2º, do artigo 25, da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, que serão automaticamente aprovadas as demonstrações contábeis ausentes de ressalvas, caso a AGT não seja instalada, inclusive em segunda convocação, em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail comercial@oliveiratrust.com.br, com cópia para o e-mail contato@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT – CRA VALORIZA", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRA indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRA, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 06 de abril de 2023

Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização e de Distribuição

RESTRIÇÃO

'Ordem de Portugal' quer limitar advogados do Brasil

A Ordem dos Advogados de Portugal quer restringir o acordo que garante reciprocidade para o exercício profissional com o Brasil. Em março, a presidente da entidade teve uma reunião com o líder da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) para começar os trâmites de revisão do entendimento.

Conforme revelado pela Folha de S.Paulo, 9,4% dos advogados com registro ativo no país europeu em 2022 eram brasileiros. Dos cerca de 34 mil inscritos na instituição, 3.173 eram oriundos do Brasil. O número significa uma alta de quase 482% em relação aos 536 brasileiros listados na entidade portuguesa em 2017.

Não foram apresentadas oficialmente justificativas para o endurecimento das regras de reciprocidade, mas a presença maior de profissionais estrangeiros no já concorrido mercado de direito português é frequentemente assunto entre advogados lusos.

Dados do Conselho da Europa indicam que, em 2020, Portugal registrava 2,5 vezes a média europeia de advogados. Eram 321,63 profissionais por 100 mil habitantes, enquanto a média do continente era 134,51.

A Ordem dos Advogados de Portugal reconheceu, por meio de sua assessoria, que está em processo de mudanças no acerto de reciprocidade com o Brasil. A entidade informou, no entanto, que só irá se manifestar quando houver alterações concretas.

No site da instituição existe um comunicado sobre o assunto. "De momento encontra-se em discussão entre as ordens uma proposta de alteração do regime de reciprocidade que, por um lado, garanta os direitos, liberdades e garantias da sociedade portuguesa e brasileira, e, por outro, responda às necessidades apontadas pelos próprios profissionais que aqui se encontram inscritos ao abrigo do regime de reciprocidade", diz o texto.

"A advocacia é uma profissão de excelência, com custódia constitucional, cabendo às ordens de cada país garantir a qualidade e elevada capacidade técnica dos profissionais que a exercem, pelo que devem ambas as instituições encontrar a melhor solução para que se cumpra esse desiderato", completa.

Procurada, a Ordem dos Advogados do Brasil confirmou a revisão dos procedimentos e afirmou querer chegar a um resultado que preserve o direito dos profissionais brasileiros.

"A OAB tem dialogado com a Ordem dos Advogados de Portugal para chegar a um entendimento que contemple a todos e preserve os direitos dos profissionais brasileiros de atuarem nos países de língua portuguesa. Isso inclui a elaboração de novos protocolos para inscrição de brasileiros em adequação à legislação portuguesa. O Conselho Federal da OAB respeita a autonomia da Ordem de Portugal e busca a manutenção e o incremento à bilateralidade instituída entre a advocacia luso-brasileira."

ONG

China lidera ranking de repressão contra dissidentes no exterior

O número de países que recorre a atos de violência, sequestros e deportações de cidadãos no exterior para reprimir dissidentes e vozes críticas a governos continua crescendo, afirma um relatório do centro de pesquisas Freedom House publicado nesta quinta-feira.

A organização sem fins lucrativos sediada em Washington com foco nos direitos políticos e nas liberdades civis, aponta no documento que 20 governos cometeram no ano passado 79 atos de "repressão transnacional" -quando Estados procuram silenciar vozes políticas dissidentes por meios como assassinatos, agressões, detenções e deportações ilegais.

Entre todos os incidentes registrados pela Freedom House, 30% são de responsabilidade da China, visando a grupos e indivíduos ativistas com diferentes táticas, como contratar investigadores particulares para obter informações restritas de exilados e até acusar seus alvos de terem cometido infrações.

Desde 2014, foram identificados 854 casos perpetrados por 38 Estados em 91 países, em episódios que descartam, por exemplo, táticas não físicas como assédio digital e coerção de familiares. Jornalistas também fazem parte desse grupo: os profissionais foram alvo de 97 incidentes, ou 11% de total de casos.

Segundo o relatório, intitulado "Still Not Safe: Transnational Repression in 2022" (na tradução, "Ainda sem Segurança: Repressão Transnacional em 2022"), esse panorama representa uma ameaça global à democracia e aos direitos humanos.

De acordo com os dados da Freedom House, China, Turquia, Rússia, Egito e Tadjiquistão continuam sendo responsáveis pelo maior conjunto de casos de repressão, respondendo juntos por 63% de todos os atos desde janeiro de 2014.

O documento menciona tentativas de pressão de Pequim sobre outros países para extraditar à força uigures, minoria majoritariamente muçulmana concentrada principalmente na região de Xinjiang. Segundo entidades de defesa dos direitos humanos, uigures são presos arbitrariamente e submetidos a práticas de trabalho forçado e doutrinação política em centros de detenção no território chinês.

A Turquia é a segunda maior responsável por casos do tipo. De acordo com o relatório, Ancara persegue e, por vezes, sequestra exilados desde a tentativa de golpe de Estado de 2016 contra o presidente Recep Tayyip Erdogan, quando um grupo militar tentou tomar o poder, mas teve sua ação reprimida.

Segundo a Freedomgvv House, o país também tentou usar o pedido de adesão da Suécia à Otan, aliança militar ocidental liderada pelos EUA, como moeda de troca para a entrega de "terroristas", como o governo de Erdogan se refere aos seus opositores exilados no exterior.

"Apesar do aumento da conscientização sobre o problema, cada vez mais governos autoritários tentam exercer controle sobre comunidades de exilados", diz Michael Abramowitz, presidente da Freedom House, órgão que é independente mas amplamente financiado pelo governo americano.

A organização recomenda que a comunidade internacional adote medidas contra esse tipo de repressão, o que inclui sanções e restrições de cooperação em questões de segurança.

CONGRESSO

Biden retira sigilo de relatórios sobre saída de tropas do Afeganistão

O governo de Joe Biden entregou ao Congresso americano documentos secretos sobre decisões tomadas durante a retirada das tropas americanas do Afeganistão e culpou seu antecessor, Donald Trump, em relação ao colapso no país após a saída do Exército.

O documento defende a retirada das tropas e afirma que "nada teria mudado a trajetória da saída". Além disso, culpa a administração de Donald Trump pelos problemas ocorridos durante o retorno dos combatentes, como o bombardeio que matou 13 militares estadunidenses em Cabul.

A Casa Branca também afirma que o governo Trump não planejou como retirar 2.500 militares norte-americanos do Afeganistão. "O presidente Biden havia se comprometido em acabar com a guerra no Afeganistão, mas quando assumiu foi confrontado pela difícil realidade deixada pela administração Trump", diz o documento.

Um arquivo de 12 páginas foi publicado pela Casa Branca, enquanto uma versão mais completa foi repassada ao Congresso estadunidense.

Após a saída das tropas americanas do país, o Talibã rapidamente retornou ao governo do Afeganistão, o que virou motivos de críticas a Biden.

Em um trecho do documento, se afirma que "as escolhas do Presidente Biden sobre como executar a retirada do Afeganistão foram severamente afetadas por decisões de seu antecessor".

Para a Casa Branca, esse caso mostra como é necessária a comunicação bem-feita entre governos em transição. Membros do governo Trump não quiseram informar decisões do governo a membros da transição, visando assegurar a falácia de que as eleições foram fraudadas e que Trump havia sido reeleito.

FRANÇA

Manifestantes incendeiam cafeteria favorita de Macron

Milhares de manifestantes contrários à reforma da Previdência da França voltaram, nesta quinta-feira, a ir às ruas do país para pedir o fim do projeto de lei que aumenta a idade mínima para a aposentadoria. Em Paris, um sinalizador atingiu uma das cafeterias favoritas do presidente francês, Emmanuel Macron, e incendiou o toldo do estabelecimento.

O La Rotonde é conhecido na França por ter oferecido um jantar comemorativo a Macron quando ele liderou o primeiro turno da eleição presidencial de 2017. O restaurante é caro e, na época, vários eleitores criticaram a ostentação do então candidato, chegando a compará-lo ao ex-presidente francês Nicolas Sarkozy -tratado como playboy pela mídia francesa. "Temos a impressão de que estamos diante de um governo surdo e que Emmanuel Macron não está nem um pouco interessado no que está acontecendo em seu próprio país", disse à AFP Elise Bouillon, estudante de Arquitetura e Urbanismo. O presidente francês está em Pequim, onde se encontrou nesta quinta com o líder chinês, Xi Jinping.

A maioria dos protestos é pacífica, embora cenas de violência tenham sido registradas nas periferias. Nesta quinta, por exemplo, uma agência bancária do Credit Agricole foi saqueada em Paris, onde alguns manifestantes também jogaram garrafas e tinta em policiais. Oito pessoas foram presas na capital francesa.

Os principais alvos dos protestos tem sido, justamente, o presidente francês, além da primeira-ministra do país, Élisabeth Borne. "Greve, bloqueio, Macron vai embora!", gritavam manifestantes na cidade de Rennes, no oeste do país, onde a polícia disparou gás lacrimogêneo contra os manifestantes, que revidaram incendiando latas de lixo.

Líderes sindicais e manifestantes dizem que a greve nacional e os protestos só serão interrompidos quando o governo suspender a tramitação da reforma, o que Macron e Borne já disseram que não farão.